



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

“Qual é o teu trabalho, mulher?”
Mulheres Empreendedoras no contexto da Economia Popular
Solidária

Tânia Cristina da Silva Cruz

Orientador: Profa. Dra. Berlindes Astrid Küchemann

Brasília
Julho/2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

“Qual é o teu trabalho, mulher?”
Mulheres Empreendedoras no contexto da Economia Popular
Solidária

Tânia Cristina da Silva Cruz

Tese apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília como
parte dos requisitos para a
obtenção do título de Doutora em
Sociologia.

Brasília
Julho/2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

“Qual é o teu trabalho, mulher?”
Mulheres Empreendedoras no contexto da Economia Popular
Solidária

Tânia Cristina da Silva Cruz

Orientadora: Profa. Dra. Berlindes Astrid Küchemann

Banca examinadora:

Profa. Dra. Belindes Astrid Küchemann (SOL/UnB)
Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes (SOL/UnB)
Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira (SOL/UnB)
Prof. Dr. Francisco da Costa Alves (ECO/UFSCAR)
Prof. Dr. Mário Lisboa Theodoro (SER/UnB)

Dedico esta tese aos meus pais queridos, Cláudia e Eurípedes, pelo amor e zelo com que conduziram minha formação. Minha eterna gratidão à imagem do bem que vocês representam para mim.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

À Astrid Küchemann, minha orientadora, pelo cuidado e preocupação com minha caminhada acadêmica. Sua tenacidade e dedicação foram fundamentais para que eu não me desviasse de meus objetivos. Obrigada pelos ensinamentos;

À Chistiane Girard, mulher-mãe-socióloga-amiga. Mais uma vez, sua presença leve, doce e muito disciplinada me faz crer que é possível ser uma pessoa terna sem deixar de ser determinada. Meu eterno carinho a você, Chris;

Aos professores do Departamento de Sociologia da UnB, em especial, aos professores Brasilmar Ferreira Nunes e Mostafa Amim e à minha sempre querida Professora Lourdes Maria Bandeira;

Aos funcionários da SOL: Edilva, Evaldo, Samuel, Maurício e Luiz. Obrigada pela atenção e pela torcida;

A CAPES, pelo custeio de meus estudos;

A SÓCIUS, pelo apoio sério durante o trabalho de campo;

Aos meus queridos amigos: Apollo, Ana Julieta, Lilinha, Pat e Gabi pela inquestionável presença nos últimos momentos de sopro da tese;

À amiga Any, também mulher-mãe-trabalhadora, pela forte, carinhosa e preciosa presença no mundo do trabalho. Agradeço, com afeto, sua companhia;

Às mulheres-mães-artesãs do grupo Apoena: obrigada pelo exemplo de bravura e paciência com o futuro de todos nós;

Às mulheres-mães-recicladoras da Cooperativa 100 Dimensão: são todas belas e muito, muito queridas! Obrigada pela generosidade de dividir comigo tantas histórias e sentimentos;

Aos meus pais, Cláudia e Eurípedes, e aos meus irmãos, Bruno, Sandra e Raquel: meus amores, sempre.

Ao meu amor querido, Dioneu, pela presença insubstituível em minha vida e pelo apoio afetuoso e sem limites à minha caminhada neste doutorado.

Essencial

Essencial é a vida,
essencial é o ser,
exercer tudo...
Essencial é o sentir,
poder ousar sentir,
tantas fases, tantas luas,
tantas buscas...

Essencial é ver,
ver-se,
ver tudo ao redor...
Essencial é prosseguir,
pelos caminhos,
pelos desvios,
pelas estradas,
certas ou erradas...
Essencial é se dar,
no todo,
no melhor,
na essência...
Essencial é receber,
Saber receber,
Isso não é essencial no viver?
É!

Essencial é aprender,
ser humilde para perceber
as limitações,
as potencialidades...
ser adicionado e dividir...
Interação perfeita,
braços abertos para o mundo...
No abraço,
no ser abraçado...
No estender das mãos,
nas mãos igualmente estendidas em sua direção...
Numa poção perfeita,
no ponto de equilíbrio,
na tela da vida,
na dádiva do existir,
na busca incessante do ser:
Feliz!

(Jane Lagares - *Batom e Força*)

RESUMO

Motivada pelas metamorfoses do mundo do trabalho e de sua crise e pela participação das mulheres nesse contexto, a presente tese teve por objetivo refletir sobre o papel social das *mulheres empreendedoras solidárias*. Nosso foco principal foi o estudo da condição contemporânea das mulheres-trabalhadoras, de modo a compreender a seguinte questão central: Qual o papel das mulheres no processo de geração de alternativas à crise atual do trabalho e como, ao mesmo tempo, tais iniciativas se constituem campos para a geração de vínculos sociais e econômicos? A partir do estudo do trabalho produtivo e reprodutivo, organizado e mantido por mulheres que vinham de uma trajetória de pobreza e/ou exclusão social, analisamos, empiricamente, a produção de laços sociais contemporâneos, em um contexto de economia popular solidária. O grupo de artesãs Apoena (Vila Estrutural - DF) e a Cooperativa 100 Dimensão (Riacho Fundo II - DF) foram os sujeitos da pesquisa. O estudo do papel social da mulher no mundo do trabalho passa pelo reconhecimento de que a sua entrada e permanência nele implica uma articulação entre trabalho extradoméstico e trabalho doméstico (cuidado com a casa, a família, os filhos, etc.). Assim, as *mulheres-trabalhadoras* colocadas no centro desta tese são aquelas cuja rotina está estruturada em variadas ações: sobrevivência familiar X reconhecimento e auto-estima; socialização dos filhos X inserção ocupacional; dupla jornada de trabalho X cuidados pessoais, etc. De um modo geral, demonstramos que, entre a casa e a rua, é cada vez maior o número de mulheres que estão buscando reescrever suas trajetórias de socialização de forma a não sucumbir à exclusão e à invisibilidade social. Em consonância com o pressuposto de que o trabalho não é apenas gerador de mercadorias, mas, sobretudo, de sociabilidades e identidades positivamente reconhecidas pelos agrupamentos sociais, explicitamos a existência de um tipo contemporâneo de trabalhadoras: *as mulheres-empreendedoras solidárias*. Por fim, destacamos a existência de uma economia popular solidária, que favorece o reconhecimento do trabalho das mulheres, especialmente daquelas que vivem em situação de vulnerabilidade, mas empreendem sua força de trabalho na produção e na reprodução social.

Palavras-chaves: *mulheres-empreendedoras-solidárias*, economia popular solidária, crise do trabalho, gênero, papéis sociais das mulheres, socialização, reconhecimento, geração de vínculos, Apoena, 100 Dimensão.

ABSTRACT

Motivated by the metamorphoses of the world of work and its crisis and by the participation of women in this context, this thesis aims to reflect on the social role of *unified enterprising women*. Our main focus was the study of the contemporary condition of working women, in such a way as to understand the following central question: *What is the role of women in the process of generating alternatives to the actual labor crisis and how, at the same time, such initiatives constitute fields for the generation of economic and social bonds?* Starting from the study of the productive and reproductive work, organized and maintained by women who have come from a trajectory of poverty and/or social exclusion, we empirically analyze the production of contemporary social bonds, in a context of a unified popular economy. The Apoena group of artisans (Vila Estrutural – DF) and the Cooperativa 100 Dimensão (Riacho Fundo II – DF) were the subjects of the research. The study of the social role of women in the world of labor passes through the recognition that their entry and permanence in the market implies an articulation between extra-domestic work and domestic work (taking care of the house, the family, the children, etc.). Thus, the *working women* put in the center of this thesis are those whose routine is structured in varied actions: family survival x recognition x personal care, etc. In a general way, we demonstrate that between the house and the street, there is a constantly increasing number of women seeking to rewrite their trajectory of socialization in a way not to succumb to social exclusion and invisibility. In agreement to the presupposition that work is not only a generator of merchandises, but above all, of sociabilities and identities positively recognized by the social groupings, we show the existence of a contemporary type of workers: *the unified enterprising women*. Finally, we highlight the existence of a unified popular economy that favors the recognition of the work of women, especially those that live in a situation of vulnerability, but undertake their work force in the social production and reproduction.

Keywords: *unified enterprising women*, unified popular economy, labor crisis, gender, social role of women, socialization, recognition, generation of bonds, Apoema, 100 Dimensão.

RÉSUMÉ

Motivée par les métamorphoses qui ont lieu dans le monde du travail, par sa crise et par la participation des femmes dans ce contexte, cette thèse a comme objectif la réflexion sur le rôle des *femmes entrepreneuses solidaires*. Notre objet principal est l'étude de la condition contemporaine des femmes-travailleuses, de manière à comprendre la question suivante: *Quel est le rôle des femmes dans le processus de production d'alternatives à la crise actuelle du travail et comment, en même temps, telles initiatives se constituent de champs pour la production de liens sociaux et économiques?* À partir de l'étude du travail productif et reproductif, organisé et maintenu par des femmes qui venaient d'une trajectoire de pauvreté et/ou d'exclusion sociale, nous analysons, empiriquement, la production de liens sociaux contemporains dans un contexte d'économie populaire solidaire. Le groupe d'artisanes Apoena (Vila Estrutural – DF) et la Coopérative 100 Dimensão (Riacho Fundo II – DF) ont été les sujets de la recherche. L'étude du rôle social de la femme dans le monde du travail passe par la reconnaissance de l'articulation entre travail extradoméstique et travail domestique (tâches ménagères, attention aux enfants, à la famille etc.) impliquée dans son entrée et permanence dans le monde du travail. Dans ce sens, les *femmes-travailleuses* qui, mises au centre de cette thèse, sont celles dont le quotidien est structuré en plusieurs actions: survie familiale X reconnaissance et estime de soi; socialisation des enfants X insertion occupationnelle; double journée de travail X attention à soi etc. De façon générale, nous démontrons que, entre le privé et le public, il y a de plus en plus de femmes qui cherchent réécrire leurs trajectoires de socialisation de manière à ne pas succomber à l'exclusion et à l'invisibilité sociale. En suivant la perspective selon laquelle le travail n'est pas seulement producteur de biens, mais, surtout, de sociabilités et d'identités positivement reconnues par les groupes sociaux, nous explicitons l'existence d'un type contemporain de travailleuses: *les femmes-entrepreneuses-solidaires*. Finalement, nous soulignons l'existence d'une économie populaire solidaire, qui privilégie la reconnaissance du travail des femmes, notamment de celles qui vivent en situation de vulnérabilité, mais qui entreprennent leur force de travail dans la production et la reproduction sociale.

Mots-clés: *femmes-entrepreneuses-solidaires*, économie populaire solidaire, crise du travail, genre, rôles sociaux des femmes, socialisation, reconnaissance, production de liens, Apoena, 100 Dimensão.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
RESUMÉ	ix
LISTA DE ILUSTRAÇÃO	xiii
INTRODUÇÃO – A CONDIÇÃO HUMANA E OS SENTIDOS DO TRABALHO	01
CAPÍTULO 1 – A PESQUISA: OBJETO DE ESTUDO E PERCURSO METODOLÓGICO	22
1.1 - A Ciência e o contexto social dos problemas dos Sujeitos, e a ciência dos Sujeitos sobre o contexto social dos seus problemas: falas contemporâneas do mundo do trabalho.....	25
1.2 - Metodologia de abordagem – dos caminhos que proporcionaram as bases lógicas da investigação e configuraram o espaço epistemológico da pesquisa.....	25
1.2.1 - Estratégia epistemológico-teórica de abordagem do objeto de estudo (compreensão integrada, relacional e não-dualista do objeto sociológico).....	25
1.2.2 - Estratégia empírica de abordagem do objeto de estudo (análise da categoria “trajetórias de socialização” da mulher nos espaços familiar e do trabalho).....	29
1.2.3 - Abordagem do problema: procedimento de estudo qualitativo sobre dois grupos de trabalhadoras.....	33
1.2.4 - Justificativa para a escolha dos casos estudados: segregação sócio-espacial, pobreza urbana e a associação voluntária e cooperada para o trabalho.....	33
1.2.5 - O fio e a trama – exposição circunstanciada do objeto de estudo: conhecendo sujeitos, descrevendo situações, reconhecendo um outro universo.....	35
1.2.5.1 - O lugar e as mulheres-trabalhadoras da Vila Estrutural: O grupo de artesãs Apoena.....	35
1.2.5.2 - O lugar e as mulheres-trabalhadoras do Riacho Fundo II: as recicladoras da Cooperativa Dimensão.....	100 50
1.3 - Metodologia de procedimentos: das técnicas de pesquisa e as etapas da investigação empírica.....	60
1.3.1 - Técnicas de coleta dos dados.....	61

1.3.1.1 - Etapas da coleta dos dados empíricos.....	62
1.3.2 - Técnica de análise dos dados.....	
CAPÍTULO 2 – SENTIDOS E CRISE DO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	66
2.1 - Os sentidos do trabalho.....	66
2.2 - A nova questão social.....	93
2.3 Exclusão social e precarização do trabalho: a (In)segurança ontológica.....	102
CAPÍTULO 3 – O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E A PARTICIPAÇÃO FEMININA: SITUAÇÃO DA MULHER NO BRASIL.....	118
3.1 – Tendências recentes do mercado de trabalho no Brasil.....	118
3.1.1. - A redução da ocupação na indústria.....	121
3.1.2 - A terceirização.....	126
3.1.3 - O aumento da informalização.....	128
3.1.4 - A ampliação do número de mulheres no mercado de trabalho.....	137
3.1.5 - Redução formal do emprego e precarização.....	140
3.1.6 - Redução da ocupação nas atividades agrícolas.....	141
3.1.7 - A Jornada de Trabalho.....	143
	146
3.2 – Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.....	
3.2.1 – A População Economicamente Ativa (PEA): crescimento da força de trabalho feminina.....	150
3.2.1.1 – População de Ocupados e Não-ocupados no mundo do trabalho: quantos e quem são os sujeitos em atividade econômica?.....	152
3.3.1.2 – Caracterização da força de trabalho feminina brasileira: grau de escolaridade e remuneração (1976 a 2002).....	155
3.3.1.2.1 – Graus de escolaridade.....	155
3.3.1.2.2 – Atuação profissional.....	156
3.3.1.2.3 Remuneração da força de trabalho feminina.....	157
3.4 – Caracterização do perfil socioeconômico das trabalhadoras do grupo Apoena e da Cooperativa 100 Dimensão.....	159
	177
CAPÍTULO 4 – TRAJETÓRIAS DE SOCIALIZAÇÃO: A MULHER NO ESPAÇO DA FAMÍLIA E NO MUNDO TRABALHO.....	177
4.1 – Um olhar de gênero sobre as trajetórias de socialização: análise das relações sociais entre os sexos.....	177

4.2 – Trajetórias de socialização: a inserção da mulher no mundo do trabalho reprodutivo.....	186
4.3 – Trajetórias de (re)socialização feminina a partir do mundo do trabalho produtivo.....	211
CAPÍTULO 5 – ALTERNATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA À CRISE DO MUNDO DO TRABALHO E A PRODUÇÃO DE VÍNCULOS SOCIAIS: O TRABALHO DA MULHER EMPREENDEDORA COMO UMA DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO SOCIAL.....	233
5.1 – A realidade plural da economia: crítica à sociedade de mercado e a redemocratização das relações econômicas.....	233
	254
5.2 – Distinções entre a economia social, a economia popular e a economia solidária	
5.3 – Análise da organização e da dinâmica interna dos grupos Apoená e Cooperativa 100 Dimensão.....	271
5.3.1 – Processos de trabalho no grupo Apoená e 100 Dimensão: sobre cooperação e autogestão.....	271
	277
5.3.2 – Participação democrática e relações não-salariais.....	287
5.3.3 – Solidariedade e reciprocidade.....	
5.3.4 – Autonomia: dos elementos objetivos e subjetivos da emancipação pelo trabalho cooperado e solidário.....	295
	299
5.4 – Reconhecimento e auto-estima.....	
	316
5.5 – As mulheres empreendedoras solidárias.....	
	322
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	327
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	
APÊNDICE A - QUADRO DE REFERÊNCIA DA TESE – MODELO DE COMPREENSÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	347
APÊNDICE B - CONTEXTO SOCIOESPACIAL DE BRASÍLIA E DE SUAS CIDADES-SATÉLITES.....	354
	364
APÊNDICE C - MATRIZ DE INDICADORES.....	370
APÊNDICE D – MODELO DE QUESTIONÁRIO.....	386
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	388
APÊNDICE F - ROTEIRO DA DINÂMICA SOBRE “EVOCAÇÃO DE PALAVRAS”.....	389
APÊNDICE G - ROTEIRO PARA A DINÂMICA DE “GRUPO FOCAL”.....	
APÊNDICE H - MATRIZ DE CONTEÚDOS E NÚCLEOS CENTRAIS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS PAPÉIS DA MULHER TRABALHADORA.....	390
	392
ANEXO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA PEA MASCULINA E FEMININA POR ESCOLARIDADE.....	393
ANEXO 2 - ÁREAS DE ATUAÇÃO POR SEXO SEGUNDO AS ÁREAS DE CONHECIMENTO.....	

ANEXO 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SEXO E FAIXAS DE RENDIMENTOS.....	394
ANEXO 4 - CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES - CBO - (2002).....	395

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

DIAGRAMA 1.1	ESTRATÉGIA EPISTEMOLÓGICO-TEÓRICA DE ABORDAGEM DA PESQUISA.....	29
DIAGRAMA 1.2	A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AS TRAJETÓRIAS DE SOCIALIZAÇÃO: AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO.....	32
DIAGRAMA 4.1	IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS MAIS CITADOS PARA A FRASE: “SER MÃE É”.....	209
DIAGRAMA 4.2	IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS MAIS CITADOS PARA A FRASE: “SER MULHER”.....	210
DIAGRAMA 4.3	IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS MAIS CITADOS PARA A FRASE: “SER TRABALHADORA É...”.....	217
DIAGRAMA 5.1	IDENTIFICAÇÃO DAS IDÉIAS MAIS CITADAS PARA O TERMO: ‘SOLIDARIEDADE’.....	294
DIAGRAMA 5.2	DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO SOCIAL E O PAPEL SOCIAL DA MULHER EMPREENDEDORA SOLIDÁRIA.....	319
TABELA 2.1	TAXA DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA ACIMA DA FAIXA DE CINCO ANOS DE IDADE (1960 A 2000).....	101
TABELA 2.2	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA ACIMA DA FAIXA DE CINCO ANOS DE IDADE (1960 A 2000).....	101
TABELA 3.1	INDÚSTRIA BRASILEIRA: ÍNDICES DE EMPREGO, PRODUÇÃO FÍSICA E PRODUTIVIDADE.....	123
TABELA 3.2	BRASIL: TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE PRODUTIVIDADE, 1940 – 1997 (EM %)......	125
TABELA 3.3	PESSOAS OCUPADAS NAS EMPRESAS INFORMAIS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – BRASIL (1997 – 2003).....	133
TABELA 3.4	PERCENTUAL DE PESSOAS OCUPADAS, NA SEMANA DE REFERÊNCIA, NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO – BRASIL.....	141
TABELA 3.5	HOMENS NO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL (1976 A 2002).....	151
TABELA 3.6	POPULAÇÃO COM 10 ANOS OU MAIS SEGUNDO A CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO NA SEMANA DE REFERÊNCIA E SEXO - BRASIL - 2004.....	152
TABELA 4.1	"COMO VOCÊ CARACTERIZA O SEU TRABALHO DOMÉSTICO?".....	190
TABELA 4.2	"CUIDAR DE CASA NÃO É TRABALHO. TRABALHO É AQUILO QUE A GENTE FAZ PRA TER UM SALÁRIO".....	193
TABELA 4.3	"QUAL A IMPORTÂNCIA DA SUA FAMÍLIA PRA VOCÊ?".....	203
TABELA 4.4	"QUAL O SEU MAIOR SONHO?".....	207
TABELA 4.5	"QUAL A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR PARA VOCÊ?".....	214
TABELA 4.6	"VOCÊ SE SENTE MAIS IMPORTANTE E RESPEITADA POR ESTAR TRABALHANDO EM ASSOCIAÇÃO COM OUTRAS MULHERES?" POR QUÊ?.....	216
TABELA 4.7	"QUE IMAGEM VOCÊ ACHA QUE AS PESSOAS TÊM DO SEU TRABALHO?".....	218
TABELA 4.8	"TRABALHAR FORA DE CASA ATRAPALHA SUA VIDA FAMILIAR E DOMÉSTICA? POR QUÊ?".....	221
TABELA 4.9	SE TIVESSE CONDIÇÕES, CUIDARIA SÓ DA CASA E DOS FILHOS? POR QUÊ?.....	223
TABELA 4.10	“VOCÊ SE VÊ COMO DONA DA SUA FORÇA DE TRABALHO? POR QUÊ?”.....	223
TABELA 5.1	"O QUE É COOPERAÇÃO PARA VOCÊ?".....	280

TABELA 5.2	"VOCÊ ACREDITA NA PERMANÊNCIA DO GRUPO?" – APOENA.....	281
TABELA 5.3	"O QUE É MAIS IMPORTANTE NO GRUPO?" COOP. 100 DIMENSÃO.....	286
TABELA 5.4	"TRABALHAR NESTE GRUPO, OU SEJA, ASSOCIAR-SE A OUTRAS MULHERES, MELHOROU SUA VIDA? POR QUÊ?".....	298
GRÁFICO 2.1	PERCENTUAL DE EXCLUÍDOS NO BRASIL (1960 A 2000).....	99
GRÁFICO 2.2	INDICADORES DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL (POBREZA, HOMICÍDIOS, EMPREGO FORMAL – 1960, 1980, 2000.....	100
GRÁFICO 2.3	O QUE É FUTURO PARA VOCÊ?.....	103
GRÁFICO 2.4	EXPECTATIVAS SOBRE MUNDAÇAS NA SOCIEDADE.....	105
GRÁFICO 3.1	PERCENTUAL DE DESEMPREGADOS NO BRASIL (1980 A 2000).....	120
GRÁFICO 3.2	EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE BASE DO BRASIL (1985 A 1996).....	122
GRÁFICO 3.3	EVOLUÇÃO DO EMPREGO, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA (1980 A 1997).....	124
GRÁFICO 3.4	EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIZAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO – REGIÕES METROPOLITANAS (RE, AS, BH, RJ, SP, DF).....	129
GRÁFICO 3.5	EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL E INFORMAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS – RE, AS, RJ, SP, BH, DF.....	130
GRÁFICO 3.6	POPULAÇÃO DE OCUPADOS NA ECONOMIA INFORMAL – BRASIL 2003.....	134
GRÁFICO 3.7	MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL (1976 A 2002).....	151
GRÁFICO 3.8.1	POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS OCUPADA SEGUNDO POSIÇÃO NA ATIVIDADE DE EMPREENHIMENTO E SEXO. BRASIL URBANOS, 2004.....	154
GRÁFICO 3.8.2	POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS OCUPADA SEGUNDO POSIÇÃO NA ATIVIDADE DE EMPREENHIMENTO E SEXO. BRASIL RURAL, 2004.....	155
GRÁFICO 3.9	GRAU DE ESCOLARIDADE DAS MULHERES ENTREVISTADAS.....	162
GRÁFICO 3.10	ASCENDÊNCIA ÉTNICO-RACIAL E ESCOLARIDADE.....	163
GRÁFICO 3.11	FAIXA ETÁRIA E RESPONSABILIDADE NO SUSTENTO FAMILIAR.....	164
GRÁFICO 3.12	SUSTENTO FAMILIAR – “QUAL É A SUA CONTRIBUIÇÃO NO ORÇAMENTO DOMÉSTICO?”.....	165
GRÁFICO 3.13	MATERNIDADE – QUANTIDADE DE FILHOS.....	166
GRÁFICO 3.14	RENDA FAMILIAR MENSAL.....	167
GRÁFICO 3.15	SITUAÇÃO CONJUGAL E CHEFIA FAMILIAR.....	169
GRÁFICO 3.16	RELAÇÃO COM O MERCADO FORMAL DE EMPREGO.....	170
QUADRO 4.1	HORAS DO TOTAL DE ATIVIDADES REALIZADAS POR DIA PELAS MULHERES-TRABALHADORAS DO APOENA E DA COOPERATIVA 100 DIMENSÃO.....	194
QUADRO 4.2	ATIVIDADES DE LAZER E USO DO TEMPO LIVRE DAS MULHERES-TRABALHADORAS DO GRUPO APOENA E DA COOPERATIVA 100 DIMENSÃO.....	204
QUADRO 5.1	DIAGNÓSTICO DA ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO DA COOPERATIVA 100 DIMENSÃO.....	284
QUADRO 5.2	"O QUE SIGNIFICA TRABALHAR COM O LIXO?".....	307
QUADRO 5.3	"SE VOCÊ PUDESSE COMPARAR O CROCHÊ QUE VOCÊ FAZ A ALGUMA IMAGEM OU PALAVRA, COM O QUE VOCÊ COMPARARIA?".....	315

INTRODUÇÃO

... A condição humana e os sentidos do trabalho...

Indagar sobre o que é a condição humana e como ela é rotineiramente reelaborada pelos indivíduos e pelas instituições me parece ser uma questão germinal que explica em boa parte o advento de formação e consolidação das Ciências Humanas e da pesquisa social¹. Por outro lado, essa mesma ciência percorre outras questões: “O que seria o homem fora do circuito perene da socialização?” Como seria o homem sem a socialização²?” Cooley, *apud* Charon (1999), escreveu que a natureza humana não surge no ato do nascimento. Os homens não podem adquiri-la exceto por meio da associação, da incorporação de valores organizados e dispostos em instituições e processos de interação rotineiros. Para desenvolver a ação humana, adquirimos linguagem, diferenciamos o “eu”, o “nós” e o(s) “outro(s)” no convívio estabelecido entre as estruturas organizacionais societárias e os sujeitos.

Um pressuposto a se assumir nesse processo de compreensão da condição humana e de seu desenvolvimento é que tal condição não é inata. Somos humanos porque somos seres socializados, porque somos construídos como humanos. Constituir-se enquanto humanidade está na base dos processo de incorporação da existência dos indivíduos a um circuito social amplo, com

¹ Não que os homens das primeiras formações sociais nunca tivessem se colocado tal questão antes, mas foi no contexto histórico do surgimento da sociedade moderna, guiado pelo paradigma da razão e da compreensão cartesiana do mundo, que a relação Indivíduo/Sociedade colocou-se como uma questão científica para a organização coletiva e como tal demandava respostas e ações interventivas no grupo humano. O aparecimento das Ciências Humanas coincide com o aparecimento do conceito de homem na cultura ocidental. Este conceito só foi possível no século XIX com o surgimento de conceitos como vida, linguagem e trabalho (Foucault, 2004a). O homem é, pois, uma invenção da Modernidade. É um organismo vivo que modifica a natureza e a representa. Um mundo dos signos, um mundo dado pela Natureza passa a ser o mundo construído pelo Homem, este ser que, nas palavras de Foucault (2004a), torna possível todo o conhecimento (Cruz, 1999).

² Tomamos socialização como o permanente aprendizado das relações que os homens estabelecem entre si e cujos elementos e conteúdos são organizados, mantidos e até mesmo mudados pelas instituições societárias (Berger, 1999; Charon, 1999).

normas de participação, valores e papéis sociais definidos³. Não somos como abelhas ou formigas que nascem com instinto para cooperar. Em vez disso, somos socializados para nos voltarmos para a sociedade. As peculiaridades biológicas⁴, orgânicas, da espécie *homo sapiens* não explicam, por si mesmas, o comportamento humano típico e as suas formas de convívio. Sem um aprendizado constante da necessidade da integração humana, seríamos tão diferentes que não haveria possibilidade de cooperação ou ordem social.

E esse processo de humanização constituiu-se em meio a uma dialética da relação indivíduo e sociedade: a estrutura conformando e agregando os indivíduos na sua organização, e estes atuando como atores daquela. Por muitas vezes nela se acomodam, por outras tantas constestam-na e promovem mudanças. Isso possibilitou ao humano intervir no mundo e criar a si mesmo.

Ontologicamente, então, é possível dizer que o desenvolvimento da condição humana deu-se a partir da articulação de algumas ações e processos: interagir, criar, aprender a apreender, ensinar, transformar, acumular memória, produzir cultura. Todas essas ações foram mediadas pela ação transformadora (material ou imaterial) do homem sob a natureza e a sociedade. Ou seja, se para humanizar-se os homens necessitaram de um arranjo social que os educasse e

³ O menino selvagem, de Aveyron, provavelmente é o caso mais conhecido de criança que cresceu sem contato humano e, portanto, não foi socializada. Ele foi encontrado vagando pelas florestas e campos de Laune, França, em 1797. Foi capturado, entregue às autoridades governamentais e estudado por vários especialistas e médicos. Tinha entre 11 e 12 anos, não possuía expressão verbal ou o que na época chamaram de "o dom da fala", usava apenas gritos e sons articulados. Rejeitava roupas, não conseguia distinguir objetos reais de desenhos e objetos refletidos no espelho, e não chorava. "*Ele não tinha laços emocionais, nenhuma expressão sexual, nenhuma fala [...]; tinha um jeito de andar singular e ocasionalmente corria de quatro*" (Lane, Harlan. *The wild boy of Aveyron*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976, 13).

⁴"[...] é verdade que nossa espécie é dotada de certas características orgânicas que só ela possui, tais como: um extraordinário grau de complexidade e especialização neurocerebral; a possibilidade de visão policrônica e estereoscopia (os touros, ao contrário do que se supõe o senso geral, não se irritam com a cor vermelha, pois são organicamente incapazes de perceber as cores como tais); um aparelho vocal que possibilita a emissão de sons articulados; a mão preênsil, que confere ao homem uma capacidade ímpar de manipulação dos objetos; uma coluna vertebral que, conjugada à localização central do orifício occipital, dá aos indivíduos humanos a capacidade de andar em posição ereta [...]" (Vila Nova, 2000, 46-48). No entanto, todas essas características são apenas condições necessárias, mas não suficientes ao desenvolvimento da personalidade e das relações socialmente organizadas. Apesar de um organismo humano que porte deficiências congênitas obviamente estar limitado na sua capacidade, por outro lado, um portador de organismo sadio, se for isolado do grupo, talvez nunca desenvolva o que a priori a natureza lhe possibilitou. O falar, o pensar, o agir e reagir são ações criadas e mediadas pela capacidade de interação humana.

os reconhecesse enquanto atores de um dada comunidade, isso só foi possível através da constituição, produção e sustentação deste arranjo social pela esfera do trabalho. Foi através desta esfera que a vida humana pôde se concretizar e estabilizar seus processos materiais e simbólicos de integração e sustentação do grupo.

Por outro lado, foi o trabalho o elemento principal da transformação da condição humana ao longo dos tempos históricos, de tal modo que reinventar a existência humana e a visão de mundo subjacente a esta só foi possível dada a capacidade eminentemente humana de produzir trabalho.

Disso entende-se que a organização das ações humanas através do trabalho compõe um processo histórico de tomada de consciência por parte dos indivíduos de seu mundo e de si mesmos. Nessa perspectiva, Berger e Luckmann (1985) afirmam que os indivíduos só sobrevivem criando a sociedade e as instituições, ou seja, elaborando e re-elaborando referências para se auto-orientar no percurso das coisas experienciadas e vividas coletivamente, à medida que a organização social do trabalho permitia a reprodução social.

O trabalho é aqui entendido como um modo de sustentação e autopreservação do gênero humano, expressando seu sentido nas transformações que o ser humano causa à natureza e às formações sociais e culturais historicamente construídas. É, portanto, um conceito fundamental para a compreensão da formação e do fazer histórico da humanidade em toda a sua diversidade (MÉSZAROS, 2004). O trabalho, então, deve ser considerado uma categoria estruturante fundamental para a articulação dos conceitos apresentados nesta tese.

Nesse sentido, cabe apontar uma característica fundamental da noção trabalho: sua constituição dialética. Ao mesmo tempo em que criou o trabalho, o homem por ele também foi formado. É na realização do trabalho que os indivíduos vão se diferenciar dos animais, como distinguiu Marx (*apud* ANTUNES 2002): “entre o pior arquiteto e a melhor abelha: o primeiro concebe previamente

o trabalho que vai realizar, enquanto a abelha labora instintivamente⁵". Mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como um elemento fundador da vida humana, por outro lado, a sociedade capitalista tenta reduzi-lo apenas a trabalho assalariado, fonte de reprodução e não mais de criação:

O que deveria ser fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham. E esse processo de alienação do trabalho não se efetiva apenas na perda do objeto, no produto do trabalho, mas também no próprio ato de produção, que é resultado da atividade produtiva já alienada. (...) significa dizer que sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada: não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho. (ANTUNES, 2002, 09)

Assim, o trabalho, enquanto força ontológica da reprodução social e dos indivíduos, configura-se, na sociedade moderna, como uma ação desumanizadora, fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. A esfera do trabalho passa a ser palco de grandes conflitos e contradições: emancipação x alienação, criação x repetição, autonomia x subordinação, concepção x execução.

De forma geral, pode-se dizer que as forças produtivas do trabalho social tornam-se forças produtivas e reprodutivas do capital, o que faz do trabalho um objeto de estudo e motor do tema "questão social"⁶ apenas na era Moderna⁷.

⁵ O trabalho é uma condição pragmática do ato de criar que é eminentemente humano. Criação e diversificação dos espaços, recursos e tudo o mais que for passível de elaboração e de atribuição de significados. Castoriadis (1985) define essa capacidade de criação como sendo a possibilidade de fazer surgir o que não estava dado. De reelaborar o que já existe e de redefinir os conteúdos da ação humana.

⁶ "A questão social só começou a desempenhar um papel revolucionário quando, na Idade Moderna, e não anteriormente, os homens começaram a duvidar de que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar de que a distinção entre os poucos que, por circunstâncias, força ou fraude, tinham conseguido se libertar dos grilhões de pobreza e a miserável multidão trabalhadora fosse inevitável e eterna." (Arendt, 1981, 22)

⁷ A modernidade, em termos sócio-históricos, designa, segundo Touraine (1994), o facto histórico principal que afecta, no final da Idade Média e na origem do Renascimento, todas as formas de cultura e todas as formas de existência na Europa. O homem europeu funda aí – por oposição ao homem natural e ao homem medieval – as suas formas de vida próprias, numa nova partilha da

Esta época histórica é marcada basicamente por dois processos: racionalização da vida social e subjetivação das ações dos sujeitos. Foram processos simultâneos, interdependentes que explicam em grande parte os novos conflitos emergentes com a sociedade do século XVIII.

A racionalização da vida social estava garantida pela incorporação de novas estruturas sociais, técnicas, políticas e econômicas. Mudanças na forma de produzir riquezas ocorrem paralelas às modificações na estrutura política. Com o desenvolvimento capitalista, a estrutura estatal se desenvolve: centralização da justiça, centralização das forças armadas (exército nacional e permanente), centralização administrativa (com um aparato burocrático, hierárquico e um sistema de cobrança de impostos permanente). Tudo isso sob um único comando: o Estado Moderno.

É sob a insígnia da razão, elemento essencial para se conhecer o mundo, que se justificou a liberdade humana para julgar, avaliar, pensar e emitir opiniões sem se submeter a nenhuma autoridade divina. O conhecimento racional do universo e da vida dos homens em sociedade começa a ser uma regra

refêrência à tradição. Essa partilha torna-se possível graças à constituição de uma memória histórica, filológica e hermenêutica e a referência ao progresso, que tornam possível o desenvolvimento das ciências e das técnicas, a evolução acelerada do movimento das forças produtivas ao serviço de um domínio sem precedentes dos processos naturais. Também se torna possível, pela edificação política do Estado Moderno, a referência filosófica aos valores do humanismo e da razão. Alain Touraine (1999) descreve os diferentes elementos filosófico-políticos que compõem essa modernidade: uma revolução do homem esclarecido contra a tradição, a sacralização da sociedade, a submissão à lei natural da razão. A modernização, na sua aceitação ocidental, é obra da própria razão e portanto, acima de tudo, da ciência, da tecnologia e da educação, e as políticas sociais de modernização devem ter, como único objectivo libertar o caminho da razão suprimindo as regulamentações, as defesas corporativistas ou as barreiras alfandegárias, criando a segurança e a previsibilidade de que o empresário necessita e formando gestores e operadores competentes e conscienciosos. O Ocidente viveu e pensou a modernidade, pois, como uma revolução. A razão não conhece nenhum dado adquirido; faz, pelo contrário, tábua rasa das crenças e das formas de organização social e política que não assentem numa demonstração de tipo científico. Além disso, a modernidade gera, devido à secularização, um novo pensamento político, que substitui, para a Sociedade, Deus como principio de julgamento moral. *"A idéia de que a sociedade é fonte de valores, de que o bem é o que for útil à sociedade e de que o mal é o que impede a sua integração e a sua eficácia é um elemento essencial da ideologia da modernidade. Para deixar de se submeter à lei do pai é preciso substituí-la pelo interesse dos irmãos e submeter o indivíduo ao interesse da colectividade."* Touraine (1994, 18), Enfim, o pensamento modernista afirma que os seres humanos pertencem a um mundo governado por leis naturais que a razão descobre e às quais está, também ela, submetida. E identifica o povo, a nação, a um corpo social que funciona, também ele, segundo as leis naturais e que deve desembaraçar-se das formas de organização e de domínio irracionais que tentam fraudulentamente fazer-se legitimar pelo recurso a uma revelação ou a uma decisão sobre-humana.

imprescindível. É uma nova forma de conhecimento da natureza e da sociedade, em que a experimentação e a observação são fundamentais⁸. Aqui, a formação da Ciência e a consolidação do Estado-Nação compõem a estrutura básica para se administrar e desenvolver a nova economia industrial. A organização industrial foi a seguinte: a) afirmação da fábrica enquanto local preciso de produção; b) oposição entre empregadores e dirigentes de um lado e classe operária de outro; c) nacionalização do sistema; d) hierarquização entre vários países com base em seu produto interno bruto⁹.

A subjetivação dos indivíduos nesse novo contexto social se estruturaria com base no mesmo processo de racionalização da economia: o individualismo torna-se uma prática moral, e a ação social era orientada pelo agir instrumental, no qual o sujeito estabeleceu objetivos e traçou metas. Isso foi possível graças à libertação dos sujeitos: não havia mais sujeição moral à uma divindade – a modernidade é cética; as relações sociais se estabelecem de forma impessoal, dado que a vida pública se diferencia da vida privada e as esferas sociais se encontram autonomizadas: a família, a igreja, a escola, o trabalho são tomados como espaços interdependentes, embora diferenciados em sua função e desenvolvimento. Nesse sentido, a sociabilidade na vida moderna é caracterizada pela indiferença – em nível psicológico e afetivo – e pela articulação integrada e ampla, mas setorizada – em nível de produção econômica (TOURAINÉ, 1994; SIMMEL, 1979; DE MASI, 2000; CRUZ, 1999).

Os dois processos acima foram fundamentais para se alimentar e dar vazão ao ideário da sociedade moderna livre, igualitária, fraterna, urbana,

⁸ O advento da Reforma Protestante – que fez surgir um conflito entre a autoridade papal e a estrutura da Igreja – também propiciou uma valorização do conhecimento racional em contraposição à revelação, na medida em que permitiu livre leitura das escrituras sagradas. O homem poderia interpretar e se relacionar diretamente com Deus, sem intermediação dos ministros da Igreja.

⁹ De Masi (2000) nos lembra que essas quatro características, com o advento da passagem para a pós-modernidade apresentam-se modificadas. Em primeiro lugar é mais complicado identificar qual seja o local de trabalho; em segundo, as relações sociais não se situam com facilidade no tempo e no espaço, fazendo com que se dilui a imagem de duas classes contrapostas; em terceiro, houve mudanças nas relações internacionais, dificultando a identificação do país e do organismo, do público e do privado.; enfim, a hierarquia mudou entre as nações, o Terceiro Mundo continua dependente, mesmo se não colonizado, há países na vanguarda em alguns setores e atrasado em outros. (De Masi, 2000, 61).

industrial e tecnologicamente avançada. Mesmo assim, para os indivíduos modernos, havia se posto uma dificuldade: depois dos laços tradicionais, familiar e territorialmente definidos, como se localizar subjetivamente nesse novo tipo de sociedade?

O ponto de partida vem do reconhecimento de que a liberdade, no sentido grego de *práxis* e de *lexis*, antes atributo restrito a uma minoria social isenta do labor, pode agora, na modernidade, em princípio, ser desejada por todo e qualquer indivíduo, inclusive pelos estratos inferiores e pelos trabalhadores. Um dos traços mais marcantes do sistema de classificação social é dado agora pela distinção entre **indivíduos capazes e incapazes de trabalhar**¹⁰. Disso tiramos duas observações: a primeira é que esse indivíduo moderno incorporou a condição daquele que opera o trabalho alienado – o que por si só representou um deslocamento da condição de criador para a condição de um simples alimentador de máquinas. Segundo, as sociabilidades foram niveladas por um universo menos familiar e muito mais instrumental, relegando para um segundo plano, os laços de fidelidade e tradição familiar. Ou seja, o indivíduo seria sempre um indivíduo, representação de uma média comum daquela sociedade, onde as inclinações pessoais e íntimas já não reverberavam da mesma forma que no Antigo Regime (SIMEL, 1979).

De forma geral, no processo de subjetivação dos homens modernos, o que se constatou foi um *déficit identitário* (FERREIRA, 2002), estabelecido pela nova ordem econômica e pelo novo mercado moral, pautados na chamada racionalidade instrumental e no individualismo moral. De um lado, a superação das certezas da religião e da tradição somam-se aos progressos da sociedade industrial e colocam os indivíduos em um crescente processo de dominação, colonização e sujeição de sua subjetividade, à medida que existir socialmente significa sujeitar-se à nova ordem social. Por outro lado, a gestão social foi

¹⁰ Efeito notável dessa revalorização do trabalho, portanto, pode ser sintetizado a partir da análise da ascensão do trabalhador ao universo público e aos direitos de cidadania, de tal forma que a distinção entre aptos e inaptos ao trabalho será igualmente, daqui para frente, critério definidor da condição de cidadania. A democracia, atrelada à perspectiva individualista, aparece como uma nova forma de organização política, já que apresenta como pressuposto a concepção de igualdade, não cabendo mais relações entre súdito e soberano, na medida em que cada cidadão pode se tornar seu próprio soberano.

alinhada e levada a cabo, por extensos anos, em função da relação estabelecida entre o mercado, o estado e sociedade: empreender significava estar apto para vender sua força de trabalho, e existir era existir segundo as necessidades postas para a reprodução do capital: “[...] uma nova ética puritana se organiza: o vencedor deve experimentar uma ascense, deve se sacrificar (sacrificar sua vida, seu tempo, sua família) pela organização da qual ele veste a camisa”. (FERREIRA, 2002, 12).

A partir desse paradigma instaurado pela sociedade moderna, a relação homem e trabalho complexificou-se de tal forma que a esfera do trabalho configurou-se em um espaço definidor – **o mundo do trabalho** – tanto das relações micro quanto das macrossociais. Entre os espaços públicos e privados as relações sociais estariam definidas pelas relações estabelecidas no mundo do trabalho. Este conceito deve ser entendido na sua diversidade social, econômica, política e cultural, pois o trabalho não se refere somente às formas de produzir formal e historicamente aceitas nas diversas sociedades históricas, tais como a escravidão, servidão e o trabalho assalariado, mas também ao trabalho relacionado à esfera doméstica, à prática comunitária, às manifestações artísticas e intelectuais, à participação nas instâncias de representação política, trabalhista, comunitária e religiosa¹¹.

No escopo da relação social estabelecida entre Capital X Trabalho, conflituosa desde o princípio, a sociedade ocidental vai acompanhar a deflagração, a partir do século XX, da crise desta relação: precarização das condições de trabalho e o aumento vertiginoso da massa de desempregados estruturais. Esta crise do capital deflagrou uma crise do trabalho e das condições de organização deste, de modo a provocar metamorfoses das relações geradas no mundo do trabalho, instituídas desde sua criação no início do século XVIII.

¹¹ Estas diferentes formas de produzir e de organizar a vida individual e coletiva intercambiam-se com diversas perspectivas ou abordagens. Dentre elas pode-se destacar as de gênero (a participação das mulheres e homens nas relações entre trabalho formal, informal e doméstico); de parentesco ou de comunidade (posição dos membros na hierarquia da família e da comunidade relacionados à sua ocupação profissional); de geração (as transformações históricas na relação entre o trabalho formalmente aceito em uma sociedade e o trabalho infantil, além do trabalho como formação educativa nas dimensões professor(a)/aluno(a), mestre/aprendiz, entre outras); e de poder (tensões e conflitos entre os diferentes agentes sociais, profissionais e políticos) (Mészáros, 2004).

As metamorfoses do mundo do trabalho resultam da conjugação de vários fatores: o desenvolvimento tecnológico instaurado pela Terceira Revolução Industrial, como a microeletrônica e a robótica¹²; a globalização da economia e a descentralização de capital financeiro que redefiniram a divisão internacional do trabalho; a generalização da corrente neoliberal nos países ocidentais como fio condutor das práticas públicas e privadas da gestão social. Um dos principais efeitos dessa gestão privatista do social nas sociedades organizadas em torno da economia de mercado foi o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social e, conseqüentemente, a perda de benéficos já consagrados em acordos internacionais. Tudo isso serviu para aguçar o desemprego, conferindo a este uma túnica estrutural, quase irreversível e muito perversa¹³.

Mas o que antes foi considerado irreversível, atualmente é alvo da crítica anti-utilitarista¹⁴ do padrão social vigente. Se, por um lado, a crise afeta a condição humana e sua capacidade de criar e/ou de reelaborar o conteúdo das relações sociais, encontra-se nessa mesma crise a possibilidade de mudança, de contestação e superação desse flagelo: reafirmar a importância teórica e empírica de que o mundo do trabalho, por excelência, ainda representa a efetivação dos sentidos da ação humana, que não se restringe apenas à dimensão e explicação racional-utilitária, mas representa também a afirmação e a confirmação do vínculo social entre os indivíduos.

¹² Este processo foi desencadeado pela reestruturação produtiva do capital que implicou na substituição da rigidez do fordismo/taylorismo – contratos fechados, produção em massa, etc. – pela organização toyotista, que instaurou a flexibilização do trabalho e da produção. Esse padrão flexível de organização da produção modifica as condições sociais e técnicas do trabalho e abre novas exigências sobre o trabalhador, solicitando-lhe uma capacidade polivalente e engajamento flexível às demandas de mercado. Essa reestruturação produtiva acontece aliada à globalização e à ideologia do neoliberalismo. Três fatores que, conjugados, produziram o desemprego, a precarização do trabalho e a queda da renda salarial média.

¹³ Entre meados dos anos de 1980, a solução para este quadro foi reduzir a jornada de trabalho e acelerar o desenvolvimento econômico. Isso implicou a redução da demanda por força de trabalho, pois, enquanto uma parte dos trabalhadores trabalhava cada vez mais por uma remuneração horária declinante, outra parte crescente dos trabalhadores deixava de poder trabalhar. Na década de 90, as soluções para o desemprego passavam em geral por políticas de treinamento profissional (capacitação e recapacitação), financiamentos de microcréditos e estímulo à prática do empreendedorismo. Contudo, é preciso lembrar que a maior qualificação dos trabalhadores, intensamente reclamada pelos empregadores, não é solução para o desemprego.

¹⁴ No desenvolvimento desta tese, a noção de anti-utilitarismo será devidamente desenvolvida. Mas, para termos de aferição do termo utilizado nesta página, vide nota 20.

Partindo desse contexto, a presente tese buscou compreender a possibilidade de se organizar novas formas de trabalho a partir de uma gestão anti-utilitária da produção e dos vínculos sociais, tendo como foco empírico os papéis sociais da mulher trabalhadora. Para isso, percorreram-se registros empíricos e teóricos sobre a elaboração de uma outra ordem societária, capaz de produzir uma outra economia, uma economia solidária. O que se tem percebido em pesquisas que buscam traçar o campo de formação e desenvolvimento da economia solidária é que há um processo de afinidade eletiva entre uma demanda estrutural (a saber, uma necessidade das sociedades ocidentais em redefinir o conteúdo e o arranjo das relações de trabalho) e a reelaboração do perfil daqueles que vivem do trabalho¹⁵. Os sujeitos-trabalhadores que se encontram em situação de precariedade ou exclusão social também podem ser vistos como sujeitos condutores de uma nova força social capaz de produzir uma outra lógica de organização econômica e social¹⁶. E para a presente pesquisa, a mulher trabalhadora representa essa força social capaz de redefinir os conteúdos dos vínculos sociais, remodelando, conseqüentemente, a gestão do trabalho.

Esta perspectiva permitiu a esta tese colocar-se em situação de debate e crítica à propalada estratégia globalizante e neoliberal contemporânea de que não há mais história a construir, não há mais trabalho e, sobretudo, que não haveria mais sujeitos¹⁷ capazes de reinventar a história social humana.

¹⁵ Antunes (1995) defende que a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha. Defende ainda uma resignificação dos sujeitos que vivem do trabalho e também uma releitura da capacidade histórica e transformadora destes sujeitos enquanto classe social, classe trabalhadora.

¹⁶ É preciso lembrar, entretanto, que essa nova força social está sujeita aos arranjos e contextos sociais mais amplos. As pesquisas sobre economia solidária em países como a França, Argentina, Canadá e Brasil apontam que o desenvolvimento de novas formas de trabalho, pautadas na solidariedade e na cooperação, dependem de uma articulação entre as políticas públicas (apoio estatal com microcrédito, cursos de capacitação profissional e gerencial, replicação de tecnologias sociais), a sociedade civil organizada e com legitimidade política (organizações populares, Ongs, conselhos participativos e deliberativos para discussão de orçamentos e políticas de intervenção social, etc.) e o mercado (as práticas de economia solidária não poderiam prescindir da existência de um mercado protegido, ou seja, da criação de uma rede integrada de cooperados e autônomos). A idéia básica seria assegurar para os novos empreendedores um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, criando uma rede, um sistema de trocas, de financiamento e orientação técnica, legal, contábil, etc., mediante a solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos.

¹⁷ Esta tese se apoiou em Touraine (1994) para pensar a noção de sujeito, ou melhor, a passagem do indivíduo ao sujeito e ator: "*o sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser*

Todavia, o entendimento sobre o caráter criador dos seres humanos e sobre a necessidade de mudança que sempre caracterizou os diferentes períodos históricos das estruturas societárias, não permite esvaziar a História nem tampouco subestimar a capacidade transformadora daquele que significa o mundo a partir da sua intervenção materializada pelo trabalho.

A partir de uma referência reflexiva e integrada entre Estrutura e Sujeito, História e Biografia, Trabalho e Papel social, Reconhecimento e Identidade, esta tese percorreu justamente uma análise situada a partir da realidade do mundo do trabalho no Brasil, buscando registrar outros elementos que tornem possível criar alternativas à relação instrumental Capital X Trabalho.

Dito de outra forma, redefinir as estruturas do mundo do trabalho e resignificar a atuação dos sujeitos-trabalhadores apresentam-se como uma proposta para se superar a crise contemporânea do mundo do trabalho e explicam, ao mesmo tempo, o eixo epistemológico, teórico e empírico adotado aqui: para superar os dualismos existentes na pesquisa sociológica¹⁸ e adotar um

reconhecido como ator". Para Tourraine (1994), o indivíduo é a unidade particular onde se misturam a vida, o pensamento, a experiência e a consciência. O sujeito é a passagem do *id* ao *ego*. E na sociedade moderna isso é feito a partir de dois processos: o de racionalização da vida coletiva e subjetivação das ações sociais. Tourraine (1994, 219) aponta para a dualidade inerente à conjugação destes dois processos: "O drama da nossa modernidade é que ela se desenvolveu lutando contra a metade dela mesma, fazendo a caça ao sujeito, em nome da ciência, rejeitando toda a bagagem do cristianismo que vive ainda em Descartes, [...] (solapando) a herança do dualismo cristão e as teorias do direito natural que haviam provocado o nascimento das Declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão nos dois lados do Atlântico". A modernidade precisou matar o sujeito para triunfar. No plano da ética, o problema é mais evidente. A pergunta a ser feita, hoje, é se os valores éticos se constituem em padrões uniformes, imutáveis e universais ou devemos ter regras casuísticas de conduta? Devemos adotar a subjetividade ou a objetividade axiológica? A absolutividade ou relatividade dos valores éticos? A sua igualdade ou hierarquia? O ego é construído pela cultura e mata as possibilidades do sujeito. O ego é o indivíduo consumidor que se submete às instâncias do Estado. O ego é a afirmação como experiência de massa, reforça a inação das diferenças, fica preso ao sistema. Ele conserva a modernidade, mas não a transforma. Nesse caso, como recuperar essa falta da dialogicidade entre a razão e o sujeito se de um lado, o sujeito sem a razão se fecha na obsessão de sua identidade e, de outro, a razão sem o sujeito se torna instrumento de poder? Parece que a resposta está no próprio sujeito. O sujeito paira sobre tudo, está suspenso entre o céu e a terra, em constante construção, recria as suas razões ou ele deixa de ser sujeito, deixa de ser ator da história e volta a ser o indivíduo, isso porque a idéia de sujeito não pode ser separada da idéia de ator social. Essa afirmação do homem como sujeito de sua própria história demonstra que ninguém se realiza sozinho, só nos realizamos na interação que prime pelo diálogo de reciprocidades e pelo reconhecimento do outro na sua condição humana.

¹⁸ Ao longo da sua formação, a produção da teoria sociológica traz uma questão: qual a sua lógica? Quer dizer, quais são as estratégias epistemológicas que conduzem a produção desse conhecimento? Desde os clássicos – Durkheim, Weber e Marx – até os mais atuantes autores da

posicionamento analítico que priorize a dialética da vida social e que integre dialogicamente a objetividade estruturante do materialismo histórico, os condicionantes históricos e institucionais da sociedade, com a abordagem de subjetivação e explicação cultural das ações sociais desenvolvidas pelos indivíduos.

É com esta abordagem que a tese buscou construir uma reflexão sobre o papel das *mulheres-trabalhadoras* nesse contexto de crise do mundo do trabalho, adotando como referencial analítico a possibilidade de se gerar uma outra forma de organizar a produção e a inserção social. Desse modo, nosso estudo foi desenvolvido a partir da análise teórica e empírica do trabalho organizado por mulheres em situação de pobreza e/ou exclusão social, no qual a organização dessas indicava uma situação de economia popular solidária¹⁹.

teoria social contemporânea – Giddens, Bourdieu, Elias, Goffman, etc. – tal questão é respondida, em grande medida, pelas visões díspares que cada autor ou corrente de pensamento possui sobre a organização da própria vida social. Para alguns desses autores, existiriam leis sociais, regularidades empíricas passíveis de observação e controle. Para outros, tais leis são impossíveis, dado o caráter de imprevisibilidade constante das ações sociais.

¹⁹ Inicialmente, falamos em uma “*situação*”, em um “*contexto*” de economia popular solidária, por que esta não é ainda uma prática econômica e social totalmente estruturada e objetivamente reconhecida pela grande maioria da sociedade. Por se tratar de configurações específicas e, sobretudo, de arranjos situacionais, o trabalho cooperado e solidário coloca-se como uma proposta crítica da atual organização econômica e social, o que não se traduz ainda como uma estrutura objetiva e estruturante, nos moldes de Bourdieu (1982), das relações sociais. Entretanto, pela sua característica crítica e metamórfica, a economia solidária ou trabalho cooperado e solidário é visto como um potencial transformador da realidade econômica vigente. O que se tem percebido em pesquisas que buscam traçar o campo de formação e desenvolvimento da economia solidária é que há um processo de afinidade eletiva entre uma demanda estrutural (a saber, uma necessidade das sociedades em redefinir o conteúdo e o arranjo das relações de trabalho) e a reelaboração do perfil daqueles que vivem do trabalho. Os sujeitos-trabalhadores que se encontram em situação de precariedade ou exclusão social também podem ser vistos como sujeitos condutores de uma nova força social capaz de produzir uma outra lógica de organização econômica e social. É preciso lembrar, entretanto, que essa nova força social está sujeita aos arranjos e contextos sociais mais amplos. Pesquisas sobre economia solidária em países como a França, Argentina, Canadá e Brasil (Coraggio, 2000; Laville, 2000; Gaiger, 2000; Singer, 1999), apontam que o desenvolvimento de novas formas de trabalho, pautadas na solidariedade e na cooperação, dependem de uma articulação entre as políticas públicas (apoio estatal com microcrédito, cursos de capacitação profissional e gerencial, replicação de tecnologias sociais), a sociedade civil organizada e com legitimidade política (organizações populares, Ongs, conselhos participativos e deliberativos para discussão de orçamentos e políticas de intervenção social, etc.) e o mercado (as práticas de economia solidária não poderiam prescindir da existência de um mercado protegido, ou seja, da criação de uma rede integrada de cooperados e autônomos). A idéia básica seria assegurar para os novos empreendedores um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, criando uma rede, um sistema de trocas, de financiamento e orientação técnica, legal, contábil, etc., mediante a solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos.

Trata-se de reconduzir a importância da análise do trabalho enquanto gerador não só de mercadorias, mas, sobretudo, de sociabilidades e identidades sociais positivamente reconhecidas pelos agrupamentos sociais. Procuramos demonstrar a existência de um tipo contemporâneo de trabalhadora: **a mulher-empREENDEDORA solidária**. Essa noção ancorou-se na retomada da positividade do trabalho, que, por excelência, estabelece níveis de inserção e integração na sociedade e permite ao trabalhador(a) construir sua identidade a partir da relação com o outro.

Analisamos um processo de reconstrução do papel social das mulheres-trabalhadoras, através da geração de novas identidades de referência. Isso só foi possível na medida em que a pesquisa estabeleceu como base de estudo empírico o acompanhamento e a contextualização do desenvolvimento de laços produtivos e reprodutivos gerados a partir do trabalho cooperado e solidário, nas formas de associação ou cooperativa.

Procurou mostrar que se passa a produzir auto-estima, reconhecimento, reciprocidade, segurança e uma referência de grupo, logo de existência social, a partir da aparição de novos princípios sobre a condição do(a) trabalhador(a) que teve sua função social e econômica esvaziada de significado produtivo. Partindo dessa perspectiva, a discussão desenvolvida aqui alicerçou-se nas seguintes premissas:

1. **O trabalho é uma categoria sociológica e social central para se pensar a afirmação e confirmação do vínculo social.** Com a categoria **trabalho** é que se visualiza o arranjo estrutural das relações sociais e a geração de novos eixos de integração/inserção. Por outro lado também, é através da realização do trabalho que os indivíduos corporificam e expressam significativamente sua participação no mundo e na realização de si próprios (MARX, 1982; ANTUNES, 1999; LOJIKNE, 1992; RAUTA RAMOS, 2002; CRUZ, 2002; SINGER, 2002).
2. **A ação humana e a gestão social não se configuram e se sustentam apenas na razão utilitarista e na prática egoísta e predatória (em termos existenciais e ambientais) da economia de mercado.** O MAUSS

(Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais)²⁰ discorda da submissão a um modelo econômico onipotente e se opõe a uma visão exclusivamente instrumental da democracia, das relações sociais e do mercado. O MAUSS alimentou a atualização da idéia de uma economia popular solidária, que se apresenta hoje como uma alternativa de crítica e superação da atual crise do mundo do trabalho. Ele defende que é possível engajar-se (incluir-se) no processo produtivo através das práticas de trabalho aí geradas. A economia popular solidária é a organização de um novo setor de reinserção produtiva, com unidades econômicas de trabalho baseadas na cooperação, socialização de saberes, constituição de redes de comunicação, troca e auto-sustentabilidade econômica. Exprime o ideal de uma forma coletiva de produzir²¹ e tem sido tema de diversas pesquisas (FRANÇA FILHO, 2002;

²⁰ A Revista do MAUSS (sigla em francês para Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais) foi lançada em 1981 por um grupo de acadêmicos franceses das áreas de Sociologia, Economia e Antropologia. Eles discordavam do caminho que se estava impondo às ciências sociais na época, notadamente sua submissão a um modelo econômico onipotente, e se opunham a uma visão exclusivamente instrumental da democracia e das relações sociais. Sob inspiração do antropólogo Marcel Mauss – que, em sua obra *Ensaio sobre a Dádiva* (1924), desafiou os fundamentos filosóficos da teoria econômica moderna de que toda relação humana teria origem no utilitarismo e na troca –, o grupo do MAUSS passou a publicar *Le Bulletin du MAUSS*, que em 1988 se tornou *La Revue du MAUSS*, de edição semestral (Ed. La Découverte). Desde a postura inicialmente crítica, esta revista vem contribuindo para a criação de um amplo painel de teorias e artigos relacionados ao que se tornou conhecido como o Paradigma da Dádiva. Segundo Mauss (2003), as sociedades *progrediram* na medida em que elas mesmas, seus subgrupos e seus indivíduos souberam estabilizar suas relações, dar, receber e, enfim, retribuir. Releituras de Mauss, feitas por Godbout (2002) e Caillé (1998), indicam que a dádiva – o dar e receber espontânea e compulsoriamente – encontra-se presente nas sociedades contemporâneas, mas não apenas nos interstícios sociais, conforme afirmava o próprio Mauss, pois nossas necessidades não são apenas as que giram em torno de nossa sobrevivência e bem-estar enquanto indivíduos. Insistir na importância da economia da dádiva é romper com a concepção de troca que concebe as pessoas como agentes exclusivamente egoístas e competitivos. Estudos sociológicos contemporâneos (Cruz, 2002; Caillé, 2002) mostram que em nossa sociedade o paradigma da troca convive com o paradigma da dádiva mas o último é obnubilado pelo primeiro. Não pensamos na importância do que fazem as mães, a família, os amigos para o nosso bem-estar. Apenas lembrando, o domínio da dádiva é marcado por uma certa ambigüidade: gratuidade e retorno, interesse e desinteresse, liberdade e obrigação, desigualdade nas trocas, prazer em dar, espontaneidade, etc. A dádiva, como diz Caillé (1998, 30), "não é passível de interpretação nem na linguagem do interesse, nem da obrigação, nem na do prazer e nem mesmo na da espontaneidade, já que não é senão uma aposta sempre única que liga as pessoas, unindo simultaneamente, e de uma maneira sempre nova, o interesse, o prazer, a obrigação e a doação".

²¹ Pessoas associam-se livremente para conduzir juntas ações que contribuam à criação de atividades econômicas e empregos, ao mesmo tempo em que estas reforçam a coesão social. Entre essas atividades, as cooperativas são as mais antigas e melhor conhecidas, mas a elas somam-se outras, como os clubes de troca (pequenos produtores que usam de moeda própria para intensificar o intercâmbio entre eles) e bancos do povo (cooperativas de crédito dirigidas aos mais pobres, em que o crédito é garantido pelo compromisso solidário de grupos formados para essa finalidade), grupos comunitários e associações com os mais diversos fins. Podemos dizer

SINGER, 2000; KRAUCHETE, 2000; NUNES, 2002; LISBOA, 2003; MEIRA e MOURA, 2002).

3. Novas relações de trabalho passam, necessariamente, pelo **reconhecimento de que as trajetórias de socialização na família e no mundo do trabalho se diferenciam para homens e mulheres**. Isso significa analisar as implicações provocadas pelas relações sociais de sexo na ocupação dos espaços público e privado, em especial no espaço da casa e no espaço de trabalho. Ou seja, novas relações de trabalho dependem da crítica e desconstrução das assimetrias de gênero. Conseqüentemente, uma nova organização social do trabalho apenas será concreta e sustentável através do reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres-trabalhadoras. Conseqüentemente, o desenvolvimento eficiente e transformador de novas relações de trabalho a partir das referências de cooperação e solidariedade permite-nos redefinir o conteúdo das relações sociais de trabalho e de gênero. (RUA, 2000; CRUZ, 2002; BRUCHINI, 1999; BANDEIRA, 2002; KÜCHEMANN, 1996; NUNES, 2002; HIRATA, 2002; YANNOULAS, 2002; LYPOVETSKY, 2000).

O foco do nosso estudo trata da condição contemporânea das mulheres-trabalhadoras, e procurou percorrer e compreender a seguinte questão: *Qual o papel das mulheres nesse processo de reinvenção dos laços produtivos e reprodutivos e das sociabilidades? Dito de outra forma, quais as alternativas à crise do trabalho hoje e como as mulheres vem atuando nesse processo de constituição de outros campos para a geração de vínculos sociais e econômicos?* Dessa questão, nasceram outras:

- a) A economia popular solidária potencializa a constituição positiva – com reconhecimento social e autovalorização – da identidade das mulheres-trabalhadoras?

que a economia solidária baseia-se em todas as formas possíveis de organizar a produção, a distribuição e o crédito por princípios solidários e de cooperação (Cruz, 2002).

- b) A busca pela valorização do papel social e identitário das mulheres e seu trabalho, passa por uma alternativa de integração dessas mulheres através do trabalho cooperado e solidário?;
- c) .Quais as representações sociais atuais acerca do papel das mulheres no mundo do trabalho?;
- d) Quais fatores auxiliam ou dificultam a realização de atividades cooperadas organizadas por mulheres?.

A partir dessas questões estabelecemos os seguintes objetivos de estudo:

I. Geral:

- 1 - Analisar o trabalho e o papel social das *mulheres-trabalhadoras* no contexto da economia popular solidária

II. Específicos:

1. Traçar o contexto da crise do mundo do trabalho e a percepção do grupo de mulheres-trabalhadoras investigadas sobre os sentidos do trabalho e sua crise atual;
2. Apontar as tendências recentes do mercado de trabalho brasileiro;
3. Identificar o perfil socioeconômico das *mulheres-trabalhadoras* investigadas;
4. Analisar as trajetórias de socialização familiar e compreender como tais trajetórias forjam os papéis sociais femininos nos espaços público e privado;
5. Investigar qual o papel desempenhado pelas mulheres nesse processo de reestruturação de uma nova ordem para o trabalho cooperado e solidário;
6. Conhecer quais as motivações das trabalhadoras para se organizar em atividades cooperadas;
7. Identificar quais as estratégias de manutenção do grupo;

8. Descrever a autopercepção das mulheres-trabalhadoras com relação ao seu papel na família e no grupo de trabalho;
- 9 Compreender a percepção do grupo investigado sobre à sua identidade social e ao seu trabalho;
10. Analisar se o exercício de atividades cooperadas tem possibilitado gerar uma nova categoria social de mulheres, que podem ser denominadas mulheres-empendedoras solidárias;
11. Identificar se há correlação entre auto-estima e maior integração social.

A pesquisa procurou verificar a pertinência empírica da seguinte hipótese: no contexto da economia popular solidária, tornar-se-ia possível um favorecimento à formação e atuação de *mulheres empreendedoras solidárias*. Em outras palavras, a economia popular solidária favoreceria positivamente o reconhecimento do trabalho das mulheres, sobretudo daquelas que vivem em situação de vulnerabilidade, mas que empreendem sua força de trabalho na produção e na reprodução social. O que queremos realçar com este estudo é que elementos da economia popular solidária nos sugerem outras formas de organizar a vida econômica e social e ao mesmo tempo, nos ajuda a compreender e a enfrentar as assimetrias das relações sociais de sexo no mundo do trabalho. Isto seria possível porque no âmbito da economia popular solidária, amparada pela crítica anti-utilitarista, existem três contribuições que nos permite aludir a hipótese por nós aventada: a) a utilização de recursos variados, disponíveis à população local, tais como resíduos sólidos que podem ser reciclados, artefatos culturais com linhas e bordados que podem virar artesanato, etc.; b) o foco nas necessidades humanas, de forma que as ações sociais não se reduzam ao utilitarismo da sociedade de mercado; e c) a constituição de um espaço de mediação entre o público e o privado, entre a família e o trabalho, onde as pessoas podem criar ações de reciprocidade e reconhecimento entre pares sociais, especialmente, mulheres-trabalhadoras-mães-chefes-de-família.

A metodologia de pesquisa adotada estruturou-se a partir da conjugação de alguns métodos sociológicos. Desse modo, a abordagem de pesquisa adotada nesta tese, cujo objetivo geral foi pensar o papel social das

mulheres-trabalhadoras no contexto da crise do mundo do trabalho, deu-se a partir do diálogo entre os métodos compreensivo e histórico, entre a abordagem funcional-estruturalista e o interacionismo simbólico; enfim, entre a estrutura social e os sujeitos sociológicos. De modo geral, a abordagem do problema desta pesquisa foi de ordem qualitativa, tendo sido a compreensão do fenômeno realizada a partir das referências fornecidas pela população estudada. Tal metodologia justifica-se no fato de que a pesquisa sociológica, guiada pela noção de contextualizar e buscar os elementos estruturantes da organização social e das subjetivações, favorece uma compreensão articulada entre a teoria científica, a estrutura social e as motivações individuais²².

Os procedimentos metodológicos foram:

- a) Realização de pesquisa de campo, que se desenvolveu durante 18 meses e em quatro etapas na comunidade de dois grupos de *mulheres-trabalhadoras* da Vila Estrutural e do Riacho Fundo II, perfazendo-se um total de 50 mulheres pesquisadas (sobre essas etapas cf. Capítulo 01);
- b) Organização de coleta de dados na forma de observação não-participante e semi-estruturada; aplicação de questionário; realização de entrevistas em profundidade e de grupos focais;
- c) Técnica de análise de dados através da categorização das observações e das entrevistas.

Esta tese está organizada em cinco capítulos. O primeiro trata da estruturação da pesquisa: seu objeto de estudo, problemas e hipótese de investigação, metodologia de abordagem e procedimentos. Ainda nesse capítulo, descrevemos os sujeitos investigados em seu contexto sócio-espacial e

²² Merton (1979) nos lembra que a vida social não é tão simples, a ponto de ser captada por uma simples relação de causa e consequência, lineares e positivas. A introdução dos conceitos de função manifesta – superficial, consciência aparente e objetiva das funções e papéis sociais – e de função latente – a estrutura mais íntima, essencial, subjetiva e inconsciente – na pesquisa social representou uma forma de pesquisar o que não está dito nem escrito na superfície das relações sociais.

explicamos o campo epistemológico no qual a tese foi gerada, sua base lógica de investigação e as técnicas de pesquisas utilizadas no estudo.

No segundo capítulo, abordamos os sentidos do trabalho e os elementos de sua crise na contemporaneidade. Analisamos como as *mulheres-trabalhadoras* que investigamos percebem essa crise e qual(is) sentido(s) elas atribuem à categoria trabalho. Como um dos pressupostos desta tese está na assunção de que o trabalho é uma categoria central para a geração e manutenção dos vínculos sociais, este capítulo teve por objetivo desenvolver esse argumento e demonstrar a percepção dos sujeitos pesquisados sobre o tema em toda a sua complexidade: dos sentidos do trabalho e sua crise – vulnerabilidade, exclusão social e insegurança.

O terceiro capítulo teve por objetivo situar a realidade brasileira diante da crise do mundo do trabalho. Para tanto, descrevemos um panorama das tendências recentes do mercado de trabalho brasileiro nas seguintes categorias: redução da ocupação na indústria, aumento da informalização, ampliação do número de mulheres no mercado de trabalho e redução do emprego formal. Também destacamos a situação da mulher brasileira quanto aos aspectos de grau de escolaridade, atuação profissional e remuneração. Posto esse panorama, encerramos esse capítulo com a apresentação do perfil socioeconômico do grupo de *mulheres-trabalhadoras* por nós investigadas, a fim de demonstrarmos o grau de vulnerabilidade social a que estavam submetidas até se organizarem em uma atividade de trabalho cooperada e solidária.

O quarto capítulo discute como as trajetórias de socialização na família e no mundo do trabalho, para o universo de mulheres que pesquisamos, diferenciam-se para homens e mulheres. Nosso objetivo foi analisar como as implicações provocadas pelas relações sociais de sexo condicionam a ocupação dos espaços público e privado pelas mulheres, sobretudo na família e no trabalho. Esse capítulo traz também a discussão de como a divisão sexual do trabalho imputou uma condição de subordinação às mulheres e seu trabalho. Tal discussão buscou, ainda, apontar outras questões: a invisibilidade do trabalho doméstico não-remunerado, a dupla jornada e a responsabilidade da chefia

familiar feminina, a discriminação de gênero e a conseqüente inserção desigual no mercado de trabalho.

O capítulo cinco aborda a questão das alternativas à crise da relação Capital x Trabalho e como tais alternativas podem fazer parte dos processos sociais de produção de vínculos. Nesse sentido, o seu objetivo foi analisar como as mulheres estão participando desse processo de criação de outros espaços sociais que também produzem valores de uso e de troca e vínculos entre as pessoas. Adotamos dois tipos de análise: a primeira análise trata da organização e da dinâmica interna de trabalho dos grupos por nós estudados. Nessa análise, buscamos identificar elementos como cooperação, solidariedade, autogestão, autonomia e relações democráticas, que caracterizariam a atividade das mulheres aqui estudadas como Empreendimentos Econômicos Solidários – EES. A segunda análise priorizou o conteúdo simbólico e subjetivo das relações estabelecidas no interior desses grupos e destacou os seguintes pontos: práticas de reciprocidade, reconhecimento e produção de identidades. Em suma, no capítulo 5, procuramos demonstrar como se elabora, a partir de um determinado contexto de trabalho com orientação cooperada e solidária, uma dinâmica de produção social de vínculos, oriundos da ação social de algumas trabalhadoras que este estudo identificou como as *mulheres empreendedoras solidárias*.

Em seguida, são apresentadas as considerações finais com os principais pontos destacados por este estudo.

Por fim, cabe ressaltar que todos os capítulos foram escritos e são apresentados a partir das narrativas das mulheres que este estudo observou.

CAPÍTULO 1 – A PESQUISA: OBJETO DE ESTUDO E PERCURSO METODOLÓGICO

1.1 - A Ciência e o contexto social dos problemas dos Sujeitos, e a ciência dos Sujeitos sobre o contexto social dos seus problemas: falas contemporâneas do mundo do trabalho

“Aqui, a gente têm a mesma vida. Pode conversar sobre os mesmos problema. Depois, é bom saber que dá pra fazer outras coisas. A gente lava, passa, corre atrás de menino, faz uma faxina aqui, ali... tenta um dinheirinho com as diárias nas casa do Guará, Cruzeiro... aí agora, tamo podendo aprender outra coisa. Me sinto mais gente... todo mundo quer uma vida melhor. Às vezes não tem é oportunidade. Mas a gente tá tentando. (M. B. S., 37 anos, quatro filhos, catadora)

...

“A redução do Estado Social na gestão societária e a consolidação da lógica de mercado como elemento fundante das ações sociais criou uma grande massa de desempregados, subempregados e precarizados de toda ordem. Para mim, uma grande questão hoje é resgatar o caráter integrador e socializador que sempre foi peculiar à esfera do mundo do trabalho. Qual a saída para essas pessoas? Dada a nossa capacidade de refletir e agir sobre tal situação, a essas pessoas restam, a meu ver, duas situações: morrer, invisíveis e desimportantes e, por isso, sem nenhum grão de dignidade cidadã ou voltar ao palco social mediante a capacidade eminentemente humana, de sujeitos integrados, de criar, através do trabalho, a si próprios e os outros”. (T.C.S.C., 30 anos, sem filhos, socióloga).

...

“Eu gosto de tudo o que eu já fiz. Eu já fui copeira, já fui cozinheira, doméstica e agora eu tô com artesanato. Mas eu

acho que o trabalho que eu gosto mais de fazê é esse do crochê. Dá pra ficá em casa e ganhá um dinheirinho". (A. V. S., 42 anos, 3 filhos, crocheteira²³)

...

As falas acima registradas representam narrativas contemporâneas de uma sociedade que se vê diante da dificuldade estrutural e até mesmo simbólica de incorporar todos os seus indivíduos ao circuito de produção e conseqüentemente de torná-los membros ativos e legitimamente representados na arena coletiva de tomada de decisões. Nessas falas, reconhecemos uma questão em comum: a crise do mundo do trabalho e a integração social. Nesse ponto, começa a reflexão desta pesquisa: ao nos depararmos com os crescentes números sobre o desemprego²⁴, precarização e desregulamentação das

²³ Por se tratar de discurso oral, procuro transcrever as falas respeitando o máximo possível as suas idiossincrasias.

²⁴ Nas últimas duas décadas, a economia brasileira vem se caracterizando por um processo de reestruturação produtiva, aliado à diminuição do crescimento econômico, implicando uma baixa capacidade de geração de postos de trabalho. Para as regiões metropolitanas onde é realizada a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife e Salvador, o ano de 2005 vem registrando patamares significativamente mais elevados. No mês de abril daquele ano, na Grande Belo Horizonte, Distrito Federal e Grande Porto Alegre, as taxas de desemprego se situavam, respectivamente, nos patamares de 18,4%, 22,1% e 19,2%. A Grande São Paulo registrou, em maio, uma taxa de desemprego de 20,3%, sendo o contingente de desempregados estimado em 4.620.000 pessoas. Na Região Metropolitana de São Paulo, onde se concentra o maior contingente da População Economicamente Ativa (PEA) nacional, a evolução das taxas de desemprego vem se caracterizando, especialmente, pelo crescimento em segmentos responsáveis em maior medida pelo sustento familiar. Entre dezembro de 2004 e maio de 2005, as elevações das taxas de desemprego se caracterizaram por expressivas variações, principalmente entre os chefes de domicílio (24,3%), nas faixas etárias com maior participação na PEA - pessoas entre 18 e 24 anos (21,8%) e 25 a 39 anos (17,5%) -, homens (21,6%) e pessoas com experiência anterior de trabalho (17,2%). A gravidade da situação do desemprego atual se expressa também na alta elevação das taxas de desemprego em praticamente todos os demais segmentos, tais como: mulheres, pessoas com 40 anos e mais e aquelas sem experiência anterior de trabalho. (DIEESE, Análise Anual, PED, 2005). Se nos contentássemos com as estatísticas de desemprego e da precarização das relações de trabalho hoje, que servem de indicadores do movimento da sociedade e de seus indivíduos, poderíamos sucumbir à propalada idéia do fim da história, das idéias, da capacidade criativa e transformadora da condição humana. Aceitaríamos, sem maiores resistências de ordem intelectual e pragmática, a impossibilidade de transformar os números, ou melhor, de colocar outras oportunidades para os sujeitos que ficam à sombra de tais números. Nossa pergunta é: que alternativas existem para essas pessoas? Como elas percebem a atual crise do trabalho? Na verdade, como os milhares de homens e mulheres desempregados ou precarizados têm se organizado para sobreviver a esses desajustes materiais, simbólicos e altamente excludentes das sociedades ocidentais contemporâneas? Em última instância, como as mulheres brasileiras respondem a esses desafios?

condições do trabalho, existiriam outras alternativas de organizar o mundo do trabalho e as relações sociais dele adjacentes? Os atores sociais contemporâneos vislumbram alguma alternativa? Quer dizer, entre os assustadores dados da crise do mundo do trabalho e um suposto esvaziamento das subjetividades pós-modernas, qual o poder de articulação dos sujeitos que vivem do trabalho?

Diante deste panorama, é preciso esclarecer que esta tese partiu de dois pressupostos que fundamentaram toda a estruturação da pesquisa: **a)** o trabalho ainda é uma categoria central para se pensar a articulação e socialização dos atores sociais e **b)** existem alternativas, tanto em nível material quanto simbólico, para se redefinir os conteúdos e as práticas acerca da crise da relação **capital X trabalho**. Estes dois pressupostos se ancoram no debate aberto pelo MAUSS – Movimento Anti-utilitarista das Ciências Sociais – que contesta a hegemonia do pensamento utilitarista e moderno, oriundo da Sociedade Industrial-Urbana do século XVIII, cujo preceito principal foi estabelecer que as motivações humanas se baseavam na moral individualista e de que a economia de mercado seria a única instância possível para se realizar todas as necessidades e desejos humanos e, conseqüentemente, colocando o mercado como principal elemento de gestão e construção da vida social (CAILLÉ, 2002; GOUBOUT, 1999; MARTINS, 2004).

O MAUSS acabou por propiciar a elaboração do chamado Paradigma da Dívida. De modo geral, é possível dizer que esse paradigma reconhece a dívida – o dar e receber gratuita e compulsoriamente - como um sistema de obrigações paradoxais, considerado básico para a criação do vínculo social. Segundo Caillé (2002), por dívida entendemos: 1) definição sociológica: qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação de dívida, o vínculo é mais importante do que o bem. 2) definição geral: toda a ação ou prestação efetuada sem expectativa, garantia ou certeza de retorno; por esse fato, comporta uma dimensão de “gratuidade”. O paradigma da dívida insiste sobre a importância, positiva e normativa, sociológica, econômica, ética, política e filosófica desse tipo de ação e prestação. (CAILLÉ, 2002,192).

Os dois pressupostos acima descritos, associados à visão de mundo do Paradigma da Dádiva, permitiram a esta pesquisa percorrer teórica e empiricamente o debate sobre a necessidade de reconstruirmos a importância do trabalho enquanto gerador não só de mercadorias, mas, sobretudo, de sociabilidades e identidades sociais positivamente reconhecidas pelos agrupamentos sociais. O princípio anti-utilitarista nos permite resignificar o sentido do trabalho contemporâneo, à medida que entendemos que os sentidos das ações humanas, das quais o trabalho é a efetivação por excelência, não se restringem às suas dimensões e explicações racionais e utilitárias, mas visam também e sempre à afirmação e confirmação do vínculo social. (FERREIRA, 2002).

Com este foco, nossa pesquisa analisou a geração de novas perspectivas para o papel social das mulheres trabalhadoras a partir da possibilidade de construção de novos parâmetros de relações sociais, baseados em uma retomada da positividade do trabalho. Ou seja, estamos falando de um processo de reconstrução positiva da representação e inserção social da condição do ser que trabalha, em especial, do ser - trabalhador mulher.

O percurso de compreensão e análise dos conteúdos e significados acerca do trabalho das mulheres, no contexto da crise do mundo do trabalho contemporâneo, buscou localizar elementos que pudessem corroborar a hipótese de que em determinados contextos de sociabilidade há formação de uma nova categoria social de trabalhadoras: as mulheres empreendedoras solidárias. Para o processo de constituição desta hipótese e ao mesmo tempo de desconstrução teórica e empírica da questão levantada por esta tese, foi imprescindível "ler compreensivamente"²⁵ as trajetórias de socialização que se estabelecem nos

²⁵ O método compreensivo, defendido por Weber (1999), consiste em entender o sentido que as ações de um indivíduo contêm e não apenas o aspecto exterior dessas mesmas ações. Dentro das coordenadas metodológicas que se opunham à assimilação das ciências sociais aos quadros teóricos das ciências naturais, Weber concebe o objeto da sociologia como, fundamentalmente, "a captação da relação de sentido" da ação humana. Em outras palavras, conhecer um fenômeno social seria extrair o conteúdo simbólico da ação ou ações que o configuram. Por ação, Weber entende "aquela cujo sentido pensado pelo sujeito ou sujeitos é referido ao comportamento dos outros; orientando-se por ele o seu comportamento". Tal colocação do problema de como se abordar o fato significa que não é possível propriamente explicá-lo como resultado de um relacionamento de causas e efeitos (procedimento das ciências naturais), mas compreendê-lo

espaços público e privado, como também compreender os mecanismos de reconhecimento dos papéis sociais elaborados a partir dessas trajetórias, que nas sociedades ocidentais foram, em grande parte, determinadas pelo papel que homens e mulheres deveriam ocupar na família e pela divisão sexual do trabalho.

Partindo deste panorama, este trabalho de pesquisa procurou contribuir para a análise de um processo social: descortinar a noção de invisibilidade do trabalho feminino e sugerir a leitura de novos significados e alternativas de negociação para uma identidade social positiva e autônoma do feminino e do seu trabalho.

1.2 - Metodologia de Abordagem – dos caminhos que proporcionaram as bases lógicas da investigação e configuraram o espaço epistemológico da pesquisa

1.2.1 - Estratégia epistemológico-teórica de abordagem do objeto de estudo (compreensão integrada, relacional e não-dualista do objeto sociológico).

A busca por um entendimento dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres no mundo do trabalho contemporâneo justificou o trabalho direto com as falas femininas. Isso implica assumir que, para o campo de investigação das Ciências Sociais, é possível iniciar uma pesquisa a partir das vivências e inquietações colocadas ao pesquisador no seu contato com os outros atores sociais. Assim, construímos, como primeiro momento desta pesquisa, a interrogação, o questionamento de certas dimensões da realidade.

E como esse processo de interrogação da realidade compõe uma das etapas da pesquisa sociológica, ele será analisado e explicado a partir de uma matriz teórica e metodológica que define o campo epistemológico desta tese. A

como fato carregado de sentido, isto é, como algo que aponta para outros fatos e somente em função dos quais poderia ser conhecido em toda a sua amplitude.

saber, esta pesquisa tem sua base analítica e explicativa fundamentada na articulação de algumas abordagens metodológicas da Sociologia. Em última instância, a lógica do estudo aqui apresentada assenta-se no pressuposto de que sem integrar as metodologias entre si, a pesquisa sociológica pode perder a compreensão da complexidade da vida social. Dito de outra forma, a integração de abordagens ao estudo do objeto da tese está evitando cair na armadilha dos dualismos teóricos e metodológicos que tanto marcaram a formação das pesquisas em Ciências Sociais. A compreensão do “social” nesta pesquisa deslocou-se das generalizações sem contexto das explicações apriorísticas (positivismo, atomismo), ou do isolamento empírico essencialista (fenomenologia, subjetivismo) sobre a sociedade e os indivíduos. Desse modo, a análise o estudo do real é antes de tudo relacional, algo que não se esclarece apenas pelo determinismo material e um *a priori* histórico, nem tampouco por um subjetivismo atomista. Nesse sentido, a presente pesquisa foi gerada e organizada a partir da leitura das seguintes abordagens:

a) **A abordagem materialista e histórica** (MARX, 1982; ROBSBAWN, 2000; ANTUNES, 1999; CASTEL, 1998, SINGER, 1999, 2000, 2002; MÉZÁROS, 2002) atualiza o momento, o contexto e o desenvolvimento histórico das estruturas sociais com suas contradições, conflitos e dialética. O palco histórico de análise na pesquisa é o conflito ontológico da relação Capital x Trabalho, cujo contexto atual vivencia as metamorfoses do mundo do trabalho: de um lado, a reestruturação produtiva, em que o padrão taylorista e fordista foi substituído por formas produtivas flexibilizadas e desregulamentação das relações de trabalho. De outro, o modelo de gestão e regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem-estar social em muitas sociedades ocidentais, vem sendo demolido pela desregulamentação neoliberal (Antunes, 2000). Castel (1998) ainda nos lembra que a atual condição material e histórica do trabalho – **a questão social** – teria sido nomeada “historicamente” a partir da pós-Revolução Industrial quando se assinalou um divórcio entre os direitos do cidadão e uma ordem econômica baseada na pauperização da massa. As pessoas teriam se tornado supranumerárias diante da atualização das competências econômicas.

b) **A abordagem funcional-estruturalista** (MERTON, 1979; PARSONS, 1969; RADCLIFF-BROWN, 1973; MALINOWSKI, 1978 *apud* CARDOSO, 1988) permitiu identificar a estrutura e o ator social, e qual o tipo de interação gerado a partir da relação social aí estabelecida, além de nos possibilitar um entendimento da configuração dos papéis sociais enquanto mediadores da relação ator e estrutura. A importância desta abordagem está em apontar de forma orgânica a relação sujeito e estrutura, com pretensão de conseguir-se uma explicação mais adequada dos fenômenos sociais, quer com base na pluralidade de fatores, quer apresentando unidades de componentes interdependentes e inter-relacionados. Para o caso desta pesquisa, importa a ênfase nos papéis gerados a partir das trajetórias de socialização definidas para homens e mulheres, articuladas no âmbito da família e reproduzidas nas relações de trabalho.

c) **A abordagem culturalista** (GOFFMAN, 1999; MEAD, 1979) enfatiza o caráter plural e simbólico das interações humanas em espaço e tempo elaborados também pela visão de mundo dos sujeitos. A interação social corresponderia ao tecido da vida social concreta, na medida em que tanto os processos mais amplos desta – a própria sociedade – quanto o indivíduo se formam e reproduzem nos processos interativos sociais gerados nesta relação²⁶. Além do aporte teórico que esta abordagem permite acerca dos significados e representações que os sujeitos elaboram sobre si e os “outros”, este tratamento foi fundamental para a consecução das técnicas de coleta de dados qualitativas e sua respectiva análise: não há como ignorar que a mulher trabalhadora quando entrevistada no espaço da casa apresentou uma performance social diferenciada daquela desempenhada nas arenas de debate e conflito no seu galpão de trabalho. Em suma, com esta abordagem foi possível registrar de que forma as mulheres trabalhadoras “reinventam” o mundo do qual participam, criam outras relações, vislumbram alternativas para situações excludentes da vida social e até mesmo degradante. O mais importante foi compreender como elas mesmas se

²⁶ Seria o que Goffman (1999) chamou de estrutura geracional das sociabilidades, na qual os indivíduos são levados o tempo todo a apresentar seu eu, a representar papéis e enquadrar-se em situações as mais diversas: situação de conforto, medo, alarmes falsos, ameaças veladas, cumprimentos ambíguos, etc. Tais situações enquadram-se em contextos e momentos, situações que têm sua regularidade e sua organização.

reinventam e reelaboram sua participação no mundo, gerando vínculos e reconhecimento.

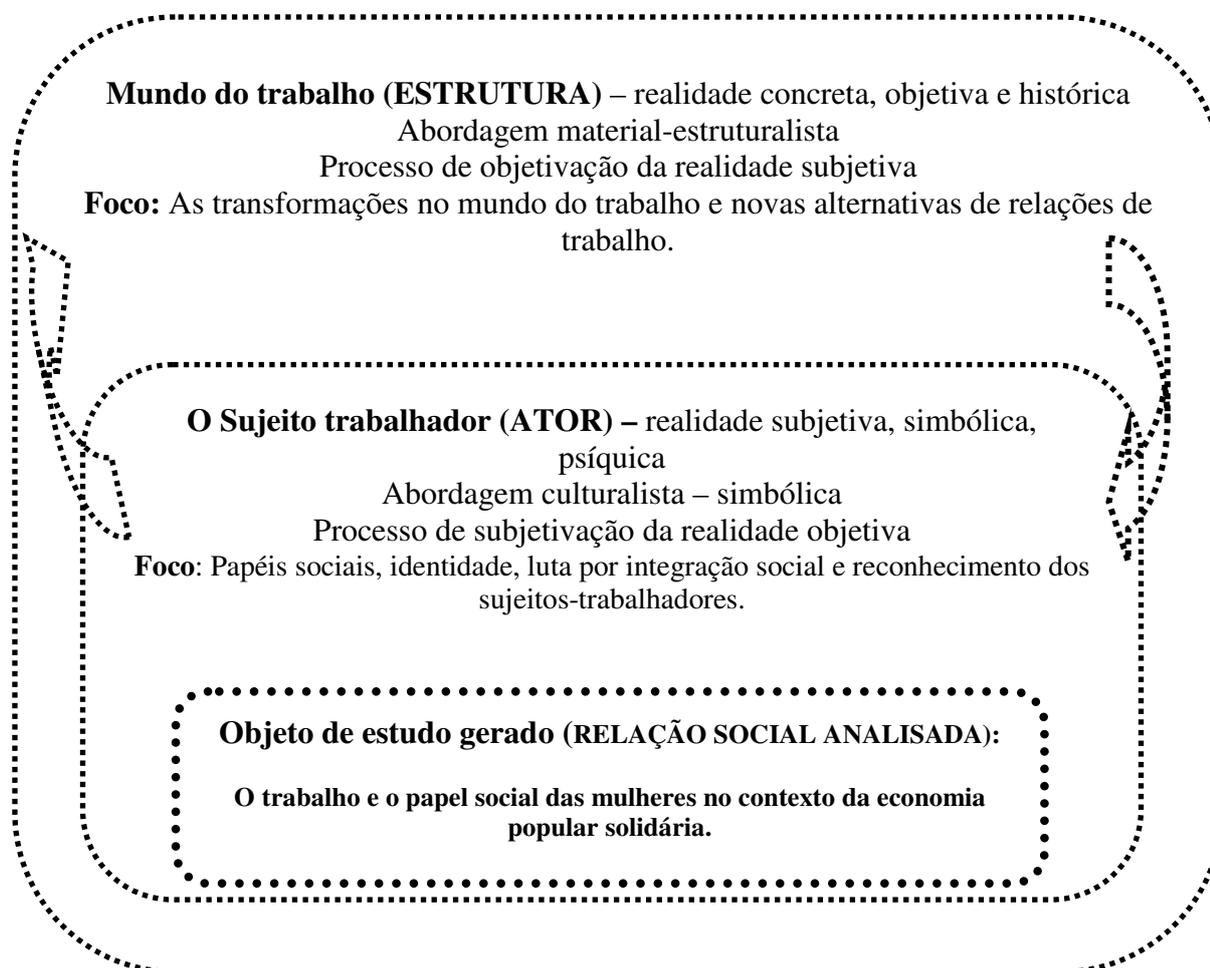
Em linhas gerais, podemos dizer que como partimos da discussão da centralidade do trabalho hoje e de que forma isso repercute na condição dos indivíduos, transito entre a concretude e a objetividade do materialismo histórico (Marx, 1983; Antunes, 1999; Polani, 1983) e a abordagem mais culturalista e subjetiva do interacionismo simbólico (MEAD, 1979; GOFFMAN, 1999). Não deixamos de dialogar com Bourdieu (1989) em sua perspectiva neo-estruturalista da relação Indivíduo X Sociedade, nem tampouco de destacar a contribuição epistemológica e teórica de autores como Giddens, Elias, Foucault, na medida em que estes nos interrogam sobre qual o lugar dos sujeitos na sociedade contemporânea.²⁷

A integração destas abordagens fundamenta o arranjo lógico desta tese – seu espaço epistemológico em seus termos explicativos e analíticos – que buscou compreender a estrutura social e localizar de que modo os sujeitos nela se estabelecem e a explicam. Em termos epistemológicos, significa percorrer o que Berger & Luckmann (1985) chamaram de processo de subjetivação da realidade objetiva (a sociedade para os indivíduos) e o processo de objetivação da realidade subjetiva (a sociedade nos indivíduos).

A seguir, traçamos um diagrama que representa a integração de abordagens aqui proposta:

²⁷ A leitura desses autores nos permite elencar uma série de questões: os atores sociais contemporâneos possuem capacidade reflexiva para transformar a estrutura vigente? (Giddens, 1998). Possuiriam eles uma noção de que o lugar que ocupam na estrutura faz parte de uma relação configuracional mediada pelas relações que estabelecem em sociedade? (Elias, 1992). Quais são os discursos tidos como verdadeiros, que fundamentam e/ou justificam as representações sociais do ser homem e ser mulher? (Foucault, 1996).

Diagrama 1.1 – Estratégia epistemológico-teórica de abordagem da pesquisa



1.2.2 – Estratégia empírica de abordagem do objeto de estudo (análise da categoria “trajetórias de socialização” da mulher nos espaços familiar e do trabalho).

Para Elias (1992) a “sociedade dos indivíduos” é um fenômeno fruto de uma interação complexa entre indivíduos e instituições, da qual resultam estruturas e processos que permitem a elaboração de sistemas sociais complexos e a articulação de papéis sociais definidos pelas configurações e trajetórias de socialização. Trata-se do entendimento de que os papéis sociais são os mediadores práticos e simbólicos da relação estabelecida entre os indivíduos e a

sociedade. Assim, a compreensão dos conteúdos e representações sociais acerca dos comportamentos esperados do indivíduo a cada posição que ele ocupa (o seu papel social) compõe a estratégia de abordagem empírica do objeto de estudo proposto. Para tanto, foi preciso entender como esses papéis sociais são forjados, o que conseqüentemente exigiu o entendimento das trajetórias de socialização dos sujeitos investigados, especificamente as trajetórias da mulher nos espaços da família e do trabalho.

A socialização é o processo de inserção, de educação e de criação de identidades dos indivíduos na sociedade. Abrange um conjunto de mecanismos de aprendizagem que fazem com que todos os indivíduos interiorizem as normas e valores de uma sociedade ou de um grupo social em particular. Ao apreender as normas e valores de uma dada coletividade, o indivíduo interioriza as maneiras de ser, agir e pensar dentro de uma sociedade. Tal processo inicia-se desde a primeira infância (socialização primária, com o microcosmo familiar) e estende-se durante toda a vida do sujeito (Cruz, 1998).

Nesse processo, o percurso de ocupação dos espaços sociais, ou seja, as trajetórias de socialização estabelecidas no interior de cada grupo social estão circunscritas aos conteúdos e expectativas atribuídos aos papéis sociais que cada indivíduo deve desempenhar. A socialização é um processo de incorporação dos indivíduos à sociedade e é nesse momento que o sujeito adquire o *status* de indivíduo (no sentido daquele que tem consciência de si e do outro, quando da prescrição das normas de convivência social). Apenas em sociedade o indivíduo é reconhecido como tal, conseqüentemente ele só existe socialmente nesta relação indivíduo-sociedade²⁸. Assim sendo, os indivíduos são **atores** que ocupam posições na estrutura social (sejam elas desenvolvidas pela interação, sejam elas já definidas) e essas posições têm normas (papéis) a elas vinculadas, que lhes dizem o que fazer e o que não fazer nessas posições. Quem somos e o que dizemos aos outros que somos – nossas identidades – originam-se de nossas posições ocupadas. Desse modo, para se compreender as trajetórias de

²⁸ Não existe a sociedade e o indivíduo separadamente. O que há é uma interação, uma mutualidade de interesses e necessidades, em que a sociedade cria as identidades específicas a sua constituição e possibilita aos indivíduos que se aceitem e se reconheçam uns aos outros.

socialização de um indivíduo, é preciso decodificar os conteúdos dos papéis sociais atribuídos a este e as configurações de ocupação²⁹ dos espaços público e privado e em que medida se geram as identidades, o prestígio ou privilégio, o reconhecimento e a capacidade de intervenção dos indivíduos na estrutura.

Neste percurso de tomada do seu lugar no grupo social, os indivíduos vão sendo conformados aos lugares e posições (*status*, papel, inserção) que o grupo dispõe. São os regimes de ocupação familiar, educacional, profissional, comunitária, etc. Por isso, a presente tese, buscando compreender a formação dos papéis sociais da mulher no espaço da casa – lugar privado – e nos espaços do mundo do trabalho – lugar público – percorreu elementos dos conteúdos do papel social e da representação social³⁰ dessa mulher trabalhadora e a própria auto-percepção desta, através das trajetórias de inserção e ocupação dos espaços sociais. Em suma, entender as trajetórias de socialização dessas mulheres implicou responder algumas questões: “Como elas se inserem no processo de produção do social?”; “Quais os significados relacionais (*inter* e *intra* gênero) disso?”; “Quais símbolos são criados neste circuito de socialização?”; Enfim, para esta tese alcançar os sentidos ou as intenções de ação dessas

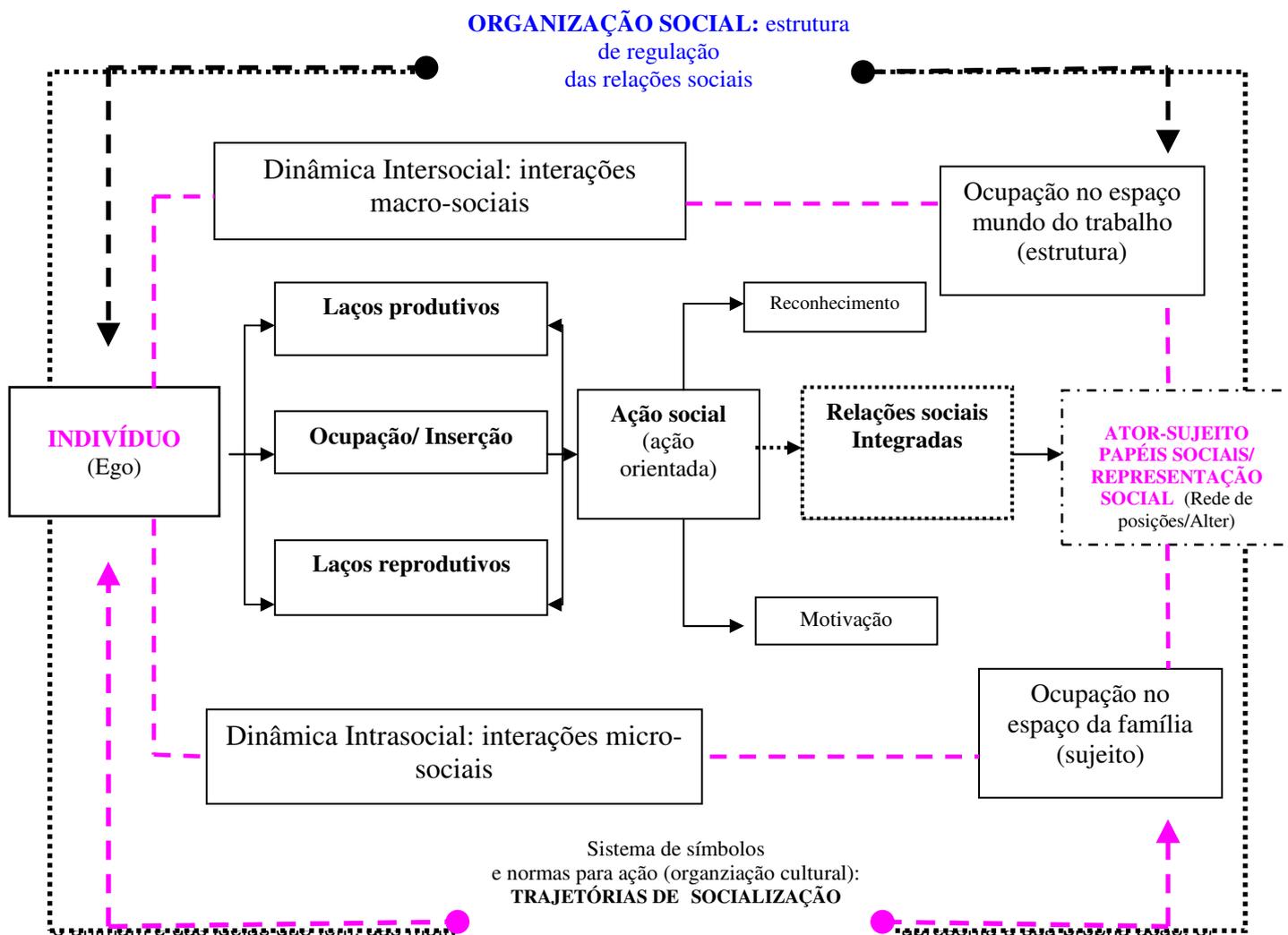
²⁹ A rede de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas. (Elias, 1992).

³⁰ Por representações sociais entende-se: "(...) um conjunto de conceitos, proposições e explicações originados na vida cotidiana no curso das comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais. Podem também ser vistas com a versão contemporânea do senso comum (...)" (Moscovici, 1981:181). Nessa pequena passagem, já podemos entrever a representação social como um tipo de conhecimento social, produzido nos intercâmbios grupais e interpessoais e efetuados através da comunicação social. Esse trabalho iniciado por Moscovici para definir as representações sociais a partir das práticas sociais do senso comum contou com adeptos como Denise Jodelet, Willem Doise e Jean-Claude Abric, todos estudiosos do campo da psicossociologia. Jodelet (1998) também entende a representação social como uma forma de conhecimento corrente, dito senso comum e caracterizado pelas seguintes propriedades: a) socialmente elaborado e compartilhado; b) possui uma orientação prática de organização e de domínio do meio; c) a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém; d) através das representações sociais os objetos da cena social passam por simbolizações e resignificações. Nesse sentido, entende-se a representação como uma construção e uma expressão do sujeito. Em suma, as representações podem ser entendidas como o estudo "dos processos e dos produtos, por meio dos quais os indivíduos e os grupos constroem e interpretam seu mundo e sua vida, permitindo a integração das dimensões sociais e culturais com a história..." (Jodelet, *apud* Almeida, 2001) Tal assertiva nos permite um enfoque cultural e histórico das representações sociais, suas especificidades históricas e regionais.

mulheres trabalhadoras – sujeitos situados – foi imprescindível responder à seguinte pergunta: qual a dinâmica interna, intra-social (arranjo familiar, relações de trabalho, valorização de si mesma - auto-estima, reconhecimento) de constituição e articulação das mulheres empreendedoras solidárias?

Dada a importância da compreensão das trajetórias de socialização das mulheres-trabalhadoras aqui investigadas, representamos a seguir alguns elementos que compõem a organização dessas trajetórias:

Diagrama 1.2 – A organização social e as trajetórias de socialização: as mulheres no mundo do trabalho



Papel social é a noção que na teoria sociológica representa a intermediação do ator (indivíduo) e a sociedade como um todo (valores, normas, instituições): o indivíduo e o sistema social mais amplo, o indivíduo e a estrutura social. Refere-se a uma definição “institucionalizada, explícita ou implícita das expectativas, normas e sanções que condicionam o comportamento de um ator, em consequência da posição que ocupa na estrutura social” (Rocher, 1975: 63). Remetem-nos a noção de interação social, na medida em que são atores em desempenho de seus papéis. É sempre e através de um papel que o ego estará em interação com os outros atores.

1.2.3 - Abordagem do problema: procedimento de estudo qualitativo sobre dois grupos de trabalhadoras

Como já apontado em linhas anteriores, metodologicamente esta pesquisa visou compreender o fenômeno a partir da vivência dos sujeitos investigados, em uma perspectiva integrada da relação estrutura e sujeito a partir do mundo do trabalho. Conseqüentemente, o tratamento do problema da pesquisa seguiu, basicamente, o método qualitativo³¹. Houve, ainda, o uso de informações gerais de natureza estatística acerca dos temas "mundo do trabalho" e "mulher trabalhadora na sociedade brasileira".

A partir desse entendimento, foi adotado o estudo de caso de dois grupos de trabalhadoras, com 50 mulheres ao total, de cidades-satélites de Brasília – Vila Estrutural e Riacho Fundo II – para se proceder à abordagem empírica do estudo em questão.³² Cabe ressaltar que o emprego do estudo de caso permitiu a análise e sinopse das configurações sociais do lugar e dos sujeitos a serem estudados. Esse método de estudo – o das configurações do lugar e das pessoas – possibilitou a inserção do pesquisador numa rede de articulações só intimamente decodificada pelos seus viventes.

³¹ Devemos ter em conta que o método qualitativo não considera apenas um conceito teórico e metodológico unificado, por isso várias abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e a prática desta pesquisa. Na condição do desencantamento dos ideais objetivistas, não podemos mais, irrefletidamente, partir da noção das frases objetivamente verdadeiras. O que fica é a possibilidade de enunciados que se relacionam à sujeitos e à situações, ou seja, de uma análise contextualizada qualitativamente, e que deve ser estabelecida por um conceito sociologicamente articulado de conhecimento (Demo, 1985).

³² A opção pelo estudo de caso dá-se pela possibilidade que esta estratégia de pesquisa tem de permitir analisar a unidade estudada como um todo, sob um enfoque holístico, buscando compreendê-la em seus termos específicos. O estudo de caso permite focalizar em profundidade o "lugar de fala" e a fala dos sujeitos envolvidos pela pesquisa. Como aponta Elias (2000), a pesquisa quantitativa é finalística, resolvida ou acomodada em uma média estatística, em que as particularidades são abandonadas para que apenas sejam consideradas as tendências do grupo. Já a pesquisa qualitativa, de cunho configuracional, é aberta e flexível. Organizada através de um estudo de caso, por exemplo, a pesquisa qualitativa procura revelar as diferenças internas e os comportamentos desviantes da "média" que ficam submersos em um pressuposto de homogeneidade subjacente às pesquisas quantitativas.

1.2.4 - Justificativa para a escolha dos casos estudados: segregação sócio-espacial, pobreza urbana e a associação voluntária e cooperada para o trabalho.

Os dois grupos de trabalhadoras estudadas – uma associação de artesãs na Vila Estrutural e uma cooperativa de coleta e reciclagem de lixo no Riacho fundo II – localizam-se em áreas satélites da região urbana de Brasília. Como se sabe, a capital é hoje uma área em processo de metropolização, não se configurando tão somente como sede dos poderes da alta administração federal, a planejada cidade-administrativa. O crescimento elevado da população e do setor de prestação de serviços transformaram o desenho originalmente traçado para a cidade. Foi assim que Brasília transformou-se em uma cidade polinucleada, com largos espaços não-ocupados, uma periferização planejada (PAVIANI, 1989).

Com esta perspectiva, o planejamento espacial de Brasília acabou por gerar uma segregação sócio-espacial, aliada à geração da pobreza urbana. Tal processo é empiricamente comprovável, pois, à medida que se afastam da região nuclear do Plano Piloto, as cidades satélites ou os novos assentamentos apresentam uma precarização dos equipamentos e serviços coletivos. Ao mesmo tempo em que se afastam dos locais de emprego ou dos serviços, os “moradores-satélites” têm que enfrentar o que Paviani (1989) denominou “efeitos indiretos da expansão da cidade”, tais como: “crescimento dos níveis de barulho, poluição e congestão, preços da terra e o alongamento dos deslocamentos para o trabalho, que são suportados de modo desproporcional pelos grupos mais pobres no sentido de que eles não têm acesso a benefícios compensatórios”. (Paviani, 1989, 30)

Assim, Brasília não foge à regra geral das grandes cidades: nela há crise pela falta de moradia e crise por inexistir horizonte para maior absorção da força de trabalho em disponibilidade. Na atualidade, apesar de as cidades-satélites terem recebido importantes órgãos do governo e atraído, por sua vez, inumeráveis empreendimentos comerciais e de serviços, ainda não oferecem

oportunidades de trabalho na proporção das respectivas populações economicamente ativas e da força de trabalho em disponibilidade. Por isso, um dos maiores impactos, ao longo da fase atual, é o das lacunas de trabalho, do desemprego e do subemprego. Uma constatação preocupante é de que a expansão da cidade, como descrito, não se dá com a equivalente abertura de postos de trabalho. E quanto aos ativos, estes ocupam hoje, fundamentalmente, 67,7% da área de serviços e comércio. (Cadernos Codeplan, 2004; IBGE, PNAD 2004) Portanto, podemos assinalar que a pobreza urbana em Brasília está marcada pela má distribuição dos equipamentos e serviços urbanos, na falta de oportunidade de trabalho para a população, no déficit habitacional, no transporte público deficiente, que não atende à grande demanda dos que saem da cidade-satélite.³³

A par dessa configuração sócio-espacial é que esta pesquisa elegeu como grupo de sujeitos a serem investigados, as mulheres que trabalham nas duas cidades-satélites inicialmente citadas nesta subseção. Ambos os grupos vivem sob as condições sociais e econômicas que apontamos acima: moram em cidades-satélites com bens coletivos escassos, compõem boa parte da parcela de desempregados e subempregados em Brasília. A par dessa breve descrição sócio-espacial das cidades-satélites em Brasília, seguiremos agora com uma etnográfica dos dois grupos de trabalhadoras em seus respectivos ambientes sócio-espaciais.

1.2.5 - O fio e a trama – exposição circunstanciada do objeto de estudo: conhecendo sujeitos, descrevendo situações, reconhecendo um outro universo

1.2.5.1 - O lugar e as mulheres-trabalhadoras da Vila Estrutural: O grupo de artesãs Apoena

³³ Para uma maior compreensão do quadro sócio-espacial e da pobreza urbana de Brasília, vide Apêndice B sobre esta questão.

"Se tivesse condições, sairia daqui, iria estudar, mas sozinha fica muito difícil. Com quem vou deixar meus filhos?", diz F. B. S., 26 anos.

Desempregada há oito meses, F. B. S., 26 anos, sobrevive de faxinas e da ajuda de familiares. Mãe solteira de duas filhas pequenas, não ganha mais do que meio salário mínimo por mês. Não concluiu sequer o Ensino Fundamental e onde mora, um barraco na quadra 12 da Vila Estrutural, não há escola no período noturno.

F.B.S. é neta de uma das moradoras mais antigas da Vila: D. Amélia (71 anos). D. Amélia criou os 6 filhos, sozinha, depois que o marido a deixou e voltou para o Piauí. Pelas contas que fez, isso já faz mais de 25 anos. Ela nunca mais o viu. Mas parece que isso não a afeta mais: criou filho, neto, bisneto... E ainda hoje está de pé.

Quando cheguei à Vila, minha intenção era conhecer o trabalho de um grupo de moradoras que vinham fazendo crochê e bordados. Descobri que havia muitas mulheres nessa empreitada: bordadeiras, cocheiras, doceiras, artesãs de mãos cheias entre uma diária e outra a ser feita no Cruzeiro ou no Guará; aquelas mulheres driblavam a realidade dura, de muita terra, poeira e pouca, muito pouca qualidade de vida. Talvez por isso causou-me estranhamento ver tanta beleza nascendo das mãos **daquelas mulheres-mães-avós-tias-primas-vizinhas-trabalhadoras**: a leveza do bordado ou dos traços geométricos do crochê não correspondiam à vida difícil que levavam.

Conversei com muitas mulheres, e a maioria criava sozinha os filhos e muitas vezes os netos. Um traço foi comum a todas: o orgulho de ter criado sozinha os filhos, de ter "dado conta" das responsabilidades de mãe. Como disse D. Amélia:

"Quem pede pra nacê? Ninguém, minha filha... então, tem que criá ... Nem sempre a gente tinha o que os fio queria, mas fômo criando... Agora, aqui na cidade, é melhó né?! Pras minhas filhas eu avisava: trata de estudá, fica mais

fácir... Mas conseio não dá teto pra ninguém ... Acaba fazendo o que faz a mulé que não usa a cabeça: arranja fio sem um marido bom, responsável. Mas eu sempre disse: embarrigô, vai cuidá. Ninguém pede pra nacé não...”

Essa simplicidade na forma de explicar o mundo e de fazê-lo “girar” se traduz-se também na moradia dessas mulheres: na casa de muitas delas, vi tábuas tapando erosão, gambiarracambiara de luz, lona no lugar de vidraças. A maioria já possui casa de alvenaria apesar de haverem também muitas casas de madeirite, mas a maioria sem nenhum tipo de acabamento que faça jus ao esforço de criar os filhos e sobreviver sem os bens coletivos necessários a uma vida com mais qualidade. Foi muito comum ver paredes com algum reboco inacabado, “cimento chapiscado”:

“Era pra rebocar, mas o material não deu... daí a gente fez foi no chapisco mesmo. Mas rebocá de verdade, fica pro final do outro ano, né?! Que é quando a gente recebe uma gratificação da patroa. Agora sempre vem muito jornalista aqui, TV, Rádio, estudante, até o governo... daí as pessoa olha com dó ou acha que as pessoa aqui não gosta de morá bem (R.S. 32 anos) suspira.. mas é o que o nosso trabalho pode comprar. Tem gente aqui, que mora pió... mora de aluguel, ou tem barraco de lona perto do lixão.. eu acho que é pió né? E agora então, que o governo não deixa ninguém levantá mais barraco, a pessoa ainda tem que se senti invasora de uma coisa que a mãe, o pai, a avó já tinham plantado. Durante uma época, as mocinha nova, os rapazinho ganhava o mundo: ia morar na Ceilândia, na Samambaia [...] sabe, aquilo de si juntá e depois descobre que não dá certo.. daí quando volta, volta pra cá... mais hoje tá mais difícil morá aqui. Como dizem por aí tem muita gente de ôio ...”. (R.S, 32 anos)

A diarista e crocheteira R.S., me recebeu em sua casa: tudo muito organizado, cuidado com o esmero de quem dá valor a tudo o que conquistou: fotos dos filhos, da ceia de natal... Em geral, as casas tinham de 2 a 5 cômodos, nem sempre espaçosos. Na casa de R.S., eram três: sala e cozinha, banheiro e um quarto para ela, as duas filhas e as três netas. Com orgulho, ela havia me dito que acabara de comprar um colchão de casal semi-novo: agora as netas reclamariam “menos” na hora de dormir, pois ela estava acostumada, mas a geração de hoje não teria a mesma força de vontade para encarar a dureza da cama com grade, mas sem espuma, apenas com papelões e lençóis.



Fonte: Jornal Correio. Braziliense., “Invasão cresce: lixo vira renda”.
Moradora de uma rua sem número na Vila Estrutural. Março de 2004.

Na Vila Estrutural, não existem equipamentos coletivos de saúde, educação e lazer. Assim, é comum que as famílias levem suas crianças e jovens para as escolas do Cruzeiro e do Guará. *“Não é fácil... quando os menino entram no ônibus, a gente sente: lá vem os favelado da Estrutural... é assim. Olham pro pé da gente, pras roupas... mas eles tem que estudá... se não tem escola aqui, a gente manda pra onde têm...”* (M.C.F., 28 anos). Na Vila já existem muitas Ongs

atuando para ajudar a melhorar a qualidade de vida dos moradores. São Ongs de trabalho, de alfabetização, lazer e cultura, etc... Mesmo assim, o déficit social é grande e as pessoas lá sofrem com a violência, com a falta de luz, transporte, saúde e emprego.

A Estrutural surgiu no início da década de 90, onde inicialmente moravam 500 famílias catadoras de lixo. A proximidade com o Lixão fez com que o número de pessoas crescesse, e hoje já chega a 30 mil habitantes. A invasão ganhou tamanho de cidade, mas a infra-estrutura necessária não acompanhou: *“Queremos regularizar a nossa situação para ficarmos tranqüilos. Assim como os moradores do Vicente Pires estão querendo permanecer nas suas casas, nós também queremos”*, afirma Heber Rafael Coelho, presidente do Conselho Comunitário.



Fonte: Jornal Correio Braziliense, Foto: Paulo Cabral, 27/09/2002. Nota: quadra próxima ao lixão, com cerca de 300 moradores.

Lixão³⁴: Parte da população que vive na Vila ainda tira o seu sustento do



Fonte: Tânia Cruz, 2006. Saída principal do aterro do lixão da Vila Estrutural..

A menos de 20 quilômetros do Eixo Monumental, onde ficam os ministérios, o Congresso e o Palácio do Planalto, cerca de 3 mil pessoas vivem do que Brasília joga fora. São catadores de lixo que passam o dia andando em cima dos refugos da capital jogados no Lixão – ou Aterro Controlado, na nomenclatura oficial – da Estrutural, buscando tudo o que possa ser usado ou vendido: *"É calor, é poeira, é sujeira". A gente não pode ficar aqui assim, morrer de velho em cima do lixo", disse M. G., 52 anos de idade e 14 de lixão. "É bom que a gente ganha um dinheiro, que nem é muito. Mas a gente não tem nenhum futuro."*

³⁴ O acesso ao Lixão é restrito aos que possuem uma carteira de identificação. A Secretaria de Habitação do GDF está cadastrando os moradores da Vila. Segundo Heber Rafael Coelho, presidente do Conselho Comunitário da Estrutural, os moradores que estão há pelo menos cinco anos morando na Estrutural terão os seus lotes regularizados.

É para obter uma renda, que estas milhares de pessoas enfrentam a montanha malcheirosa e cheia de urubus todos os dias. Uma parte dos catadores usa luvas para revolver o lixo, mas muitos trabalham com as mãos nuas. Eles têm de examinar os montes rapidamente porque logo os tratores empurram o lixo para ser aterrado. Os caminhões não param: são em média 1,8 mil toneladas de lixo por dia. Um catador rápido e forte, que trabalhe o dia inteiro, pode chegar a ganhar R\$ 150 por semana, uma renda relativamente boa se comparada aos empregos que um trabalhador com pouca ou nenhuma qualificação normalmente conseguiria.

Porém , o mais comum é o catador conseguir algo em torno de R\$ 50 por semana, vendendo garrafas plásticas, sacos de lixo, latinhas, placas de computador, aparelhos eletrônicos quebrados e diversas outras sobras da cidade. Todo o material é vendido dentro do próprio lixão, a catadores que se tornaram empresários informais e montaram escritórios de compra com papelão e cadeiras encontradas no lixo. Com sorte, os catadores também encontram roupas e calçados, ou até relógios e celulares funcionando. E "dinheiro" cobre o chão do aterro: são notas gastas, falsas ou com falhas, que o Banco Central picota em pedacinhos do tamanho de confete, que acabam se espalhando pela superfície do lixão.



Fonte: Tânia Cruz, 2006. Parte alta do aterro. Deste ponto é possível ver as casas dos condomínios de Vicente Pires e demais chácaras do setor rural da BR 060/via Estrutural..

Há um projeto do governo distrital de acabar com o Lixão da Estrutural, por este estar localizado perto de importantes mananciais de água do Distrito Federal. Mas os moradores resistem: *"A gente não quer acabar com o lixão. A gente quer condições para trabalhar, mais carros, mas aqui é nosso único meio de renda para sustentar nossas família", disse o catador R. L. M., 21 anos.*

Todos que vivem nessa área estão em condição irregular. Vários projetos já foram apresentados na Câmara Legislativa sobre a fixação da vila. A Vila é palco de grandes conflitos. De um lado, estão projetos querendo a regularização da Estrutural, como o projeto que está correndo na Câmara Distrital, apresentado pelo Deputado José Edmar; outros são contrários à regularização, pois a vila ocupa uma área de risco ambiental pela sua proximidade com o Parque Nacional³⁵.

A Estrutural é a segunda maior aglomeração irregular do DF, com quase 30 mil moradores. Segundo o governo do GDF, a ex-invasão já tem uma sub-administração ligada ao Guará há dois anos. O processo de legalização da

³⁵ Em 19/04/2004, mais de 200 moradores da Vila Estrutural estiveram presentes no Ginásio do Cruzeiro para ouvir o que esperam há 30 anos: a oficialização da Vila. A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi, anunciou que 19 de abril será conhecido como o dia da fundação da cidade. Longhi afirmou que enviaria, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), a solicitação de uma licença prévia para parcelamento executivo da área. O reconhecimento da invasão mais velha do Distrito Federal (DF) como cidade foi possível após a entrega do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), pela Secretaria de Meio Ambiente. As principais recomendações são a execução imediata do projeto de saneamento básico e a instalação de rede de energia elétrica. O Rima aconselha que seja mantido o número atual de habitantes (25 mil pessoas) e que haja o remanejamento dos moradores que estão em áreas de risco. Outra providência seria desativar o lixão, que já está com sua capacidade esgotada. Existe também a presença de um grande volume de lixo hospitalar, que polui os córregos que deságuam na bacia do Paranoá. Em decorrência da presença do lixão, os moradores devem evitar beber água de poços artesianos e utilizar a água usada para a irrigação. A recuperação da mata ciliar – em volta da Vila - também é necessária.

área ainda deve demorar, uma vez que o Ibama tem padrões rígidos para este tipo de ocupação.

A Vila é hoje um dos maiores centros de concentração de pobreza de Brasília. A falta de saneamento básico, asfalto, hospitais e escolas são apenas alguns uns dos problemas de quem vive nessa região. Porém, o maior dilema encontrado na Estrutural é a violência. De acordo com policiais do 4º Batalhão de Polícia Militar, que fazem a segurança do local, as ocorrências na região envolvendo moradores da Estrutural estão aumentando.

Os moradores dizem que sempre é bom entrar acompanhada na Vila, conhecer alguém ou ir por indicação. Nesse sentido, pedi a neta de D. Amélia, F.B.S., que me levasse até o grupo de mulheres artesãs do locala Vila. Ela conhecia bem o caminho, pois sua mãe já estava no grupo há mais de dois anos. Não houve como não perguntar por quê ela não estava lá. A resposta foi simples, sem titubeios: *“Não levo jeito pra essas coisas. Sem falar na paciência que tem que ser muita e a minha é curta...”* (F.B.S., 29 anos).

Sentadas na área de uma Assembléia, em clima concentrado, um grupo de mulheres bordava blusas e saias estilizadas que comporiam o desfile do Fashion Rio/2005. De três a quatro dias por semana, elas se encontram ali e parecem felizes com a atividade:

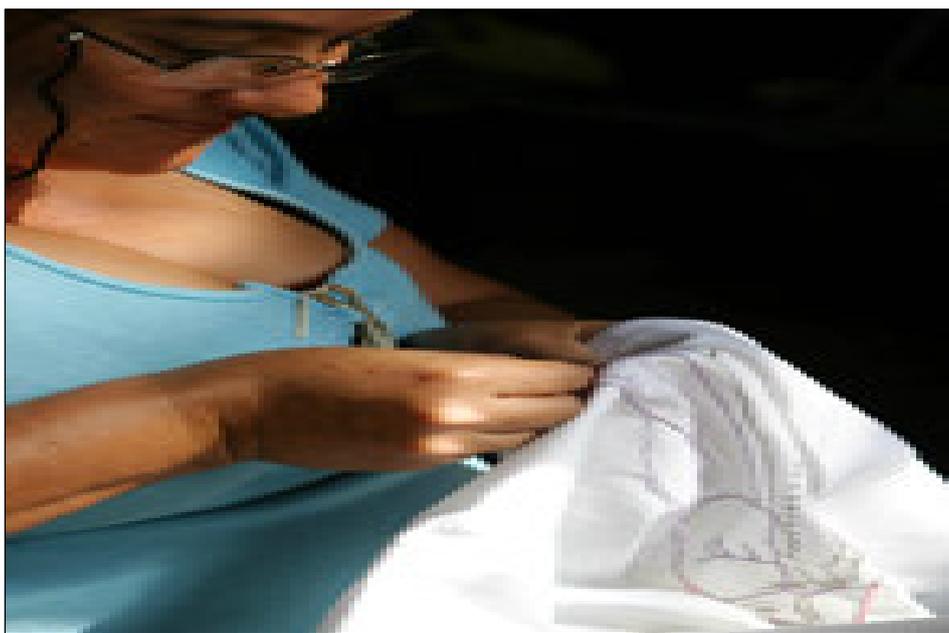


Fonte: Agência de Notícias Sebrae, 2004. Trabalhadora do Apoena, Vila Estrutural.

“Aqui, a gente têm a mesma vida. Pode conversar sobre os mesmo problema. Depois, é bom saber que dá pra fazer outras coisas. A gente lava, passa, corre atrás de menino, faz uma faxina aqui, ali... tenta um dinheirinho com as diárias nas casa do Guará, Cruzeiro... aí agora, tamos podendo aprender outras coisa. Me sinto mais gente... todo mundo qué uma vida melhor. Às vezes não tem é oportunidade. Mais a gente tá tentando. (M. B. S., 37 anos, quatro filhos)

Na fala de M. B. S., podemos perceber um perfil das mulheres do grupo Apoena. Cuidam da casa, dos filhos. São diaristas em sua maioria e não concluíram nem o ensino fundamental. Com jornada dupla, cuidam dos filhos, dos maridos – se são casadas –, da casa... Sobrevivem com uma renda que oscila entre um terço a meio salário mínimo. O trabalho destas mulheres no Apoena – Vila Estrutural acontece à`as terças, quintas e sextas, para não prejudicar a rotina de seu trabalho doméstico que elas possuem.

As *mulheres-mães-avós-tias-primas-vizinhas-trabalhadoras* que vi, fazem parte da grife brasileira Apoena, do Instituto Proeza, uma Organização Não-governamental (ONG) que trabalha com mulheres excluídas economicamente. Os bordados da Apoena começaram em São Sebastião, em 2003, mas atualmente incluem outros grupos além da Vila Estrutural, localizados no Recanto das Emas, Santa Maria e Paranoá, que trabalham também com crochê e fabricação de acessórios. A dona-de-casa M. D. da Conceição, 71 anos, está no grupo há dois anos. Quando começou, ela só sabia bordar o tradicional ponto cruz. "*Hoje, já perdi as contas de quantos pontos aprendi*", diz M.D. da Conceição, com as maçãs do rosto avermelhadas por estar famosa entre as colegas. "*Algumas peças que bordei já apareceram em novelas da Globo, como Senhora do Destino*", orgulha-se.



Fonte: Agência de Notícias Sebrae, 2006. Trabalhadora do Apoena, Vila Estrutural.

A dona-de-casa S. P. R., 37 anos, é pioneira do grupo. Ela passava de casa em casa chamando as mulheres para participarem do Apoena. "*Passamos um ano para treiná-las. Depois fomos para uma feira em São Paulo e iniciamos as vendas*", conta S.P.R. O catálogo de moda Apoena abriu portas para as mulheres artesãs. Em outubro de 2005, o grupo entregou peças para venda em outros estados do país, como Rio de Janeiro, Paraná, Minas e Amazonas. Hoje são 43

pontos de venda em todo o Brasil. "*Em Brasília, vendemos na Magrella e na Ortiga*", diz K. F., idealizadora da marca Apoena.

A palavra Apoena é de origem Tupi-guarani e significa "aquela que enxerga longe". Um nome sugestivo para essas pequenas "empreendedoras". Atualmente, o grupo conta com 600 mulheres, moradoras de cinco cidades-satélites de Brasília: São Sebastião, Recanto das Emas, Santa Maria, Vila Estrutural e Paranoá. Cada uma destas cidades representa uma "célula de produção" da grife Apoena, que tem a coordenação de projetos, novos produtos e vendas nas mãos da dona da grife Apoena e presidente da ONG Proeza, K. F.

Entre as peças que fazem sucesso, estão camisetas com imagens de santos bordadas à mão com linhas coloridas, lantejoulas e miçangas. Essas peças foram as campeãs de venda do estande do Sebrae na Fashion Rio/2004. "*Não esperávamos esse resultado. Todas foram vendidas no primeiro dia*", afirma, com empolgação, K.F., que também já foi consultora do Sebrae. As artesãs até tinham dúvida de se os temas religiosos seriam bem recebidos pelo mundo fashion. Além dos terços e colares em crochê, camisetas com aplicações de bonequinhas minúsculas ou bolinhas, também em crochê, em diversas cores, figuram entre as peças mais encomendadas. Vestidos, blusas e saias bordadas agradaram o público:



Fonte: Agência de Notícias Sebrae, 2006. Stand do Apoena, Fashion Rio, 2004.



Fonte: CDT/UnB, Sebrae. Vestido confeccionado por artesãs do Apoena. Foto: Kazuo Okubo, 2004.

K.F. diz que tudo isso começou porque ela queria desenvolver um trabalho social por meio da produção de roupas. Procurou, então, mulheres em situação de desemprego ou subemprego com filhos menores. *"A maior dificuldade no início do projeto foi trabalhar para melhorar a qualidade do bordado; fazer com que os artesãos se comprometessem com a pontualidade; cumprimento de prazo e acesso à matéria-prima, que vem de São Paulo e Minas Gerais"*, lembra K.F.

Segundo K.F., o objetivo do Proeza era levar profissionalização, dignidade e mobilização social para as mulheres da Vila. Foi de K.F. – presidente da associação, a iniciativa de fundar o grupo e *"melhorar a vida das muitas mulheres"* – que são mais de 48% dos moradores da vila (Codeplan, 2004):

"As pessoas querem dignidade, uma renda e um lugar pra morar. A idéia é que as pessoas possam ver longe. Se verem longe da violência e da pobreza. Na verdade, minha motivação era promover um olhar pra dentro das próprias mulheres. Aqui, na Vila, elas são, na maioria, mães solteiras, sem nenhuma renda ou uma renda na faixa dos 80 a 100 reais" (K.F., 42 anos, artesã e estilista de moda)



Fonte: Agência de Notícias Sebrae, 2006. Trabalhadoras do Apoena, Vila Estrutural.

A grife teve início com as moradoras de São Sebastião: a ONG foi criada em 1999 com apenas 12 bordadeiras e artesãs que acreditavam em uma mudança de conceito para gerar mais empregos para mulheres:



Fonte: Agência de Notícias Sebrae, 2006. Trabalhadoras do Apoena, São Sebastião.

Entretanto, apenas em 2005 surgiu a idéia de investir em moda. Em janeiro do mesmo ano, o sucesso veio quando as artesãs participaram da edição outono/inverno do Fashion Rio. A grife brasileira continuou a fazer sucesso e, em junho de 2005, um barracão foi montado no Fashion Business, evento de negócios da Semana de Moda do Fashion Rio. O grupo participou das três últimas edições do evento e, em janeiro deste ano, recebeu convite para participar da Workshop Paris-Brasil, feira de negócios de moda a ser realizada na França, em outubro próximo.

A remuneração das artesãs vem da comercialização da produção. Elas recebem toda a orientação e matéria-prima do Instituto Proeza. A Apoena é um projeto do Proeza em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Caixa Econômica Federal (CEF), Sebrae e Núcleo de Incubadora Social do Centro de Desenvolvimento Tecnológico - CDT/UnB. No momento, a remuneração média das artesãs é de R\$ 280 reais por mês. Elas trabalham em casa, o que possibilita que elas continuem a cuidar de suas famílias. Na foto abaixo, mãe e filha bordam, em casa, um produto que foi para a exposição no *Fashion Rio* 2005:



Fonte: Agência de Notícias Sebrae, 2005. Trabalhadoras do Apoena, Paranoá.

A vida destas mulheres não é fácil, pois são pessoas que estão buscando formas de reinventar seu cotidiano através de laços solidários de cooperação. Hoje **elas se consideram mulheres e artesãs. Mães e artesãs. Diaristas e artesãs.** É um lugar, existem falas e práticas. Esta pesquisa procurou ouvi-las e compreendê-las em suas trajetórias e papéis sociais. Nos próximos capítulos suas narrativas, juntamente com as outras trabalhadoras do Riacho Fundo II, comporão o referencial empírico de nosso estudo.

1.2.5.2 - O lugar e as mulheres-trabalhadoras do Riacho Fundo II: as recicladoras da Cooperativa 100 Dimensão

Maria Raimunda Sousa Nunes, a Rai, separada (*“largada do marido”*, nas palavras da trabalhadora), 37 anos, três filhos, **cozinheira da cooperativa.** Domingas de Jesus Farias, a Du, solteira, 51 anos, quatro filhos e seis netos, **recicladora** (*“mas os outros aí fora chama a gente de lixeiro, catador de resto”*). Sônia Maria da Silva, a Soninha ou mãeinha, separada, 42 anos, dois filhos (*a gente faz qualquer coisa para dar abrigo aos filhos, a gente vê com fome e não vai arregaçar as mangas?”*), **presidente** da cooperativa. Dona Margarida, a Dona Flô, casada, cinco filhos, **recicladora** (*“...minha família é minha vida, graças a Deus...”*). Edcléia, a Cléa, 27 anos, solteira, sem filhos, **professora** de artes cênicas (*“ser da comunidade e trabalhar nela, já valeu meu diploma. Aqui a gente sabe de onde cada um veio...”*).

Mulher, negra (a exceção da Cléa *“eu sou meio amarela, meio com cor, meio sem cor ... e meu cabelo é esvoaçado...”*), dona de casa, sem perspectiva de renda, sem um trabalho melhor (*“o que todo mundo quer, é um salário, né?! Com carteira, previdência, essas coisas... E isso ninguém aqui tinha não...”* D. J. F.) e ainda com filhos para criar. Essa trajetória em comum, explica em boa parte a fundação e organização da Cooperativa de Reciclagem de Sólidos e Resíduos e Educação Ambiental, a 100 Dimensão.

Assim como Sônia, Raimunda, Domingas, D. Flô, as mulheres das redondezas do Riacho Fundo II, também tinham seus afazeres domésticos e os cuidados com os filhos, mas sem perspectivas de emprego, *“ou de um trabalho com salário, porque trabalhar a gente trabalha e muito. Acho que em casa até mais que na rua... Mas quem é que dá valor?!...”* D.J.F. *“Depois de realizarmos nosso papel de dona de casa, nós íamos para a porta de casa criticar o governo e culpar outras pessoas pela nossa situação. Vivíamos, basicamente, da ajuda de amigos e de grupos da Igreja Católica”*, registra a presidente Sônia Maria, presidente da cooperativa há oito anos.

Como a maioria das cidades-satélites de Brasília, o Riacho Fundo II – bem como a Vila Estrutural – compõe o quadro de espacialização da pobreza na capital: a falta de empregos, a violência, bens de consumo coletivo precários. Na classificação feita pela Codeplan, o Riacho Fundo II compõe o terceiro grupo de classe populacional de menor renda. Juntamente com as cidades de Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria, Recanto das Emas, e Vila Estrutural, o Riacho Fundo II possui uma renda média de 2 a 10 salários mínimos).

Comparativamente à Vila Estrutural, o Riacho Fundo possui uma estrutura de bens coletivos mais desenvolvida: asfalto nas principais vias, escola pública de ensino básico, posto de saúde, praça de atividades comunitárias e uma praça de lazer.

O Riacho Fundo é uma das regiões administrativas da cidade de Brasília, denominada oficialmente como RA.XVII (Região administrativa XVII ou décima sétima região administrativa). A cidade foi criada dentro de um programa do GDF de assentamento de invasões de terras públicas. Os moradores do ex-acampamento da Telebrasilândia, que ficava próximo ao Paranoá, e famílias cadastradas na antiga SHIS, do Centro Desenvolvimento Social (CDS), foram assentados na Granja Riacho Fundo, formando a primeira quadra da cidade marcando a data de aniversário da cidade no dia 13/03/1990. Com a promulgação da Lei nº 620 de 15/12/93, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, o assentamento foi transformado na XVII Região Administrativa do Distrito

Federal – RA XVII. Posteriormente, no ano de 1994 foi criado o parcelamento Riacho Fundo II, pelo Decreto n° 15.441, de 07/02/94, que ficaria subordinado ao Riacho Fundo I. A emancipação do Riacho Fundo II aconteceu em 05 de julho de 2003.

De um modo geral, a cidade-satélite Riacho Fundo II possui as mesmas dificuldades que as demais satélites para empregar a sua própria população, ou seja, a estruturação socio-espacial³⁶ e conseqüente segmentação do mercado de trabalho em Brasília, levou à confirmação da tendência à formação de concentrações urbanas periféricas com a ausência de uma dinâmica econômica própria e com uma fragilidade na formação desse espaço econômico (Cruz, 2002)³⁷.

É a partir deste contexto que estas mulheres se mobilizaram: mudar essa situação e ter uma **renda familiar**. Curiosamente, para estas mulheres, a saída para esse estado de fragilidade e precariedade **humana**, estava no lixo. Quer dizer, a capacidade de reinventarem uma utilidade para o que a sociedade rotineiramente descarta, deu a estas mulheres a possibilidade de reinventarem a si mesmas:

“[...] a gente não tinha muita saída, a gente tinha que ter uma fonte de renda, né? Ou então ia acabar nossa esperança de vida. E foi a necessidade que nos uniu. Hoje eu percebo sim, nós éramos muito voltados pro próprio umbigo e depois nós

³⁶ Para melhor entendimento desta questão, vide Apêndice B nesta tese, que trata da espacialização da pobreza urbana em Brasília.

³⁷ Esta dinâmica revela-se nas seguintes características: A) Funções predominantemente de âmbito local tanto no comércio como nos serviços atendem às demandas cotidianas, às necessidades elementares da população local de baixa renda, ligadas à função residencial e não regional. B) Atividades com baixa capacidade de dinamização, tendo em vista que essas atividades dependem do poder aquisitivo da população assalariada, do abastecimento de fora, no caso do comércio, do treinamento e dos serviços. Trata-se, predominantemente, de pequenas empresas, muitas delas informais, que contribuem para a economia local apenas com os baixos salários que pagam pelo reduzido emprego gerado. C) Fragilidade dessas atividades que são, de modo geral, recentes e de caráter informal. Têm a capacidade de se proliferar facilmente, mas podem fechar também rapidamente. D) Baixo peso na economia. Esse dado se evidencia pelo baixo consumo de energia; pela pequena área destinada às atividades, pelos poucos empregos gerados; pela organização do tipo familiar; pela incipiência da produção; por pequena divisão de trabalho; pela baixa qualificação exigida, inclusive dos empresários, e baixa rentabilidade do trabalho. (Paviani, 1999 *apud* Cruz, 2002).

formamos um grupo. Depois da mobilização da comunidade, está sendo mais fácil levar cidadania para quem não tinha o que comer." (Sônia Maria, presidente da 100 Dimensão)

Essas mulheres se conheciam na comunidade e viviam as mesmas condições. No "bate-bola" – conversas informais, – um dia se colocaram a seguinte questão: *"o quê que a gente pode fazer pra não viver mais assim?"* (R. S. N.). A conversa de rua foi ganhando peso e elas se reuniram para descobrir uma fórmula de gerar um sustento e, principalmente, ganhar respeito, dignidade, reconhecimento. No início, eram 27 pessoas, a maioria mulheres negras e mães solteiras, além de homens com mais de 50 anos, que não teriam possibilidades no mercado de trabalho.

Segundo Sônia, atual diretora presidente da Cooperativa 100 Dimensão, a primeira idéia foi trabalhar com fabricação de luvas feitas de bucha vegetal. *"Mas não conseguíamos parceiros nem patrocinadores. Ninguém queria investir em um negócio que não teria contra- partida"*, conta. Até que, em um dia de reunião, um dos componentes esbarrou em uma lata de lixo e foi aí que perceberam que poderiam tirar seu sustento daquilo que boa parte da população não aproveita. *"Vimos que o lixo iria nos dar o pão de cada dia"*, afirma Sônia. Ela lembra que procuraram o Sebrae para obter informações sobre como montar uma empresa com tantas pessoas:

"Nossa situação era tão precária que, no dia em que fui ao Sebrae, levei meu filho com síndrome de Down porque não tinha dinheiro para pagar a passagem de ônibus. Naquele dia, a técnica marcou um horário para me atender na semana seguinte. Foi quando meu filho pediu que ela se sentasse, sentou em seu colo e disse para eu relatar toda a história [...] Se não fosse isso, teria voltado para casa e talvez não tivéssemos começado essa empreitada", acredita.

A partir daí, a Cooperativa 100 Dimensão foi montada e, em vez de 27 componentes, uma fila com 150 pessoas se formou na frente da casa de Sônia: *“As pessoas estavam equivocadas porque vinham à nossa procura para pedir emprego. E não era isso que oferecíamos”*, disse. Com o apoio do Sebrae, tiveram treinamento com consultores do Ssul do país na área de coleta seletiva, gestão ambiental, cooperativismo e artesanato, além de terapia comunitária, já que nem todos estavam preparados para colocar a mão na lata de lixo.

O galpão que atualmente abriga a maior parte das atividades da cooperativa possui um espaço amplo (diga isso em metros quadrados), que até o final deste ano de 2006 passará por uma reforma para abrigar um teatro comunitário, um tele-centro (– espaço destinado a aulas de informática e língua estrangeira) – e uma cozinha também comunitária.



Fonte: Tânia Cruz, 2006. Sede da Cooperativa 100 Dimensão, 1400m² construídos.

A cooperativa já funciona há oito anos e, hoje, está com 130 componentes, sendo que 67 trabalham na coleta seletiva, e os outros 63 vivem do artesanato que vem do lixo. A renda dos catadores gira em torno de R\$ 300,00, e a dos artesãos está na faixa dos R\$ 350,00 a R\$ 400,00, dependendo do mês. A produção das peças artesanais (entre elas, abajures, mesas, castiçais, vasos, baús, jogos americanos e tapetes) é dividida entre nove grupos de trabalho dependendo do material – vidros, madeiras, ferros, tecidos, retalhos, lacre e papel. Os produtos são vendidos em feiras nacionais, como a Feira de Utilidades Domésticas (UD) de São Paulo, e exposições em embaixadas e órgãos governamentais.



Fonte: Memória Sebrae, 2003. Núcleo de confecção do lacre de latinhas.
Foto de Eugênio Novaes.

A coleta do lixo, principal insumo da cooperativa, é feito em instituições como a Presidência da República, o Supremo Tribunal Federal e o Sebrae Nacional, todos em Brasília. Ao todo, são recolhidas entre 80 e 100 toneladas de lixo por mês, mas a expectativa é de que essa coleta aumente para

400 toneladas mensais a partir deste ano, quando a cooperativa ampliará suas instalações.

Do lixo, tudo é separado e reaproveitado na reciclagem e no trabalho de artesãos:



Fonte: Tânia Cruz, 2006. Galpão de coleta, triagem e pesagem dos resíduos sólidos, Coop. 100 Dimensão.



Fonte: Memória Sebrae, 2003. Na 100 Dimensão, lixo é renda. Foto de Eugênio Novaes



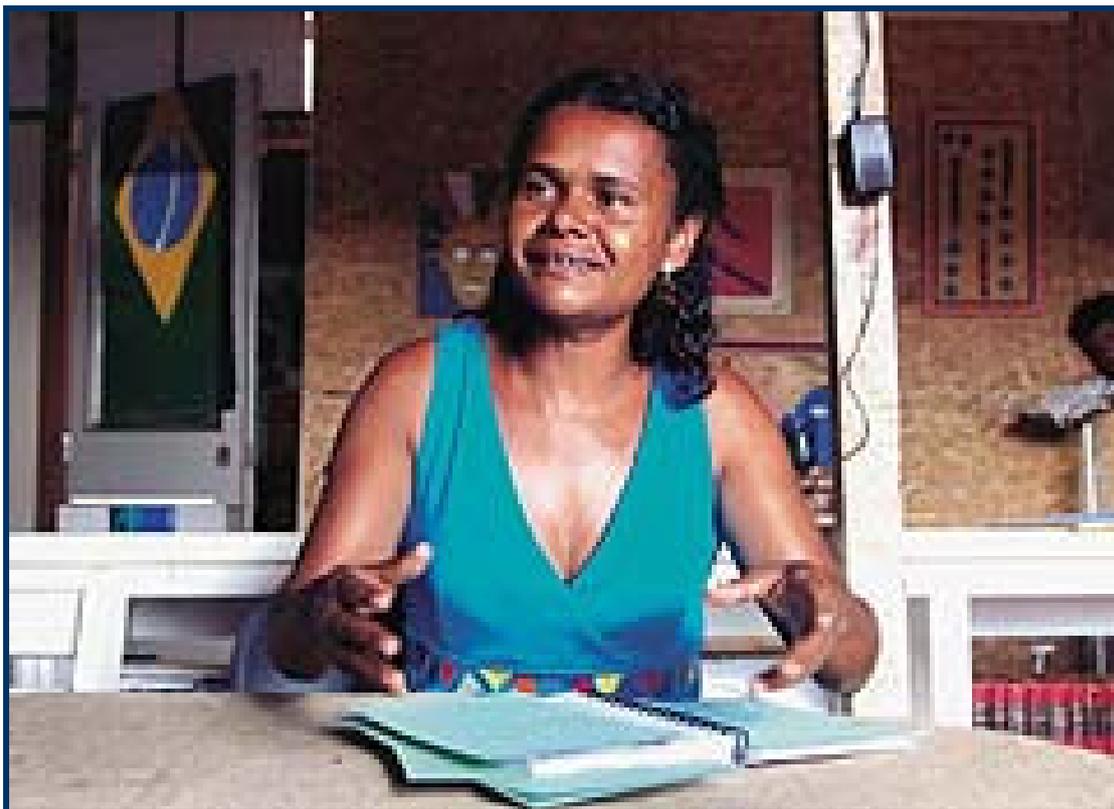
Fonte: Tânia Cruz, 2006. Galpão da sede da Cooperativa: espaço de confecção das caixas e da biblioteca.



Fonte: Tânia Cruz , 2006. Artesanato 100 Dimensão, feito da fibra da folha da bananeira – Tecnologia 100 Dimensão.

A coleta é feita com luvas e material adequados. Mas chegar a esse patamar de organização não foi fácil. Segundo Sônia, mobilizar sempre, é a chave da união do grupo: *“A força de vontade dessas mulheres é que nos sustenta, porque não é fácil levar cidadania pra quem não tinha o que comer. As pessoas estão à mercê da miséria e levar pra elas o conceito de cooperativismo é difícil, mas não impossível”*.

Para Sônia Maria da Silva, se não fosse a força de vontade das mulheres em procurar um ofício, ela e os 130 cooperados estariam passando dificuldades. *“Quando a mulher põe a mão na massa tudo fica mais fácil”*.



Fonte: Memória Sebrae, 2003. Sônia Maria, presidente da Coop. Dimensão.
Foto de Eugênio Novaes.

Ao entrar no galpão, no horário do café da manhã, o cheiro de café doce toma o ambiente e tem sempre um pão ou broa de milho ou bolo de banana para o grupo de cooperadas e cooperados. Com alegria, Maria Raimunda Soares Nunes, a Rai, a Maria Raimunda Soares Nunes, serve com orgulho a primeira refeição do dia. *“A comida não é chique, mas é feita com amor e muito carinho. Alimenta meus filhos e meus amigos aqui na cooperativa [...]”*. A cozinha segue um padrão de comida balanceada, pois a Ray e a Ceci – Maria Cecília que também é mulher-mãe-vizinha-trabalhadora-cooperada – fizeram um curso de nutrição alimentar no Sebrae e aplicam o que aprenderam na cozinha da cooperativa e para quem mais quiser aprender também. Depois do café da manhã, vem um almoço regrado a muito feijão, arroz, macarrão, farofa e pelo menos dois tipos de saladas e legumes. O grupo não volta para casa sem provar o bolo da tarde e o café “preto”: *“Uma coisa a gente conseguiu aqui: ter sempre três refeições e poder trabalhar com alegria.”* (Andréia Alessandra, cooperada e mãe do pequeno Natam, registrados na foto a seguir):



Fonte: Tânia Cruz, 2006. Cooperada em dia de festa com visita de instituição parceira da cooperativa.

1.3 - Metodologia de Procedimentos: as técnicas de pesquisa e as etapas da investigação empírica

1.3.1 - Técnicas de coleta dos dados:

A escolha do estudo de caso como procedimento técnico para identificar e analisar o objeto de estudo do ponto de vista empírico implicou adotar os seguintes meios para coleta de dados:

1. Observação exploratória, semi-estruturada da Cooperativa 100 Dimensão (Riacho Fundo II) e da Associação de Artesãs Apena (Vila Estrutural):
 - Como é organizado o trabalho (horário, produtos desenvolvidos, reuniões, alimentação, participação, etc.);
 - História do grupo;
 - História da trabalhadora no grupo.
2. Observação direta, não-participante e estruturada:
 - A. Da organização do trabalho do grupo a partir das seguintes categorias: geração de renda, cooperação, autogestão, autonomia, gestão democrática.
 - B. Da percepção das trabalhadoras sobre: o papel delas na sociedade brasileira, a divisão sexual do trabalho, a inserção social simétrico-assimétrica para homens e mulheres, carga-horária de trabalho da mulher, importância do trabalho desenvolvido por elas na casa e na rua (motivo e importância do seu trabalho no grupo e na família), reconhecimento e autonomia, identidade e prestígio social;

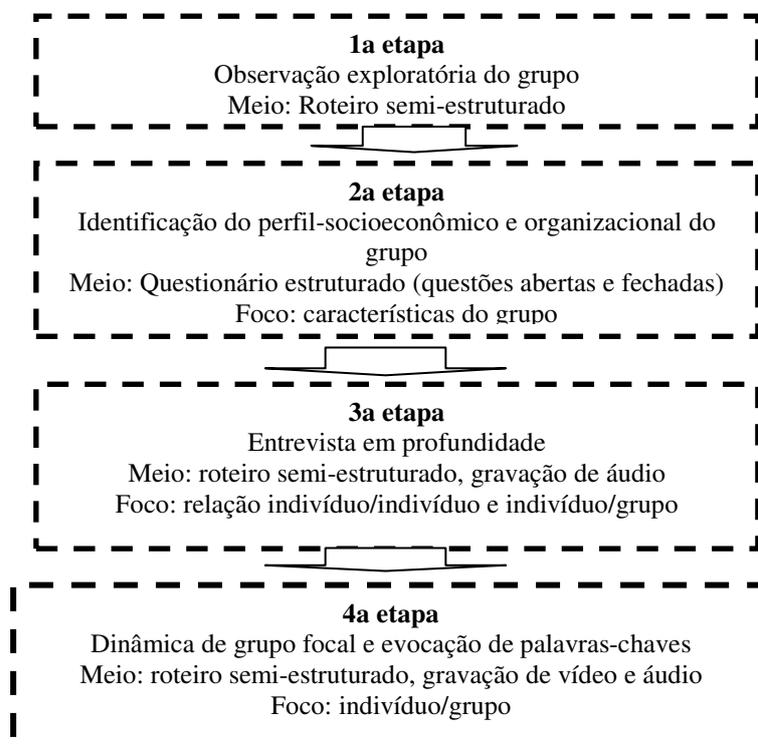
OBS.: Alguns registros dessas observações serão condensados em uma matriz de indicadores, explicitada no Apêndice C desta tese.
3. Entrevista padronizada – aplicação de questionário (perguntas abertas e fechadas): identificação do perfil socioeconômico e organizacional dos grupos (vide, no Apêndice D, o modelo do questionário aplicado);

4. Entrevista estruturada em profundidade: aplicação de roteiro semi-estruturado a uma amostragem por tipicidade ou intencional³⁸ (vide, no Apêndice E, roteiro semi-estruturado da entrevista);
5. Organização de grupos de foco: realização de entrevistas com todo o grupo estudado; (vide, no Apêndice F, roteiro para desenvolvimento da dinâmica de grupo focal);
6. Teste de evocação de palavras: aplicação de termos-chaves da realidade das trabalhadoras e de expressões populares. (vide, no Apêndice G, roteiro para dinâmica de evocação de palavras).

1.3.1.1 - Etapas da coleta dos dados empíricos

A coleta de dados foi estruturada em quatro etapas, diagramadas a seguir:

Etapas do trabalho de campo



³⁸ É um tipo de amostragem não-probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.

1.3.2 - Técnica de análise dos dados

Para a compreensão e análise dos dados coletados, esta pesquisa utilizou-se das seguintes técnicas de análise de dados:

1. **Análise de conteúdo**³⁹: analisar o conteúdo e significados das principais categorias do estudo (trabalho, mulher e papel social) a partir da análise integrada entre estrutura e sujeito. Tal análise foi operacionalizada através da adoção da noção de representação social⁴⁰ e de papéis sociais das mulheres investigadas para se analisar e contextualizar os dados, organizados em duas matrizes analíticas, também desenvolvidas no Apêndice H desta tese.
2. Tabulação e análise estatística dos dados coletados na primeira etapa do trabalho de campo forma a caracterizar o que é regular no grupo e o que é variável no seu perfil socioeconômico e no seu comportamento.

³⁹ "A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações" (Bardin 1977).

⁴⁰ A nota 08, deste capítulo, explica qual noção se adotou para o termo Representação Social.

CAPÍTULO 2: SENTIDOS E CRISE DO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

2.1 – Os sentidos do trabalho

"A gente não fica sem trabalhar só porque quer. Muitas vezes as pessoas não te olham direito, não conversam com você. Às vezes a gente sente que a roupa que tem não dá boa presença pra uma entrevista [...] Aí se não tiver muita força de vontade vai pedir esmola, comida na porta dos outros. Mais quem é que não sabe que se não luta, não corre atrás, a vida não anda? Quem não sabe quanto custa um litro de leite? Moro com minha mãe, não pago aluguel, mas fica aquela idéia: arranjar filho e agora vem daí mais trabalho. Olha, professora Tânia, eu não tenho muito estudo, mas tenho força pra trabalhar (pausa de quase um minuto). Isso ninguém tirou ainda de mim." (M. S. B., 36 anos, quatro filhos, recicladora, Coop. 100 Dimensão)

A fala de M.S.B., *mulher-trabalhadora-recicladora*, é uma representação material e simbólica do caráter ontológico do trabalho enquanto elemento constituinte do ser social e, conseqüentemente, base dos laços de reconhecimento e interação do indivíduo dentro do grupo. Entretanto, a crise atual do mundo do trabalho coloca para a sociedade contemporânea o imperativo de resignificar socialmente o trabalho: quais os sentidos, a importância e a capacidade reguladora do trabalho? Para M.S.B., o sentido do trabalho ou "estar trabalhando" está na sua capacidade de "*lutar, de fazer a vida andar (...)*".

A busca desses sentidos tornou-se cada vez mais problemática com a colonização do mundo da vida pela economia, em que todas as atividades

humanas e suas atribuições estão subordinadas à estrutura de mercado, reificando as ações dos sujeitos ao mundo das mercadorias e empobrecendo o sistema de comunicação e de cultura (HABERMAS, 1991). Este processo de subordinação do mundo da vida pelo sistema de mercado ocorre de forma mais intensa com o avanço e intensificação do que Giddens (1998) nomeou como a Alta Modernidade⁴¹. Deixando para trás a unidade da antiga ordem divina, homogênea e imutável das sociedades tradicionais, os homens e mulheres vão se tornando cada vez mais responsáveis por si mesmos, construtores de seus próprios destinos, na nova ordem racional que vai se instaurando e se consolidando. Em última instância, os indivíduos são convidados a definir o conteúdo e os significados da sua prática social a partir do lugar que ocupam no mundo do trabalho e isto deve ser feito a partir do grau de interação e interatividade que cada ator social detiver nas suas relações sociais.

Arendt (1981) lembra-nos que a sociedade moderna ergue-se sob um domínio que traduziu a ambigüidade entre público e privado, antecipando, em certo sentido, a emancipação das atividades relacionadas ao útil e ao necessário. O social é assim entendido como um processo de ascensão das atividades laborais à luz da esfera pública. A modernidade desencadeou o esfacelamento dos limites tradicionais entre as categorias do público e privado, propiciando a constituição de um domínio autônomo, propriamente rotulado de 'social'. A emancipação das atividades produtivas e do labor, do sóbrio mundo privado para a reflexão do mundo comum, acarreta a publicização da pobreza, da desigualdade e da necessidade. Coloca-se o imperativo funcional e instrumental da sobrevivência humana no centro mesmo da vida pública.

⁴¹ Giddens (1998) observa que no final do século XX e início do século XXI, a sociedade contemporânea é palco de uma nova era que está nos levando para além da própria modernidade. O autor fala de uma transição, onde são nomeadas novos tipos de sistemas sociais: sociedade de informação/sociedade de consumo; pós-modernidade/pós-modernismo; pós-sociedade industrial. Estes termos anunciariam um encerramento das organizações sociais modernas. Não estamos exatamente em um período de encerramento da modernidade enquanto organização social, política e econômica. Ao contrário, ao invés de estarmos entrando em um período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. É a modernidade radical e reflexiva. É o contexto da alta modernidade e devemos pensar em termos de uma radicalização e não superação dessa.

A partir desta re-complexificação das relações sociais em um contexto de alta modernidade, o sentido do trabalho aparece redefinido na modernidade sob uma noção de vocação, cujo paralelismo com a antiga ordem teológica é bem mais que uma simples metáfora, representando mesmo o processo de ideologização a que é submetido o indivíduo contemporâneo, em que o trabalho se torna o eixo determinante de sua vida cotidiana e, mais que isso, um fator moral da maior relevância no ordenamento social capitalista, expressão de um "agir racional" que, como discute Weber (1999), transforma-se na sua jaula de ferro.

Em suma, na sociedade contemporânea, o sentido do trabalho está na capacidade dos sujeitos em engajarem-se e serem reconhecidos pela sua inserção mais ou menos positiva das relações de trabalho.

Nesta caracterização dos sentidos do trabalho, é importante resgatar também algumas contribuições de Durkheim (1984), para quem a divisão social do trabalho é o fator de unidade fundamental na sociedade moderna – a solidariedade orgânica que se estabelece pela interdependência das funções cada vez mais especializadas. Para Durkheim (1984), a solidariedade social, a seu ver grande responsável pela coesão surgida entre os indivíduos, estaria mantida à medida que os indivíduos ocupassem funções de integração e produção da coletividade – uma divisão social especializada do trabalho - lutando contra as ameaças externas.

Na concepção de Durkheim, o modelo perfeito de sociedade resulta da integração das forças laborais especializadas, cuja ação se estabelece em meio a democratização societária, sustentada pela integração da tríade estabelecida entre indivíduos, grupos secundários (profissionais) e o Estado. Na realidade, a preocupação de nosso autor é com a manutenção da coesão social através da noção de individualismo intensificada e corporificada pela divisão social do trabalho⁴².

⁴² Durkheim (1983) demonstra em *A Divisão do Trabalho* a tendência primordial da evolução social, à medida que as sociedades se tornam mais complexas, é para a emancipação progressiva do indivíduo em relação à consciência coletiva. Diz Durkheim, que o Estado se torna mais

O sentido atribuído ao trabalho, por Durkheim, está na capacidade deste de regular as relações sociais na medida em que aloca os indivíduos em funções e atividades especializadas e interdependentes, permitindo uma gestão positiva da sociedade. De alguma forma, nosso autor anteviu que a força de trabalho não empregada geraria rupturas contra a estrutura coletiva, gerando um estado de anomia social. É o que vemos hoje quando grandes massas de grupos humanos estão fora dos processos produtivos e não possuem a curto ou médio prazos a possibilidade de serem inseridos nos processos produtivos.

Uma alternativa é reinventar os sentidos e os espaços de trabalho, os conteúdos do "labor", sobretudo naquilo que a nossa sociedade já considera descartável e sem valor. No estudo de caso proposto nesta tese, a organização cooperada do trabalho é um exemplo de que é possível resignificar a ação de quem trabalha e a legitimidade de estar em processos de coesão e integração social:

"As pessoa acha que quando a gente tá catando lixo, é porque não se esforçou pra fazer algo melhor. Mas tem um monte de coisa aí. Antes mesmo de vim pra cá, eu era ajudante de limpeza numa empresa. Eu fazia tudo direitinho, mas um dia o responsável pelo setor chegou e disse: vamo tê que ir embora, porque o nosso contrato acabou. Aí você pega as suas coisa e entende que nunca foi funcionário ali... era só pra tapá um buraco. Depois vem outro no seu lugar... Mas aqui, se você se esforçar um cantinho é seu. Isso eu já vi aqui: só sai daqui se não tiver força nos braços [com um pausa, R.M.A. mostra as mãos – com muitos calos e rugas – e os braços] e eu tenho força nos braço e na minha mente: eu sou útil pra eu mesma e pros meus filhos (pausa) Depois a

importante à medida que a diferenciação da divisão do trabalho se acentua: o desenvolvimento do Estado constitui característica normal do desenvolvimento das sociedades. Uma das conseqüências mais importantes da existência de um sistema democrático é que a condução da vida social assume um caráter consciente e dirigido. Assim, o individualismo moral é justamente a consciência do universo social e de seus agentes.

gente ainda aprende que o lixo que eu cato por aí ajuda a manter a cidade melhor, mais limpa Também. Mesmo que as pessoas nem repara direito, eu reparo: foi eu que limpei e ainda ajudei a reciclar. E limpa mais o meu barraquinho também, porque quando a gente não tem nem pra comê, até o corpo e as coisa da gente padece com a sujeira. Mais quando dá pra comê e sobra um pouquinho, a gente até anda mais limpinho [...]" (R.M.A., 31 anos, 2 filhos, recicladora)

A realização pessoal que os valores individualistas exigem não levanta, assim, apenas o problema da equivalência das oportunidades e do reconhecimento dos méritos, mas, ao mesmo tempo, o clássico problema das liberdades individuais no plano da ação coletiva e das decisões relativas aos objetivos sociais, aos meios de atingi-los; em suma, o plano de organização da sociedade moderna. Esse individualismo envolvia não a glorificação dos próprios interesses, mas o bem-estar dos outros: era a moralidade da cooperação. Contudo, equacionar as noções de justiça, igualdade, individualidade e ação racional com relação a meios e fins é a grande complexidade da sociedade moderna: se por um lado, estar em grupo aperfeiçoa a vida coletiva, por outro fica a cargo do indivíduo ser bem sucedido ou mal sucedido: o individualismo moral⁴³ é a realização da sociedade de mercado corporificada em cada cidadão moderno, em que o bem-estar de todos está garantido pelo bom sucesso de cada um de seus membros. Da mesma forma, o mal sucedido é responsabilizado pela sua inaptidão em não instrumentalizar-se adequadamente de forma a se adequar ao plano societário vigente: gerar valor de uso e de troca. Assim sendo, a sociedade moderna é vítima de seu próprio prelúdio: a vida social segmenta-se e paira

⁴³ Conquanto uma sociedade, por exemplo, formada a partir da conjunção de egoísmos individuais se constituísse em uma sociedade de anarquia moral ou anomia, isso não se aplicaria, como já observado, a uma sociedade fundada no individualismo moral dentro da divisão de trabalho diferenciada. Ao contrário, a condição de anomia que prevalecia em alguns setores das sociedades modernas derivava da falta de institucionalização do individualismo moral. Essa institucionalização do individualismo devia envolver a formação de laços de integração entre as ordens política e econômica: a progressão em direção a uma distribuição mais justa de funções (ou seja, a eliminação da divisão do trabalho forçada) sob a direção geral do Estado e a moralidade das relações econômicas por intermédio das associações profissionais.

próximo à anomia durkheimiana porque seus indivíduos são fruto de uma interação social mediada por interesses pessoais e não coletivos, e isso se cristaliza no modo próprio do capitalismo de ajustar a força de trabalho à máquina social do capital e não o inverso. Dito de outra forma, a preocupação de Durkheim era que a divisão social do trabalho deveria gerar laços de coesão e não de ruptura contra a consciência coletiva estabelecida pelos grupos de trabalho:

"Sempre que tem gente nova no grupo, a gente tenta explicar que o trabalho tem que ser feito junto, em cooperação. Mas não é fácil, pois hoje em dia tudo gira em torno do interesse próprio, do individualismo [...]" (M^a.A., 26 anos, sem filhos, ex-consultora do Sebrae e líder do grupo Apoena da Vila Estrutural).

"No começo foi difícil pra mim tá aqui com as meninas. A gente sempre se via na igreja, a gente é tudo irmã lá da igreja. Mas a igreja a gente vai de noite e nos sábados. Daí não atrapalha os serviço de casa e o marido não vai reclamar de que as coisa tão fora do lugar. Sem falá que tem que prepará menino pra escola, almoço, roupa... essas coisa. Mais aí tem também que no final do mês o salário do marido tá curto, tá sempre curto. Então, quando a Josi me chamou eu vim vê o quê que era e se eu dava conta, né? Aí vi que era croché e lembrei da minha vó no interior da Paraíba, fazendo umas coisa linda de vê! Daí eu disse: eu também quero! Quanto dá no fim do mês? Daí a Cida disse que ia depender do tanto que eu fizesse de cordinha de crochê, né. Bem, daí eu comecei e nunca que dava pra ficá no grupo, pegá as técnica nova de fazê crochê, de bordar. Um dia a Cida chegou pra mim e disse: 'Ô Zefa, a gente gosta de você, mas você tem que entender que a gente tem que entregar encomenda. Então, se a gente não fizé junta, não vai dá certo". Daí eu vi que eu ainda não tava dentro do grupo.

Achava que era só chegá lá, pegá a linha do crochê e voltá pra casa. Agora eu fico mais tempo e meu trabalho rende mais [...] e meu marido não pode reclama porque tá entrando um dinheirinho..." (M.J, 28 anos, 3 filhos, artesã do grupo Apoena da Vila Estrutural)

Assim, para Durkheim, o individualismo ou culto do indivíduo como valor de agregação às ações de trabalho só seria positivo se estivesse fundado no desejo de igualdade, cooperação, interdependência e justiça. Tanto para a Zefa quanto para a Ângela e a Cida do grupo Apoena, o trabalho do grupo só fluiria se conseguisse agregar as demandas pessoais de cada uma e as do grupo, já que na sociedade contemporânea, fruto da razão instrumental e moderna, o culto do indivíduo foi a única forma moral possível de agregar valor às ações sociais, visto que tais ações se desenvolveram em sociedades industriais e pós-industriais nas quais há uma divisão do trabalho altamente diferenciada⁴⁴. A impessoalidade, oriunda do conceito de individualismo e não de sujeitos, velava pela noção de tolerância e reconhecimento das práticas individuais e coletivas da sociedade. (DURKHEIM, 1984, 72)

A solidariedade social é para Durkheim (1984) a grande responsável pela coesão surgida entre os indivíduos, estaria mantida à medida que os indivíduos ocupassem funções de integração e produção da coletividade – uma divisão social do trabalho – lutando contra as ameaças externas. Esse processo permitiria a elaboração de duas consciências, uma individual, representando-nos no que temos de mais pessoal e distinto, e uma outra, comum a todo o grupo de seres humanos, a sociedade que age e que vive em nós. Nos dois grupos de trabalhadoras observadas nesta tese, foi possível ver que um sentido dado por elas ao trabalho está na capacidade deste de gerar solidariedade social: nos dois grupos, há uma incorporação dos membros da família, há uma melhora nas

⁴⁴ "Na medida em que as sociedades se tornam maiores e abarcam áreas territoriais mais extensas, as tradições e os costumes devem necessariamente existir num estado de plasticidade e ambigüidade que não mais ofereça muita resistência às diferenças individuais; (...) as diferenças individuais, estando muito menos confinadas, se desenvolvem mais livremente e se multiplicam; isso equivale a dizer que cada um persegue sua própria inclinação (...)" (Durkheim, 1983, 11-13).

relações de vizinhança, e há, principalmente, o reconhecimento de uma forma de trabalho até então ignorada: a força de trabalho de quem não tinha renda, ou era excluído ou estava subempregado:

"Eu tenho 8 anos de cooperativa. Corri de policial, de cachorro, até dos vizinhos aqui do Riacho. Mas aí eu dizia: 'Isso aqui é nosso, é nosso trabalho!!' E eles retrucava: 'Sua louca, suja, imunda, pára de emporcalhá a nossa cidade.' Eu fazia tudo de novo. Hoje, minha família toda trabalha comigo aqui: filho, neto, minha irmã ... E eu nunca fui porca ou vagabunda: eu sempre fui é guerreira. Se tivesse corrido da PM e dos xingamentos, não taria aqui agora. Hoje, todo mundo conhece a gente. Até quem atirou pedra, xingou, hoje quer vir pra cooperativa. E aí é a hora da verdade: tem que dá as mãos e não apedrejá. A vida tá difícil é pra todo mundo mesmo. Então, agora a gente ensina: pobre tem é que junta força e não se esfaquear [...]" (D. J.F., a Du, solteira, 51 anos, sete filhos e nove netos, recicladora da Coop. 100 Dimensão)

Por intermédio da instrução pública ou de uma ação pública coletivamente organizada, consegue-se que o indivíduo, construindo sua consciência comum, social, supere a si mesmo, libertando-se de visões puramente egoístas e interesses materiais imediatistas. É o estabelecimento de uma consciência coletiva⁴⁵, para Durkheim (1984), ou seja, de um conjunto de

⁴⁵ Tanto maior será a consciência coletiva, quanto maior for a coesão existente entre os componentes de uma sociedade, embora de antemão se saiba da impossibilidade da existência de uma uniformidade absoluta ou total. Nas sociedades em que predomina uma acentuada divisão do trabalho, o relacionamento social acaba por estabelecer uma dependência de uns indivíduos para com os outros, basicamente fundada na especialização de tarefas. A solidariedade, conjunto de laços que efetivamente prendem os elementos ao grupo, pode ser de dois tipos: a solidariedade *orgânica*, aquela onde os indivíduos são solidários uns com os outros basicamente devido às semelhanças existentes entre si; onde não se pode mesmo diferenciá-los a ponto de chamá-los de indivíduos, no sentido exato do termo; onde a educação é difusa, não havendo a figura de mestres, e as idéias comuns ultrapassam em número e em intensidade as idéias e as tendências individuais; onde não há reciprocidade nas relações. E a solidariedade *mecânica*, aquela em que o indivíduo está diretamente ligado à sociedade, sem que haja

crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, que forma um sistema coerente de normas e regras de convivência e participação e é exterior à vontade individual das pessoas. Nesse sentido, a solidariedade do grupo está garantida quando os membros de uma sociedade possuem uma esfera própria de ação, uma tarefa e, ainda, um nível bastante grande de interdependência, no tocante à sobrevivência individual. tal como conseguimos acompanhar em alguns momentos da Cooperativa 100 Dimensão e da Associação Apoena.

Imperioso observar que os dois grupos de trabalhadoras desempenham um trabalho que tem características independentes da ação cooperada de trabalho. Note-se que "catar lixo", vender latinhas, fazer crochê em pano de prato são atividades que estão no espaço urbano como ações individuais, como tentativas de fugir da renda baixa, da precarização do trabalho formal e do desemprego. O indivíduo "artesão" e "catador de lixo" busca de forma própria e individual o exercício da sobrevivência. Mas a partir de uma dada configuração – a do trabalho cooperado e solidário – redimensiona-se esta ação social individualizada e passa-se a gerar um trabalho em que o grau de interdependência é fundamental para o êxito do grupo. Esta tese observou isto tanto para os catadores – reciclador ambiental – quanto para as donas de casa – as artesãs, uma vez que a cooperação e a superação da ação racional individual são fundamentais para a permanência e rentabilidade do grupo.

Em Marx (1982), a divisão social do trabalho é vista como um elemento conflitante e constitutivo de todo o modo de produção capitalista e condição necessária à transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato, do valor de uso em valor de troca. Aqui, a divisão do trabalho possibilita a exploração do trabalho excedente, tanto pela execução da mais-valia-absoluta (a extensão da jornada de trabalho) quanto pela ampliação da produtividade individual (mais-valia-relativa). Além disso, na medida em que separa concepção e execução, essa divisão do trabalho elimina também os possíveis sentidos do trabalho

intermediário; apresenta-se como um conjunto mais ou menos organizado de crenças e sentimentos comuns a todos os componentes; é o tipo coletivo.

individual, reduzido a movimentos parciais, mecânicos e repetitivos, convertendo o trabalhador numa parte da máquina, invertendo a relação entre eles, de tal forma que é o trabalhador que serve à máquina, e não mais o contrário.

Sobre o "lugar" da categoria trabalho na organização social atual, há uma forte discussão sobre a centralidade e a não-centralidade do trabalho, o que nos remete de certa forma a uma discussão da viabilidade ou não dos enunciados marxistas para o mundo do trabalho. As teorias e ideologias em prol da não-centralidade do trabalho defendem que a precarização do mundo do trabalho, a geração dos subempregos, a não-oferta de trabalho são fruto do "fim do trabalho". Quer dizer, o trabalho não seria mais o meio principal de produção da riqueza material, e a produção imaterial seria hoje mais importante. Há, ainda, segundo alegam alguns (RIFKIM, 1995; DE MASI, 2000; SALES, 2003), indícios na obra marxista de que o próprio Marx haveria anunciado o fim do trabalho. Evidentemente, esse é o presságio e a vontade de neoliberais e agentes de mercado, mas é preciso esclarecer alguns pontos dessa questão.

Primeiramente, e mais importante, Marx não anunciou o fim trabalho nas suas condições de trabalho materializado. O que Marx prenunciou e discutiu, embasado no avanço tecnológico da humanidade, é que chegaríamos ao fim do trabalho como única fonte de ocupação dos homens e que estes mesmos homens, agrilhoados pela exaustão da exploração capitalista, poderiam se dedicar a outras atividades (políticas, culturais e de lazer) que não seriam apenas as fabris, e o homem comum disporia de um tempo livre para "criar".

É importante esclarecer que a centralidade do trabalho continua em Marx, inclusive com a distinção entre o tempo de trabalho e o tempo livre. O que foi pensado por Marx, e é realizado por nós ocidentais, é que os avanços tecnológicos chegariam às fábricas, reduziriam o tempo médio de produção de uma mercadoria (trabalho abstrato) e permitiriam maior lucratividade para seus empresários e, logo, maior liberação (e não extinção) da força trabalhadora para outras atividades. Todo o processo de não-centralidade do trabalho está embasado na sua própria centralidade, pois reduzir o tempo gasto na produção de determinada mercadoria representaria uma maior apropriação do

sobretalho (o trabalho não-pago ao trabalhador), que garante a maximização dos lucros empresariais ou a absorção total da mais-valia. Quer dizer, quanto mais se incorpora trabalho morto (tecnologia) no espaço imediato da produção (o chão da fábrica), mais se reduz a necessidade de trabalho concreto (que agora é incorporado pela máquina) e a média do trabalho abstrato. E toda esta lógica está inscrita no *Capital*, de Marx (1982), e na base da sociedade capitalista, onde a geração da riqueza social ainda está baseada na organização do trabalho concreto, do trabalho útil⁴⁶:

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade, – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1983, 13)

Marx (1982) analisou o capitalismo não como o fim da história, como forma de sociedade correspondente à natureza humana, mas como um modo de produção historicamente transitório, cujas contradições internas o levariam à

⁴⁶ Essa lógica de produção da riqueza social no capitalismo nos é bem conhecida, pois nesse sistema, a produção é movida pelo valor de troca e tem a seguinte dinâmica: A) O trabalhador produz trabalho necessário (equivale ao seu salário e às despesas relativas à produção) e sobretalho (o trabalho não-pago, a mais valia); B) A apropriação do excedente – sobretalho – dá-se no processo de produção com a incorporação da mais-valia no processo imediato da produção; C) O que valoriza o capital (capital acumulado) é o trabalho não-pago, aquelas mercadorias a mais que o trabalhador produziu no chão da fábrica e é embolsado pelo empresário (sobretalho, tempo de trabalho não-pago); D) O valor de troca da mercadoria é calculado em termos do tempo médio gasto para produzir determinada mercadoria; E) Ao longo do desenvolvimento tecnológico vai haver uma corrida para absorver tal avanço no espaço imediato da produção e reduzir o tempo de produção das mercadorias a um tempo inferior ao do tempo médio estipulado para produzi-las. Quer dizer, a redução do tempo médio para produzir uma mercadoria (trabalho abstrato) traduz-se em uma redução do próprio espaço imediato da produção, com menos operários no chão da fábrica e com mais máquinas comandando o processo produtivo; F) Assim, na distribuição da mais-valia, quem conseguir reduzir ao máximo o tempo de trabalho gasto, ficará com a maior parte da mais-valia realizada na mercadoria. Conseqüentemente, o aumento da concorrência entre capitalistas para absorver tecnologia na realização da produção capitalista leva à automação, ou seja, trabalho morto incorporado na máquina – trabalho imaterial. A ordem, então, é imediatizar o espaço e o trabalho concreto com máquinas avançadas e reduzir o tempo médio (trabalho abstrato) gasto para produzir mercadorias, pois trabalhando menos que a média geral se consegue captar em uma dimensão muito maior a mais-valia (Marx, 1982; Tozel, 1996; Gorender, 1999; Antunes, 1999; Cocco, 1997 *apud* Cruz, 2002).

queda. Quando aborda a teoria do valor-trabalho, em *O Capital*, ele afirma que as mercadorias - produtos vendidos no mercado - são trocadas em proporção ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

O trabalho, atividade através da qual os homens satisfazem as suas necessidades, não tem caráter puramente fisiológico, baseado em componentes meramente naturais (apresentando-se como um duelo entre o indivíduo isolado e as forças da natureza). Ao contrário, é uma atividade social e histórica: decorre "*de relações mútuas estabelecidas entre os membros de um grupo humano*" (MANDEL, 1968, 23) que se metamorfoseiam, a partir do desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Lukács, não é por acaso que Marx toma a categoria *valor* como central em *O Capital*. "Esta centralidade da categoria valor é um fato ontológico e não um axioma" (MARX, 1979 *apud* RAUTA RAMOS, 1997), servindo-lhe apenas para inferências teóricas ou lógicas. "Antes de mais nada, aparece no valor, enquanto categoria social, a base elementar do ser social: o trabalho" (1997, Tozel; LOJIKNE, 1997 *apud* RAUTA RAMOS, 1997, 21).

Segundo Sales (2003), o que torna possível, em Marx, a crítica da economia política é exatamente a distinção radical entre a categoria trabalho - como dimensão ontológica do existir humano - e a forma histórica concreta do trabalho no âmbito da produção capitalista, o trabalho abstrato. E, por isso, a controvérsia despreparada dos que apregoam apologicamente o fim do trabalho: "A confusão, manifesta ao longo desses anos de crítica à centralidade do trabalho está entre essas duas dimensões inteiramente distintas". Do ponto de vista conceitual, é precisamente o dualismo da categoria trabalho que permite, como já dissemos, pensar uma negação do trabalho abstrato e, mais, "é precisamente na medida em que a liberdade (constituída mediante o trabalho, enquanto trabalho concreto, útil)⁴⁷ é negada, que é possível pensar a recusa desta negação como construção da liberdade, ou seja, é porque os homens não cessam de reafirmar contraditória e cotidianamente a sua liberdade junto à sua não-liberdade que é possível pensar uma superação do domínio das relações mercantis".

⁴⁷ **Grifo nosso.**

O conceito de trabalho, segundo a teoria social marxista, é uma das categorias centrais tanto para o entendimento do que torna as classes subalternizadas, como para a compreensão da sociedade burguesa e dos processos sociais por ela desencadeados. O trabalho para Marx não é concebido simplesmente de maneira geral e única, homogeneizada, mas existem claras distinções a serem feitas quando se trata deste conceito, principalmente a diferença entre o que ele chama de trabalho abstrato e trabalho concreto.

Considerando-se, então, estas diferenças, que Marx vislumbra na forma de entender a categoria trabalho, especificamente no primeiro livro de *O Capital*, Antunes (1999), por exemplo, ressalta que é "decisivo recuperar a distinção marxiana feita entre trabalho concreto e abstrato. Explicando essa distinção, diz Antunes (1999, 76):

[...] de um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada.

Aqui aflora sua dimensão abstrata em que o trabalhador é levado pelas novas forças produtivas a produzir capital (CRUZ, 2002). É este tipo de trabalho, o abstrato, que se encontra hoje em crise, especialmente quando se põe a questão da crise da centralidade da categoria trabalho. Sobre este tema, observa ainda Antunes (1999, 80) que "trata-se de uma crise da sociedade do trabalho abstrato cuja superação tem na classe trabalhadora, mesmo fragmentada, heterogeneizada e complexificada, o seu pólo central". A recusa, enfim, do trabalho abstrato, alienado e alienante, não significa que o trabalho deva ser desqualificado de maneira geral, pois enquanto trabalho útil ele é um dos fundadores do ser enquanto "ser social", e é por isso também uma via possível para a emancipação humana sob o domínio da sociedade do capital. Nesse sentido, continua Antunes (1999, 82),

o tempo disponível controlado pelo trabalho e voltado para a produção de valores de uso [...] poderá instaurar uma lógica societária radicalmente diferente da sociedade produtora de mercadorias. E será capaz de, uma vez mais, evidenciar o papel fundante do trabalho criativo – que suprime a distinção entre trabalho manual/trabalho intelectual que fundamenta a divisão social do trabalho sob o capital – e por isso capaz de se constituir em protoforma de uma atividade humana emancipada.

Em linhas gerais, alguns dos conceitos básicos que auxiliam no entendimento do sentido da categoria trabalho em Marx seriam: mercadoria⁴⁸, trabalho abstrato, trabalho concreto, valor-de-uso e valor-de-troca. Marx aponta que no início de seus estudos, a mercadoria apareceu-lhe como duas coisas: como valor-de-uso e valor-de-troca, e que, mais tarde, ele verificou que o trabalho também possui duplo caráter, pois quando se expressa como valor-de-troca não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valor-de-uso. Desse modo, em se tratando da mercadoria, o que faz de uma coisa um valor-de-uso é a sua utilidade; o trabalho útil, dessa forma, é aquele cuja utilidade se patenteia no valor-de-uso do seu produto ou cujo produto é um valor-de-uso. Sob esse ponto de vista é que o trabalho será considerado sempre associado a seu efeito útil; o trabalho que produz valores-de-uso é, assim, individual e de natureza qualitativa, possuindo, por isso, características particulares. E é este tipo de trabalho, que produz valores-de-uso, que Marx denomina trabalho concreto:

"Meu trabalho é limpo. Quer dizer, eu limpo, eu cato o que as outras pessoas não querem mais, né?. Não pego nada de ninguém. Só o que já está nas latas, nas rua. Ò, é desse monte de papel jogado fora, e que eu vou ajuntando, que eu

⁴⁸ Entenda-se por mercadoria objeto portador de valor de uso e valor de troca nas economias capitalistas.

compro um arroz, um feijãozinho, um pedaço de carne [...] Se tiver força nos braços, dá até pra fazer mais. Eu tenho até celular, é de cartão, né?! Mas eu tenho. Os colega liga e a gente combina um dominó, uns jogo de carta. Tem muito jogo no lixo. Aí a gente vai juntando uma peça aqui, outra ali... aí quando vê tem um jogo". (J.D.S., o seu Silva, 43 anos, "catador de lixo" da cidade-satélite do Riacho Fundo II e convidado da Cooperativa 100 Dimensão para fazer parte do grupo como reciclador ambiental)



Fonte: Coop. 100 Dimensão. **Seu Silva**, catador de lixo das redondezas da cidade-satélite Riacho Fundo II. (Tânia Cruz, 2006).

A fala do Seu Silva aparece aqui destacada, porque ela representa a fala e o universo de milhares de pessoas que, no Brasil, atualmente vivem da catação de lixo. Seu Silva, como vários outros desempregados, é o que Castel (1998) chama de supranumerários ou os desfilados do centro de interação social: os excluídos permanentes. Seu Silva e mais de 500 mil brasileiros (IBGE, Atlas de saneamento ambiental, 2000) vivem e buscam uma reinserção social a partir do que a sociedade brasileira descarta diariamente em aterros e lixões urbanos.

Trata-se do resgate da importância da dimensão útil do trabalho, sua base geradora de reprodução e sustentação da condição humana.

A base de cada sociedade humana é o processo de trabalho, seres humanos cooperando entre si para fazer uso das forças da natureza e, portanto, para satisfazer suas necessidades. O produto do trabalho deve, antes de tudo, responder a algumas necessidades humanas. Deve, em outras palavras, ser útil – o que Marx (1982) nomeou como bem ou produto que gera valor de uso. Seu valor assenta-se primeiro e principalmente em ser útil para alguém, em garantir a existência desse alguém. Cabe ressaltar, entretanto, que a necessidade satisfeita por um valor de uso não precisa ser uma necessidade física. Um livro é um valor de uso, porque pessoas necessitam ler. Igualmente, as necessidades que os valores de uso satisfazem são enormemente diferentes para cada grupo de indivíduos e pessoas. Os valores de uso de um produto, bem ou serviço, percorrem a satisfação desde as necessidades primárias, básicas e orgânicas de qualquer indivíduo, como o atendimento a demandas mais secundárias e com ênfase no desenvolvimento intelectual, estético e cultural.

O resgate do reconhecimento da centralidade do trabalho está na base do redimensionamento do trabalho útil, concreto e conseqüentemente do trabalhador útil, reabilitado ao centro da interação social: à esfera dos vínculos sociais primários (casa, família, etc.) e secundários (comunidade, escola, trabalho, etc.). Trata-se de retomar o trabalho para a reprodução da vida e não do capital (CRUZ, 2002; CATTANI, 1993; ARRUDA, 1999).

Tal redimensionamento, da importância e concretude do trabalho útil, comporta, também, a produção de novas identidades ou de identidades resgatadas dos bolsões de invisibilidade social; são corporalidades reabilitadas: à sociedade do capital é posta a oportunidade de "enxergar" Seu Silva, trabalhador – ainda que precarizado –, reciclador ambiental e não mais o "vagabundo", o improdutivo social. Através da catação do lixo, ao Seu Silva colocou-se uma maneira, ainda que precária, de emancipar-se da condição de excluído social e reengajar-se identitariamente como trabalhador, como pessoa que produz. E à sociedade ocidental capitalista, pós-industrial, pós-moderna colocou-se também

uma oportunidade ontológica de reabilitar a importância social da integração favorecida pela esfera do trabalho.

É preciso pontuar, contudo, os limites da catação enquanto ação emancipatória. Evidentemente, no processo da catação as fragilidades são claras: a) os catadores disputam entre si os maiores volumes de lixo, pois a ação é individual; b) os pontos de coleta na maioria das vezes são sazonais, o que os obriga a percorrer toda a cidade para obter um quantum de lixo que possa ser vendido; e c) não existe seguridade social para as pessoas que, como seu Silva e muitos outros que estão na informalidade, vivem do que encontram pelas ruas da cidade. Por isso, a organização coletiva e solidária de uma atividade como a catação, pode sinalizar outras formas de superar a vulnerabilidade gerada pela ação individual e imediatista dessa ação.

Sob o capitalismo, todavia, os produtos do trabalho tomam a forma de mercadorias. Uma mercadoria, como assinala Smith (1996), não tem simplesmente um valor de uso. Mercadorias são feitas, não para serem consumidas diretamente, mas, sobretudo, para serem vendidas no mercado. São produzidas para serem trocadas. Desse modo, cada mercadoria tem um valor de troca, a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de um outro tipo. Assim, o valor de troca de uma camisa poderá ser uma centena de lata de ervilhas⁴⁹.

Os valores de troca refletem mais o que as mercadorias têm em comum entre si, do que suas qualidades específicas. Um pão pode ser trocado por um abridor de latas, seja diretamente ou por meio de dinheiro, mesmo que suas utilidades sejam muito diferentes. O que eles têm em comum que permite a ocorrência dessa troca? A resposta de Marx é que todas as mercadorias possuem um valor, do qual o valor de troca é simplesmente o seu reflexo. Esse valor

⁴⁹ Valores de uso e valores de troca são muito diferentes uns dos outros. Para tomar um exemplo de Adam Smith, o ar é algo de um valor de uso quase infinito aos seres humanos, já que sem ele nós morreríamos, mas que não possui um valor de troca. Os diamantes, por outro lado, são de muito pouca utilidade, mas tem um valor de troca muito elevado. Mais ainda, um valor de uso tem que satisfazer algumas necessidades humanas específicas. Se você tem fome, um livro não poderá satisfazê-lo. Em contraste, o valor de troca de uma mercadoria é simplesmente o montante pelo qual será trocado por outras mercadorias.

representa o custo de produção de uma mercadoria à sociedade. Pelo fato de que a força de trabalho é a força motriz da produção, esse custo só pode ser medido pela quantidade de trabalho que foi devotada à mercadoria⁵⁰.

Sobre o valor-de-troca de uma mercadoria, diz Marx que "Como valor-de-uso, as mercadorias são, antes de tudo, de qualidade diferente; como valor-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo portanto nenhum átomo de valor-de-uso" (1985, 44); o trabalho que produz valores-de-troca é, dessa maneira, social, possuindo características universais, mas de natureza quantitativa. O valor-de-troca é proporcionado, então, pelo que Marx chama de trabalho abstrato.

Já sobre o trabalho abstrato (o que produz valores-de-troca), Marx afirma que nele prescinde-se do valor-de-uso para seu dono, restando-lhe ainda somente a propriedade de seu produto de trabalho. Sendo assim, pondo-se de lado o valor-de-uso da mercadoria, separa-se também as formas e elementos materiais que fazem do trabalho um valor-de-uso, por isso ele passa a não ser mais uma coisa útil para o ser individual (o sujeito) que o produziu. Desaparecem, então, todas as suas qualidades materiais e, desaparecendo esse caráter útil dos produtos do trabalho, conclui Marx, também desaparece o caráter útil do trabalho neles corporificados; desvanecem, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto; essas formas, dessa maneira, não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se a uma espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (id. 44-45);

Assim, o trabalho tem um "caráter dual":

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho

⁵⁰ Mas por trabalho Marx não se refere ao tipo particular de trabalho envolvido em, digamos, assar um pão ou manufaturar um abridor de latas. Esse trabalho real, concreto, como disse Marx, é variado e complexo demais para nos fornecer a medida de valor que necessitamos. Para encontrar essa medida nós devemos abstrair o trabalho de sua forma concreta. Marx escreve: "Portanto, um valor de uso ou um bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato". (Marx, 1983, 47).

humano ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho humano concreto útil produz valores de uso. (MARX, 1983, 53)

Ao descrever sobre o caráter dual do trabalho, Marx (1983) separou-se das teorias de David Ricardo (1817) *apud* Sales (2003) e dos economistas políticos. Sua crítica era a de que Ricardo (1978) se concentrou quase que exclusivamente na tentativa de achar uma fórmula precisa para determinar o valor de troca das mercadorias. Para Marx (1983) o que os pensadores da economia clássica queriam, era encontrar modos de prever os preços de mercado. Com Marx (1983), entretanto, sabemos que os preços de mercado são reflexos do valor de troca atribuídos a um bem por conta do tempo de trabalho socialmente gasto para fazê-lo. Na compreensão da sociedade de mercado para Marx (1983), o fundamental era compreender o capitalismo como uma forma de sociedade historicamente específica, descobrir o que faz o capitalismo diferente das formas anteriores de sociedade, e que contradições levariam à sua futura transformação. Marx não queria saber em que medida o trabalho formava o valor de troca das mercadorias, mas **em que forma** o trabalho realizava essa função e **por que** sob o capitalismo a produção era de mercadorias para o mercado e não de produtos para uso direto como nas sociedades anteriores.

O caráter dual do trabalho é crucial para responder a esta questão, porque o trabalho é uma atividade social e cooperativa. Isso é verdade não apenas no que toca a tipos particulares de trabalho, mas para a sociedade como um todo. O trabalho de cada indivíduo ou grupo de indivíduos é trabalho social no sentido de que ele contribui para as necessidades da sociedade. Essas necessidades exigem todo o tipo de diferentes produtos - não só vários tipos de alimentos, mas também vestuário, meios de transporte, instrumentos necessários na produção e assim por diante. Isto quer dizer que é necessário que diferentes

tipos de trabalho útil sejam levados a cabo. Se cada um produzisse somente um tipo de produto, logo a sociedade entraria em colapso⁵¹.

No capitalismo, as coisas são muito diferentes. O desenvolvimento da divisão de trabalho significa que a produção em cada local de trabalho é agora altamente especializada e separada dos outros locais de trabalho: cada produtor não pode satisfazer suas necessidades a partir de sua própria produção. Um trabalhador numa fábrica de pneus não pode comer pneus de carros. Para viver, ele deve vendê-los a outros. Os produtores são, portanto, interdependentes em dois sentidos: eles precisam cada um dos produtos dos outros, mas eles também precisam uns dos outros como compradores de seus produtos para que eles possam obter o dinheiro com o qual comprem aquilo de que precisam.

Esse sistema, Marx chama de produção generalizada de mercadoria⁵². Os produtores estão ligados entre si somente pelo intercâmbio de seus produtos:

⁵¹ Cada sociedade, portanto, necessita de alguns meios para distribuir o trabalho social entre diferentes atividades produtivas. "Essa necessidade da distribuição de trabalho social em proporções definidas não pode possivelmente ser suprimida por uma forma particular de produção social", escreve Marx (1983). Mas há uma diferença fundamental entre o capitalismo e outros modos de produção. O capitalismo não possui mecanismos através dos quais a sociedade pode decidir coletivamente o quanto de seu trabalho será direcionado a tarefas particulares. Para entender porque é assim, devemos olhar para os modos de produção pré-capitalistas, onde o objetivo da atividade econômica era primeiramente a produção de valores de uso, e cada comunidade podia satisfazer todas ou a maior parte de suas necessidades a partir do trabalho de seus membros. Assim, na "indústria rural patriarcal de uma família camponesa que produz para seu próprio uso cereais, gado, fio, linho, peças de roupa, etc.[...] diferenças de sexo e de idade e as condições naturais do trabalho que mudam com as estações do ano regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família" (Marx, 1983, 74). A distribuição do trabalho é regulada coletivamente mesmo em sociedades pré-capitalistas onde existem exploração e classes. Assim, no feudalismo, "o trabalho e os produtos [...] entram na engrenagem social como serviços e pagamentos *in natura*. [...] Portanto, como quer que se julguem as máscaras que os homens ao se defrontarem aqui, vestem, as relações sociais entre as pessoas em seus trabalhos aparecem em qualquer caso como suas próprias relações pessoais, e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, dos produtos de trabalho" (Marx, 1983 77). No caso do escravismo e do feudalismo, ambos modos de produção baseados na exploração de classe, a massa da produção está voltada inteiramente para satisfazer as necessidades dos produtores e da classe exploradora. A questão principal não é o quê é produzido, mas sim a divisão do produto social entre exploradores e explorados.

⁵² Todo *O Capital* é uma prova da teoria do valor-trabalho. Marx considerava que o método científico correto era o de "ascender do abstrato ao concreto". Ele começa por estabelecer a teoria do valor-trabalho na forma bastante abstrata, tal como a consideramos até agora. Mas este é somente o ponto de partida de sua análise. Ele avança passo a passo para mostrar como o comportamento complexo e frequentemente caótico da economia capitalista pode ser entendido a partir da teoria do valor-trabalho, e somente a partir dela. A força de trabalho é uma mercadoria, e como toda mercadoria tem um valor e um valor de uso. Seu valor é determinado pelo tempo de

Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. (SALES, 2003, 36)

Até aqui, o trabalho social concreto era diretamente trabalho social. Enquanto a produção era para o uso, para satisfazer algumas necessidades específicas, seu papel social era óbvio. Quando a produção é destinada para a troca, contudo, não há uma conexão necessária entre o trabalho útil realizado por um produtor particular e as necessidades da sociedade. Só podemos descobrir, por exemplo, se os produtos de uma fábrica específica atendem algumas

trabalho socialmente necessário envolvido para manter o trabalhador vivo, e para educar as crianças que irão substituí-lo. "O seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado quantum de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força". (Marx, 1983, 143) O valor de uso da força de trabalho é o trabalho, e uma vez que o trabalhador tenha sido empregado, o capitalista coloca-o para trabalhar. Mas o trabalho é a fonte de valor, e além disso, o trabalhador criará durante um dia de trabalho mais valor do que o capitalista paga por seus dias de trabalho. Mas o decisivo [para o capitalista] foi o valor de uso específico desta mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem". (Marx, 1983, 160) Por exemplo, consideremos que em um dia de trabalho de 8 horas, o trabalho de 4 horas baste para compor o valor total do salário a ser pago pelo patrão pelas 8 horas. As demais 4 horas são embolsadas pelo patrão. Mais-valia, ou lucro, é meramente a forma peculiar de existência do trabalho excedente no modo de produção capitalista. A importância desta análise da compra e venda da força de trabalho é que permite a Marx traçar as origens da mais-valia à exploração do trabalhador pelo capital. Mais ainda, ela ilumina o fato de que os padrões traçados pelos economistas clássicos não são nem naturais nem inevitáveis, mas relações de produção historicamente específicas. Marx é capaz de realizar esta análise, ao mesmo tempo em que assume que todas as mercadorias, incluindo a força de trabalho, são vendidas pelo seu valor. Em outras palavras, o capitalista não ganha seus lucros pagando pela força de trabalho menos do que o equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la. A exploração não é nada anormal, é um típico resultado do funcionamento regular do modo de produção capitalista. Ela surge da diferença entre o valor criado pela força de trabalho e o valor da própria força de trabalho. A compra e venda da força de trabalho depende da separação do trabalhador dos meios de produção. Desse modo, o trabalhador é "livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho". (Idem, 140) A troca entre capital e trabalho assalariado pressupõe "a distribuição dos elementos da própria produção, os fatores materiais que estão concentrados de um lado, e a força de trabalho isolada, de outro". (Sales, 2003).

necessidades sociais apenas depois de eles terem sido colocados à venda no mercado. Se ninguém quiser comprar esses bens, então o trabalho que os produziu não era trabalho social⁵³:

O trabalho produtivo fixa-se e realiza-se em algum objeto particular ou mercadoria vendável, que dura por algum tempo depois de cessado o trabalho. É como se fosse amontoada e armazenada certa quantidade de trabalho para ser empregada mais tarde, quando necessário.⁵⁴ (MARX, 1983, 286)

⁵³Com esse entendimento é que a teoria marxista cunhou os termos trabalho social concreto e trabalho social abstrato: Trabalho social abstrato é assim não apenas um conceito, algo que existe somente nas nossas mentes. Ele domina a vida das pessoas. A menos que os produtores sejam capazes de alcançar as "condições normais de produção" eles se verão forçados a sair fora do negócio. Mas isso não é tudo. Nós vimos que o trabalho privado útil somente se torna trabalho social uma vez que seu produto tenha sido vendido. Mas para ocorrer a troca deve haver algum modo de aferir o quanto de trabalho socialmente necessário está contido em cada mercadoria. A sociedade não pode fazer isso coletivamente, porque o capitalismo é um sistema no qual os produtores relacionam-se uns com os outros somente através de seus produtos. A solução é que uma mercadoria assuma o papel de equivalente universal, em relação ao qual os valores de todas as outras mercadorias possam ser mensuradas. Quando uma mercadoria particular fixa-se no papel de equivalente universal, ela se torna dinheiro. E, escreve Marx, "a representação da mercadoria enquanto dinheiro implica [...] que as diferentes magnitudes de valores-mercadoria [...] estão todas expressas em uma forma na qual existem como a corporificação de trabalho social" (Marx, 1983).

⁵⁴ Somente o trabalho, através da relação explicitada acima, "transforma o dinheiro ou a mercadoria em capital". Assim, para Marx, trabalho produtivo é: A) O trabalho que transforma dinheiro ou mercadoria em capital, isto é, conserva e acresce o valor do trabalho materializado, que se tornou independente em relação à força de trabalho" B) Designa o conjunto do relacionamento e dos modos em que a força de trabalho figura no processo capitalista de produção"; C) Está relacionado à "trabalho *socialmente definido*, trabalho que envolve relação bem determinada entre o comprador e o vendedor do trabalho"; D) É o que – no sistema capitalista – produz *mais-valia* para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital"; F) Consiste no trabalho "que se troca diretamente por *dinheiro na qualidade de capital*" ou seja dinheiro que vá exercer a função de capital (capital em si), o qual, enquanto capital, sob o seu comando, submete a força de trabalho, oferecendo as pré-condições da produção efetiva; G) É o que, para o trabalhador, apenas reproduz o valor previamente determinado de sua força de trabalho, mas, como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital, ou contrapõe ao próprio trabalhador os valores que criou na forma de capital. Sobre a forma de trabalho produtivo, o modo capitalista de produção por inteiro e o próprio capital se repousam; por isso esta distinção, em relação a outras espécies de trabalho, é fundamental (Marx, 1983).

Sendo o que se troca diretamente por capital⁵⁵, o trabalho produtivo comporta:

A relação recíproca entre dinheiro e força de trabalho como mercadoria, compra e venda entre o dono do dinheiro e o dono da força de trabalho; a subsunção direta do trabalho ao capital e; a transformação direta do trabalho em capital no processo de produção ou, o que dá no mesmo, a criação da mais-valia para o capital. (MARX, 1983, 291)

Assim sendo, para Marx (1983), "a mesma espécie de trabalho pode ser produtiva ou improdutiva" (idem, 396). Dessa forma, um escritor que escreve um artigo, por exemplo, para uma conferência que realiza em um encontro de um núcleo de pesquisa, e recebe por este artigo, pelos coordenadores do evento, a importância de R\$100,00 (cem reais), nesta atividade ele é trabalhador improdutivo. Se, ao contrário, ele faz o artigo para uma revista de um empresário capitalista e recebe por este artigo a mesma quantia (ou quantidade maior ou menor, não importa), nesta atividade ele é trabalhador produtivo, "pois desde o começo, seu produto se subsume ao capital e só para crescer o valor deste vem à luz" (idem). "Uma cantora que vende seu canto por conta própria é um *trabalhador improdutivo*. Mas, a mesma cantora, se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um *trabalhador produtivo*, pois produz capital" (MARX, 1983, 396 *apud* RAUTA RAMOS, 1997).

Quando uma costureira faz um vestido, na casa da usuária, ou na sua própria residência por encomenda desta, executa uma atividade que não comporta trabalho produtivo (de mais valia). Esta despesa, paga pela usuária pela confecção do vestido, é para seu consumo pessoal, pago com sua renda. Desde o início, esse dinheiro não é em si capital. E o pagamento recebido pela costureira na troca do serviço representa, para ela, uma renda, isto é, a

⁵⁵ O *objetivo direto* da produção capitalista não é a produção de valor de uso e nem a produção de mercadorias (valor de uso comportando valor de troca). Mas "é criação de mais-valia para o capital e, por isso, *conversão* real de dinheiro ou mercadoria em capital; dinheiro e mercadoria são capital, antes do processo de produção, pela intenção apenas, em si, pela destinação". É No processo de produção imediato que se absorve mais trabalho do que foi comprado, apropriando-se dessa forma de trabalho alheio não pago.

costureira vai utilizá-lo, não como capital, mas para seu próprio consumo ou de sua família. Ou seja, o dinheiro pelo qual o serviço é trocado não exerce a função de capital, mesmo que a costureira tenha cobrado por ele o equivalente a mais horas de trabalho do que as que realmente despendeu. Mas, também, o dinheiro pago na compra de vestido, de um empresa capitalista, por uma usuária não exerce, para ela, a função de capital. "Só tem a função de dinheiro e, mais precisamente, de meio de circulação" (MARX, 1983 *apud* RAUTA RAMOS, 1997)⁵⁶.

Mas, uma vez que o trabalho concreto, útil, se metamorfoseia em trabalho abstrato, através da troca entre capital e trabalhador, ele se incorpora ao capital e aparece como atividade a ele pertencente desde o início do processo de trabalho. É este o mecanismo a partir do qual as forças produtivas do trabalho social passam a desempenhar o papel de forças produtivas do capital. Nesse mesmo sentido, a forma social geral do trabalho aparece no dinheiro como propriedade de uma coisa. Ter dinheiro implica tornar-se consumidor dos bens produzidos. Assim, a força produtiva do trabalho social e suas formas particulares se apresentam então na qualidade de forças produtivas e reprodutivas do capital, do trabalho materializado, das condições materiais (objetivas) do trabalho.

⁵⁶ No entanto, a atividade da costureira, trocada por salário, ou mesmo pago por peça, para a empresa capitalista de confecção é trabalho produtivo. O dinheiro pago pelo empresário à costureira está destinado, desde o início, a ser capital desde o início. Para a costureira, o dinheiro recebido da empresa tem a função de renda, porque ela vai gastar no seu consumo individual ou de sua família. Em ambas as situações, ou seja, encomendando a confecção de um vestido à uma costureira ou adquirindo-o da empresa capitalista, o trabalho da costureira para a usuária é improdutivo (de mais valia). Porque, no primeiro caso, a usuária trocou o serviço da costureira por dinheiro, na função de renda, e também no segundo caso, adquiriu o vestido na empresa capitalista, com dinheiro na função meramente de dinheiro e não dinheiro-capital (em si), em ambos os casos na esfera da circulação. Mas neste último caso, a atividade da costureira para o capitalista é trabalho produtivo. Este contratou a costureira não para uma atividade relativa a seu consumo, mas para que nas horas pagas de seu trabalho, por exemplo, relativa a um vestido, ela lhe produzisse dois (um o trabalho necessário, o outro o sobre-trabalho, a mais valia). Desde o início, o dinheiro do empresário era "em si" capital, estava portanto na esfera do processo imediato da produção, destinado a criar valor de troca e não valor de uso. Isso quer dizer que os trabalhadores produtivos podem, ao mesmo tempo, ser trabalhador improdutivo. "Por exemplo, mando forrar de papel as paredes de minha casa, e os forradores são assalariados de um patrão que me vende esta atividade: para mim trata-se de um dispêndio de dinheiro em mercadoria para meu consumo;mas, para o patrão que manda esses trabalhadores forras as paredes, são eles trabalhadores produtivos, pois lhe fornecem mais valia" (Marx, 1983: 400 *apud* Rauta Ramos, 1997).

Disso depreende-se que o trabalhador que não gera trabalho produtivo, ou seja, valor de troca a partir do que produziu, é também improdutivo. Marx (1983) ressalta que a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo encontra seu fundamento na própria essência da produção burguesa, pois a riqueza não se iguala a valor de uso, mas só a *mercadoria* é riqueza, ou seja, um produto com valor de uso, mas que exercita fundamentalmente o papel de portador do valor de troca, a função de dinheiro.

É por isso que alternativas à crise do trabalho atual são prementes para reabilitar o caráter "produtivo" do trabalhador contemporâneo, na capacidade deste de negociar a sua própria força de trabalho, de autogerir-la e de resgatar sua condição de consumo necessário à reprodução.

Tal resgate na capacidade de atuação do trabalhador coloca-se com urgência, sobretudo, para determinadas circunstâncias de vida e de trabalho, como a dos indivíduos que vivem da coleta do lixo urbano. Mesmo que produzindo pequenas escalas de valor uso, o mínimo possível para se alimentar, o trabalho precarizado que estes desenvolvem, sobrevivendo da coleta do lixo, não permite a estas pessoas gerarem valor de uso adequado para viverem menos precariamente, nem tampouco ter uma expectativa de vida segura:

"Aqui tá ficando muito perigoso. Tem sempre briga, facada. Meus filhos não vêm pra cá. Até que vinha, porque aí dava mais peso nas latinha e nos plásticos. Mas agora só vem eu e minha irmã mais velha. Minha mãe cuida dos meus filhos. Na verdade, a gente pensa que é tudo amigo, mas na hora de catá um lixo melhor, que vai dá uma boa pesagem, vira tudo bicho. Às vezes dá vontade de ir embora. Mas daí a gente mesmo se responde: ir pra onde? Aqui tá difícil, mas ainda dá pra tirar um leite, um pão [...] sem falá que se for ver, roupa a gente não compra. Os meus meninos e eu, veste e calça tudo o que vem na carretona {carreta de lixo}" (C. R.C., 29 anos, três filhos, catadora do lixão da Vila Estrutural)



Fonte: Jornal Correio Braziliense., maio 2004. Aterro da Vila Estrutural. Aqui, aproximadamente 800 pessoas passam todos os dias e buscam uma forma de sobrevivência. Neste ponto do lixão, o trabalho não é cooperado. Cada um "cata" o que der conta.



Fonte: Jornal Correio Braziliense, maio 2004. Aterro da Vila Estrutural. O valor de uso, gerado pelo trabalho dessas pessoas, não lhes possibilita superar esta condição. Atualmente, na Vila estrutural, os moradores vivem sem água, esgoto e escola pública.



Fonte: Jornal Correio Braziliense, maio 2005.

Por considerar todo esse contexto, é que neste trabalho entendemos que é preciso resgatar a importância do trabalho útil, concreto e gerador de valores de troca para os trabalhadores e não apenas para o capital. A tese que se defende aqui é que há possibilidades de se emancipar o trabalhador em situação de exclusão, de precarização e reabilitá-lo ao centro do mundo do trabalho, ao universo dos vínculos sociais que integram, não os que ignoram ou vulnerabilizam milhares de pessoas. Na Cooperativa 100 Dimensão, essa possibilidade existe e permite vislumbrar a passagem da exclusão ao reconhecimento do trabalho útil, produtivo e reprodutivo *daqueles-que-vivem-do-trabalho*.

A seguir, apresentamos, com algumas fotos, dois modos possíveis de catação: o primeiro modo é o dos moradores da Vila Estrutural, que atuam sozinhos e em condições muito precárias. O segundo, é a organização solidária dos cooperados da 100 Dimensão: trabalham juntos e possuem um regime de trabalho que conta com um caminhão de carga, pontos fixos para coleta e parceiros pré-estabelecidos que irão comprar seus resíduos sólidos coletados:



Fonte: Cruz, 2006. Aterro de lixo, Vila Estrutural (dez./2005). Os moradores da Vila atuam sozinhos: cada uma recolhe a quantidade de lixo que puder carregar.



Fonte: Coop. 100 Dimensão, fev./2005. Coleta programada de resíduo sólido (lixo).

A Cooperativa 100 Dimensão possui, atualmente, coleta seletiva de sólidos e resíduos. Tudo é feito em plantões de trabalho, com caminhão de coleta e pontos pré-definidos para a rota da catação de lixo. Vemos aqui uma possibilidade de redefinir o significado do trabalho produtivo e conseqüentemente seus símbolos, pois tanto para os moradores da Vila Estrutural acima identificados como para a Cooperativa 100 Dimensão, o substrato do trabalho é o mesmo: o lixo. Entretanto, ao organizar-se em forma de trabalho cooperado, a

100 Dimensão gerou uma oportunidade de superação da condição de catador de lixo. Os trabalhadores e trabalhadoras da Cooperativa 100 Dimensão se auto-reconhecem como reciclador ambiental. É a passagem de excluído e precarizado para a de trabalhador autônomo e emancipado da pobreza extrema.



Fonte: Coop. 100 Dimensão, fev./2005. Coleta programada de resíduo sólido (lixo). A catação isolada e sem programação pelas ruas da cidade ganha planejamento e racionalização da seleção de resíduos: há uma jornada pré-definida para o trabalho e para as refeições coletivas.



Fonte: Coop. 100 Dimensão, fev./2005. Coleta programada de resíduo sólido (lixo).

Nesta tese, o sentido que ainda se pode atribuir ao trabalho parte da análise da possibilidade de superação dos problemas sociais atuais, acreditando no trabalho como fator estruturante da sociedade. Com o neomarxismo⁵⁷, tem-se a clareza de que, como registrou Antunes (2000, 83): "O simples fato de que no trabalho se realiza uma posição teleológica, o configura como uma experiência elementar da vida cotidiana, tornando-se desse modo um componente inseparável dos seres". Podemos citar ainda autores como Marcuse (1978, 282), em cuja opinião "o trabalho é a maneira do homem desenvolver suas aptidões e ampliar suas necessidades na luta com a natureza e a história, e a estrutura social impressa no trabalho é a forma histórica de vida que a humanidade a si mesma se outorgou". Com a fala de Domingas, a Dú, uma das cooperadas 100 Dimensão, temos explicitada a atribuição que damos ao sentidos do trabalho:

"Hoje eu tenho aonde ir. Saio de casa e sei que vou trabalhar. Ainda escuto: lá vai a lixeira. Mas eu não tô nem aí. É o meu trabalho, eu adoro o que faço, eu amo o lixo. É dele que tiro o de comer e o de vestir [...] Eu digo pros vizinhos e pra quem quiser ouvir: eu sou empresária, tenho uma empresa de reciclagem, tenho mente aberta para a ecologia. E não pense você que eu não me cuido pra vir trabalhá. Eu tomo banho todo dia e sempre passo meus creme, meus perfume. Eu gosto de mim, do meu trabalho e não é porque eu lido com o lixo que eu vou andá que nem uma doida por aí..." (D. F., a Du, 49 anos, 7 filhos, 9 netos, recicladora ambiental)

⁵⁷Corrente do pensamento sociológico contemporâneo que traz um olhar plural e de ambigüidades sobre a classe trabalhadora, incorporando ao debate do conflito histórico entre capital x trabalho questões sobre diversidade profissional, política, religiosa, novas formas de trabalho material e imaterial, as clivagens de etnia, gênero, etc. No Brasil, esta corrente é fortemente representado pelas pesquisas de Antunes (1999, 2000, 2002), Hirata (1999, 2000, 2002), Cattani (1997, 1999), Bruchini (1997), Lobo (1997), Singer (1999, 2002),



Fonte: Coop. 100 Dimensão, fev./2005. Domingas, a Du, na oficina de produção de papel ecológico com fibra de bananeira. Tecnologia desenvolvida pela cooperativa com o apoio do Sebrae.

A fala da "Du" (foto acima) registra a importância inscrita no ato de trabalhar e ser reconhecida por tal ato: ela existe social e psicologicamente pela materialização e legitimação de símbolos registrados no ato de produzir e ser útil. Se, por um lado, o ser humano foi extenuado em sua condição humana pelo trabalho, por outro, foi a partir dele que conseguiu atribuir significado para suas relações sociais, recriando-se e estabelecendo novos conteúdos para as ações sociais. Assim, o nosso desafio hoje não é repensar onde está o trabalho e qual o seu lugar, e sim repensar o trabalho como matriz fundadora e mantenedora das relações coletivas. Certamente, não defendemos o fim do trabalho, do emprego ou do trabalhador, pois estaríamos sendo a-históricos, negando a origem ou afirmando o fim do *homo sociologicus*.

A presente pesquisa buscou somar esforços analíticos à Sociologia do Trabalho, no sentido de contribuir para a reflexão de novas relações de trabalho e para o fim da expropriação do homem pelo trabalho ou, em outros termos, o fim da sobreposição da lógica econômica à lógica social; abrir caminhos para se reproduzir a vida e não somente o capital (CRUZ, 2002). Assim, a centralidade do trabalho permanece, o que diminui, é o contingente de "empregáveis", que nos últimos anos tem crescido assustadoramente em todas as economias mundiais e

produzido contingentes humanos de excluídos e desafiliados da sociedade. É o que a teoria sociológica atual nomeou de "a nova questão social" (CASTEL, 1998; ARENDT, 1981; ANTUNES, 1999).

2.2 A Nova Questão Social

"Eu já tinha desistido de correr atrás de trabalho. Eu fiquei foi mais de dois anos sem carteira assinada. Aí ninguém te ajuda, porque o seguro-desemprego é só de seis ou é de três meses? (pausa - dúvida). Depois que não tem seguro, o que a gente faz? Eu tenho força de vontade pra trabalhar, mas ninguém vê isso não. Aí um dia fiquei sabendo da cooperativa e vim saber se podiam me arranjar algo. Hoje eu sei fazê papel reciclado e arte com ferro velho." (J.L.S., 42 anos, seis filhos, artesão da Cooperativa 100 Dimensão/Riacho Fundo II)

A fala acima exposta compõe o quadro da nova questão social instaurada pelo cenário histórico da modernidade: a sociedade é formada por valores universais que a concebem como uma unidade – apesar das diferenças individuais e das contradições da liberdade política – mas com a exclusão social, tal unidade é rompida. O conflito social, característico das sociedades capitalistas, não se restringe mais ao detentor dos meios de produção e à força de trabalho. Agora, a luta faz-se entre os integrados e os excluídos do mundo do trabalho/consumo:

"Nunca trabalhei fora de casa. Meu marido procura por emprego faz mais de quatro anos. É um bico aqui, outro ali... Mas bico não encha a dispensa de ninguém e quando o aluguel vence, a gente não tem cara pra pedi pra deixar pro mês que vem, porque se não tinha agora no outro também não vai ter. Por isso, eu vim pra cá. Minha vizinhafoi que me

falou que estavam pagando um dinheirinho pra quem pega encomenda de crochê. Daí eu vim vê e já faz oito meses que eu tô aqui. Tá é bom. Pelo menos leite, uma verdura e uma carniinha eu tiro daqui. E a gente pode sair de casa um pôco pra desanuviar... " (A.P.M. 30 anos, quatro filhos, artesã do grupo Apoena/Vila Estrutural)

A relação estabelecida entre trabalhadores e desempregados em massa, entre integrados e excluídos do mundo do trabalho seria um dos elementos de base da nova questão social que teria sido nomeada "historicamente" a partir da pós-Revolução Industrial, quando se assinalou um divórcio entre os direitos do cidadão e uma ordem econômica baseada na pauperização da massa operária. Uma parcela significativa da população teria se tornado supranumerária diante da atualização das competências econômicas (CASTEL, 1998).

Atualmente, esse fenômeno se intensificou em função da reestruturação produtiva do capital, que implantou a figura do trabalhador flexível – aquele que atende as demandas também flexíveis da produção: tempo de trabalho parcial, contratos temporários, subcontratações, etc. – conjugado ao processo de implementação no chão das fábricas da automação e da robótica: assim, a economia capitalista acumularia mais capital e menos dispêndios com o emprego da força de trabalho humana.

Com a hegemonia de um capitalismo monopolista e a competição internacional, ocorre a deslocalização da produção para diminuir seu custo e aumentar a produtividade. Vários autores (ORTIZ, 1996; ANTUNES, 1999; DUPAS, 1999) são unânimes em mostrar que algumas das transformações que a deslocalização implica, como a subcontratação, o enfraquecimento dos sindicatos, o fim do modelo fordista de produção e a exploração do trabalhador em escala mundial. Além disso, há uma desagregação da ética do trabalho pela ética do consumo ou lazer (CRUZ, 2002). Essas e muitas outras transformações – que serão desenvolvidas no decorrer deste capítulo –, tornaram muitas pessoas improdutivas para a sociedade, sem funções ou ocupações a desenvolver. Isso,

conseqüentemente, acarretou na pauperização e vulnerabilização *daqueles-que-vivem-do-trabalho*:

"Só quem passa fome é que sabe quanto custa não ter um emprego, uma ocupação. É duro ver seus filho pedindo comida e você sabê que não tem de onde tirá. Nem tudo que vem do lixo, a gente come, né professora?! E a gente se sente bicho fuçando aquela podridão lá. Eu penso assim né? Mas tem gente que gosta. Mais eu não: prefiro pegá a cesta do governo a me rendê à podridão. Porque uma coisa é catá lata, papel, alumínio e vendê. Outra é fazê feira no lixão..." (C.S.A., 33 anos, sete filhos, artesã do grupo Apoena/Vila Estrutural)

A relação entre modernidade e exclusão vem no bojo das transformações ocorridas a partir do processo de globalização da economia e cultura (ORTIZ, 1994). Com a pulverização das relações sociais, deve haver uma nova forma de proceder à integração social. Com o desenraizamento ocasionado pela globalização, a identidade entre os indivíduos faz-se por meio do consumo. O universo do consumo passa a ser o lugar privilegiado da cidadania. Desse modo, o contingente que já perdeu os vínculos sociais com o trabalho não tem o poder do consumo e, conseqüentemente, não tem parte neste novo meio de integração:

"Eu acho que já vivi pior. Nunca tive carteira assinada, nem casa minha, nem carro. Mas eu vivo melhor hoje. Aqui na cooperativa tem refeição pra gente três vezes ao dia, tem sempre gente nova querendo vê o trabalho da gente. Hoje gosto de trabalhar com o lixo. Pelo menos sei que daqui eu tiro pra pagar o aluguel e comprar comida. E às vezes sobra pra tomar uma cervejinha." (R.P.A., 31 anos, dois filhos, coletora da Cooperativa 100 Dimensão/Riacho Fundo II)

A par deste processo mundial de vulnerabilização *daqueles-que-vivem-do-trabalho*, Castel (1998) fala em uma metamorfose da questão social ou de uma nova questão social, de forma que esta seria a fragilização da estrutura agregadora da sociedade, dos elos sociais de inserção e integração sobre o qual a exclusão social agiria como um fragmentador dos vínculos sociais. Nesse período, o exército de reserva atenderia a uma função: regular o equilíbrio entre demanda e oferta de empregos. Hoje, a nova exclusão social traduz-se pelo fato de os excluídos do mundo do trabalho serem desnecessários economicamente e de forma permanente. Em outras palavras, esses desligados do sistema econômico produtivo, por não possuírem a menor possibilidade de serem absorvidos pelo mercado, teriam sido transformados em supérfluos para o mundo do trabalho⁵⁸.

Nesse contexto, materializa-se a questão dos excluídos permanentes ou da precarização permanente do trabalhador. Disto depreendem-se outras categorias para se pensar a condição do assalariado e o estatuto da sociedade salarial: a existência dos trabalhadores precarizados, dos desempregados de longa duração, jovens sem trabalho, mulheres sem emprego, trabalhadores temporários. Todas estas questões refletem o paradoxo fundamental da sociedade contemporânea: ao lado dos processos de inserção e integração, desenvolveu-se o de desqualificação; logo, exclusão de parte de seu corpo social ou do seu centro – o trabalho. Quer dizer, o trabalho ainda é, hoje, vale insistir, o mantenedor fundamental dos vínculos sociais, até mesmo pelos excluídos crescentes que produz. Então, se aderirmos definitivamente ao argumento contrário – o trabalho não é mais central na contemporaneidade – como

⁵⁸ Castel (1998) discute como centro da organização social, aquilo que, para ele, estruturou grande parte de nossa formação social: o trabalho. E ele chama a atenção para a metamorfose do trabalho: as transformações profundas no estatuto do assalariado. Aponta os períodos principais da metamorfose da questão social (o trabalho): da tutela ao contrato e do contrato ao estatuto, na qual a forma liberal do contrato, primeira configuração da condição salarial, definiu o assalariado como vulnerável. Sem a tutela, o apadrinhamento, os laços de sociabilidades familiares, o trabalhador foi obrigado a negociar sozinho, como indivíduo provido de força de trabalho, seus interesses de mercado. Nascia aqui, do compromisso entre mercado e trabalho, o Estado Social. Para Castel, é esse Estado Social, que hoje como em seu princípio, pode atuar como regulador da dinâmica de mercado e das exigências sociais (Cruz, 2002).

definiremos socialmente a grande margem de excluídos produzidos freneticamente? Teríamos que ao menos responder pelo ônus deixado pela sociedade salarial: qual o lugar desses excluídos? Assim, a centralidade do trabalho permanece, o que diminui é o contingente de "empregáveis". Devemos assinalar que se trata de um processo crescente de deslocamento do trabalhador. Nossa função é esclarecer para onde e com que funções.

A redução do Estado social e a liberação do mercado tendem a criar uma grande massa de desempregados e de subempregados para os quais a sociedade nada oferece nem pretende oferecer: são os "excluídos desnecessários". Nas fases anteriores do desenvolvimento capitalista, os trabalhadores eram explorados, viviam em condições degradantes, de tempos em tempos caíam no desemprego e na miséria, mas o capital necessitava deles: eram excluídos necessários, como mão-de-obra barata ou como exército industrial de reserva (NASCIMENTO, 1994 *apud* CRUZ, 2002). Dessa forma, a exclusão hoje estaria fundamentalmente caracterizada por uma nova fase, na qual os trabalhadores sem postos de trabalho e sem qualificação são supérfluos constantes.

Nesse contexto, a exclusão social refere-se à ruptura de laços sociais, de vínculos: vai desde a discriminação, passando pela perda de direitos, até a ausência de direito a ter direitos. Assim, a fase contemporânea da exclusão social tem, para Nascimento (1994), sua raiz na redução progressiva de postos de trabalho: numa sociedade onde os direitos se baseiam no trabalho assalariado, o desemprego prolongado provoca a perda dos mesmos, até o ponto em que o indivíduo passa a ser visto como incômodo e mesmo como perigoso. Este contingente sem trabalho deixa de ser exército de reserva para se transformar em "lixo industrial" (CRUZ, 2002). Não apenas não tem trabalho ou capacidade de gerar renda suficiente como não tem as qualidades requeridas para obter trabalho. "*O excluído moderno é, assim, um grupo social que se torna economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser fisicamente eliminado*". (NASCIMENTO, 1994, 36 *apud* CRUZ, 2002).

Escorel (1997) a partir dos trabalhos de Arendt (1981) e de Castel (1998), trata a exclusão social como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura de vínculos, em cinco dimensões da existência humana em sociedade: a dimensão do trabalho, a sociofamiliar, a

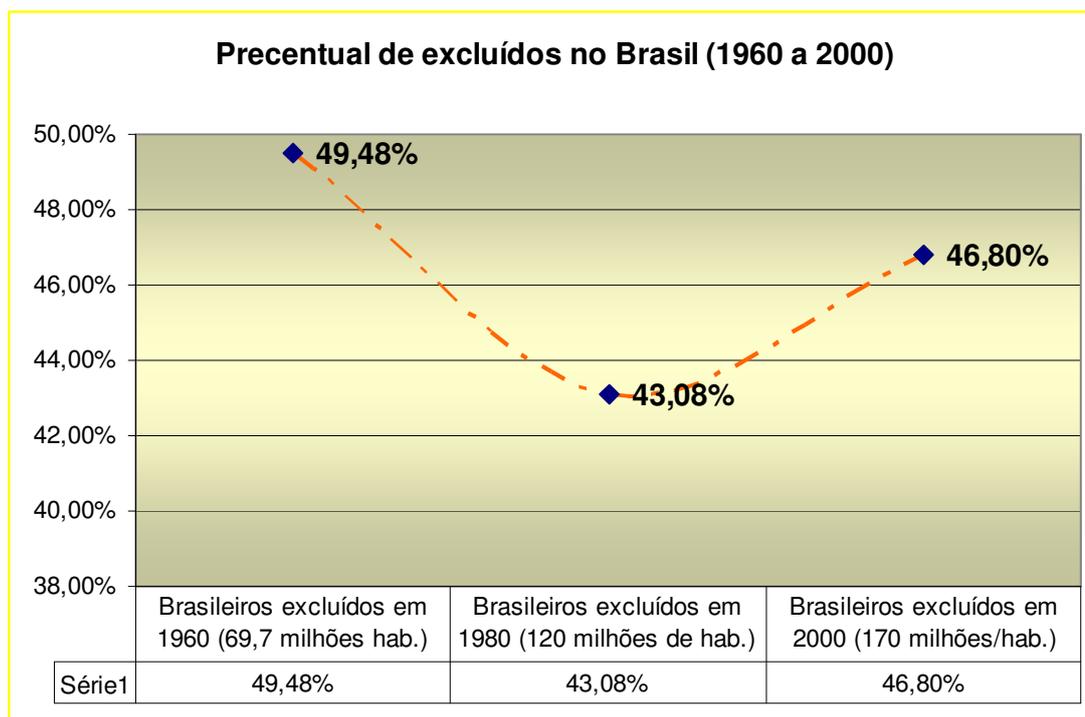
política, a cultural e a humana.

As trajetórias de vulnerabilidade no mundo do trabalho são aquelas a que já nos referimos anteriormente: desemprego, emprego precário e ocasional, instabilidade. Na dimensão sociofamiliar, há fragilização e precariedade das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, levando o indivíduo ao isolamento e à solidão. Na dimensão política, as trajetórias de vulnerabilidade são de precariedade no acesso e no exercício dos direitos e de incapacidade de agir e de se fazer representar na esfera pública. Na dimensão cultural, a exclusão é caracterizada pela indiferença, pelo não-reconhecimento, pela discriminação, pela estigmatização, pela hostilidade. Na dimensão humana, os grupos sociais excluídos vivem no limite da existência e tendem a ser reduzidos à busca exclusiva da sobrevivência, impossibilitados de exercer as potencialidades da condição humana.

Após um período recente de melhora (de 1960 a 1980), as taxas de exclusão social no Brasil voltaram a crescer entre 1980 e 2000. E, aliada à "velha" exclusão, decorrente basicamente da falta de escolaridade e analfabetismo, que não foi sanada, pioraram os indicadores que levam à "nova" exclusão, em especial o desemprego e a violência. Esses dados fazem parte do *Atlas da Exclusão Social no Brasil – vol.2*, (POCHMANN, 2002).

De acordo com o Atlas, que compara os dados dos últimos 40 anos, a porcentagem de excluídos no Brasil na década de 1960 era de 49,3%, para uma população de 69,7 milhões de habitantes. Vinte anos depois, com 120 milhões de habitantes, o índice de excluídos caiu para 42,6%, para depois voltar a subir, no ano 2000, para 47,3%, com 170 milhões de habitantes. A regressão se deve a situações novas e que não eram conhecidas na dimensão atual: os aumentos do desemprego e da violência. "*Esses dois elementos ajudaram a tornar o país mais desigual, mais excluído*" (Pochmann, 2003, 26):

GRÁFICO 2.1



(
 Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil, vol.2, 2002. Elaboração gráfica: Tânia Cruz, 2006.).

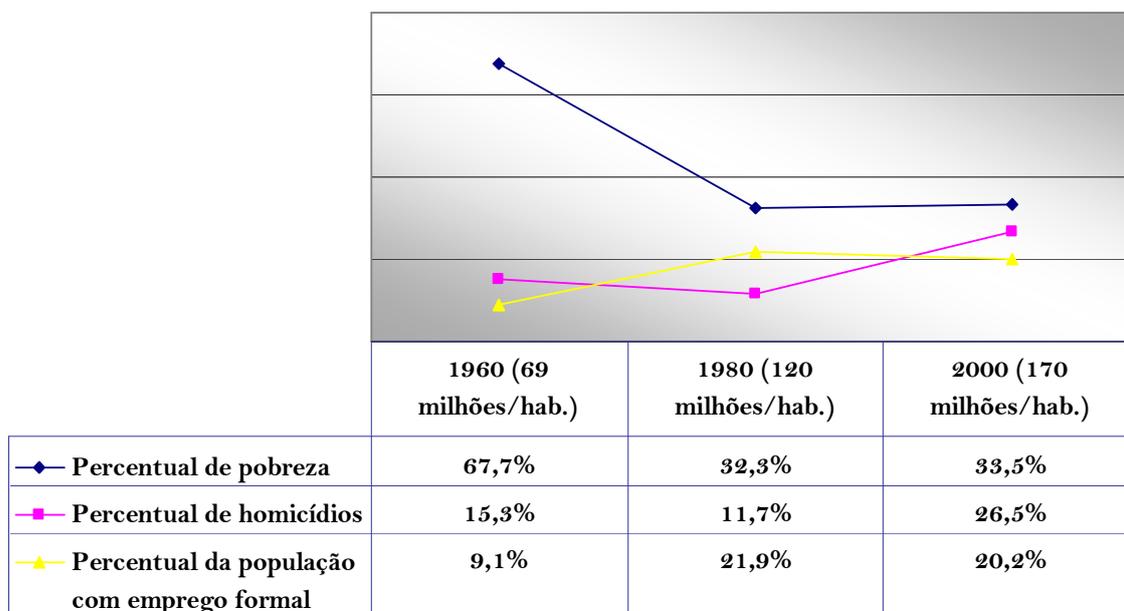
Para Pochmann (2003), a "nova" exclusão é mais difícil de ser combatida. Os dados do Atlas revelam que houve uma melhora contínua, por exemplo, de 1960 para 2000, no que diz respeito à educação e redução da pobreza. O estudo destaca, porém, que, de 1980 para cá, houve aumento do número de desempregados e crescimento das taxas de violência. "Sem falar que, praticamente, não houve grande alteração na desigualdade e renda nesses últimos 40 anos", disse. A chamada "velha" exclusão está associada a baixa renda e escolaridade, famílias migrantes e numerosas, compostas basicamente de mulheres e negros; já a "nova" exclusão refere-se aos nascidos nos grandes centros, em famílias menores, com maior grau de escolaridade, compostas de desempregados e brancos.

Sete indicadores foram avaliados para construir o "índice de exclusão": pobreza, homicídio, emprego, escolaridade, analfabetismo, desigualdade e juventude. A seguir, demonstramos alguns desses índices e suas variações entre os 1960, 1980 e 2000.

De acordo com os dados relativos à pobreza, nos anos 60 ela atingia 67,7% da população; 32,3% nos anos 80 e 33,5% em 2000. O indicador de violência (homicídios) também piora, como o da pobreza, de 1980 para 2000: nos anos 60 foram 15,3 assassinatos por 100 mil habitantes; nos anos 80, foram 11,7, e em 2000 a taxa mais que dobra, indo para 26,5. Em relação ao emprego formal/população ativa o país possuía 9,1% da população empregada nos anos 60; 21,9% nos anos 80; e 20,2% em 2000.

GRÁFICO 2.2

Indicadores da exclusão social no Brasil



Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil, vol. 2, 2002. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Em relação à escolaridade, nos anos 60 a média era de 1,8 anos de estudo; nos anos 80, de 3,3 anos; e de 6 anos, em 2000. Sobre o analfabetismo, a tendência se repete: 53,4% da população acima de 5 anos alfabetizada (anos 60); 68% (anos 80) e 81,5% (2000):

Tabela 2.1 - Taxa de escolaridade da população brasileira acima da faixa de cinco anos de idade (1960 a 2000)

Período	Média de tempo de estudo
1960	1,8 anos
1980	3,3 anos
2000	6 anos.

Fonte: da Exclusão Social no Brasil, vol. 2, 2002. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Tabela 2.2 - Taxa de alfabetização da população brasileira acima da faixa de cinco anos de idade (1960 a 2000)

Período	% de alfabetizados brasileiros
1960	53,4%
1980	68,1%
2000	81,5%

Fonte: da Exclusão Social no Brasil, vol. 2, 2002. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Observe-se que o aumento no emprego formal e na escolaridade não impactou diretamente a redução da exclusão e da pobreza, uma vez que a parcela da população atingida por esses aumentos não é, necessariamente, a que se encontra nessa situação.

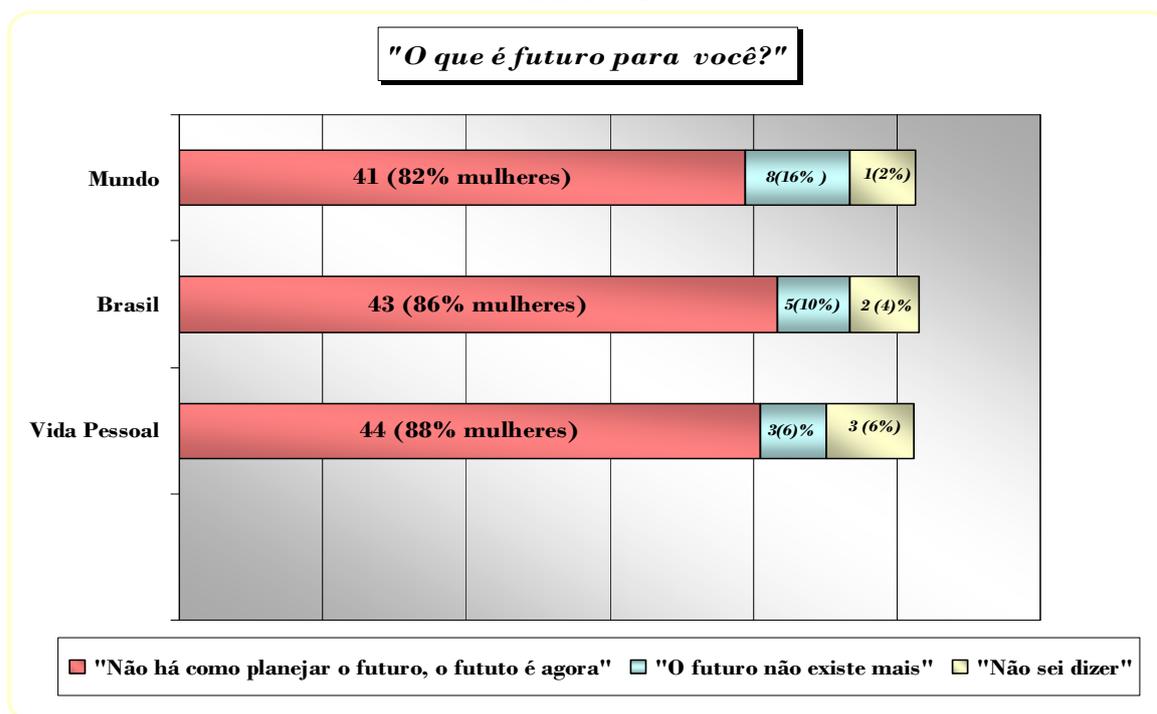
Pochmann (2003) e Dupas (2000) nos lembram que o advento da reestruturação produtiva, da crise do mundo do trabalho, da redução dos lotes de emprego impactou significativamente as economias nacionais da América Latina, e o Brasil, apesar do aumento do tempo médio de escolarização, além das pequenas diferenças no aumento do emprego formal, apresenta um quadro de exclusão social crítico. Por exemplo, no caso da escolaridade, o máximo que temos é seis anos de estudo. No Japão, no início dos anos 90, o operário chão de fábrica, com menor grau de escolaridade tinha, no mínimo, 9 anos de estudo.(POCHMANN, 2003, 09)

2.3 – Exclusão social e precarização do trabalho: a (In)segurança ontológica

A questão do estatuto do assalariado contemporâneo compõe o quadro de incertezas e inseguranças que estão postas para os sujeitos modernos da atualidade. Dito de outra forma, a exclusão gerada pelo desemprego, pela precarização das relações de trabalho, pelo desfilamento total do corpo social gera crises e fragmentações acerca das noções de identidade, integração, futuro e permanência das atividades humanas. Disso emergem conflitos e crises oriundos do contexto de incerteza gerado por um mundo globalizado e fragmentado nas relações comunitárias, locais e de trabalho. São incertezas sobre o lugar do trabalho, das comunidades, das identidades: Quem produz? Quem é amado? Quem possui família? Quem é reconhecido? Quem está seguro? Quem existe e interage socialmente hoje?

As respostas que esta tese encontrou, em alguma medida, estão inscritas na capacidade das mulheres trabalhadoras em reinventar sua realidade e superar a exclusão e pobreza. Contudo, além de lidar com a precarização material, essas mulheres também lutam e reinventam os conteúdos e os símbolos dos vínculos sociais, das motivações e elementos que regulam e justificam a interação humana. A elas perguntamos, considerando todo o quadro de insegurança e fragilização gerados pela crise do mundo do trabalho, qual o futuro do mundo e a grande maioria (41 mulheres – 82% das 50 entrevistas) respondeu que futuro é o "agora" e que planejar a longo prazo não é mais possível:

GRÁFICO 2.3



Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Entrevistador: "O que é futuro pra você?" Artesã: "Hummm (pausa). Acho que não sei não. Hoje não dá pra planejá nada não. Mas eu pra mim só queria mesmo é minha casinha, pra dá um canto pros meus filhos e um emprego seguro. Fui doméstica muito tempo. (pausa) Uns 18 anos da minha vida e sempre era assim: a gente trabáia, trabáia, trabáia e depois a patroa não pode mais pagá (...) E eu queria também não tê medo de deixar meus filho sair por aí. Toda dia aqui na Vila a gente ouve que alguém morreu. Hoje ninguém tem mais sossego não, professora Tânia." (O.P.S., 42 anos, cinco filhos, diarista e artesã do grupo Apoena/Vila Estrutural)

"O futuro agora existe. Não depende só de mim, mas eu também não preciso mais esperar ninguém pra me ajudar. Eu me ajudo (pausa). Eu trabalho aqui, cuido dos meus filhos. Nem quero ver aquele safado que disse que era

homem pra criar seis filhos. Dele eu não preciso. Aqui na cooperativa a gente vai se ajudando [...] Fora daqui tudo é mais difícil: tem fome, solidão, tristeza. Eu gosto daqui. Pra falá a verdade, o futuro é agora: eu tenho onde trabalhar e tenho como levar comida pra minha casa, que eu também pago o aluguel. Da minha ex-sogra eu também não quero nada não. Tá tudo difícil mesmo: muito violência por aí, muita falta de oportunidade paras as pessoa. Mas se a gente se ajunta, a gente sobrevive. As pessoas nem sabe, mas a gente dá conta e quando vê criou os filhos e os netos."

O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante. Mas ao lado da "oportunidade" os indivíduos foram jogados num palco de ações e reações muitas vezes desencadeadas longe de sua esfera local ou atitude pessoal (por exemplo, as guerras nucleares, as dissidências políticas totalitaristas – o estalinismo, o nazi-fascismo, a perda de segurança e estabilidade social no trabalho e na comunidade, etc.).

Para Giddens (1994), o mundo em que vivemos hoje é coberto de riscos e incertezas. Para ele, desde o Iluminismo acreditou-se que quanto mais o homem conhecesse e interviesse sobre a natureza e a sociedade, mais controle sobre esses campos ele teria. Dentro dessa perspectiva, ele enfatiza que essa tese não se confirmou. Sobretudo no atual momento, perdeu-se o controle da própria ação humana. É um mundo de deslocamentos e incertezas, um "mundo fugitivo". E, o que é perturbador, aquilo que se supunha criar cada vez maior certeza - o progresso do conhecimento e da intervenção humanos - encontra-se, na realidade, profundamente envolvido com esta imprevisibilidade. (Giddens, 1994, 37).

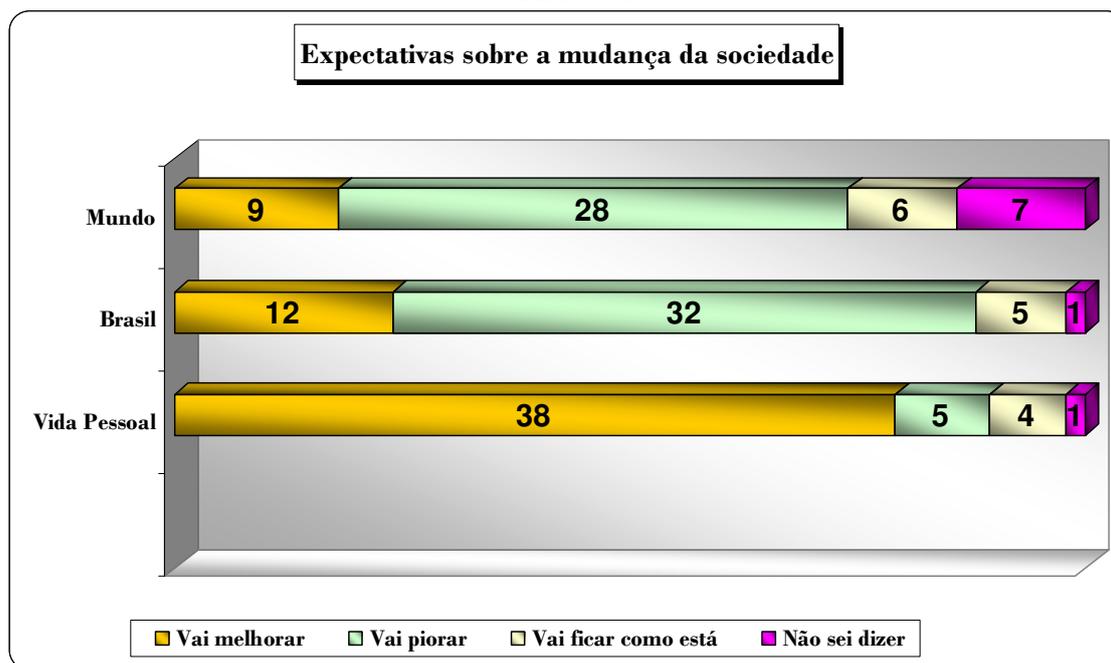
A sociedade atual identifica-se com sentimentos de desorientação e mal-estar. Estamos num período de transição, de liminaridade. "*A modernidade é*

inerentemente globalizante", afirma Giddens (1991:69). A era da globalização impõe transformações universalizantes que reconfiguram a tradição, seu abandono ou desincorporação. O *local* encontra-se de tal forma conectado ao *global* que influencia e é influenciado por este. A tradição vivenciada no *locus* do cotidiano, no espaço específico, é colocada em questão pela experiência vivenciada do indivíduo no tempo e espaço global. Por outro lado, o *local* também problematiza o *global*⁵⁹.

As *mulheres-trabalhadoras-artesãs-recicladoras*, cuja visão de mundo esta tese registrou, foram indagadas sobre como percebiam o desenvolvimento e as tensões atuais no mundo, no Brasil e na sua vida pessoal. Na análise global, o mundo para a maioria destas mulheres (28 das 50 entrevistadas) vai piorar. Na análise nacional, sobre o que será do Brasil, 32 delas também acreditam que "vai piorar". Mas no plano da vida pessoal, 38 delas acreditam que tudo vai ser melhor:

⁵⁹ Como nota Giddens: "*Poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por acontecimentos ou organismos distantes*". (1997, 74). "O reverso da medalha é menos evidente. Hoje em dia, as ações cotidianas de um indivíduo produzem conseqüências globais. Minha decisão de comprar uma determinada peça de roupa, por exemplo, ou um tipo específico de alimento, tem múltiplas implicações globais". (Idem.: 75) Há uma interdependência cada vez maior entre o espaço global e o local. O *global* tem influência sobre as vidas individuais nos espaços locais; mas também as decisões dos indivíduos em seu cotidiano podem influenciar sobre os resultados globais. Esta inter-influência incide sobre as coletividades e grupos de todos os tipos, incluindo o Estado. Todos têm que levar em consideração essa realidade, o que pressupõe repensar os papéis, sua reorganização e reformulação.

GRÁFICO 2.4



Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Neste momento, a vida pessoal possui mais expectativas positivas do que os outros espaços sociais – o mundo, o Brasil – em função da inserção destas *mulheres-trabalhadoras* em um espaço de trabalho positivo, no qual elas estão redefinindo suas expectativas de vida e costurando outras linhas e cores para as suas relações sociais em nível micro: a casa, a família e o trabalho cooperado são assumidos como os únicos espaços concretos e passíveis de algum controle por parte destas mulheres.

A modernidade, nas condições da globalização que conhecemos hoje, amplia tanto as oportunidades quanto as incertezas e os perigos. Daí a sensação de mal-estar e de desorientação. O mundo tornou-se cada vez mais um lugar inseguro e essa insegurança é sentida pelo indivíduo em sua mais remota comunidade. A experiência da modernidade em tempos globais colocou por terra as certezas: as surpresas e os riscos estão sempre à espreita, e o futuro parece uma impossibilidade se pensado enquanto construção histórica a partir do passado e do presente. A modernidade na globalização se assemelha a uma

grande e perigosa aventura, à qual, independente da nossa vontade, estamos presos e temos que participar⁶⁰.

As experiências do cotidiano na modernidade globalizada vinculam-se às questões fundamentais relativas à identidade, à percepção do "eu" e do "outro", e envolvem múltiplas mudanças e adaptações na vida cotidiana. Em tais circunstâncias, os indivíduos "sentem-se no ar" e, inseguros, apegam-se à tradição. Os indivíduos resistem localmente à globalização e, simultaneamente, não podem desconsiderá-la.

A modernidade solapa a confiança fundada nos valores tradicionais e pressupõe um novo ambiente em que possa se desenvolver a *segurança ontológica*, isto é, o *ser no mundo*. A segurança ontológica é a "(...) *crença que a maioria das pessoas têm na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes*" (Giddens, 1994, 95). Ela diz respeito ao sentimento que temos sobre a continuidade das coisas e das pessoas; um sentimento inculcado desde a infância e que se vincula à rotina e à influência do hábito.

Assim, o "ser" no mundo do trabalho e suas interações estariam submetidos à uma vulnerabilização de tal ordem que tal segurança ontológica praticamente se anularia para aqueles que se encontram em situação de exclusão social. Dupas (2000) fala de uma exclusão efetiva, que seria aquela na qual se enfatiza a renda, a inserção ocupacional, a etnia e o gênero (na medida em que impliquem discriminação), as condições de moradia e a condição de cidadania.

Dentro desse quadro, Singer (1999) também fala de exclusão veiculada pela

⁶⁰ "A experiência global da modernidade está interligada – e influencia, sendo por ela influenciada – à penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e no espaço. Estamos todos presos às *experiências do cotidiano*, cujos resultados, em um sentido genérico, são tão abertos quanto aqueles que afetam a humanidade como um todo. As experiências do cotidiano refletem o papel da tradição – em constante mutação – e, como também ocorre no plano global, devem ser consideradas no contexto do *deslocamento* e da *reapropriação de especialidades*, sob o impacto da invasão dos sistemas abstratos. A tecnologia, no significado geral da "técnica", desempenha aqui o papel principal, tanto na forma de tecnologia material da especializada *expertise* social". (Giddens, 1991, 77)

precarização do trabalho. Quer dizer, a exclusão social hoje não estaria circunscrita apenas ao universo dos desempregados, mas a todos aqueles trabalhadores que hoje convivem com a desregulamentação compulsória das relações trabalhistas (o que os atinge no nível de articulação e manutenção enquanto classe assalariada). Os novos postos de trabalho que estão surgindo não oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações que as leis e contratos coletivos vinham garantindo:

[...] melhor do que a palavra "desemprego", *precarização do trabalho* descreve adequadamente o que está ocorrendo. Os novos postos de trabalho, que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo. Para começar, muitos destes postos são ocupações por conta própria, reais ou apenas formais. Os primeiros resultam muitas vezes do fato de que o possuidor de um microcomputador pode viver da prestação de diversos serviços a empresas, sem qualquer contrato além da transação pontual. Um exemplo que combina os efeitos da globalização com os da revolução microeletrônica é o das linhas aéreas e companhias de seguros: estas enviam atualmente os dados de que necessitam à Índia, para que sejam analisados por peritos em informática daquele país; os programas criados por estes últimos são objetos de comércio internacional; os programadores de computador e os peritos em informática da Índia fazem breves viagens de estudos ao exterior, por conta de empresas multinacionais. (SINGER, 1999, 24)

Essa precarização do trabalho, continua Singer (1999), toma também a forma de relações informais ou incompletas. Seria um processo de ampliação da insegurança no emprego, gerada por todas as transformações no mundo do trabalho, que aconteceram em todos os países avançados. Foi um processo de redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, por tempo determinado, eventual ou parcial, além da expansão do trabalho em domicílio e/ou independente.

A estratégia empresarial que levou a estes resultados foi interpretada nos seguintes termos: foi uma flexibilização externa⁶¹ da gestão do pessoal, o

⁶¹ As vantagens da flexibilidade externa sempre foram conhecidas e, se as empresas pudessem optar, teriam-na praticado sempre. Até meados da década de 70, as empresas não a praticavam porque eram coagidas pelo poder conjunto dos sindicatos e dos partidos democráticos de massa a praticar a regularização das relações trabalhistas. Ou seja, conceber padrão legal e contratual

que representa o método do *just in time* na gestão de estoques de mão-de-obra para o mercado. Trata-se de evitar estoques de força de trabalho sem utilidade imediata. Procurar-se-á ajustar continuamente o nível de efetivos o mais rente possível às flutuações do mercado. Emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição dada as qualificações destes, de sua experiência e de suas responsabilidades. Ao redor deste núcleo estável, gravitará um núcleo variável de trabalhadores periféricos, envolvidos em contratos limitados, pouco qualificados e, portanto, facilmente substituíveis. A empresa pode funcionar com mais flexibilidade, sem se preocupar em continuamente encher sua carteira de pedidos e, sobretudo, manter o sindicato em posição de fraqueza. É difícil organizar sindicalmente os precários, e a solidariedade entre o pessoal estável e eles é fraca (SINGER, 1999).

A precarização do trabalho inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do circuito dos direitos legais como a consolidação de um enorme exército de reserva e o agravamento de suas condições. Dentro deste processo de precarização do trabalho, não se pode deixar de assinalar a divisão cada vez mais desigual do montante de trabalho socialmente necessário para se produzir algo: enquanto uma parte dos trabalhadores trabalha mais por uma remuneração horária declinante, outra parte crescente dos trabalhadores deixa de poder trabalhar.

Essa precarização do trabalho é um dos efeitos da reestruturação produtiva e se reflete, sobretudo, sobre a condição do trabalhador. Nesse processo, a substituição da rigidez do fordismo (quando predominava o trabalhador sem qualificação) pela organização toyotista, baseada em relações de produção flexível, passa a exigir um trabalhador superqualificado (CRUZ, 2002). Esse padrão flexível de organização da produção modifica as condições sociais e técnicas do trabalho e abre novas exigências sobre o trabalhador, solicitando-lhe uma capacidade polivalente.

de emprego , em tempo integral, com todos os direitos assegurados à totalidade dos trabalhadores, mesmo para os menos qualificados. Esse padrão de relações trabalhistas foi confirmado pelos estudos que fundamentaram a teoria da segmentação do mercado de trabalho, em fins dos anos 60 nos EUA. Essa teoria sustenta que o mercado de trabalho nos EUA está dividido em dois segmentos: um primário, em que os trabalhadores são mais bem pagos, com estabilidade e perspectiva de carreira, e outro secundário, em que as condições são opostas. Mas, em nenhum destes estudos, constata-se a precarização do trabalho no segmento secundário. Ou seja, as empresas discriminam esses trabalhadores (sobretudo ao lhes pagar menos e não remunerar o ganho de experiência) sem deixar de empregá-los nos mesmo termos contratuais que os integrados ao segmento primário.

No universo da reestruturação produtiva, a automação, a robótica e a microeletrônica vão invadir o universo fabril e de serviços e passarão a representar o que alguns autores chamam de uma Terceira Revolução Industrial. São as inovações tecnológicas no espaço imediato da produção industrial (a introdução da microeletrônica, por exemplo) que vão permitir a flexibilização crescente dos processos de montagem, com uma individualização cada vez maior dos produtos e uma especialização da mão-de-obra.

O contrato de trabalho em tempo integral e por tempo indeterminado vem se reduzindo cada vez mais em favor do uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Para reduzirem custos e tornarem-se mais competitivas, as empresas flexibilizaram a sua mão-de-obra em dois níveis principais: a flexibilidade funcional ou interna e a flexibilidade numérica ou externa. A primeira é destinada ao núcleo estável e central que assume uma maior mobilidade, mais funções. A segunda, voltada a facilitar os ajustes de mão-de-obra às flutuações da demanda, é destinada à mão-de-obra periférica e externa (DUPAS, 2000). Ainda nesse processo de flexibilização externa, encontra-se a terceirização: mantém-se na empresa aquele grupo de trabalhadores essencial à produção e tudo o que se refere a serviços não-diretamente ligados à produção (limpeza, alimentação, condução, obras) e mesmo a produção de alguns elementos é entregue a outras empresas.

Além disso, para enfrentar o movimento sindical e graças aos novos desenvolvimentos tecnológicos, as grandes empresas buscaram uma saída na deslocalização acelerada de suas operações. Com isso, elas dirigem suas plantas para países e regiões onde as condições lhes sejam mais favoráveis, como mão-de-obra barata, subsídios, isenções fiscais⁶².

O fordismo, caracterizado pela produção em massa, pela linha de montagem e produtos mais homogêneos, vai cedendo lugar ao toyotismo: o trabalhador opera com várias máquinas, só produz o necessário e no melhor tempo e atende a um mercado interno que solicita produtos diferenciados (Antunes, 1999). Assim, aliado às inovações tecnológicas e à política de reduzir a qualquer custo os gastos da empresa, o resultado mais evidente da reestruturação produtiva sobre o trabalho é o enorme aumento das taxas de desemprego em praticamente todo o mundo.

⁶² Um exemplo de tal processo no Brasil foi a decisão da Ford em 2002 de se transferir do Rio Grande do Sul para a Bahia, graças às vantagens fiscais que este estado lhe ofereceu.

Nesse quadro de reestrutura produtiva, o neoliberalismo representa o aparato político e ideológico desse processo:

Neoliberalismo pode ser definido como a hegemonia nas esferas política e econômica da maior liberdade para as forças de mercado, menor intervenção estatal (Estado mínimo), desregulamentação, privatização do patrimônio público, preferência pela propriedade privada, abertura para o exterior, ênfase na competitividade internacional, e redução da proteção social. (LESPAUBIN, 2000, 20)

Esse fenômeno envolve um conjunto de receitas econômicas e programas políticos e surgiu como uma reação ao estado intervencionista keynesiano na Europa e nos EUA. O neoliberalismo coloca-se frontalmente contra o *Welfare State* europeu, bem como o *New Deal* norte-americano (CRUZ, 2002).

Em razão da crise do capitalismo no início da década de 70, houve um clima favorável à retomada das idéias fundamentais do velho liberalismo: a raiz de todos os males está no excesso de Estado, e a solução está no mercado livre. Assim, Estado mínimo e mercado máximo tornaram-se as palavras de ordem na política mundial. As eleições de Thatcher na Inglaterra em 1979 e de Regan nos EUA em 1980 vão permitir que estes dois países ponham em prática as teses neoliberais e exerçam um papel de liderança no capitalismo internacional. A Espanha adotou a política neoliberal a partir de 1982 (Felipe González). Na América Latina, o primeiro a assumir essa corrente foi Pinochet no Chile e, depois, o México e a Argentina. O Brasil aderiu a partir do governo Collor, no início de 1990 (DUPAS, 2000 *apud* CRUZ, 2002).

Um dos elementos importantes do receituário neoliberal é a privatização das empresas estatais. Esta medida é precedida e acompanhada de demonstração de que "o público é ruim e o privado é bom". O Estado deve deixar de intervir na economia, portanto, não tem sentido manter empresas estatais. E também no social: é preciso reduzir a intervenção estatal nas políticas sociais ao mínimo, porque, com esse tipo de atuação, o Estado é fonte de déficit público (LESBAUPIN, 2000 *apud* CRUZ, 2002). E este déficit público é um mal a ser combatido radicalmente. O que se busca é a estabilidade de mercado. A partir da troca de prioridades, do pleno emprego pela estabilidade dos preços, todas as demais proposições do neoliberalismo seguem logicamente.

A abertura econômica também é expressão desse movimento neoliberal. Acabar com o protecionismo (os Estados nacionais protegem suas mercadorias) torna-se uma prática voraz: ou os países do circuito capitalista abrem suas portas para o mercado internacional ou estão fora do padrão de produção de riquezas. Em nome da competitividade internacional, as empresas menores são confrontadas com grandes multinacionais. Para reduzir os custos das empresas, assim como para facilitar o movimento dos capitais, trata-se de desregular e afastar as limitações impostas por legislações e taxações. Este mecanismo favorece a indústria e as finanças dos países mais desenvolvidos, em geral das multinacionais.

Tanto a reestruturação produtiva quanto as políticas neoliberais acontecem no bojo da globalização. A aparente integração econômica, política e cultural das nações não é uma simples evolução do capitalismo. A sobreposição da globalização financeira à transnacionalização produtiva é um fenômeno que ganhou impulso com a desregulamentação cambial e financeira adotada após a ruptura do padrão ouro-dólar, que foi muito além da liberalização financeira ocorrida no final do século XIX. Mas, contrariamente ao que o termo parece sugerir, a globalização não significa a integração cada vez maior do conjunto dos países à economia mundial. Ao contrário, e principalmente hoje, o movimento econômico e político da globalização está cada vez mais restrito ao interior do circuito EUA, Europa e Japão.

Com a globalização, o que acompanhamos hoje é uma nova conformação dos mercados e uma nova definição dos níveis de competitividade, provocando a desestruturação de várias cadeias produtivas e obrigando as empresas a reestruturarem-se com novas tecnologias de produção e gestão. O controle rígido e direto da produção foi substituído pelo controle dos mercados (controle de informações e tecnologias), e muitas grandes empresas passaram a se organizar em redes.

Em síntese, a nova exclusão social está demarcada pela precarização do mundo do trabalho. A precarização do trabalho é uma noção que expressa uma nova situação, uma nova questão social em que excluídos do mundo do trabalho seriam desnecessários economicamente e de forma permanente⁶³. Essa

⁶³ Associadas à destruição sistemática dos pressupostos do Estado Intervencionista (regulador e redistribuidor da riqueza social), com a renúncia ao objetivo do pleno emprego, um imenso contingente de trabalhadores, sem trabalho fica entregue à própria sorte (desprovido de alternativas e de uma proteção social), e outra parte submete-se a um padrão de flexibilização e

situação está sendo produzida pela conjunção das transformações no processo produtivo com as políticas neoliberais e com a globalização. As medidas de desregulamentação no mercado de trabalho e no financeiro, as políticas de abertura econômica que acirraram a competitividade internacional, a flexibilização do trabalho praticada pelas empresas e introduzida nas legislações trabalhistas, a generalizada prática de reengenharia estão gerando uma precarização da condição do trabalhador. São milhares de desempregados por tempo indeterminado, subproletarização dos trabalhadores que ficam submetidos à desregulamentação compulsória das relações trabalhistas; jovens sem emprego; trabalhadores temporários ou ocasionais. Soma-se a esta conjuntura uma redução progressiva dos postos de trabalho além da ampliação das relações informais de trabalho, que estabelecem um ambiente de insegurança e risco.

desregulamentação das relações trabalhistas que colocam em cheque a articulação de classe dos que ainda conseguem se empregar, fragilizando a atuação política destes.

CAPÍTULO 3 – O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E A PARTICIPAÇÃO FEMININA: SITUAÇÃO DA MULHER NO BRASIL

3.1 – Tendências recentes do mercado de trabalho no Brasil

No Brasil, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho se fizeram sentir, principalmente, a partir da década de 70: o modelo de produção monopolista, corporativista e rígido, de orientação fordista/taylorista começa a ser esgotado. Vários autores, dentre eles Harvey (1993) e Antunes (1995), desenvolvem longamente as dificuldades que têm sofrido esse modelo de produção estandardizada e de massa, bem como a forma de organização do trabalho com base na linha de montagem.

Paralelamente, assiste-se, no caso brasileiro, à crise do modelo de substituição de importações, à diminuição das taxas de lucro, à internacionalização da economia e abertura do mercado trazendo novos padrões de competitividade, e à aguda recessão instalada a partir de 1973. A identificação desses fatores, entre outros, e a análise de que o trabalho de larga escala inibe a criatividade e o potencial de produtividade dos próprios trabalhadores que perdem a motivação exigem uma retomada dos objetivos do próprio capital, na busca de seu processo de acumulação e no emprego de sua força de trabalho (CRUZ, 2002).

Esse contexto histórico remete-nos ao processo da reestruturação produtiva que implicou uma substituição da rigidez do fordismo (onde predominava o trabalhador sem qualificação) pela organização toyotista com flexibilização do trabalho e da produção com a exigência de um trabalhador superqualificado. Esse padrão flexível de organização da produção modifica as condições sociais e técnicas de trabalho e abre novas exigências sobre o trabalhador, exigindo deste uma capacidade polivalente.

Dupas (1999) aponta que a reestruturação produtiva aliada à globalização e à ideologia do neoliberalismo são três fatores que conjugados produziram impactos na dimensão do emprego, com um aumento vertiginoso do desemprego, da precarização do trabalho, com uma queda da renda salarial média, com uma intensificação da jornada de trabalho e uma expansão do setor informal.

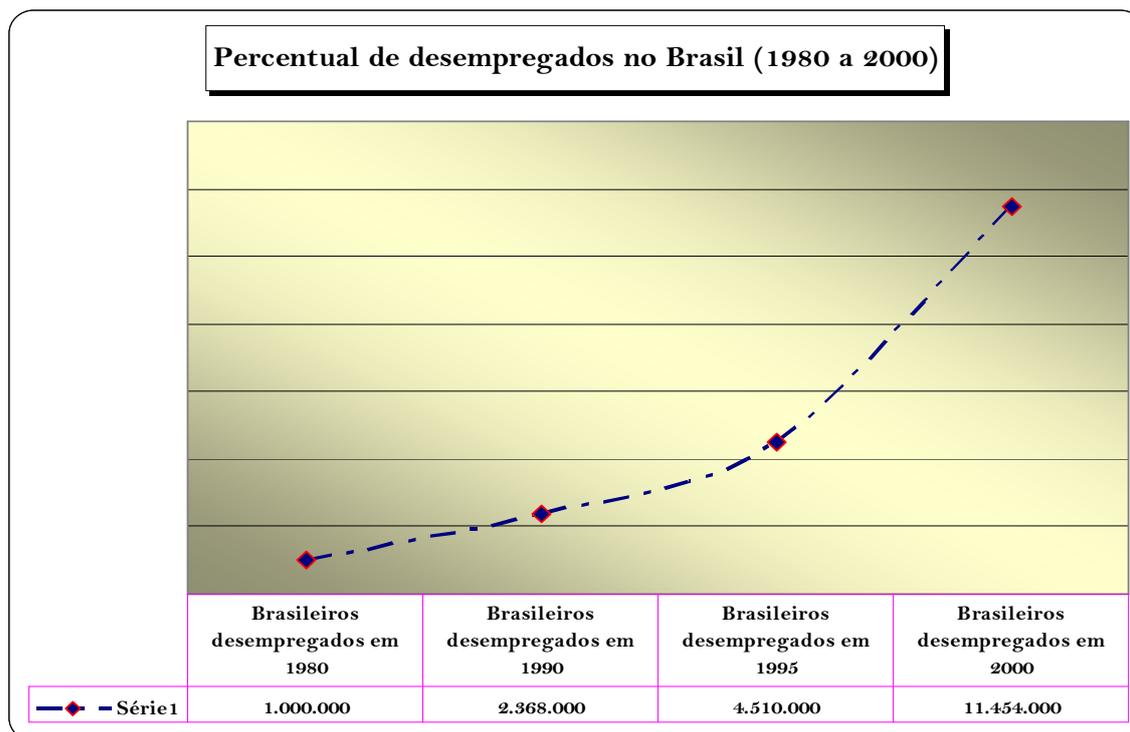
O Brasil tem a segunda maior população de desempregados do mundo, com 11,454 milhões de pessoas, ficando atrás apenas da Índia, que tem 41,344 milhões Pochmann (2002)⁶⁴. O Brasil fica à frente de países como Rússia (7,395 milhões), China (5,950 milhões) e Indonésia (5,872 milhões). Estados Unidos (5,655 milhões), Alemanha (3,685 milhões) e Japão (com 3,2 milhões) fecham o grupo das oito maiores populações de desempregados do mundo. Nesse ranking, têm as piores estatísticas os países com maiores populações, onde o desemprego, ainda que porcentualmente seja pequeno, atinge um número grande de pessoas. Segundo o estudo, em 1980 o Brasil tinha 2,6% da População Economicamente Ativa (PEA) do mundo, mas contava apenas com 1,7% do desemprego mundial.

Em 1980, o Brasil era o nono desse ranking, com cerca de 1 milhão de desempregados. Em 1990 caiu para sexta posição com 2,368 milhões e em 1995 ficou em quinto, com 4,510 milhões⁶⁵. Ainda segundo o estudo, o número de desempregados no Brasil aumentou 11,9 vezes entre 1980 e 2000, de 964,2 mil para 11,454 milhões, enquanto o PIB avançou bem menos, 1,6 vezes e a população cresceu 1,4 vezes no mesmo período:

⁶⁴ Estudo feito pelo secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, o economista Márcio Pochmann *Globalização e Desemprego: Breve Balanço da Inserção Brasileira*, 2002. O trabalho é baseado em números do ano 2000, coletados em fontes como Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁶⁵ Neste ranking, entre os países desenvolvidos, apenas a Espanha (14,1%) aparece entre as 30 piores estatísticas. Macedônia (53,7%), Zâmbia (47,9%) e Zimbábue (46,5%) são os três primeiros da lista. A 23ª posição do Brasil é, porém, muito pior do que era em 1980, quando o País ficou em 91º com 2,2% de desemprego aberto, e do que em 1990, quando caiu para 78º, com 3%.

GRÁFICO 3.1



Fonte: IBGE, BANCO PNAD, 2005. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Até o ano 2000, a PEA do Brasil cresceu pouco: 3% da força de trabalho do mundo. No entanto, no mesmo período o desemprego teve um crescimento bem mais acelerado: hoje o País responde por 7% do desemprego mundial. O Brasil só melhora nas estatísticas quando é considerada a taxa de desemprego aberta (segundo o IBGE, é aquela que considera os desempregados que procuraram trabalho durante uma semana). Nesse ranking, o País é o 23º, com taxa de desemprego de 15%. A conclusão de Pochmann (2002) é que o Brasil não tirou proveito como deveria do processo de globalização, intensificado durante o período analisado. *"A abertura da economia foi feita de maneira equivocada. O País abriu suas portas sem exigir nada em troca: não foram negociados investimentos para a economia brasileira que pudessem gerar efeitos positivos para educação, a assistência social, a formação profissional de milhares de cidadãos"* (POCHMANN, 2002, 79).

De acordo com ele, faltaram no Brasil investimento, tanto interno quanto Investimento Direto Externo (IDE) – que cresceu no período, mas não foi suficiente para compensar a queda de investimento interno –, políticas de

desenvolvimento, como política industrial, e incentivo às exportações e à substituição de importações.

O desemprego é hoje um problema quase exclusivo de países pobres, que afeta em menor proporção os países ricos. O modelo de globalização está sendo desfavorável aos países que não são do G7 (Pochmann, 2002). Em 20 anos, de 1980 a 2000, o desemprego nos países do G7 caiu de 27,5% do total para 11,9%. Portanto, o desemprego no restante dos países do mundo subiu de 72,5% para 88,1%. Hoje, o total de pessoas no mundo que não têm trabalho é de 164,4 milhões. *"O trabalho não é mundial. Não há livre circulação do trabalho, é um problema localizado"*⁶⁶ (Pochmann, Folha de São Paulo, Novembro de 2005).

O Brasil sofreu especialmente nesses 20 anos. Em 1980, tinha 2,6% de toda a População Economicamente Ativa (PEA) do mundo e só 1,7% dos desempregados. Em 2000, tinha 3% da PEA mundial, mas 7% do total de pessoas sem trabalho. O estudo mostra como as maiores economias do mundo se beneficiaram da globalização, tendo mantido a predominância da produção mundial, dos investimentos e da renda per capita e tendo redução do desemprego, e como as menos desenvolvidas não só não tiraram o mesmo proveito como até saíram prejudicadas.

Diante desse quadro de mudanças, elencamos a seguir as tendências mais recentes do mercado de trabalho no Brasil⁶⁷.

⁶⁶ O PIB somado dos países do G7 cresceu de 64% do PIB mundial para 64,9% - o Brasil tinha 2,9% em 80 e 2,6% há dois anos. Os investimentos totais (nacionais e estrangeiros) mostram a mesma evolução nas duas décadas: o G7 tinha 65,7% do total de investimentos em 1980 e aumentou para 65,8% em 2000. O Brasil recebia 3,2% do total de investimentos no mundo em 80 e caiu para 2,6% em 2000. No entanto, a população dos países desenvolvidos do G7 diminuiu proporcionalmente em relação à dos 114 países restantes do estudo. Em 1980, era de 14,5% do total mundial e, em 2000, caiu para 11,4%. "Isso mostra que com bem menos pessoas esses países têm mais da metade da produção mundial. Não houve desconcentração de riquezas" (Pochmann, 2002).

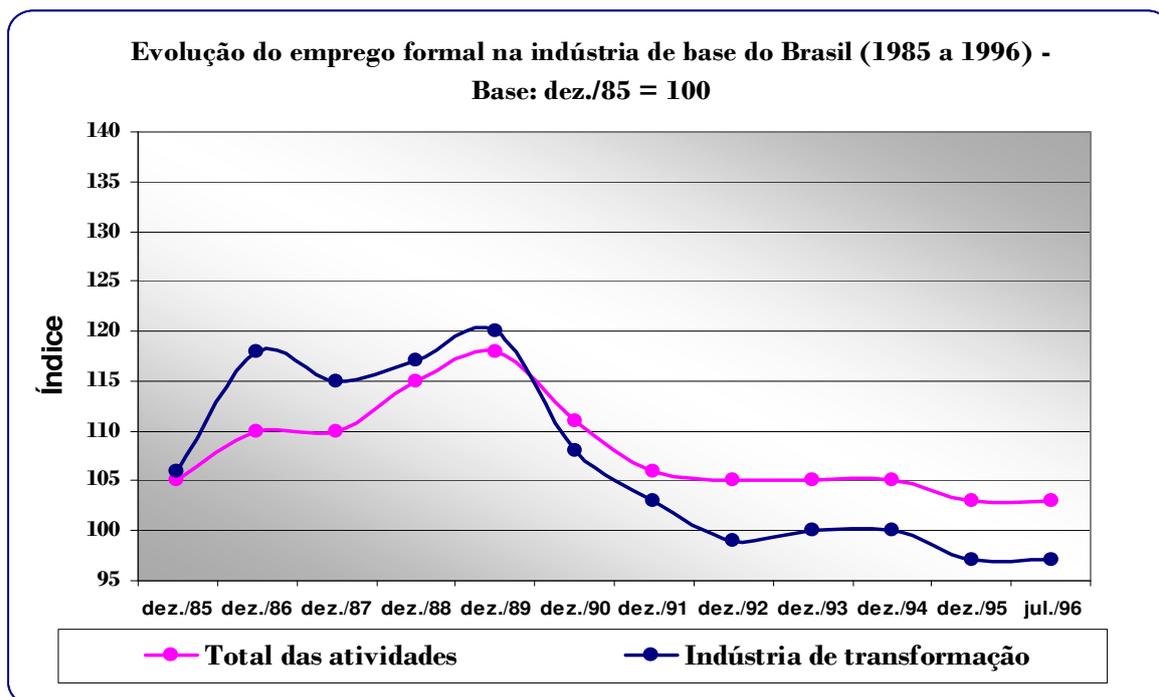
⁶⁷ Esses dados foram compilados a partir do anuário estatístico do IBGE (2001, 2002, 2005); CUT (Relatórios de Índices e preços, 2004); Atlas da Exclusão Social, 2002; IPEA, Dados Econômicos de 2004.

3.1.1 - A redução da ocupação na indústria

A desestruturação das cadeias produtivas e a reestruturação tecnológica geraram diminuições de até 15% nas ocupações (POCHMANN, 2002). Em São Paulo, maior parque industrial brasileiro, segundo o Dieese (2000), a ocupação industrial caiu de 33% para 19% entre 1989 e 1999. Neste mesmo período, a ocupação no comércio cresceu de 14% para 15%, e no setor de serviços cresceu de 42% para 53%. É no comércio e nas prestações de serviço que se encontram a maior parte dos trabalhadores autônomos ou por conta-própria.

Segundo dados do Ministério do Trabalho/CAGED - 2004, no setor formal do mercado de trabalho, no qual estão os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos públicos, foram eliminados cerca de 2,1 milhões de empregos, entre janeiro de 1990 e dezembro de 1995. Pela sua profundidade e extensão no tempo, essa redução de postos de trabalho origina-se do processo de abertura comercial que substituiu o antigo modelo de industrialização protegida, característico do desenvolvimento brasileiro até o final dos anos 80. O gráfico seguinte mostra que a geração de empregos no setor formal tem uma tendência declinante a partir de 1990. Entretanto, nem todas as pessoas que perderam esses empregos ficaram desempregadas. Parte desse contingente encontrou ocupações no setor terciário, formal ou informal:

GRÁFICO 3.2



Fonte: MTE/CAGED, 2004. Elaboração: Tânia Cruz, 2006.

O papel da produtividade no desenvolvimento econômico⁶⁸ e no estoque de empregos tem sido amplamente debatido no Brasil nos últimos anos. O que as pesquisas têm observado (DUPAS, 1999; BRUCHINNI, 2001; POCHMANN, 2002) é que o crescimento da produtividade no setor industrial, após 1990, não significou aumento do emprego formal. Como indica a Tabela 3.1, de 1990 a 1996, a taxa de crescimento médio da produtividade do trabalho na indústria foi de 8,5% ao ano, sem dúvida, um montante expressivo, principalmente quando se compara com a década de 80, cujo aumento anual foi de 2,1% (FEIJÓ e CARVALHO, 1998 *apud* TEIXEIRA, 2002). Entretanto, a média da geração de empregos declinou em mais de 9,2% ao ano:

Tabela 3.1 - Indústria Brasileira: Índices de Emprego, Produção Física e Produtividade

⁶⁸Referências em: Francisco Lima C. Teixeira (tecnologia, organizações e produtividade: a experiência brasileira recente), 2002, UFBA.; FEIJÓ, C. e CARVALHO, P. (1998), Structural Changes in the Brazilian Economy: an analysis of the evolution of Industrial Productivity in the 1990s. IASS/IAOS Joint Conference, Aguascalientes, México

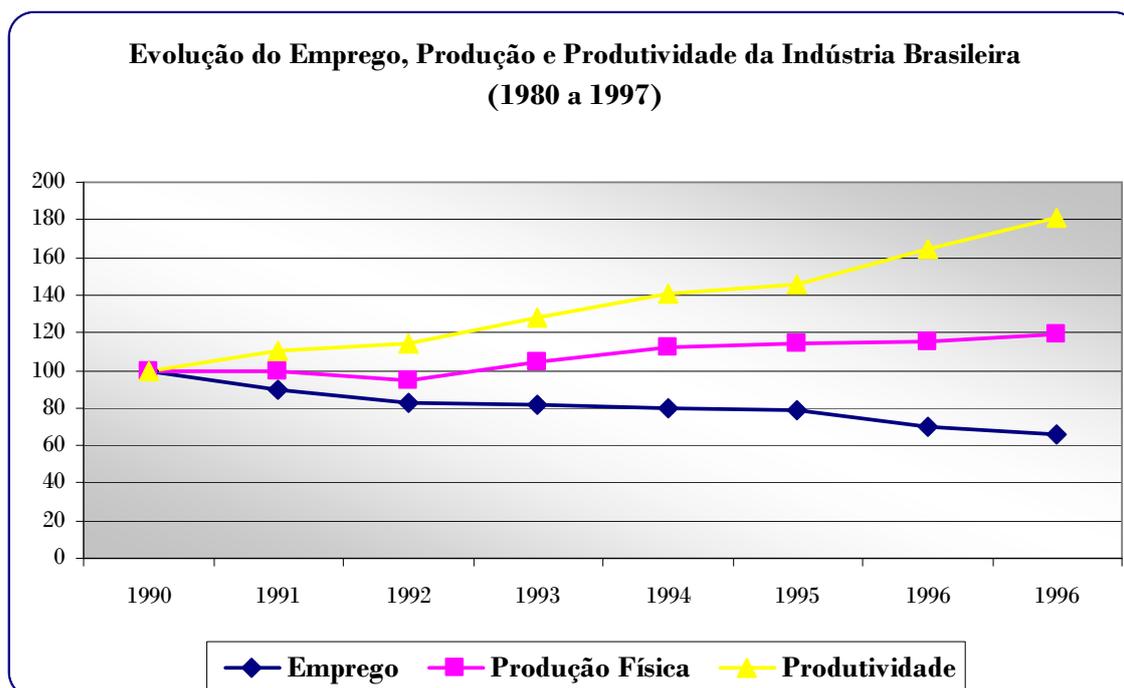
Anos	Emprego	Produção Física	Produtividade
1990	100	100	100
1991	89,8	99,5	110,8
1992	83,0	94,8	114,3
1993	81,8	104,4	127,7
1994	80,1	112,6	140,6
1995	78,7	114,4	145,4
1996	70,0	115,4	164,9
1997	66	119,5	181,1

Fonte: Feijó e Carvalho (1998) apud Teixeira (2005), baseados nas Pesquisas Industriais Mensais – PME/IBGE.

O Gráfico 3.3, exposto a seguir, mostra que o crescimento da produtividade no início da década (1990-92) é marcado por um massivo processo de reestruturação, uma vez que esse crescimento é acompanhado por um decréscimo na produção e no emprego. Já no período de 1993-94, ela é acompanhada pelo crescimento da produção com uma relativa estabilização dos níveis de emprego. De 1995 a 97, houve uma nova onda reestruturante⁶⁹, com um aumento substancial do desemprego:

⁶⁹ Do ponto de vista teórico, de acordo com Nelson (1996), existe hoje um certo consenso entre os estudiosos do desenvolvimento econômico em torno de que as inter-relações entre mudança tecnológica, investimentos em novos ativos fixos e melhoria dos padrões educacionais são as principais variáveis explicativas do fenômeno do crescimento da produtividade. De acordo com este ponto de vista, o volume e o crescimento dos investimentos na economia brasileira nos anos 90 não teriam sido suficientes para provocar um verdadeiro e generalizado ajuste estrutural, causado por mudanças tecnológicas incorporadas em novas gerações de capital fixo, capazes de explicar os índices de produtividade observados.

GRÁFICO 3.3



Fonte: Teixeira, 2002. Elaborado por Tânia Cruz (2006) com base nos dados da Tabela 3.1.

Pochmann (1998), partindo do fato de que, nos anos 90, não houve sintonia entre as variações dos índices do produto e do emprego, contesta essas conclusões. Para tanto, ele introduz um novo conceito: o de Produtividade Total do Trabalho, definido pela razão do Produto (PIB) e Ocupação Total (PEA ocupada). Os números da Tabela 3 mostram que, enquanto no período que vai de 1940 a 1989 houve um crescimento da Produtividade Total do Trabalho a uma taxa média de 5,3%, a Produtividade Parcial do Trabalho (PIB/Emprego Formal) aumentou 2%, ao ano, devido ao aumento de 5,4% no emprego assalariado. Já nos anos 90, o crescimento da Produtividade Total do Trabalho foi de apenas 0,7%, enquanto a Produtividade do Trabalho assalariado formal (parcial) ficou acima da média do período 1940/89: 3,4% contra 2%.

Tabela 3.2 - Brasil: Taxas médias anuais de produtividade, 1940 – 1997 (em %)

Indicadores	1940/89	1989/92	1993/97	1989/97
PIB	7,49	-1,20	4,29	2,19
Emprego Formal (EF)	5,42	-2,73	-0,25	-1,16
PEA Ocupada (PO)	2,06	1,91	1,20	1,47
Produtividade Parcial (PIB/EF)	1,96	1,51	4,55	3,38
Produtividade Total (PIB/PO)	5,32	-3,04	3,05	0,71

Fonte: Teixeira, F. L., 2005, FBA.

Essa análise leva à conclusão de que, nos anos 90, o crescimento acentuado da produtividade teria sido influenciado pela tendência à precarização do mercado de trabalho: elevação do desemprego aberto, redução do emprego assalariado enquanto proporção do total de ocupados e aumento dos postos de trabalho não formais. Com isso, Pochmann (1998) coloca sob suspeita os argumentos que destacam os ganhos de produtividade como resultantes da abertura econômica e difusão entre as empresas de um novo paradigma tecnológico-empresarial. Em suas palavras:

[...] Percebe-se que o coeficiente de trabalho e a demanda total apresentam nos anos 90 uma conexão causal na elevação da produtividade do trabalho para apenas os segmentos organizados da economia que reduziram drasticamente o emprego e não aumentaram, necessariamente, a produção. De fato, com a frágil expansão do valor adicionado, torna-se pouco consistente a afirmação de que os ganhos de produtividade parcial do trabalho possam estar refletindo uma alteração radical na relação entre volume de produção e emprego. (POCHMANN, 1999 *apud* TEIXEIRA, 2002, 10)

Outra evidência da queda dos estoques formais de emprego manifesta-se pelo aumento da rotatividade da mão-de-obra. Entre 1992 e o primeiro semestre de 1996, a rotatividade cresceu 24,0%. A constante substituição de trabalhadores, o que determina a redução do tempo médio de permanência no emprego, faz com que as empresas não invistam no treinamento dos seus quadros de pessoal. Além disso, há evidências de que as pressões de custos

decorrentes dos elevados encargos sociais, em um ambiente econômico de competitividade crescente, aliadas a uma rígida legislação trabalhista, estejam contribuindo não apenas para o aumento da rotatividade da mão-de-obra, mas também para o aumento relativo dos ocupados sem carteira assinada.

3.1. 2 - A terceirização

A modernização tecnológica e gerencial possibilitou o surgimento de novas formas de organização e gestão do trabalho. A principal inovação na gestão do trabalho é a terceirização: à medida que repassa atividades de uma empresa para outra, mais especializada, não reduziria, no nível macro, a oferta de emprego. Porém, a terceirização tem sido praticada com o único objetivo de reduzir os custos de produção, especificamente da mão-de-obra.

Quando implementada, a terceirização requer um número menor de trabalhadores (reduz-se, por exemplo, o número de funções intermediárias e chefias) que passam a ser contratados em piores condições de trabalho. Como resultado, a terceirização traz consigo um saldo negativo de postos de trabalho, remunerações mais baixas e deterioração das condições de trabalho. A terceirização não teve como objetivo central uma maior focalização e especialização, mas essencialmente a redução do número de empregos, redução dos impostos e de encargos sociais e o combate às organizações sindicais. Nesse processo, a criação da lei estabeleceu a não existência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus cooperados, o que possibilitou a expansão das cooperativas de trabalho como a forma mais eficiente de terceirizar a gestão da mão-de-obra.

Estudando o processo de terceirização no Brasil, Faria (1994)⁷⁰ evidenciou a existência de duas modalidades de terceirização. Uma primeira modalidade é aquela identificada como parte da reestruturação produtiva em

⁷⁰ Apud MIRANDA, Carlos Roberto (2003). Disponível em: <http://www.saudeetrabalho.com.br/download/ataque-miranda.doc>. Acessado em: nov./2005.

curso em nível mundial, justificada pela busca de produtividade, qualidade e competitividade e que inclui a transferência de inovações tecnológicas e de políticas de gestão da qualidade para as empresas subcontratadas. Uma segunda modalidade, predominante entre as empresas brasileiras, é aquela determinada basicamente pela redução de custos. Sua rápida e ampla adoção tem provocado uma evidente precarização das condições de trabalho e de emprego no país.

Em corroboração, a maioria dos estudos realizados em vários setores e regiões do Brasil tem apontado esse processo de precarização das condições de trabalho, que tem provocado a desestruturação e a desintegração da força de trabalho (ANTUNES, 1999; POCHMANN, 1999).

Estudo do DIEESE⁷¹, realizado com 40 empresas de diversos ramos econômicos e instaladas na região sudeste do país, revelou que, em 67,5% das empresas, os níveis salariais nas subcontratadas eram bem inferiores aos da empresa contratante. Em 72,5% dos casos, os benefícios sociais eram também menores que os praticados pelas contratantes. Além disso, em 32% das empresas, a terceirização estava associada à ausência de equipamentos de proteção individual, menor segurança e maior insalubridade.

O Sindicato dos Metalúrgicos⁷² realizou pesquisa em 12 empresas da região do ABC e constatou que em todas elas (100%) tinha ocorrido algum tipo de terceirização, sendo que os principais motivos declarados pelas empresas foram redução de custos (75%), maior eficiência (50%) e especialização (33%). Além disso, foi possível evidenciar que, em 92% dos casos, a terceirização tinha resultado em redução dos salários, em 58% das empresas houve perda de benefícios e em 42% ocorreu deterioração das condições de segurança e saúde no trabalho.

⁷¹ DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Econômicos. Os trabalhadores frente a terceirização. Pesquisa DIEESE, São Paulo: n.7, 1993.

⁷² SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Os trabalhadores e a terceirização. São Bernardo do Campo, 1993.

A precarização das condições de trabalho e de emprego associada à terceirização foi também evidenciada em pesquisas realizadas na indústria de confecções no Rio de Janeiro⁷³.

3.1.3 - O aumento da informalização

No campo do mercado informal, os impactos das mudanças no mundo do trabalho também podem ser observados. Verifica-se um crescimento das ocupações denominadas de informais como um resultado do aumento do desemprego, do processo de desassalariamento, do crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria. Estes fatos empurram parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupações. Às pessoas que sempre viveram de trabalhos informais, sobretudo através das ocupações por conta própria, soma-se um novo contingente, composto pelos trabalhadores expulsos do emprego regular e pelas pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano.

No Brasil, já se verificava, ao final da década de 80, uma queda do emprego com carteira assinada, aumento do número de trabalhadores sem carteira de trabalho e de trabalhadores autônomos, dando origem a uma expansão do setor informal. Já em 1990, o país tinha 48% de pessoas empregadas no setor formal e 52% no setor informal. Ou seja, naquele ano, para cada 10 ocupações geradas apenas duas foram assalariadas, sendo quase cinco por conta própria e três de ocupações sem remuneração. Entre 1986 e 1998, nas

⁷³ Sobre este tema consultar: ABREU, A.R. P.; SORJ, B. - Subcontratação e trabalho a domicílio – influência do gênero. In: Martins, H. de S. RAMALHO, J.S. (org.). Terceirização – diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo : Hucitec/Cedi/Nets, 1994 p. 62-75; e: "Na Indústria de calçados no Rio Grande do Sul RUAS, R. - Notas acerca das relações entre trabalho e domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição". In: ABREU, A. R. de P.; SORJ, B. (org). O trabalho invisível – estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro : Fundo Ed., 1993 pp. 25-41).

regiões metropolitanas, o emprego assalariado com carteira teve uma redução de 4%, e o número de trabalhadores por conta própria aumentou em 61% (KRAYCHETE, 2000)⁷⁴.

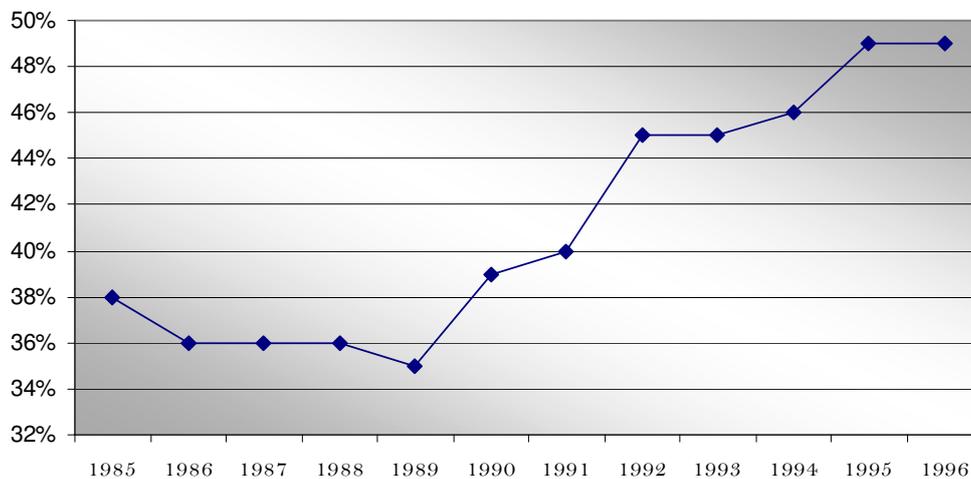
A crescente participação dos assalariados com carteira no total de pessoas ocupadas foi rompida na década passada por uma modificação significativa que vem ocorrendo desde 1990 na forma de entrada no mercado de trabalho. Nas áreas metropolitanas, a participação dos autônomos e dos empregados sem carteira no total das pessoas ocupadas aumentou, segundo dados do IBGE, de 39,3%, em dezembro de 1990, para 48,0%, em agosto de 1996 (gráfico seguinte). Isso significa que, apesar dos direitos garantidos pela CLT, ocorre uma queda acentuada do grau de proteção dos trabalhadores brasileiros, mediante contrato de trabalho. Essas mudanças ocorrem em sentido inverso ao que seria esperado de um padrão clássico de emprego gerado por um mercado de trabalho moderno e capitalista.

O gráfico a seguir ilustra bem essa questão: o grau de informalização do emprego no Brasil de dez./1986 a ago./1996 (CAGED/MTE) variou de uma taxa de 38 % (1986) a 49% (1996):

⁷⁴ Theodoro (2005) afirma que os negros são a maioria nesses dois campos e na informalidade, ocupam, principalmente, o comércio de rua e os serviços domésticos. Theodoro afirma que os negros são maioria nesses dois campos e na informalidade, ocupam, principalmente, o comércio de rua e os serviços domésticos. "A empregada doméstica é fundamental para a mulher de classe média no Brasil. Essa só saiu para trabalhar, porque tinha empregada cuidando da casa e dos filhos. Nos Estados Unidos, o Estado deu amparo para as mulheres de classe média. A realidade é outra", explica o pesquisador. Em pesquisa realizada, em 1999, pela Secretaria de Trabalho do Governo do Distrito Federal (GDF) em parceria com a Federação do Comércio do DF, de 1.100 entrevistados que trabalhavam no mercado informal, 62,3% eram negros. "A informalidade é uma das correias de transmissão da desigualdade social e da pobreza. E o cerne da questão social brasileira é a questão racial. O nosso passado escravista se reproduz até hoje", diz Theodoro. O pesquisador afirma que a entrada no mercado de trabalho por parte dos menos favorecidos se dá de forma tardia e sem bases acadêmicas. "O sistema de cotas para negros é fundamental para quebrar essa correia da desigualdade. Ele é um catalisador de mudanças. Mas deve ser datado e estar dentro de um conjunto maior de políticas do Estado", recomenda. (Extraído do Artigo "Integração Racial", Assessoria de Comunicação UnB): <www.unb.br>. Acessado em: 17/ 10/ 2005.

GRÁFICO 3.4

Evolução do grau de informalização do pessoal ocupado -
Regiões metropolitanas (RE, SA, BH, RJ, SP,DF)



Fonte: CAGED/MTE, 2004. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

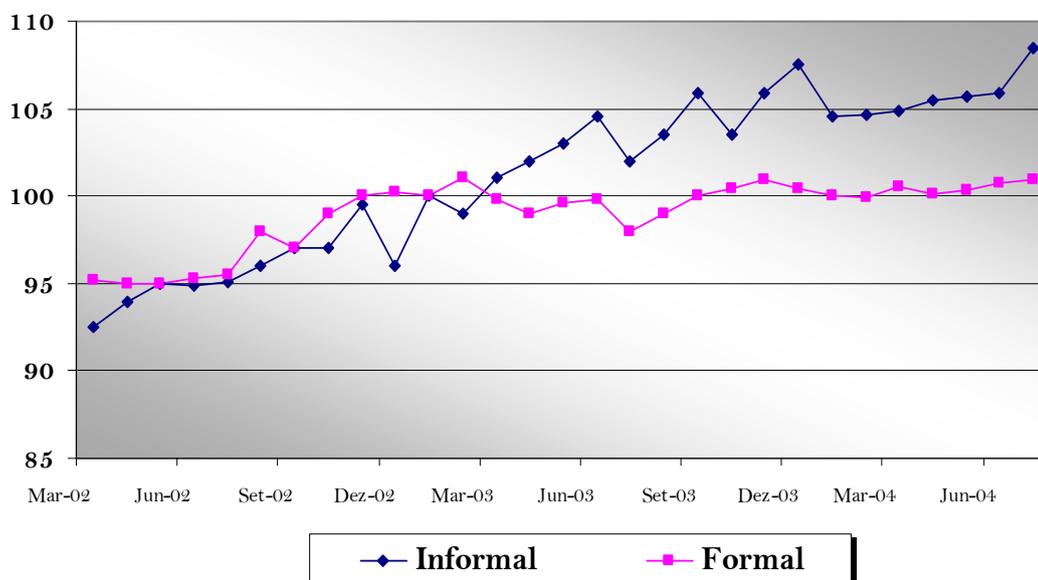
Nota: O grau de informalização corresponde ao quociente entre a soma do ocupados sem carteira e conta própria sobre o total dos ocupados

As condições adversas da economia do país presentes no início da década, aliadas a uma legislação trabalhista rígida, levaram os trabalhadores a aceitar empregos de baixa qualidade, ou a buscar a sua subsistência como autônomos ou assalariados sem carteira⁷⁵. O gráfico a seguir registra o crescimento da taxa de informalidade nas grandes regiões metropolitanas brasileiras entre março de 2002 e julho de 2004 (IBGE, Ecinf, 2003):

⁷⁵ Além disso, a maior geração de empregos deslocou-se da atividade industrial, nos anos 70, para o setor de serviços, nos anos 80 e 90. Em 1995, o setor terciário já abrigava 73,4% das ocupações não-agrícolas e mais da metade (52%) da população ocupada do País. O ritmo da terceirização foi marcante, rompendo um equilíbrio histórico na absorção de mão-de-obra entre os setores industrial e de serviços, que vinha ocorrendo nas décadas anteriores. Durante a década de 80, o setor de serviços gerou 12,9 milhões de novos empregos, absorvendo 76,8% do aumento da população ocupada em atividades não-agrícolas. Por sua vez, o setor industrial, que absorvia o maior número de trabalhadores não-agrícolas durante os anos 70, respondeu pela geração de apenas 16,4% dos empregos não-agrícolas na década de 80. E, em 1995, o setor industrial abrigava apenas 19,6% do total das pessoas ocupadas. O setor de serviços foi, também, o caminho da mão-de-obra que não mais conseguiu encontrar ocupação em um setor industrial sob forte pressão competitiva. Essa pressão é consequência das práticas de ajuste e do processo de terceirização de serviços promovidos pelas empresas brasileiras, o que provocou a transferência de empregos do setor secundário para o terciário. Ocorre que é sobretudo nas atividades terciárias que se concentra grande parte da informalização observada na população ocupada. (IBGE, Anuário Estatístico, 2004).

GRÁFICO 3.5

Evolução da ocupação formal e informal nas regiões metropolitanas -
RE, SA, RJ, SP, BH, DF



Fonte: IBGE/ECINF, 2004. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

A economia informal concentra hoje boa parte da população que trabalha em pequenos comércios e nos empregos de baixa qualificação profissional (NUNES, 2001, 2002; THEODORO, 2001, 2002; LAUTIER, 1991, 1999; LUZ, 1999; CRUZ, 2002). Nesse sentido, é fundamental registrar, para o campo de análise proposto nesta tese, que a economia dita "informal" não mais se traduz pela idéia de ser um apêndice ou simples bolsão de escoamento para os desfilados do universo da economia formal.

Muitas pesquisas já comprovaram (OIT, 1999; KLEIN, 1990; VASCONCELLOS, 1994; THEODORO e NUNES, 2000), rompendo até mesmo com a idéia de atraso e desorganização⁷⁶ relacionados a este setor, que o setor

⁷⁶ Vasconcellos considera que os estudos realizados anteriormente aos estudos da OIT, que traz a abordagens por setor (formal e informal), discutiam o setor informal a partir de uma visão dual do mercado de trabalho, ou seja, identificavam o setor formal como um setor produtivo e moderno, com atividades mais lucrativas, e o setor informal como um setor atrasado, que utilizava formas de produção, recursos e tecnologia tradicionais, predominando o subemprego, mão-de-obra desqualificada e precárias condições de trabalho.

informal é constituído por atividades que se caracterizam por uma lógica produtiva e uma racionalidade própria e distinta daquela vigente no mercado formal. É claro, o setor informal não pode deixar de ser visto como estrutural, entendendo-se, ao mesmo tempo, que este é conseqüente da incapacidade do mercado de trabalho formal de gerar e manter postos de trabalho suficientes para a população ativa. Ainda assim, é importante frisar que ambos os setores, formal e informal, participam de um mesmo mercado, existindo entre eles tanto relações complementares quanto competitivas.

Assim sendo, os estudos sobre o informal não devem se limitar mais ao executor da atividade, mas sim à atividade estabelecida e gerenciada em um contexto que nos permite vislumbrar um sistema articulado de emprego (NUNES e THEODORO, 2000). Quer dizer, há determinantes funcionais à existência e permanência do informal, que lhe conferem uma organicidade, ao contrário do que apontam outros teóricos (CORAGGIO, 2000; OIT, 1994). O informal estabelece-se sob unidades produtivas, que, apesar de serem estruturas heterogêneas, nelas se fundem comércio e prestação de serviços das mais variadas ordens, possuem uma funcionalidade que lhes permite criar uma rede de atuação paralela ao formal, sendo parte integrante da estrutura econômica e não apenas um bolsão de resposta às declinações do sistema formal de empregos.

A diferença entre os referidos setores está estabelecida a partir da forma de organização do trabalho, bem como do tipo de relações sociais estabelecidas. Além disso, um setor que absorve cerca de 48% da população economicamente ativa do país (HIRATA, 1998; ANTUNES, 2002; POCHMANN, 2002) não pode ser tão desarticulada e sem regras como postulam muitos.

Lautier (1999), *apud* Nunes (2001), aponta as seguintes características de um empreendimento informal: a) o trabalhador informal possui um pequeno montante de capital; b) uma baixa capacitação escolar e, conseqüentemente, c) uma inserção na esfera jurídico-legal. Os trabalhadores que empreendem atividades com estas características possuem, em média, uma remuneração de um a três salários mínimos.

Outras caracterizações são feitas, a fim de compreender a complexidade material e simbólica que produz o contexto da economia informal.

Nunes (2001) nos lembra que o informal é tido como o "lugar da viração", do uso da criatividade: "[...] *Ele – o informal – pode ser visto como um lugar detentor de poucos meios, pouco capital, mas ao mesmo tempo, um lugar onde seus participantes engenhosamente sobrevivem*" (Nunes, 2001, 140).

No percurso de uma análise mais orgânica e menos residual do caráter econômico e social do informal, Nunes e Theodoro (2000) apontam para a compreensão deste setor a partir da noção de que a economia informal atual age como um sistema de empregos (FREYSSINET e THEODORO *apud* NUNES 2001):

[...] Esta concepção explica que as mais diversas unidades produtivas, nos mais diferentes ramos, estabelecem assim, em conjunto, uma teia de ligações de maior ou menor intensidade, de caráter associativo ou concorrência, direto ou indireto cujo funcionamento é em parte determinado pelo quadro jurídico-institucional, assim como por um conjunto amplo de códigos e regras de conduta, formal ou informalmente, estabelecidas. (NUNES, 2001, 141)

Adotar este referente analítico para o entendimento das dinâmicas explícitas e implícitas na organização da economia informal implica dizer que este setor está estruturado e funciona a partir do setor formal (THEODORO e NUNES, 2000) e, nesse sentido, a desestruturação de um leva à desestruturação do outro. O sistema de emprego, desse modo, vai se reproduzindo e adequando-se à crise do mundo do trabalho ao longo do tempo. Nesse contexto, as atividades do sistema de emprego se renovam ou até mesmo se extinguem.

Em suma, o informal resulta da composição de três fatores (NUNES, 2001): i) a existência de desigualdade social extrema, que produz inserções sociais diferenciadas em nível de formação profissional, no acesso à renda e ao emprego formal; ii) a total ausência de um marco regulatório institucional que cerceie e sancione práticas abusivas e que estabeleça parâmetros para as atividades decorrentes deste setor; iii) por fim, as atividades que se desenvolvem no informal possuem uma capacidade de se articular e se ajustar ao sistema de emprego geral. Isso permite que tais atividades preservem um tempo e um espaço de existência, na qual se sustenta a vida de milhares de desligados do mercado formal de emprego.

A importância da economia informal também pode ser vista na pesquisa sobre Economia Informal Urbana – Ecinf – realizada pelo IBGE inicialmente em 1997 e atualizada em 2003. No ano de 2003, a Ecinf⁷⁷ registrou cerca de 10.525.954 de pequenas empresas urbanas no Brasil, das quais 98%, ou seja, 10.335.962 pertenciam ao setor informal e ocupavam 13.860.868 pessoas. Em sua grande maioria (88%), as empresas do setor informal pertenciam a trabalhadores por conta própria, e apenas 12% eram de pequenos empregadores. Das empresas pesquisadas, 95% tinham um único proprietário, e 80%, apenas uma pessoa ocupada.

Entre a pesquisa realizada pela Ecinf em 1997 e em 2003, observamos um aumento de 10,8% nas ocupações por conta-própria e um decréscimo de 7,7 para a categoria de empregadores. Os trabalhadores não-remunerados representaram o maior contingente desta população: compuseram um aumento, em 2003, de 36,7% a mais de não-remunerados em relação ao ano de 1997, o que ratifica a questão do desemprego em massa e da precarização das ocupações:

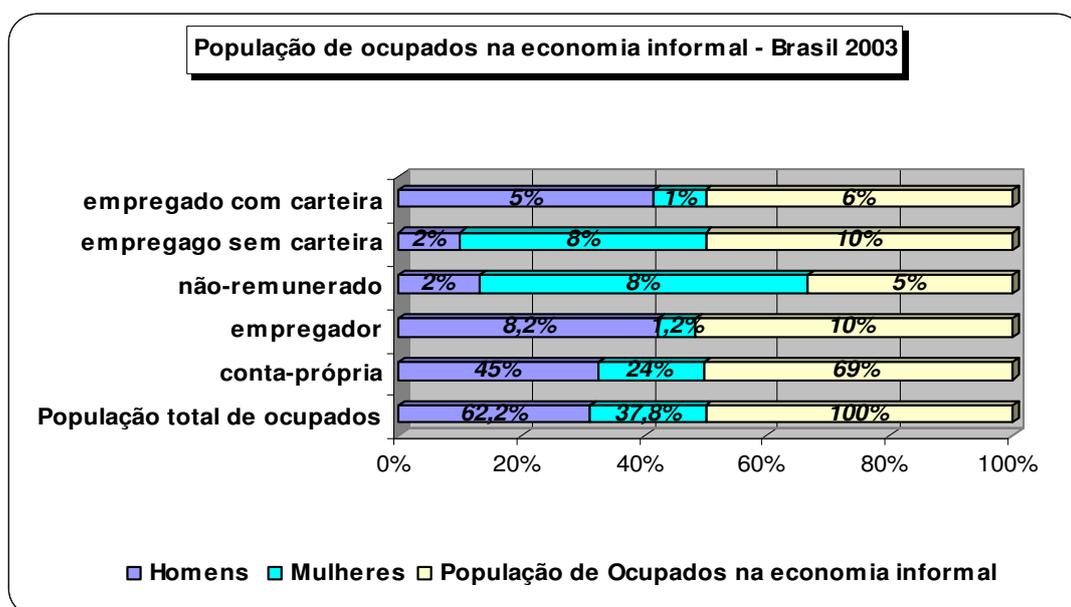
	1997	2003	Variação 1997/2003 (%)
Empregador	1.568.954	1.448.284	- 7,7
Trabalhador não-remunerado	517.153	706.963	36,7
Sem declaração	-	55.343	
Conta Própria	8.589.588	9.514.629	10,8

Tabela 33 – Pessoas ocupadas nas empresas informais, por posição na ocupação – Brasil (1997 – 2003)

⁷⁷ A pesquisa sobre a Economia Informal Urbana (Ecinf), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem como objetivo captar informações que permitam conhecer o papel e a dimensão do setor informal na economia brasileira, além de ampliar a base de informações necessárias para o Sistema das Contas Nacionais. Idealizada com a finalidade de produzir informações para o estudo e o planejamento do desenvolvimento socioeconômico do País, a pesquisa procura identificar os proprietários de negócios informais: trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores, com 10 anos ou mais de idade, ocupados em atividades não-agrícolas, e moradores em áreas urbanas, nos domicílios em que moram, e, através deles, investigar as características de funcionamento das unidades produtivas. Até o momento, foram feitas duas pesquisas nos anos de 1997 e 2003, abrangendo todos os Estados e as Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia. A Pesquisa de 2003 foi realizada com o apoio financeiro do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), além do planejamento do questionário suplementar utilizado nas pesquisas de campo (Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas, 2005). A parceria entre o IBGE e o Sebrae possibilitou a inclusão de informações mais detalhadas sobre as características individuais dos proprietários.

Dentre as pessoas ocupadas atualmente nas empresas do setor informal, 69% são trabalhadores por conta própria, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não-remunerados. Dos trabalhadores conta própria, 45% eram homens e 24% mulheres. Com relação aos trabalhadores não-remunerados, a assimetria na ocupação entre homens e mulheres aumenta: elas são 82% da força de trabalho não-remunerada, e os homens são 18%:

GRÁFICO 3.6



Fonte: IBGE, PNAD 2004. Elaboração: Tânia Cruz, 2006.

As pesquisas (KRAYCHETE, 2000 *apud* CRUZ, 2002) que buscam um paralelo entre a economia solidária e o setor informal apontam três razões para se identificar um Empreendimento Econômico Solidário (EES) com as organizações de trabalho informal: a) os estudos e as informações estatísticas sobre o trabalho realizado de forma individual ou familiar, sobretudo nos espaços urbanos, normalmente referem-se de fato ao denominado setor informal; b) estas formas de trabalho não são iniciativas isoladas, mas interagem com o seu

entorno, relacionando-se com os mercados e circuitos produtivos dominantes; e c) tais modalidades de trabalho são historicamente determinadas, não se confundem com a economia capitalista e possuem uma lógica econômica específica.⁷⁸

Essa leitura baseia-se na ampliação vertiginosa do setor informal, resultante das transformações econômicas ocorridas nas três últimas décadas. A Ecinf 2003 revela que a unidade econômica denominada de empresa informal é constituída, sobretudo, pelo trabalhador autônomo, que cria, muitas vezes do quase nada, o seu próprio trabalho, contando ou não com ajuda de mão-de-obra não-remunerada. As atividades informais estão presentes em todos os ramos de atividade, embora o setor de serviços absorva quase metade dos empreendimentos, seguido pelo comércio (26%) e indústria de construção civil (15,5%). O importante é lembrar que o informal não é mais um bolsão que absorve aquilo que não serve mais ao capitalismo. Ao contrário, configura-se hoje como um sistema de empregos⁷⁹ que se adapta às novas conjunturas do mundo do trabalho. Entretanto, é necessário assinalar que tal sistema não representa a estrutura em rede cooperada enunciada pela economia solidária, mas talvez possamos dizer que o informal é uma das faces a ser articulada pelo sistema da economia solidária.⁸⁰ No capítulo 5 desta tese, trataremos do debate

⁷⁸ Usualmente, o setor informal é definido pela função do ativo/trabalhador e não pela atividade, justapondo-se a diversos critérios: trabalhadores por conta própria, contando ou não com a ajuda de mão-de-obra não-remunerada; empresas com menos de cinco empregados; setor em que os negócios e os contratos de trabalho não obedecem à legislação trabalhista e fiscal, etc. Nestes termos, a conceituação do setor informal seria um movimento reflexo do setor formal: cresceria nos momentos de crise, amortecendo o desemprego gerado no setor formal. Até os anos 70, o setor informal era entendido assim: um subproduto de um eventual período de crise ou insuficiente desenvolvimento do setor formal, que seria superado pelo desenvolvimento econômico. Desse ponto de vista, não haveria razão para se perder tempo discutindo-se a viabilidade da economia informal.

⁷⁹ Sobre este tema consultar: Theodoro, Mário, "L'intervention étatique sur L'informel au Brésil", Paris, Université Paris I, Panthéon,-Sorbone, 1999, tese de doutorado, mimeo.

⁸⁰ Kraychete aponta, sucintamente, duas novas visões sobre o informal que o tornariam um ponto de articulação para a economia solidária: a) a primeira visão, compatível com as crenças neoliberais, propõe aos que não têm acesso ao mercado formal de trabalho que adquiram uma empregabilidade, que se transformem em empresários de si mesmos. Segundo Kraychete (2000), seria a passagem de um paradigma antropológico do indivíduo-máquina para o indivíduo-empresa, em que apenas os mais capazes mereceriam sobreviver. Nesse ponto de vista, o informal seria o lugar por excelência para realização das capacidades individuais; b) a segunda visão baseia-se nos estudos realizados sobre os empreendimentos populares (Gaiger 1999, Coraggio 2002 *apud* Cruz 2002); a economia se alimentaria de inúmeras atividades, realizadas de forma individual, familiar ou associativa, envolvendo um extenso fluxo de produção e troca de bens e serviços. Aqui, a informalidade poderia conduzir ou ser conduzida a organizar-se de forma solidária e cooperada, favorecida por duas características próprias: pela flexibilidade nas relações

sobre as especificidades da economia popular, da economia solidária e de como o informal é um dos campos da economia popular.

A grande maioria desses negócios está organizada com base na própria força de trabalho do autônomo, que eventualmente possui um sócio ou conta com a ajuda de um membro da família não-remunerado. Isso nos coloca uma questão importante: tal dado fragiliza o pressuposto de que, na Economia Solidária, os arranjos produtivos se dão em consórcio justo e igualitário. Assim, no setor informal há um arranjo produtivo que não necessariamente privilegia a organização associativa. Por outro lado, esses empreendimentos informais conseguem se estabelecer por até 10 anos ou mais, o que sugere uma boa administração da sustentabilidade dessas atividades informais. Ou seja, para fazerem parte do processo social formado pela Economia Solidária, seria preciso discutir com esses trabalhadores a lógica de organização e viabilidade econômica desses empreendimentos informais. Por conseguinte, os demais ocupados na economia informal – empregados com e sem carteira assinada e trabalhadores não remunerados – são majoritariamente vinculados às empresas informais de propriedade de empregadores.

A maioria das empresas informais (64% no caso dos conta-própria e 81,6%, o caso de empregadores) realiza suas atividades fora do local de domicílio. Entre os empreendimentos que só funcionam fora do domicílio, porém, há uma grande diferença entre os locais de trabalho, em função da posição na ocupação de seu proprietário. Enquanto 7 em cada 10 empresas de empregadores funcionam em loja ou oficina, cerca de 64% dos conta-própria exercem sua atividade no domicílio do cliente ou em via pública. O local de trabalho reflete em geral o nível tecnológico e o grau de divisão do trabalho do empreendimento. A realização de trabalho em loja ou oficina cria as condições para que se possa investir em máquinas e equipamentos, que irão aprofundar a divisão de trabalho e aumentar sua produtividade. Em compensação, o empreendedor que exerce sua atividade fundamentalmente na residência do

de trabalho e atendimento às demandas de mercado e pela extensão de suas atividades, que existem sob várias formas: unidades domiciliares, vendas comerciais autônomas, associações e grupos de prestação dos mais variados serviços, etc.

cliente ou na via pública está limitado a contar somente com sua força de trabalho ou, no máximo, a investir em equipamentos que possa carregar, limitando sua produtividade.⁸¹

A Ecinf 2003 lançou algumas luzes interessantes sobre a forma de recrutamento das empresas informais. Independentemente do gênero, 85% dos empregados e não-remunerados afirmaram terem entrado no negócio em função de relações pessoais. A seleção da maior parte dos trabalhadores dá-se, por conseguinte, mediante uma teia de relações de parentesco e na comunidade, em detrimento de processos mais técnicos ou impessoais de seleção (anúncios, cartazes, etc.). As relações de parentesco com o proprietário, por sua vez, respondem por apenas 48% do total de ocupados selecionados em função de relações pessoais. Tais relações de parentesco são mais importantes para explicar a entrada de mulheres no negócio, uma vez que 46% das empregadas e das trabalhadoras não-remuneradas são cônjuges, filhas ou têm algum outro parentesco com o dono da empresa informal. Esse fator explica em parte a grande proporção de mulheres entre os trabalhadores não-remunerados (dos 5% de trabalhadores não-remunerados na economia informal, as mulheres são cerca de 82%).

Em relação à idade, a concentração ocorre nas faixas de 25 a 39 anos e de 40 a 59 anos, com o total de 82,9% das pessoas nessas faixas (homens e mulheres); a idade preponderante ocorre na segunda faixa, com 45,6% das pessoas, mostrando que os negócios informais constituem oportunidade de ocupação importante para as pessoas de idade mais avançada.

O rendimento médio geral de todos os proprietários, seja proveniente do trabalho no setor informal ou da soma desse e de outro(s) trabalho(s), alcançou R\$753,00 (outubro de 2003), equivalente a 3,1 salários mínimos, sendo

⁸¹ Essas diferenças qualitativas entre empresas informais de empregadores e o trabalho por conta própria podem também ser constatadas quando se analisam seus respectivos níveis de planejamento financeiro. Enquanto 47% dos empregadores recorrem a contadores para o registro contábil de suas atividades, 50% dos conta-própria não fazem qualquer tipo de controle contábil. Por sua vez, enquanto 25% dos empregadores determinam o preço de seus produtos fixando uma margem de lucro sobre os custos de produção, a proporção de trabalhadores por conta própria que faz o mesmo cai para 16%.

de R\$ 623,00 (2,6 salários mínimos) no caso dos por conta própria e R\$ 1.606,00 (6,7 salários mínimos) para os empregadores. A diferença de rendimento entre homens e mulheres é alta: 71,5% no caso dos autônomos e 26,8% para os empregadores.

Quando perguntados sobre o motivo que os levou a iniciar o negócio, a maioria dos conta-própria, tanto homens quanto mulheres (87,5%), apontam o fato de não terem encontrado emprego.

3.1.4 - A ampliação do número de mulheres no mercado de trabalho

A expansão da ocupação no comércio e nos serviços foi acompanhada pelo ingresso acelerado das mulheres no mercado de trabalho em busca de cidadania. Entretanto, segundo o Dieese (2004), os principais fatores que influenciaram nesse aumento da participação das mulheres foram a perda crescente de renda familiar e o desemprego. Em São Paulo, por exemplo, no quadriênio 1994-1998, entraram 536 mil mulheres a mais que homens no mercado de trabalho. Nesse período, a taxa de participação das mulheres passou de 47,3% para 50,9%, contrastando com o movimento verificado entre os homens, cuja taxa diminuiu de 74,3% para 72,3%. Como decorrência do aumento verificado para a parcela feminina, a oferta total de mão-de-obra no Estado cresceu 1,3%, entre 1994 e 1998, com a incorporação de 849 mil mulheres à força de trabalho e de apenas 313 mil homens.

A PNAD 2004 registrou uma população em idade ativa – PIA – com pouco mais de 140 milhões de brasileiros. Destes, 48,2% são homens e 51,8% são mulheres. A população economicamente ativa, para população acima de 10 anos ou mais, está distribuída em 87.106.393 de pessoas (62%) e para os não - economicamente ativos foram registrados 53.313.093 (38%) brasileiros.

Entre os 62% economicamente ativos, 51% são homens e 49% são mulheres. Nesta população de economicamente ativos, o número de vínculos ocupados por homens, em termos de estoque de emprego formal, é 50% superior

aquele preenchido por mulheres⁸². (IBGE, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2004). Ou seja, a inserção ocupacional de homens e mulheres está circunscrita na divisão sexual do trabalho, em que a tomada do espaço público e a manutenção do espaço privado estão definidas prioritariamente pelo papel social que ambos devem assumir.

O fato de ter sempre tido o espaço público como um lugar de trânsito comum colocou os homens em situação privilegiada nas tomadas de decisão política e econômica. As mulheres, por outro lado, legadas ao cuidado do lar, tiveram mais dificuldades para legitimar sua participação na vida pública e nela se fazer representar. Além disso, o fato de terem ingressado no mercado formal de trabalho nas três últimas décadas, o que as colocou no centro da reestruturação produtiva do capital, alocando-as em relações de trabalho precarizadas; de representarem 38% das chefias familiares, de almejarem melhorar a cesta e a receita familiar; de garantir o estudo dos filhos e de tomar a abertura social promovida pelos movimentos populares e pelas lutas feministas, fez com que elas fossem obrigadas a trabalhar por salários mais baixos⁸³.

Diante do exposto, é importante explicar o processo de entrada da trabalhadora brasileira em nosso mercado. Bruschini (1999) *apud* Cruz (2002), registra que é a partir da década de 70 que se dá um aumento significativo da participação da mulher brasileira no mercado de trabalho, e tal inserção não a fez abandonar o papel de dona-de-casa, considerado inatividade econômica e ainda

⁸² No mundo agrícola as mulheres são a maioria não-economicamente ativa, 25,1%, e os homens são 12,9%. Há ainda o fato de que para este universo de trabalhadores agrícolas (que são 16.650.536 da PEA com 10 anos ou mais de idade), temos o maior contingente de trabalhadores que estão inseridos no contingente de não-remunerados: eles são 43,2% da PEA, na qual os homens representam 26,3% deste percentual e as mulheres 78,9%. Este contingente de trabalhadores não-remunerados pode estar desenvolvendo atividades secundárias ou de apoio a outros trabalhadores, não são proprietários nem e podem estar em situação de maior precariedade por não auferirem nenhuma renda do meio rural. Registre-se que a grande maioria destes trabalhadores são mulheres que em geral trabalham no roçado mas não têm sua força de trabalho paga.

⁸³ E à medida que a faixa salarial vai aumentando a quantidade de profissionais femininas vai reduzindo. Apesar de serem atualmente 49% da PEA e de serem a maioria nas universidades, ocupando 60% das vagas, elas ainda são alvos da discriminação salarial. São poucas as que conseguem chegar a cargos de chefia e são muitas as que fazem dupla jornada de trabalho (Hirata, 1999; Bruschini, 2000; Bandeira, 2000).

a sua principal ocupação social⁸⁴. Várias são as razões para esse ingresso acentuado da força de trabalho feminina remunerada:

- a) Nos anos 70, a expansão da economia, a crescente urbanização e o ritmo acelerado da industrialização configuram um momento de grande crescimento econômico, favorável à incorporação de novos trabalhadores, inclusive de trabalhadoras. Nesta década, o país consolida sua industrialização, moderniza seu aparato produtivo e torna-se mais urbano.
- b) Por outro lado, esse crescimento ocorre ao custo do aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda. Ou seja, crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social, e os trabalhadores sentem a deterioração de seus salários reais e das cestas familiares, o que obrigou as mulheres a buscar uma complementação para a renda familiar. Não só as mulheres pobres entraram no mercado, mas também as mais instruídas e das camadas médias.
- c) Concomitante a essa etapa da organização da economia nacional, há uma intensificação das expectativas de consumo, face à proliferação de novos produtos e à grande promoção que deles se fez, redefinindo o conceito de necessidade econômica e um anseio de diversificar a cesta de consumo, tanto para a classe média, como para a classe de renda mais baixa.

⁸⁴ Bruchini (1999) nos alerta que os conceitos e procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho sempre ocultaram a contribuição feminina. O papel de dona-de-casa, desempenhado pela maior parte das mulheres em idade adulta, é contabilizado nas coletas como inatividade econômica. Dada a maior difusão e aceitação social desta função dita feminina é bastante provável que ela seja declarada como a principal ocupação da informante, mesmo quando ela exerce também outro tipo de tarefa. No setor agrícola ou mesmo em muitas atividades informais na zona urbana, sempre que não ocorre uma nítida separação entre as tarefas domésticas e as atividades econômicas, a mulher será, com probabilidade elevada, classificada como inativa. Assim, as estatísticas sobre a participação econômica feminina devem ser analisadas com extrema cautela, pois além de revelarem apenas a parcela não-doméstica da contribuição da mulher à sociedade, tendem a ainda a subestimá-la.

d) Transformações ideológicas também impulsionaram a entrada da força de trabalho feminina no Brasil. Mudanças nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher se deram com as idéias lançadas pelo feminismo e pela presença cada vez mais atuante da mulher nos espaços públicos. Tais mudanças facilitaram a oferta da mão-de-obra feminina, à medida que à mulher foi dada a oportunidade de controle da natalidade, provocando uma queda na fecundidade e uma redução no número de filhos, sobretudo nas cidades, liberando-a para o trabalho remunerado. A expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades contribuem para o aumento da força de trabalho feminina no mercado (CRUZ, 2002).

Já na década de 1980, a diminuição da oferta de trabalho fabril levou uma gama de mulheres a se concentrar no setor de prestação de serviços, sendo que a taxa de participação feminina na indústria era de 9,3% e no setor de serviços de 29,8% (FERREIRA, 2000; BRUSCHINI, 1997). A redução da oferta de postos de trabalho no setor formal levou muitas mulheres a buscar emprego na informalidade, como uma forma de inserção no mundo econômico.

3.1.5 - Redução formal do emprego e precarização

A reestruturação da economia global provocou uma redução dos empregos estáveis e de tempo integral. Cada vez mais as empresas estão priorizando a subcontratação de trabalhadores por tempo parcial e eventual. Essa estratégia de redução do tamanho da força de trabalho está provocando um grande crescimento de diferentes formas de trabalho em tempo parcial, em domicílio, de aprendizes, etc. (DUPAS, 1999, POCHMANN, 2003).

De acordo com a PNAD 2004, o número de empregos cresceu 3,3% em relação a 2003, o que representa a geração de 2.653.430 novos postos de trabalho. Já o nível de ocupação alcançou 56,3%, o patamar mais elevado desde 1966⁸⁵. Entretanto, ao acompanharmos o estoque de ocupações geradas entre

⁸⁵ O IBGE entrevistou quase 400 mil pessoas e visitou pouco mais de 139 mil domicílios em todo o Brasil. Pela primeira vez, a PNAD investigou também as áreas rurais de Rondônia, Acre,

1992 e 2004, veremos um decréscimo médio de 1,2%. Para as mulheres há um acréscimo de 2,1% (nas condições de desigualdade salarial citadas no item anterior) e para os homens, o que se vê é um decréscimo na ocupação de 4,5%, conforme registrado na tabela 3.4 a seguir:

Tabela 3.4 – Percentual de pessoas ocupadas, na semana de referência, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo – Brasil 1992 a 2004

Sexo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Total	57.5	57.3	57.6	55.1	55.4	54.8	55.1	54.8	55.7	55.4	56.3
Homens	72.4	71.9	71.3	69.0	69.2	68.3	67.9	67.4	67.8	67.2	67.9
Mulheres	43.4	43.5	44.6	41.9	42.5	42.0	43.0	43.1	44.4	44.4	45.5

Fonte: IBGE, PNAD, 2004. Elaboração: Tânia Cruz.

Em 2004, o crescimento da ocupação foi maior entre as mulheres do que entre os homens. O mercado de trabalho incluiu 1,5 milhões de mulheres, um crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior, contra 1,1 milhão de homens. Enquanto a maior parte de ocupações das mulheres corresponde a trabalho doméstico ou trabalho assalariado sem vínculo formal, entre os homens cresceu com mais intensidade o emprego com carteira assinada: 6,7%. Já o desemprego declinou 0,5% entre as mulheres; entre os homens, a redução foi mais

Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Na comparação com anos anteriores, porém, o Instituto não considerou essa população, que é de 1,8 milhões de pessoas (MTE, Portal virtual de informações, novembro de 2005).

expressiva: 10%. Isso se deve ao tipo de postos de trabalho gerados, em especial na indústria, na construção civil e no setor transporte.

3.1.6 - Redução da ocupação nas atividades agrícolas

O processo de modernização do campo brasileiro a partir da década de 70 gerou uma maior concentração de renda e terra, êxodo, pauperização e desemprego no meio rural. Houve uma profunda transformação na estrutura do setor agrário brasileiro, impulsionada por uma rápida e intensiva modificação da base técnica e pela incorporação de capitais agrícolas, industriais e financeiros. A incorporação de inovações tecnológicas, a mecanização e a quimificação reduziram o volume de trabalho nos cultivos mais importantes. A agricultura familiar (o maior segmento de ocupação rural) sofre com a exclusão das grandes agroindústrias e cooperativas, ampliando o número de trabalhadores não-remunerados.

Segundo Silva (2001), em função das mudanças tecnológicas, especialmente com a mecanização das colheitas no período pós-1995, houve forte redução da demanda de mão-de-obra agrícola: cerca de 1,6 milhão de EHA (Equivalentes-Homens-Ano, que correspondem à jornada de trabalho de um homem adulto, por 8 horas, durante 200 dias por ano, Brasil, 2000.) Nesse processo, as Regiões mais atingidas foram o Nordeste, o Sul e o Sudeste. Apenas o Centro-Oeste e alguns poucos estados apresentaram crescimento da demanda da força de trabalho, muito influenciado pela expansão da fronteira agrícola para as áreas de cerrado, onde tem predominado o cultivo em grande escala de grãos e oleaginosas (especialmente algodão e soja).

Um fato relevante a ser ressaltado é o seguinte: apesar de apenas a parcela mais modernizada, que não é a majoritária, dos agricultores possuir renda suficiente e/ou acesso ao crédito para a aquisição das máquinas e implementos de última geração, o efeito da mecanização da colheita sobre a redução das ocupações agrícolas acaba sendo muito significativo, porque são as grandes propriedades que predominam na produção das referidas culturas (cana-de-açúcar, algodão, milho, soja, etc.). Apesar de o número de grandes propriedades ser relativamente baixo, sua participação na área cultivada e na quantidade produzida é muito elevada. Acrescente-se a isso dois outros elementos: a

possibilidade de as propriedades menores recorrerem à terceirização (ou externalização) dos serviços de máquinas para as operações de preparo do solo, plantio e colheita; e o fato de que, diferentemente do que se viu no início da "modernização conservadora" da agricultura brasileira, quando apenas algumas Regiões (Sudeste e Sul, principalmente) foram palco desse processo, a atual fase de expansão de fronteira está sendo feita com elevados índices de modernização e mecanização em praticamente todas as regiões produtoras.

Em suma, não é mais somente em São Paulo e no centro-sul que se produz de forma modernizada, mesmo porque, com a guerra fiscal e com a ocupação dos cerrados nos últimos anos, as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste têm recebido muitas novas atividades, incluindo as agroindústrias (carnes, algodão, milho, soja, café, frutíferas, etc.), as quais são conduzidas com as mais modernas técnicas e tecnologias disponíveis para os agricultores. Esse conjunto de fatores tem um efeito ampliado sobre a redução de postos de trabalho na agricultura.

A forte redução das ocupações agrícolas, tanto para os residentes rurais quanto para os urbanos (BASALDI, 2000)⁸⁶, e a não compensação pelo crescimento das atividades não-agrícolas, especialmente nas áreas rurais, agravou o quadro do desemprego no Brasil. Apesar do forte e significativo crescimento das ocupações rurais não-agrícolas, esse movimento não foi suficiente para compensar a queda de ocupações na agricultura, pois há grandes diferenças de ritmos de geração de ocupações por um lado, e destruição por outro (SILVA, 2001)⁸⁷.

⁸⁶É importante lembrar que em vários estados, como resultado do forte êxodo rural verificado no Brasil até o início dos anos noventas, boa parte dos trabalhadores da agricultura tem residência urbana. Em São Paulo, cerca de 50% dos ocupados na agropecuária tinham residência urbana no final dos anos noventas (BASALDI, 2000). Sobre mais informações consultar: BASALDI, O. V. Algumas considerações sobre a demanda da força de trabalho agrícola no Brasil no período 1990-95. *Informações Econômicas*. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 66-69, jan. 1996a. ; _____. Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90. Campinas, 2000. 160 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas. _____. Força de trabalho na agricultura brasileira no período 1988-95. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., Aracaju, 1996. Anais... Brasília: SOBER, 1996b. v.1, p. 784-815. _____. BELIK, W. Emprego na agricultura: atividades intensivas em mão-de-obra oferecem alternativas reais de emprego e renda na agricultura. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 50-52, out. 2001.

⁸⁷ Sobre este assunto consultar: GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas: Unicamp/IE, 1999. (Série Pesquisa, 1). , _____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Campinas: Unicamp/IE, 02 out. 2001. In: SEMINÁRIO O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/rurbano.html>>. Acesso em: out. 2001. _____. ; BASALDI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. São Paulo em Perspectiva.

3.1.7 - A Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho também participa desse debate, apontando várias polêmicas: seria ela uma política de emprego para as economias de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, ou uma forma de coibir a margem de lucro dos países desenvolvidos? Apesar das divergências e disparidades contextuais, o que se sabe é que, mediante o processo de reestruturação produtiva, a duração das horas de trabalho foi drasticamente contraída nos países desenvolvidos e, com menos intensidade, em muitos países pobres também (DAL ROSSO, 1998).

No Brasil, a taxa de desemprego e a informalidade cresceram nos últimos anos, reacendendo a polêmica sobre a redução da jornada como política de emprego. Empregadores europeus são taxativos em afirmar que a redução da jornada produzirá aumento de custos para as empresas e perda de competitividade no mercado internacional. Ameaçam transferir as empresas para países plenos de mão-de-obra barata ou reduzir ainda mais sua força de trabalho por meio de racionalizações organizacionais e investimentos em tecnologia.

Os sindicatos de trabalhadores, por sua vez, contra-atacam afirmando que a economia deve estar a serviço da população e que só uma ampla diminuição do tempo de trabalho terá capacidade de interromper a marginalização de jovens e adultos desempregados e a subutilização de uma mão-de-obra precarizada.

Planejadores estatais e pesquisadores argumentam que a redução da jornada não implica aumento de custos ou perda de competitividade para as empresas. No Brasil, representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defendem o chamado "modelo norte-americano" de contratação de mão-de-obra e de salário, caracterizado pelo desregulamento e pela flexibilização das condições

São Paulo, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.; _____ et al. Estimativa do emprego agrícola e de suas variações sazonais a partir dos coeficientes técnicos por produto: Brasil e estados - 1988. Campinas: Unicamp/IE, 1990. (Relatório FINEP)

de trabalho e por salários bem mais baixos que os europeus. Os defensores desse modelo argumentam que, nos EUA, criam-se milhares de vagas assim. Portanto, no Brasil basta flexibilizar e desregulamentar as relações de trabalho, sem reduzir a jornada de trabalho. Entretanto, sabemos que, por essa lógica, manteríamos inalterado o quadro do desemprego e um aumento da precarização do trabalho.

O argumento da CNI e da Fiesp busca subsídios nos resultados da experiência brasileira de 1985 e 1988 com uma redução da jornada no Brasil prevista pela Constituição de 1988. Nessas experiências, o efeito emprego não superou as expectativas de 8,33% calculados por parlamentares e sindicalistas. O efeito emprego resultante da redução da jornada de trabalho estabelecida pela mudança constitucional de 1988 foi de aproximadamente 1%. Foi 7% menor que o calculado: 8,33%. Segundo Dal Rosso (1998), a diferença de 7% entre o efeito esperado e o ocorrido pode ser explicado por estratégias das empresas, dentre as quais duas se destacaram:

a) Aconteceu uma alteração marcante na distribuição das horas entre a jornada normal e a jornada extraordinária. Na região metropolitana de São Paulo, a proporção de assalariados fazendo horas extras saltou da média de 24,4% nos meses que antecederam a promulgação da Constituição para 41,2% – quase o dobro – nos meses seguintes e assim permanecendo nos outros anos. Foi um fenômeno que aconteceu em várias regiões do país e sinaliza o seguinte paradoxo: o aumento do número de pessoas que fazem horas extras significa que, na prática, para um bom número de assalariados brasileiros, o impacto da redução da jornada foi menor do que o pretendido pela Constituição ou simplesmente não existiu. Dessa forma, presenciamos uma mudança entre a distribuição do tempo de trabalho entre as duas jornadas: na jornada normal, seu tempo foi reduzido de 48 para 44 horas. Na jornada extraordinária, o tempo passou a ocupar um número muito maior de pessoas do que antes, sendo superior a 40%. Este é o principal fator a explicar porque o efeito emprego da redução de trabalho em 1988 foi tão pequeno.

b) Um segundo fator diz respeito à utilização pelas empresas de vários mecanismos para suprimir a demanda por força de trabalho:

racionalização das atividades; intensificação do trabalho, com repartição de tarefas e sua densificação; investimentos em tecnologias operacionais e substitutivas de mão-de-obra.

Em síntese, o mercado brasileiro da década de 90, no caldeirão da globalização e da reestruturação econômica do capital, reconfigurou-se e estabeleceu parâmetros de relações de trabalho que, em grandes escalas (vide estatísticas nesta tese sobre desemprego, declínio da taxa de ocupação, etc.), vêm precarizando as condições de vida *daqueles-que-vivem-do-trabalho*. A finalidade desta tese é oferecer elementos ao debate sobre qual a função do trabalho e do(a) trabalhador(a) e quais as alternativas para se resgatar a produção de vínculos sociais, na medida em que há um processo crescente de deslocamento e esvaziamento da importância social do(a) trabalhador(a).

3.2 - Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro

Entrevistador: *“Por que você associou-se a este grupo?”*

Cooperada: *“Quando eu entrei na 100 Dimensão, a 100 Dimensão já tinha aproximadamente seis meses. [...] A maioria das mulheres daqui tava fora do mercado de trabalho, como eu e naquela época tinha começado a fazer o assentamento no Riacho Fundo II. Então, naquela época, não tinha água aqui, não tinha luz. Aí lá no poeirão as mulheres se encontravam muito nos chacis d’água, aqueles locais que pegam água e ficavam conversando, esperando o caminhão pipa vir pra poder encher os baldes e ir pra casa. Então a Sônia viu que tinha que fazer alguma coisa [...] daí ela começou a reunir o povo, a comunidade que morava perto dela pra poderem fazer alguma coisa. Ali tava nascendo a 100 Dimensão. Minha renda, o sustento da*

minha família e só daqui (pausa). Eu estou satisfeita, apesar de ser árduo, de não ser fácil: tem que dar conta dos serviços de casa, daqui da cooperativa ... Mas eu estou satisfeita porque tô crescendo como pessoa, como mãe, como profissional principalmente. Eu gosto muito de estar aqui. Eu não sei o que seria da minha vida sem a 100 Dimensão hoje. Vamos supor que eu resolva sair da 100 Dimensão amanhã. Eu vou olhar pro horizonte e vou falar: vou fazer o quê? Sou negra, tenho segundo grau, 30 anos ... pro mercado de trabalho eu me considero analfabeta, então eu tenho que colocar todas as minhas forças aqui mesmo, esse aqui é o negócio da minha vida, eu não tenho mais opção de sair daqui. (A. A. B. da S, 30 anos, dois filhos, administradora da Cooperativa 100 Dimensão.)

“Eu nunca fui só de trabalhar em casa não. Já fui criada trabalhando. Fui copeira, diarista, vendedora da avon... quando eu vim pra cá, quando minha vizinha me chamou, na época eu mexia com aquele imã de geladeira, sabe aqueles bonequinhos de massinha, né?! Eu fazia... aí meus menino vendia na feira. Aí um dia chegou uma senhora lá em casa e falou da igreja, né, aí falou assim: “ Olha, lá em cima tem uma mulher que dá uns curso e é muito bom. Porque além de você fazer, você ainda vai ganhar. Você ganha mais”. “Tá, eu vou lá”. Aí chegou lá uma quarta-feira de manhã eu tava lá, aí eu me apresentei e aí ela me deu uma bolinha pra mim fazer aí fiz. Aí pronto, eu fiquei aqui. E num quis mais sair... Eu gosto de tudo o que eu já fiz e agora eu tô com artesanato. Mas eu acho que é o trabalho que eu gosto mais de fazer. Por que só cuidar da casa? Eu acho que não porquê. Tem que ter um pouco de liberdade, tem de trabalhar fora também. Porque hoje em dia a crise do jeito que tá, né e minha família é grande... Tem que ajudar tudo. Hoje em dia é mais fácil as mulher sair pra trabalhar e os maridos ficar em casa ... (F.A.de L., 30 anos, dois filhos, artesã do Apoena.)

As duas falas acima destacadas compõem o quadro problemático da inserção precária da mulher brasileira no mundo do trabalho. Segundo as Nações Unidas, as mulheres ainda são 70% dos pobres do mundo, realizam 70% das horas de trabalho e recebem somente 10% dos rendimentos⁸⁸. Das 70 milhões de mulheres brasileiras maiores de 10 anos, 36,5 milhões não têm nenhum ganho financeiro, e 33,5 milhões têm renda média mensal de R\$ 488,00 – 65,21% do que recebem os homens. As mulheres negras, então, recebem 37% menos que as brancas ou pardas. De maneira crescente, as mulheres estão chefiando cada vez mais domicílios. Hoje já são as chefas de família em 38% dos lares brasileiros (PNAD, 2004).

Nos últimos trinta anos, é nitidamente observável o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. As literaturas sociológicas e amplas pesquisas apontam para um aumento de 40% da força de trabalho feminina em diversos países, inclusive no Brasil (HIRATA, 2002; ANTUNES, 1999; POLLACK, 1997). Entre 1970 e 1990, a mão-de-obra feminina cresceu 180%, enquanto a masculina cresceu 71% (KÜCHEMANN, 2000, 18). Em 1996, a mão-de-obra feminina mundial representava 40,1% dos trabalhadores urbanos e 36% dos trabalhadores rurais (ONU/CNDM, 1996). Já no Brasil, observamos que nos anos de 1990, 48% dos trabalhadores da PEA estavam no setor formal e 52% no setor informal (dos quais 37,5% eram mulheres), sendo 21% por conta própria, 7,7% em serviços domésticos e 23,3% sem carteira assinada (BRUSCHINI, 2000; POSTHUMA, 1999; ABRAMO, 2004).

Contudo, cabe ressaltar que as mulheres aumentaram a participação delas no mercado de trabalho em um contexto de perdas de direitos. Ou seja, sabe-se que esta expansão do trabalho feminino vem acompanhada de uma desregulamentação das relações de trabalho. Com a reestruturação produtiva, as concepções neoliberais de sociedade e estado, além do novo paradigma tecnológico que favoreceu a flexibilização da produção e das relações de

⁸⁸ Este dado remonta da 2ª Conferência de Copenhague, em 1980, onde se constatou um forte processo de pauperização das mulheres no mundo. Em duas décadas, o quadro não se alterou substancialmente e o que tivemos foram tentativas, por meio de políticas e ações coletivas, de atenuar este quadro (CEE/Relatório Parcial, 2003).

trabalho⁸⁹, tem havido um aumento crescente da presença das mulheres nas ocupações precarizadas. Ou seja, aquelas ocupações nas quais ocorrem descontinuidade de tempo, menor regulamentação das garantias de trabalho e seguridade social, formas de contrato de trabalho sem carteira assinada, diminuição dos níveis salariais, aumento das formas de trabalho em domicílio e conta própria.

E o reforço a esta questão não apenas está nas falas recolhidas no estudo de caso proposto por esta tese. Há alguns anos, no Brasil várias pesquisas buscam traçar um contexto social mais amplo sobre a realidade da mulher brasileira no mundo do trabalho (BRUSCHINI, 1999, 2000; HIRATA, 1999, 2002, 2001, 2002; YANNOULAS, 2002, ABRAMO, 2000). Nesse sentido, tanto a análise de casos aqui proposta quanto às estatísticas arroladas ao longo desta pesquisa se ancoram e ao mesmo tempo reatualizam o seguinte pressuposto: a ampliação da força de trabalho feminina no mercado brasileiro não significou uma reelaboração da divisão sexista do trabalho, nem uma entrada sem conflitos e sobrecargas de tempo de trabalho e nem tampouco uma equidade de direitos.

Os dados que serão dispostos ao longo deste capítulo contribuem para o entendimento e exemplificação da situação da mulher no mundo do trabalho, em especial sob a posição da trabalhadora brasileira. Sua participação é

⁸⁹ No universo da reestruturação produtiva, a automação, a robótica e a microeletrônica vão invadir o universo fabril e de serviços, e passarão a representar o que alguns autores chamam de uma Terceira Revolução Industrial. São as inovações tecnológicas no espaço imediato da produção industrial (a introdução da microeletrônica, por exemplo) que vão permitir a flexibilização crescente dos processos de montagem, com uma individualização cada vez maior dos produtos e uma especialização da mão-de-obra. Nesse quadro de reestrutura produtiva, o neoliberalismo representa o aparato político e ideológico desse processo, que pode ser definido como a hegemonia nas esferas política e econômica da maior liberdade para as forças de mercado, menor intervenção estatal, privatização do patrimônio público e preferência pela propriedade privada. A abertura econômica também é expressão desse movimento neoliberal. Acabar com o protecionismo (os Estados nacionais protegem suas mercadorias) torna-se uma prática voraz: ou os países do circuito capitalista abrem suas portas para o mercado internacional ou estão fora do padrão de produção de riquezas. Tanto a reestruturação produtiva quanto as políticas neoliberais acontecem no bojo da globalização. A aparente integração econômica, política e cultural das nações não é uma simples evolução do capitalismo. A sobreposição da globalização financeira à transnacionalização produtiva é um fenômeno que ganhou impulso com a desregulamentação cambial e financeira adotada após a ruptura do padrão ouro-dólar, que foi muito além da liberalização financeira ocorrida no final do século XIX. Mas, contrariamente ao que o termo parece sugerir, a globalização não significa a integração cada vez maior do conjunto dos países à economia mundial. Ao contrário, e principalmente hoje, o movimento econômico e político da globalização está cada vez mais restrito ao interior do circuito EUA, Europa e Japão. (Cruz, 2002)

entrecortada por alguns avanços e por muitas vulnerabilidades (para alguns extratos da população de mulheres, aquelas pobres, há mais vulnerabilidades que avanços), o que instaura uma contradição:

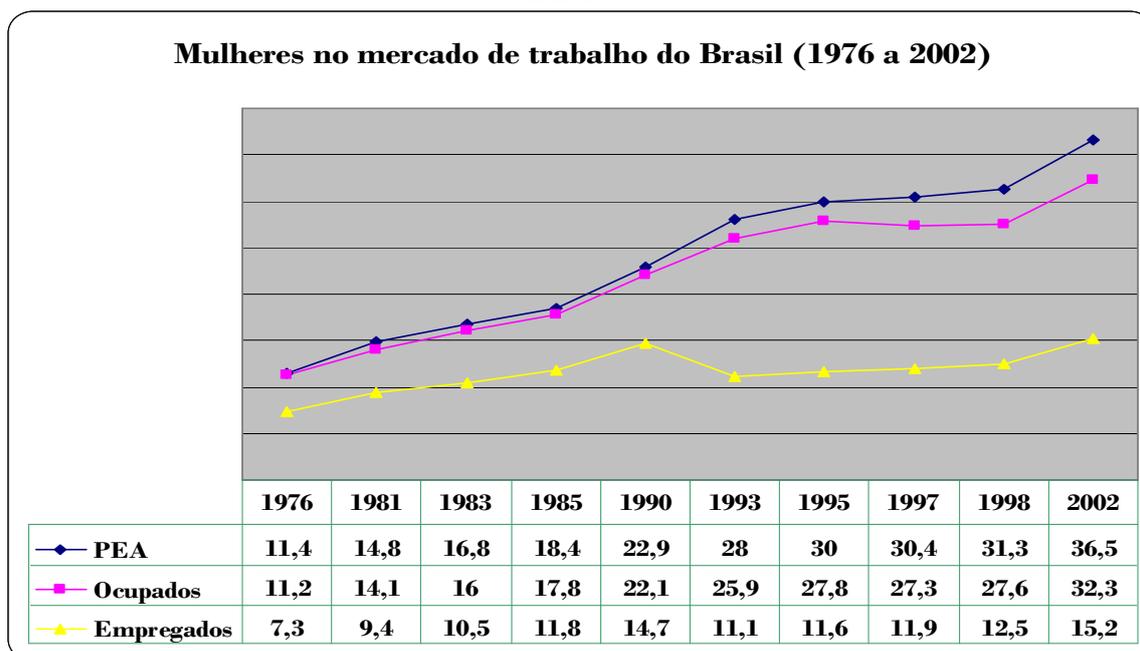
- a) Ao longo do tempo, apesar das barreiras, as mulheres vêm conquistando mais espaço no mercado de trabalho: aumentaram significativamente sua participação, superaram alguns dos limites impostos pela condição familiar e vêm ingressando, graças à escolaridade, em melhores ocupações. Este avanço, contudo, não tem impedido que grande parte das trabalhadoras encontre-se no emprego doméstico, no domiciliar e em atividades não-remuneradas. As tendências da crise do trabalho são desfavoráveis às mulheres, em especial às mais pobres; a porcentagem de mulheres ocupadas no setor informal sobre o total da força de trabalho feminina é superior à porcentagem de homens na mesma situação e está aumentando; e, por fim, a porcentagem de mulheres que não conta com nenhum tipo de proteção social é superior a dos homens nessa situação.
- b) As mulheres ocupam, no mercado de trabalho, posição secundária em relação aos homens, mesmo representando cerca de 49% da população economicamente ativa (PNAD, 2004). Elas são a maioria nas posições mais vulneráveis, como no informal por exemplo; além disso, desempenham um leque de ocupações diferentes das masculinas, têm mais dificuldade para ascender profissionalmente e ganham, sistematicamente, menos do que os colegas, mesmo quando têm mais estudo ou trabalham igual número de horas;
- c) A crise do emprego e a expansão das atividades informais dos anos noventa tem afetado trabalhadores de ambos os sexos. Até agora, tem tido efeito mais perverso sobre os homens, ao atingir, principalmente a indústria. Contudo, pode vir a afetar as mulheres, caso elas percam espaços de trabalho historicamente ocupados nos serviços e no informal em geral.

A apresentação dos dados, a seguir, é feita a partir do quadro exposto acima, de forma a evidenciar o contexto da situação das *mulheres-trabalhadoras* no Brasil.

3.2.1 – A População Economicamente Ativa (PEA): crescimento da força de trabalho feminina

Da população em idade ativa (PIA) de 140,87 milhões de habitantes (PNAD 2004), as mulheres são 86,27 milhões (51,8%), estando 71 milhões estão na área urbana e 15,2 milhões na área rural. Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2002, 2003, 2004), concluiu-se que as mulheres representam em média 53% da População Economicamente Ativa - PEA, mas somente 17% estão no mercado formal de trabalho. Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil nos últimos 25 anos, chama a atenção o vigor e a persistência do crescimento da força de trabalho feminina: entre 1976 e 2002, houve a incorporação de cerca de 25 milhões de trabalhadoras na PEA brasileira. Enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram-se em patamares semelhantes – entre 73 e 76% em praticamente todo o período, as das mulheres se ampliaram significativamente. Se em 1976, 28 em 100 mulheres trabalhavam, adentramos o novo milênio com a metade das mulheres trabalhando ou procurando um trabalho (ABRAMO, 2000). O gráfico e a tabela que seguem dão idéia da magnitude e das diferenças numéricas entre os segmentos populacionais considerados como população economicamente ativa, ocupados e empregados:

GRÁFICO 3.7



Fonte: FGV, 2003. Abramo, 2002. Elaboração: Tânia Cruz, 2006.

Tabela 3.5 - Homens no mercado de trabalho do Brasil (1976 a 2002)

	1976	1981	1983	1985	1990	1993	1995	1997	1998	2002
PEA	71,2	74,6	74,8	76	75,3	76	75,3	73,9	73,6	73,2
Ocupados	27,8	31,2	32,4	35,4	40	40,5	41,9	41,9	42,3	45,9
Empregados	16,7	19,8	21	22,5	25,4	23,8	24	24,2	24,2	27,2

Fonte: FGV 2004; Abramo, 2002. Elaboração: Tânia Cruz, 2006.

Movimento semelhante não se verificou, entretanto, em relação à participação das mulheres no conjunto dos empregados, que na última década se manteve próxima a 1/3, pois, como tem sido reiteradamente comentado, os lugares privilegiados de inserção de parcela significativa do contingente das trabalhadoras no mercado de trabalho ainda são as atividades informais, não remuneradas e o trabalho doméstico.

Os mesmos indicadores (taxas de ocupação/atividade, porcentagens na PEA e entre os empregados) vão variar conforme as grandes regiões

brasileiras e as unidades da federação. É na região Sul onde se verifica a maior taxa de atividade feminina (e masculina também) e o recorde nacional de participação feminina entre os empregados, 38%. O nível de atividade do trabalhador ou trabalhadora vai se diferenciar também conforme sua raça ou cor, mas, em particular, deve-se notar a proporção significativamente menor de mulheres negras (pretas e pardas) entre as mulheres empregadas (apenas 37% do total), sinalizando os reflexos da dupla discriminação que elas vêm historicamente sofrendo no mercado de trabalho, como mulheres e como negras.

3.2.1.1 – População de Ocupados e Não-ocupados no mundo do trabalho: quantos e quem são os sujeitos em atividade econômica?

A PNAD 2004 registrou uma população economicamente ativa⁹⁰ de 87 milhões de pessoas para brasileiros com 10 anos de idade ou mais. Destes, 91,1% estavam ocupados em alguma atividade e outros 8.1% estavam desocupados. Da população em atividade ou com alguma ocupação, os homens eram 53%, e as mulheres, 38,1%:

⁹⁰ A inserção ocupacional é classificada nos seguintes termos: A) Pessoas ocupadas (PO): foram classificadas como ocupadas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias) as pessoas que tinham trabalhado durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc.; B) Pessoas desocupadas (PD): aquelas pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias); C) Pessoas economicamente ativas (PEA): pessoas economicamente ativas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias); incluem-se aí tanto as pessoas ocupadas quanto as desocupadas.; D) Pessoas não-economicamente ativas (PNEA): pessoas definidas como não-economicamente ativas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias) são aquelas que não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas nesse período; E) Ocupação: definiu-se ocupação como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa; F) Trabalhador doméstico: pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares; G) Conta-própria: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado; H) Empregador: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado; I) Trabalhador não-remunerado: pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em que vivia (empregado da produção de bens primários, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura; conta-própria ou empregador; (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, v.24, 2003, Brasil).

Tabela 3.6 - População com 10 anos ou mais segundo a condição de ocupação na semana de referência e sexo - Brasil - 2004

Condição de Ocupação na Semana de Referência	Sexo				Total da População Economicamente Ativa (PEA) em 2004	
	Masculino		Feminino			
	N. ^o	%	N. ^o	%	N. ^o	%
<i>Brasil</i> Ocupado	46.195.741	53,0	33.159.280	38,1	79.355.021	91,1
Desocupado	3.386.012	3,9	4.365.360	5,0	7.751.372	8,9
Total parcial	49.581.753	56,9	37.524.640	43,1	87.106.393	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD 2004. **Elaboração:** Tânia Cruz, 2006.

Em conformidade com a estrutura ocupacional da sociedade brasileira hoje, os homens ainda são representados como a maioria de trabalhadores ocupados. As mulheres seriam a maior parcela de desocupadas. Cabe ressaltar, entretanto, que o que o IBGE ainda cadastra em suas pesquisas como ocupação e não-ocupação econômica não leva em consideração o fato de a maioria das mulheres brasileiras desempenharem a função de reprodutoras da força social ou da chamada economia do cuidado. O fato de ser “do lar”, educar os filhos, tratar dos mais velhos, manter a alimentação e saúde da família não geraria, para a sociedade e para o mercado, um fator monetário que agregasse valor financeiro às relações sociais pautadas na lógica de mercado. Por isso, mesmo que a maioria destas mulheres desempenhe atividades de reprodução e ainda assim trabalhe fora de casa, em alguma atividade de produção econômica, as pesquisas de população não incorporaram este fator que é de gestão e reprodução da própria sociedade⁹¹.

⁹¹ Um dos pilares da economia solidária (cooperação e retribuição) assenta-se no paradigma da dádiva (Gobot, 1994; Caillé, 1989): trocas e reciprocidades que não estão restritas apenas à lógica de mercado. Desse modo, a economia do cuidado (Guerín, 2002; Heilborn, 1991), atribuída às mulheres, seria uma espécie de economia da doação, não contabilizada pelas sociedades ocidentais. Essas mulheres, pelo seu próprio papel social apresentam-se, pois, como trabalhadoras de uma outra economia, a economia solidária.

Os tipos de atividades desenvolvidas por homens e mulheres no mercado de trabalho atestam que o papel desenvolvido com o cuidado da família aloca a força de trabalho feminina em funções próximas daquelas executadas no espaço da casa: dois terços das mulheres ocupadas em 2004 estavam concentradas em quatro grupamentos de atividade (serviços domésticos; educação, saúde e serviços sociais) Enquanto isso, os quatro maiores grupamentos (agrícola, comércio e reparação, indústria, construção) reuniam quase 70% dos homens.

A assimetria na inserção ocupacional de homens e mulheres é um fenômeno tanto do espaço urbano quanto do mundo rural. No meio rural, essa assimetria é maior e atinge um número maior de mulheres. No meio rural, que representa 37,4% da PEA, as mulheres são o maior contingente de trabalhadores não-remunerados (78,9%). A mulher que compõe essa força de trabalho, no geral, participa de todas as atividades, principalmente das tarefas da colheita e do plantio, que a divisão sexual do trabalho agrícola elegeu como tarefas femininas. No entanto, elas não são proprietárias da terra, não participam de tomada de decisões sobre o que plantar, negociar, etc. Além disso, não são o alvo de políticas públicas de capacitação da força de trabalho agrária. Cursos de associativismo, uso de agrotóxicos, apicultura, conservação do solo, da água e de alimentação animal são oferecidos ao homem, uma vez que tradicionalmente as atividades relacionadas a esses cursos são realizadas por ele, do mesmo modo que os ensinamentos referentes à alimentação alternativa são dirigidos à mulher, reiterando assim espaços "fora da casa" e "dentro da casa" como lugares de homens e de mulheres, respectivamente (RUA, 2000; MELLO, 2001).

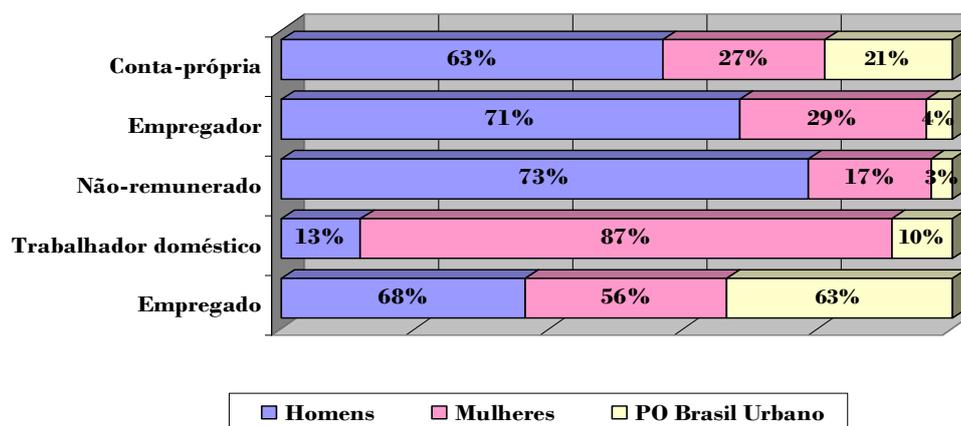
No geral, os contingentes de trabalhadores agrícolas não-remunerados que desenvolvem atividades secundárias ou de apoio a outros trabalhadores, não são proprietários e podem estar em situação de maior precariedade por não auferirem nenhuma renda do meio rural.

A PEA urbana possui 62,6% de trabalhadores empregados e, diferentemente do meio rural, possui o maior contingente de empregáveis.

Enquanto no meio rural as mulheres são a maioria não-remunerada, no espaço urbano, elas são o maior contingente de trabalhadores domésticos:

GRÁFICO 3.8.1

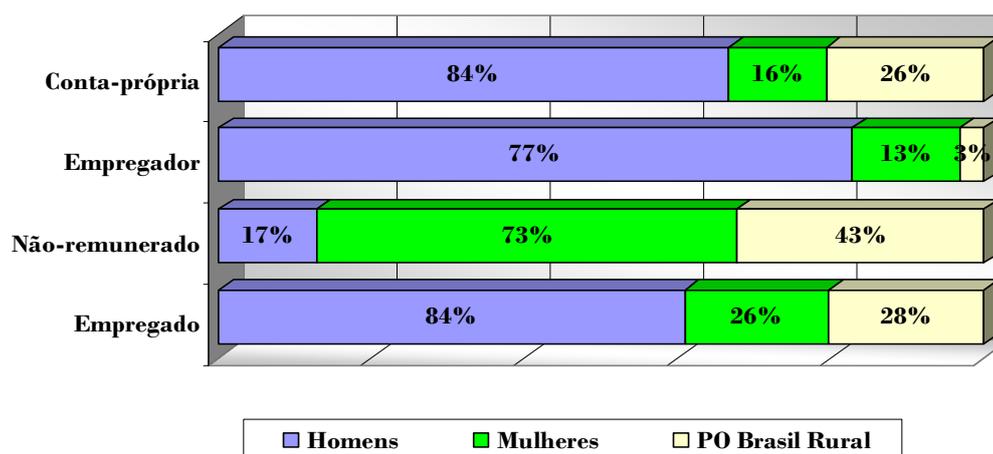
População de 10 anos ou mais ocupada segundo posição na atividade de empreendimento e sexo. Brasil Urbano, 2004.



Fonte: IBGE, PNAD 2004. Elaboração: Tânia Cruz, 2006.

GRÁFICO 3.8.2

População de 10 anos ou mais ocupada segundo posição na atividade e sexo. Brasil Rural, 2004,



Fonte: IBGE, PNAD 2004. Elaboração: Tânia Cruz, 2006.

3.3.1.2 – Caracterização da força de trabalho feminina brasileira: grau de escolaridade e remuneração (1976 a 2002)⁹²

3.3.1.2.1 – Graus de escolaridade

Em geral, a força de trabalho feminina tende a apresentar grau de escolaridade superior ao dos homens. Percentualmente, há mais mulheres do que homens no mercado de trabalho, com 8 ou mais anos de estudo⁹³.

O nível de escolaridade formal da população brasileira tem se elevado continuamente ao longo dos anos. Em 1976, 35% dos homens e igual proporção de mulheres não tinham nenhuma instrução ou haviam cursado menos de um ano de escola; em 2002, cerca de 12% dos homens e das mulheres brasileiras apresentavam tal nível de escolaridade. Mas, no caso das mulheres, outra tendência – de especial importância para a sua inserção no mercado de trabalho – surgiu e se concretizou nos últimos 25 anos: comparativamente aos homens, as mulheres brasileiras adquiriram maior nível de escolaridade. Em 1999, 23% dos brasileiros e 27% das brasileiras puderam contabilizar uma trajetória escolar com 9 anos de estudo e mais, correspondente aos graus médio e universitário de ensino. Três anos depois, em 2002, as proporções de homens e mulheres que conseguiram chegar até esses níveis de escolaridade aumentaram com as mulheres à frente: 31% contra 28% (BRUSCHINI, 2004)

A prevalência das mulheres entre os mais escolarizados ocorre a partir do ensino médio e estende-se ao 3º grau: em 2002, 54% das matrículas no

⁹² Os dados (escolaridade e remuneração) desta subseção estão descritos nos Anexos 1, 2 e 3, dispostos no final deste estudo.

⁹³ A PNAD 2004 demonstrou que apenas 10% dos vínculos masculinos eram ocupados por indivíduos com nível superior completo, enquanto que esse percentual aumenta para 21% no caso das mulheres. No outro extremo, só 0,4% das mulheres ocupadas eram analfabetas, sendo o percentual de 1,2% no caso dos homens. Na faixa de escolarização de 4 a 7 anos, temos 32% dos homens e 27% das mulheres. Na de 8 a 10 anos, 16,4% são homens e 16,7% são mulheres. Na faixa de 11 ou mais anos de estudo, a diferença salta aos olhos: 23,7% dos homens e 36,9% das mulheres.

ensino médio eram de mulheres, bem como 56% dos ingressantes no ensino superior pelo vestibular. Outro traço relevante no processo de aquisição de maiores níveis de escolarização é que, além da maioria das matrículas nesses níveis de ensino serem femininas, as mulheres também estão em maior número entre os concluintes: em 2002, as moças representavam 58% e 63% dos concluintes, respectivamente, do ensino médio e superior. No âmbito da educação profissional, entretanto, a presença das mulheres é menos expressiva, girando em torno de 1/3 das matrículas nos níveis básico e tecnológico e 41% no nível técnico.

3.3.1.2.2 – Atuação profissional

Tanto no ensino superior, como na educação profissional, quando se observam as opções femininas segundo as áreas de conhecimento, nota-se a existência de algumas mais permeáveis à presença das mulheres e outras nem tanto, sinalizando a futura reprodução em "nichos" ou "guetos" ocupacionais femininos no mercado de trabalho (FGV, 2003). No ensino superior, por exemplo, quando se verifica o ingresso pelo vestibular em toda a década de 90, as mulheres só não são a maioria em três áreas, a saber: Ciências (matemática e computação), Agricultura e Veterinária, e em Engenharia, Produção e Construção, sendo esta última a mais refratária ao ingresso das moças (apenas 26%). Em contrapartida, em 2002 elas representam 75% dos que optaram por Educação, 63% dentre os que escolheram cursos na área de Humanidades e Artes, e 72% dos que pensavam em atuar no futuro em carreiras da Saúde e do Bem-estar Social.

3.3.1.2.3 Remuneração da força de trabalho feminina

O nível de ganhos dos brasileiros é reconhecidamente baixo, e as mulheres brasileiras – como as mulheres de todo o mundo – ganham ainda menos do que os homens. A evolução da distribuição de renda de todos os

brasileiros revela uma tendência de diminuição paulatina do contingente de trabalhadores com menores ganhos entre 1976 e 1998. Assim, se em 1976 56% dos homens e 68% das mulheres ganhavam até 2 salários-mínimos (SM), chega-se a 1998 com 39% deles e 47% delas nesse mesmo patamar. O ano de 2002, contudo, apresentou uma inflexão nessa tendência: a proporção dos que ganham até 2 SM volta a subir, chegando a 51% entre os homens e 58% entre as mulheres, refletindo a queda dos rendimentos advindos do trabalho na população brasileira ocupada. Essas proporções vão variar de forma importante entre as regiões do país e um exemplo dessa diversidade é a região Nordeste, onde 68% dos ocupados e 61% das ocupadas ganhavam até 2 SM em 2002, ou R\$ 400,00 (BRUSCHINI, 2004).

Ainda como reflexo de uma estrutura social demarcada pela divisão sexual do trabalho, o rendimento médio da mulher, em 2004, equivalia a 81,2% do recebido pelo homem, enquanto que, em 2003, representava 80,3%. Apesar dessa melhoria relativa das mulheres, a remuneração média feminina ainda é inferior à masculina em todos os níveis de escolaridade, sendo a maior diferença verificada no grau de instrução “superior completo”. Essa categoria cabe lembrar, foi a única na qual os empregos líquidos gerados foram prioritariamente ocupados por mulheres (83%).

Em tempos de reestruturação econômica, acompanhamos um decréscimo na oferta de trabalho e uma demanda crescente por um trabalhador polivalente. No caso brasileiro, já se verificava no final da década de 80 uma queda de emprego com carteira assinada, aumento do número de trabalhadoras(es) sem carteira assinada e um crescimento das atividades realizadas por autônomos. Mas vários autores são unânimes em apontar que as mudanças oriundas no processo de trabalho ocorrem de maneira diferenciada para cada sexo. Trata-se aqui de examinar as características sexuadas da flexibilidade e suas conseqüências (HIRATA, 2002), e analisar um dos paradoxos da globalização e de todos os processos socioeconômicos daí oriundos: aumento do emprego feminino remunerado, acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes. Na verdade, as desigualdades salariais entre homens e mulheres, nas condições de trabalho e de saúde não diminuíram, e a divisão do

trabalho doméstico não se modificou substancialmente, a despeito de um maior envolvimento nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres⁹⁴.

Hirata (2003) aponta, por exemplo, que os diferenciais de salários por sexo podem ser relacionados com o não-reconhecimento das competências e qualificações ditas femininas. Haveria um consenso social de que parteiras, enfermeiras, atendentes, professoras primárias, etc. são qualidades intrínsecas de disponibilidade, de dom e não qualificações, negociáveis – como as qualificações masculinas – no mercado de trabalho. Para essa autora, as relações de serviço, transversais à esfera reprodutiva e produtiva, estão no centro deste não reconhecimento. A organização do trabalho doméstico não-remunerado como uma função fundamental e inata às mulheres, certamente, incide sobre o valor do seu trabalho profissional.

Assim, os processos de inovação tecnológica absorveram de forma diferenciada homens e mulheres. Enquanto os trabalhadores tiveram oportunidades de se capacitarem de acordo com as novas exigências, as trabalhadoras continuam exercendo atividades controladas “segundo as modalidades tayloristas de organização do trabalho com cadências e ritmos impostos por linhas de montagem, máquinas e/ou normas disciplinares, ou pela demanda do cliente. A manutenção do cronômetro nas indústrias têxtil, de confecções e de calçados combina com proibições diversas, desmentindo a idéia de morte do fordismo” (HIRATA, 1998, 13). Nesse sentido, a adoção de inovações tecnológicas impulsionou e reforçou a polarização das qualificações, na qual as mulheres são alocadas em postos de baixa qualificação, embora muitas vezes possuam bom nível de instrução.

Não se pode deixar de considerar também que o ingresso das mulheres, diferentemente dos homens, nos postos de trabalho formal exige uma articulação do privado (espaço doméstico, da família) com a atividade exercida no espaço público (CAPPELIN, 1999). Trabalhar ou não trabalhar

⁹⁴ Não se descarta o fato de tal situação gerar desigualdades ou pequenos núcleos privilegiados, como o das mulheres que hoje representam uma pequena elite feminina globalizada, informada, com alto desempenho, que reivindica a paridade e a igualdade entre os sexos e afirma representar em várias regiões do globo os ideais do feminismo (Costa, 2002).

profissionalmente fora do âmbito familiar não constitui uma escolha entre duas esferas econômicas: a questão fundamental continua sendo tornar compatível o exercício de uma atividade profissional das mulheres com o trabalho doméstico (CHABAUD, 1987; BANDEIRA, 1998).

É importante ressaltar que essas diferenças não são verificadas apenas no âmbito salarial, mas também na ordem sociocultural, relacionada com a divisão sexual do trabalho, responsabilizando as mulheres pelas atividades do espaço doméstico (BRUSCHINI, 1996). O que podemos constatar é que, se por um lado houve mudanças importantes em relação ao acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho, por outro persistem alguns entraves como: diferenças salariais, dificuldade de conciliar atividades do mercado com tarefas domésticas e com a família, além da discriminação quanto ao sexo que contribuem para a desvalorização do trabalho feminino.

3.4 – Caracterização do perfil socioeconômico das trabalhadoras do grupo Apoena e da Cooperativa 100 Dimensão

Nos capítulos anteriores, discutimos a crise contemporânea do mundo do trabalho, suas dimensões e sentidos. A partir dessa crise, situaram-se o contexto do mercado brasileiro e a inserção da mulher nesse mesmo mercado. Além disso, foram evocadas algumas pesquisas recentes (ABRAMO, 2000; POCHMANN, 2002; YANNOULAS, 2002; HIRATA, 2002; BRUSCHINI, 2002) que atualizam as estatísticas acerca da situação da *classe-que-vive-do-trabalho*, em especial das trabalhadoras. Com tais estatísticas, tem-se um panorama e um perfil dessa classe: Em geral, recebem os salários mais baixos, mesmo quando o seu grau de escolaridade é mais alto que o dos homens e têm dificuldade de oportunidade para a ascensão profissional, qualificação, formação política e profissional. Tais questões se acentuam ainda mais, quando se trata das mulheres negras. Ou seja, os lugares ocupados pelas mulheres no mundo do trabalho ainda são de forte desigualdade. Exemplo disto é a presença massiva desta população na economia informal, ou mesmo no trabalho em domicílio, além

do acúmulo de tarefas com a dupla jornada, devido à necessidade de conciliar o trabalho remunerado com o trabalho doméstico e o cuidado com crianças, idosos e doentes.

Não obstante, as linhas que se seguem buscam demonstrar que, entre a realidade mundial/nacional e a existência social de milhares de trabalhadoras, há o paralelo fundamental de resgatar os conteúdos estruturais e simbólicos da categoria trabalho. Toda a estatística arrolada até este momento representa um esforço inicial de caracterização das tendências atuais, logo estruturais, do mercado de trabalho brasileiro. O que esta tese exercitou, fundamentalmente, foi um esforço de ouvir as narrativas que estão por detrás destes números, de localizar os sujeitos, visto que o que os dados numéricos nos permitem é apenas isso: um enredo amplo, sem rostos, apenas um traço geral do regular, dos elementos condicionantes de certas ações em sociedade. Nesse sentido, é que o texto até aqui desenvolvido foi elaborado a partir de uma questão geral – a do trabalho e sua crise – e ilustrado, personalizado, com algumas visões de mundo, narrativas, enfim, histórias de vida de *mulheres-trabalhadoras* que, como tantos outros sujeitos da contemporaneidade, estão tendo de resignificar a sua participação no mundo do trabalho.

Compreender e contextualizar o trabalho e a dinâmica social daquelas que vivem em situação de pobreza e exclusão social, mas que, sob determinadas situações e motivações familiares, pessoais, sociais, econômicas e até mesmo identitárias, estão produzindo estratégias de sobrevivência e de geração de vínculos sociais configurou-se, pois, o foco desta pesquisa. Assim sendo, faz-se necessário esclarecer, como já apontado no Capítulo 1, que a abordagem do problema de pesquisa foi eminentemente qualitativa e que, mediante esta abordagem, buscou-se analisar a percepção destas trabalhadoras sobre seu próprio trabalho e as relações sociais aí subjacentes.

Assim sendo, cabe ressaltar que a presente pesquisa não possui a pretensão de que os resultados aqui obtidos sejam passíveis de generalização para todo o conjunto de mulheres-trabalhadoras, uma vez que o seu foco principal é a visão de mundo de um grupo de trabalhadoras escolhidas. Mas é preciso

reforçar que não se pode buscar tal visão de mundo sem se nomear o contexto no qual estas mulheres-trabalhadoras estão inscritas, sem que se perceba um paralelismo entre as estatísticas gerais do mundo recente do trabalho e a iniciativa de algumas centenas de milhares de mulheres em reinventar outros sentidos para sua própria existência social através da redefinição dos conteúdos da categoria trabalho.

O grupo de entrevistadas selecionadas para esta pesquisa foi representado por 50 mulheres. Deste grupo, traçou-se um perfil com os seguintes elementos: ascendência etno-racial, escolaridade, idade, renda familiar, situação conjugal, maternidade, sustento familiar, lazer e consumo, principal profissão e forma de entrada no grupo.

Nesse momento da caracterização das trabalhadoras, os dados relativos ao perfil dessas foram agregados, pois as mulheres selecionadas possuem as mesmas características socioespaciais e econômicas. Todavia, no capítulo 5, que trata da análise da gestão cooperada e solidária do trabalho dos grupos estudados, por algumas diferenças organizacionais e de trajetórias, as análises se desagregarão para atender às especificidades de cada conjunto de trabalhadoras.

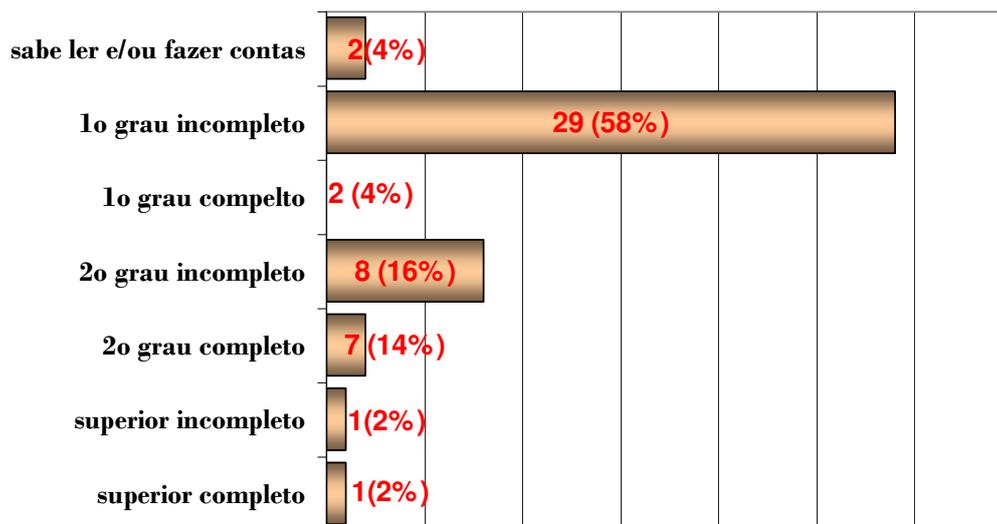
Do grupo de 50 mulheres entrevistadas, a maioria, 28 (56%), se auto-identificam negras, 11 (22%) brancas, 5 (10%) pardas e 6 (12%) delas não souberam dizer que “cor” tinham. Como se sabe, neste momento de globalização, neoliberalismo e fragmentação do trabalho, a sociedade e, principalmente as mulheres, tem vivido em maior escala a precarização do trabalho e o rebaixamento das condições de vida. Notadamente, tais questões recaem com mais força ainda sobre a *mulher-trabalhadora-negra*, visto que elas apresentam a parcela com menor nível de escolaridade, trabalham mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial (PNAD, 2004; GELEDÉS, 2005, THEODORO, 2005). Cabe ainda ressaltar que a mulher negra, ao longo de sua história no Brasil, foi a “espinha dorsal” de sua família, que muitas vezes constitui-se dela mesma e dos filhos.

Quanto ao grau de escolaridade, 29 mulheres entrevistadas possuem o 1o grau incompleto e, antes de ingressarem na cooperativa de reciclagem e na associação de artenasato, todas estavam à procura de emprego há mais de 1

ano, o que reforça a idéia de que o desemprego é mais longo para a faixa de trabalhadoras(es) sem qualificação (BRUSCHINI, 2004; POCHMANN, 2002):

GRÁFICO 3.9

Grau de escolaridade

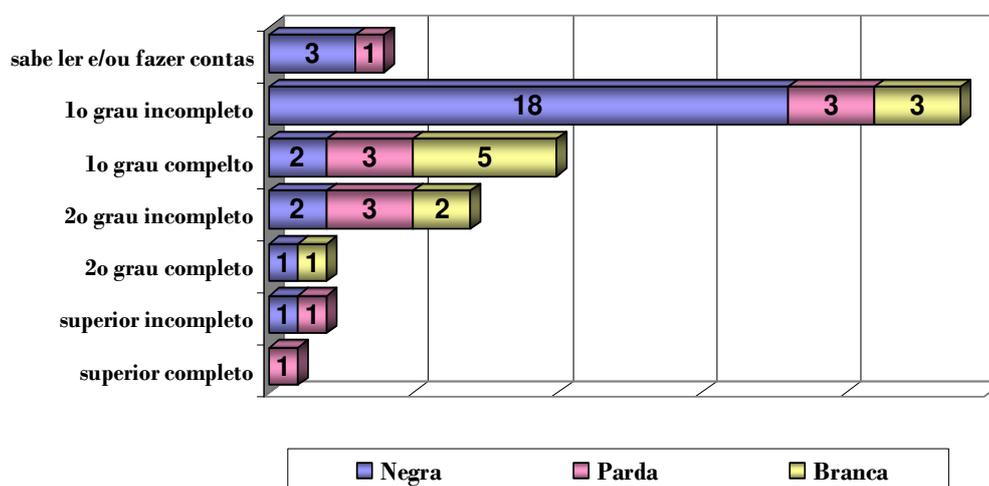


Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Quando cruzadas as informações sobre grau de escolarização e ascendência étnico-racial por auto-identificação, a questão racial destaca-se mais uma vez para o entendimento da situação da mulher-trabalhadora no Brasil. No caso das trabalhadoras colocadas em foco nesta tese, todas estavam desempregadas quando procuraram seus respectivos grupos de trabalho, mas as mulheres negras têm menor tempo de estudo e, conseqüentemente, maior tempo pela procura de emprego, como mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 3.10

Ascendência étnico-racial e escolaridade

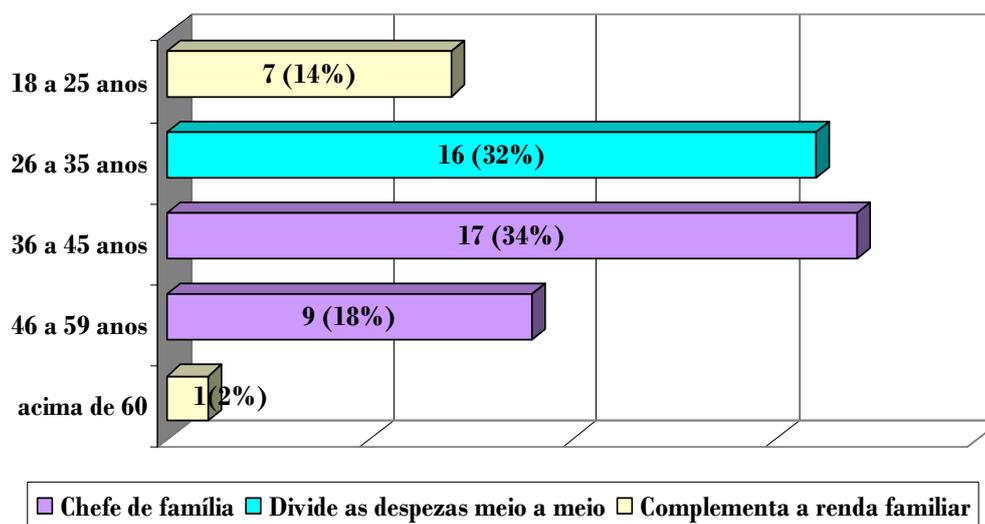


Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

A distribuição por faixa etária das mulheres pesquisadas está concentrada entre 26 e 35 anos, com 16 mulheres e de 36 a 45 tivemos 17 mulheres. Constatou-se que é nesta última faixa, somada à faixa dos 46 aos 59 anos, que se concentram as mulheres chefes de família, sendo um total de 26 mulheres entrevistadas:

GRÁFICO 3.11

Faixa etária e responsabilidade no sustento familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Há de se considerar que a chefia familiar feminina é relativamente recente, caracterizada pelo aumento marcante de mulheres chefes de família, que corresponderam, em 1989, a 20,1% do total de famílias e estariam representando hoje 38% das chefias familiares e uma parcela considerável do universo de mulheres economicamente ocupadas (PNAD, 2004). Longe de expressar um avanço pelas modificações do papel da mulher no interior da família, as mulheres chefes de família são as mais pobres entre as pobres, sendo as maiores proporções encontradas na Região Norte e Nordeste do país (ABRAMO, 2002).

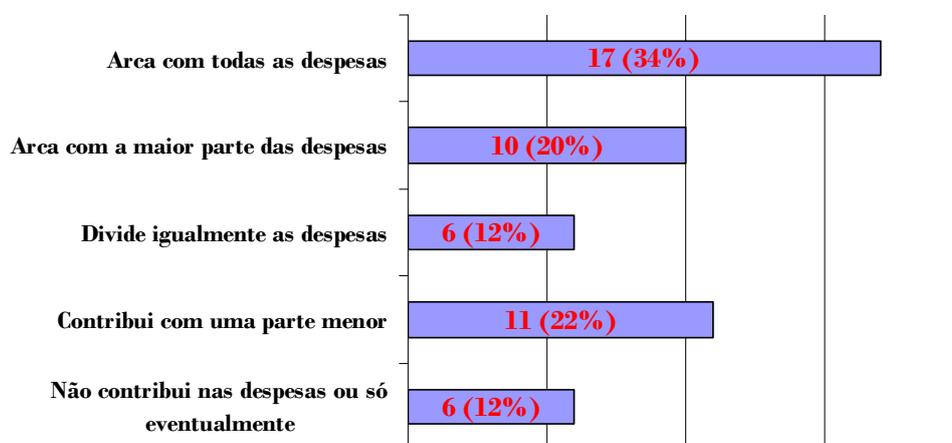
Quando indagadas quanto à sua principal ocupação, as mulheres tiveram dificuldade de reconhecer uma atividade principal, pois todas as 50 entrevistadas reconhecerem que cuidar da casa e trabalhar na catação e no artesanato são suas atividades diárias.

É importante ressaltar que o olhar destas mulheres-trabalhadoras está condicionado a alguns elementos que, em um primeiro momento, justificam o reforço dado por elas mesmas à função “trabalho doméstico”, seja em casa ou prestando serviços à outra família. Primeiro, há um condicionante das relações sociais de gênero, em que o lugar social da mulher é o recôncavo privado da

casa, dos cuidados com a família. Isso, conseqüentemente, aloca a mulher com baixa escolarização no trabalho doméstico informal, na prestação de serviços à comunidade (costura, bordados, venda de comida) e, fundamentalmente, reforça a noção de que a elas somente restam as atividades com a própria casa. Segundo, a dificuldade de identificar a ocupação de artesã ou de recicladora como principal atividade também cria uma cortina à noção de principal provedora do sustento familiar e realça a idéia de que ser mãe é a principal atividade destas mulheres, mesmo que trabalhando na cooperativa ou no grupo de artesanato uma média de 7 horas por dia, já há mais de 6 meses. Ou seja, ainda que a renda auferida fora de casa seja a principal renda da família, somente 17 mulheres-trabalhadoras (34%) reconheceram que seu trabalho sustenta a família e não apenas complementa a renda:

GRÁFICO 3.12

Sustento familiar - "Qual é a sua contribuição no orçamento doméstico?"



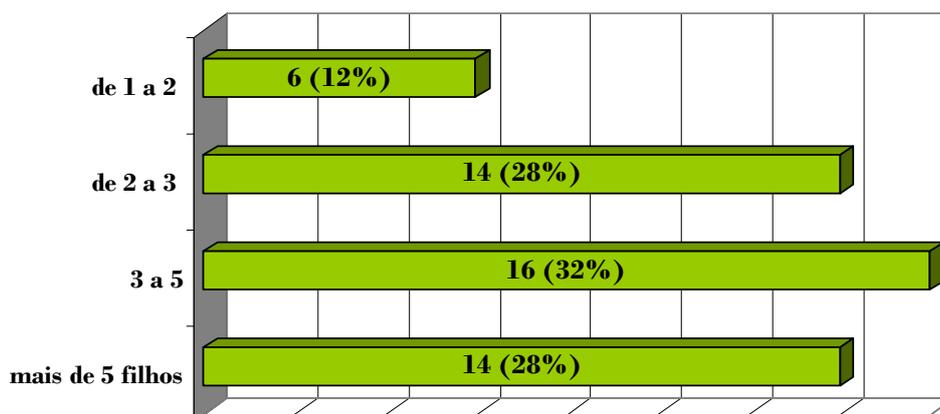
Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Tal dado se reforça quando cruzamos a idade ativa destas mulheres com a idéia de chefia e responsabilidade no sustento familiar: 52% das entrevistadas (26 mulheres) disseram ser as “chefas” de família (dado registrado nos gráficos “faixa etária e sustento familiar”, já destacados acima).

Independente da faixa etária, todas as mulheres entrevistadas são mães e possuem, em média, 3 filhos:

GRÁFICO 3.13

Maternidade - quantidade de filhos



Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Cabe lembrar que a média de filhos por trabalhadoras faz parte do quadro geral pelo qual passa a sociedade brasileira, na medida em que, nos últimos vinte anos, a saída das mulheres do espaço restrito em que se encontravam para outros espaços de trabalho ocorreu também em função da queda vertiginosa da taxa de fecundidade que, já na década de 70, foi da ordem de 24,5%, chegando em 1980 à média de 4,3 filhos por mulher (*Radis/Dados*, 1986). Essa tendência acentuou-se nos anos 80, reduzindo para cerca de 3 o número médio de filhos encontrado no Censo de 1991, o que implicou, inclusive, um impacto demográfico superior ao esperado (DIEGUES & TOPALIN, 1992; MENEZES, 1995).

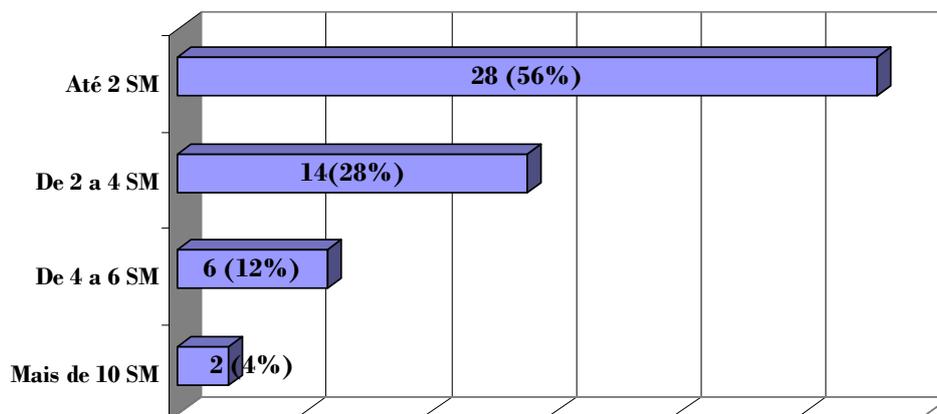
Às necessidades concretas, certamente alia-se o maior interesse das mulheres em controlar a reprodução e a maior disponibilidade de métodos

contraceptivos no Brasil, o que tem se expressado em altos percentuais de utilização dos mesmos (SIMÕES & OLIVEIRA, 1988). Cabe salientar o caráter irreversível do fenômeno, já que decorre principalmente da esterilização de um amplo contingente de mulheres jovens, chegando a representar, respectivamente no Maranhão e em Goiás, 79,8% e 74,7% do total de mulheres em uso de métodos contraceptivos (BERQUÓ, 1989; COSTA & PINTO, 1989 *apud* MENEZES, 1995).

A renda familiar de 28 mulheres entrevistadas (56%) é de até 2 salários mínimos, o que evidencia o grau de vulnerabilidade destas trabalhadoras e a má distribuição de renda no país:

GRÁFICO 3.14

Renda familiar mensal



Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Esse dado reforça o quadro nacional, no qual as mulheres recebem salários 40% menores que os dos homens; em geral, não possuem carteira de trabalho assinada, cumprem elevada jornada de trabalho, têm pouca qualificação e baixa proteção social. No caso das mulheres-trabalhadoras do grupo Apoena e da cooperativa 100 Dimensão, existe ainda o fato de não terem acesso a bens coletivos para a educação, saúde, segurança e lazer. Elas vivem no circuito da

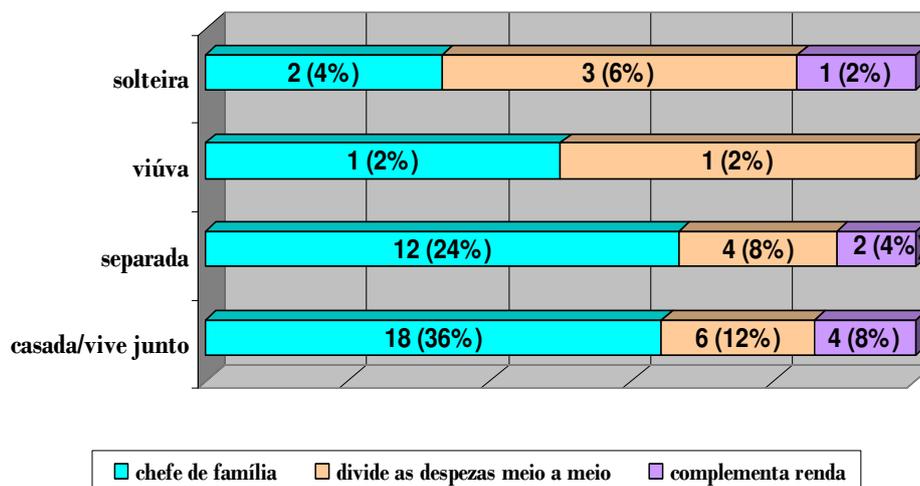
segregação socioespacial da capital brasileira e, à sua condição vulnerável, soma-se a invisibilidade gerada pela exclusão social e pela indiferença do trabalho reprodutivo da mulher. Nesse sentido, em 2000 no Peru, o Relatório Beijing trazia os seguintes dizeres:

O Século XXI será das mulheres apenas se for também o século da democracia no político, social e econômico, no cultural, no privado e no íntimo. Só poderemos enfrentar os desafios colocados pelo novo milênio se contarmos com governos democráticos que cumpram seus compromissos políticos e jurídicos e com sociedades civis fortes, capazes de vigiar a gestão pública e formular propostas. Algo mais do que meras palavras...queremos mecanismos, recursos e justiça de gênero no século XX. (Declaração da Articulação de Mulheres da América Latina e Caribe – Beijing 95. Peru, 2000)

Sobre a situação conjugal das entrevistadas, 28 delas estão casadas ou “moram junto com alguém”, outras 18 estão separadas. Mas apesar de 28 mulheres declararem-se casadas ou “com alguém”, 18 delas declararam que assumem sozinhas o sustento familiar. Cabe reforçar que a chefia feminina é um fenômeno maior entre as mulheres mais pobres, que vêm buscando no mercado informal um modo de sobreviver e criar os filhos:

GRÁFICO 3.15

Situação conjugal e Chefia familiar

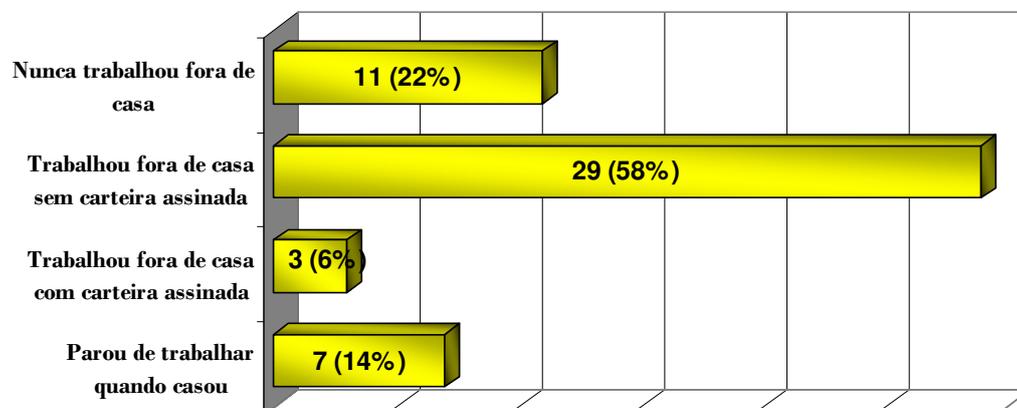


Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

Evidenciando o contexto de que a inserção no mercado de trabalho para a mulher de classe popular se dá forma de precária e sem proteção social, 58% das entrevistadas, ou seja, 29 mulheres, disseram que nunca trabalharam com carteira assinada:

GRÁFICO 3.16

Relação com o mercado formal de emprego



Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Elaboração gráfica: Tânia Cruz.

As trabalhadoras associaram-se ao grupo, em sua maioria, através de amigos (26 delas), e outras 12 mulheres chegaram até o grupo através de vizinhas. Deduz-se daí a importância dos laços pessoais e comunitários que estas pessoas estabelecem em suas comunidades locais, uma vez que disso passa a depender a sua própria existência social e o estabelecimento de identidade local, haja vista 50% das entrevistadas serem migrantes da Região Nordeste e apenas 18% (9 mulheres) terem nascido no Distrito Federal.

CAPÍTULO 4 – TRAJETÓRIAS DE SOCIALIZAÇÃO: AS MULHERES NO ESPAÇO DA FAMÍLIA E NO MUNDO DO TRABALHO

*"No nosso mundo, então,
o que é que faz uma mulher ser mulher?
Quem decide?"*

Naomi Wolf (*In*: Promiscuidades: a luta secreta para ser mulher)

4.1 – Um olhar de gênero sobre as trajetórias de socialização: análise das relações sociais entre os sexos

Entrevistadora: "Qual é o seu trabalho?" Artesã: *"Hoje eu me considero uma artesã. Mas o que me toma mais tempo, é o serviço de dona de casa. Serviço besta. Todo dia você faz as mesma coisa e ninguém repara não. Me fale aqui, qual é o homem que dá valor no trabalho que mulher faz dentro de casa? Quem é que dá?! Você, hoje, agradeceu sua mãe por ela cuidar de tu? Por ter feito o seu café? Limpá as suas roupa, a casa? Ninguém lembra não. E aí a gente ainda ouve que, como não estudô, tem que se contentá com essa vida [...]" (G.M.S.C., 53 anos, 4 filhos, artesã, grupo Apoena, Vila Estrutural)*

"Eu acho o trabalho doméstico um trabalho ingrato (risos). Sabe por quê? Eu levanto cedo, vou lá, faço almoço, arrumo casa, lavo louça, faço isso, faço aquilo. Aí o marido chega, ele não fala nem muito obrigado. Ainda é capaz de falar que a comida tá ruim, que você não arrumou aquilo, não arrumou isso. Aí quando dá no outro dia você vai fazer tudo de novo. Aí não vem aquele reconhecimento de novo, vai indo, vai

indo e você fica frustrada, eu acho ingrato". (R.B.P., 32, dois filhos, cooperada 100 Dimensão, Riacho Fundo II)

"Eu sou dona de casa. Eu gosto. Minha vida toda cuidei de casa. Ajudei minha mãe, minha avó, minhas tias. Muita gente pode até não achá bom, mas eu não me arrependo de ter casado e de ficá em casa criando meus filho. Mas aí, eu tenho um marido bom, né?! Não bebe, não fuma, não fica de safadeza por aí [...] E filho é uma caixinha de surpresa. Os meus, eu cuido, eu vigio. Só não é melhor quando eles pede as coisa, e o dinheiro não tem. Eu sempre fiz bico, pra juntá um dinheirinho e, na hora da precisão, ter pra salvar uma emergência. Já vendi bolo aqui na Vila, dindim, pastelzinho. Passo roupa pras donas do Cruzeiro e do Guará. Nesse negócio de crochê eu tô há pouco tempo, mas tô gostando, porque dá pra fazer as coisas de casa e entregá o que a nossa líder pede, né?!" (M.F.J., três filhos, artesã, grupo Apoena, Vila Estrutural)

A partir da pergunta "*Qual é o seu trabalho?*", as trabalhadoras observadas nesta pesquisa foram provocadas no sentido de explicar a importância do trabalho realizado por elas em casa e "na rua". Os trechos transcritos acima apontam para uma questão central neste estudo: a participação feminina nas relações sociais de trabalho depende da articulação entre o trabalho doméstico não-remunerado e o trabalho remunerado, sobretudo, pela via da informalidade.

No capítulo anterior, registramos dados sobre a participação feminina no mundo do trabalho brasileiro e, como já assinalado, vimos que o aumento de tal participação é marcado pela crise da relação capital e trabalho, condicionando o emprego da força de trabalho feminina à relações vulneráveis e precárias. Contudo, tal registro não é suficiente para se percorrer a questão que esta pesquisa se propôs: qual é o trabalho da mulher em contexto de economia popular solidária e de que forma, por meio de seu trabalho, tal mulher está se

reescrevendo no âmbito das relações sociais produtivas e reprodutivas e quais dinâmicas estão inscritas na relação que esta mulher estabelece com a sociedade.

A partir disso, o presente estudo buscou compreender a possibilidade de se organizar novas formas de trabalho a partir de uma gestão anti-utilitarista da produção e dos vínculos sociais, tendo como foco empírico os papéis sociais das *mulheres-trabalhadoras*. Mas a compreensão de tais papéis não é possível sem a análise das trajetórias de socialização que estão inscritas nos arranjos familiares e que inicialmente explicam qual o "lugar" das pessoas no mundo. Ou seja, o estudo de novas relações de trabalho e do papel da mulher passa, necessariamente, pelo entendimento de que as trajetórias de socialização⁹⁵ na família diferenciam-se para homens e mulheres e que tal diferenciação gera desigualdades que condicionam a entrada e a permanência feminina no mundo do trabalho.

Nesse sentido, faz-se importante analisar as implicações provocadas pelas relações sociais de sexo na ocupação dos espaços público e privado, em especial no espaço da casa e no espaço de trabalho. Ou seja, novas relações de trabalho dependem de uma reelaboração social mais justa e igualitária das relações de gênero. Conseqüentemente, uma nova organização social do trabalho apenas será concreta e sustentável através do reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo das *mulheres-trabalhadoras*.

A análise das trajetórias de socialização da mulher na família e no mundo do trabalho, neste estudo, passa necessariamente pela adoção de alguns pressupostos ancorados na análise que o olhar de gênero traz acerca da crítica da relação social entre homens e mulheres e dos papéis desempenhados por estas.

⁹⁵ Por trajetória de socialização chamamos o processo de inserção, de educação e de criação de identidades dos indivíduos na sociedade. São mecanismos de aprendizagem e de interação social que fazem com que todos os indivíduos interiorizem as normas e valores de uma sociedade ou de um grupo social em particular. Esses processos organizam e atribuem significados aos papéis sociais que homens e mulheres devem desempenhar na sociedade. Tal processo inicia-se desde a primeira infância (socialização primária, com o microcosmo familiar) e estende-se durante toda a vida do sujeito (Berger, 1985).

Por isso, destacamos a seguir o entendimento que este trabalho adotou sobre o enfoque de gênero. Gênero é, então,

[...] um modo de referir-se à organização social das relações entre os sexos. Numa rejeição total ao determinismo biológico, que busca explicações para a sujeição da mulher em sua capacidade procriativa ou na força física masculina, o gênero enfatiza as qualidades fundamentalmente sociais das distinções baseadas no sexo. É uma categoria relacional, que define homens e mulheres uns em relação aos outros. (BRUSCHINI, 1999, 22)

Desse modo, gênero é uma categoria que permite um enfoque conceitual e metodológico. Enquanto conceito, possibilita distinguir sexo (estatuto biológico) de relações sociais baseadas em papéis sociais para homens e mulheres (gênero). Conseqüentemente, permite-nos também desenvolver um olhar metodológico, ou seja, um enfoque de análise dos papéis sociais sustentados por relações sociais desiguais entre homens e mulheres⁹⁶.

Enquanto categoria, gênero é um caminho para o estudo dos papéis femininos e masculinos no contexto social, político, econômico e ecológico (RUA, 2000). Nesse sentido, o enfoque que tal categoria abre para os estudos sociais é um enfoque que contribui para a identificação e análise de assimetrias e hierarquias existentes nas relações entre homens e mulheres, incorporando as

⁹⁶ Yannoulas (2002), *apud* Cruz (2002), busca distinguir sexo de gênero: A palavra sexo provém do latim *sexus* e refere-se à condição orgânica (anatômico-fisiológica), que distingue o macho da fêmea. Sua principal característica reside na estabilidade através do tempo. A categoria de gênero provém do latim *genus* e refere-se ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres. Em outras palavras, o gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres. Sua principal característica está na mutabilidade, isto é, na possibilidade de mudança na relação entre homens e mulheres através dos tempos. Não se trata de um atributo individual, biológico ou inato, mas que se adquire a partir da interação com os outros e contribui para a reprodução da ordem social. Em todas as culturas, realiza-se uma interpretação bipolar (feminino/masculino) e hierárquica (o masculino mais valorizado do que o feminino) das relações entre mulheres e homens. (Yannoulas, 2002, 9).

relações de poder⁹⁷. Através da análise das relações sociais entre os sexos – gênero – é que se torna possível compreender as relações que homens e mulheres estabelecem entre si, entre grupos e a sociedade.

Entre os autores que discutem a necessidade de utilizar a categoria gênero como desconstrução para romper com a idéia de que a condição da mulher é dada pela natureza, destaca-se Suarez (1999). Ela afirma que tanto sexo quanto gênero não são apenas construções teóricas, mas, sobretudo, um instrumento de uso político para justificar a diferença entre os sexos e legitimar a superioridade da cultura (homem) sobre a natureza (mulher).

Abramo (1998) fala que é necessário desconstruir a noção de classe trabalhadora, historicamente constituída por uma representação masculina e, principalmente, reconhecer a heterogeneidade, complexidade e diversidade desta questão, localizando as mulheres temporal e espacialmente no mercado de trabalho. Para ela, isso só é possível a partir da categoria gênero para estudo do trabalho feminino.

Por isso, cabe ressaltar que este trabalho vem apontando e analisando falas e narrativas a partir de um **enfoque intragênero**, ou seja, partindo da condição da mulher na família e no trabalho, estabelecida na relação social entre os sexos. Conforme alerta Bandeira (1998, 157-158),

partir do enfoque da mulher não significa reforçar as clássicas dicotomias entre homem x mulher, trabalho x não-trabalho, trabalho assalariado x trabalho doméstico. [...] Ao contrário, reforçamos a idéia manifesta de que é apenas a expressão das definições conceituais que as relações sociais dominantes operam em nossas sociedades. Aplicar a definição bidimensionada de trabalho – uma conceptualização ampla do trabalho [...] compreendido como atividade profissional e atividade desenvolvida na esfera doméstica. Portanto, rejeita-se previamente tal visão dicotômica, recusa-se o enclausuramento nesses binômios contraditórios.

⁹⁷ Para Rúa (2002), o conceito de gênero avança enquanto explicação da subordinação das mulheres e homens na sociedade, superando a idéia de que o homem seja a fonte de opressão e privilegiando o código de valores, normas e instituições que apóia as relações de gênero.

A dificuldade de muitos estudos sobre gênero está não em apreender a dimensão interpessoal e identitária para homens e mulheres nos âmbitos privados e públicos, reconhecidamente importantes, mas em ignorar os marcos sociopolíticos e culturais que organizam alguns aspectos dessa dimensão de gênero. Muitas análises tendem a isolar elementos específicos sem relacioná-los entre si.

As questões de classe, etnia, nacionalidade devem ser tratadas de modo isolado? A resposta é evidentemente negativa se optarmos por encarar o enfoque de gênero como participante estruturante de processos sociais sistêmicos, integrados. Aliás, a compreensão dos modos concretos de interconexão das dimensões raciais, de gênero e de classe no engendramento das desigualdades sociais e das relações de poder é um dos desafios para ser pensar as dinâmicas do mundo da família e do trabalho.

O enfoque de gênero aqui proposto permite uma ancoragem material das relações de gênero na dinâmica social, de modo a permitir pensar o conjunto das relações sociais na sua simultaneidade. Quebramos, assim, a homologia entre um tal lugar e uma tal relação social: a relação entre os sexos não se esgota na relação conjugal, mas é ativa no lugar de trabalho, enquanto que a relação entre classes não se esgota no lugar de trabalho, mas é ativa, por exemplo, na relação com o corpo ou na relação com as crianças. (KERGOAT, 1996). Em texto anterior, Kergoat (1989) conclui de forma decisiva:

Os comportamentos humanos, coletivos ou individuais, só podem adquirir sentido referido a um conjunto de relações sociais, pois é este conjunto, sua configuração e sua *mouvance* [esfera] que constituem a trama da sociedade. Chega-se, assim, a um outro ponto essencial da problemática da divisão sexual do trabalho: a vontade de não pensar isoladamente, de não imperializar uma relação social, mas, ao contrário, esforçar-se para pensar conjuntamente em termos de complexidade e de co-extensividade as relações sociais fundamentais: de classe e de sexo⁹⁸.

⁹⁸ Um outro caminho analítico que permite deslindar algumas simplificações e mesmo confusões na abordagem das relações de poder entre o masculino e o feminino na sociedade, expressas nas falas preocupadas em: "sensibilizar os homens" / "trabalhar masculinidades", é o percorrido por Connell (1995), ao introduzir o debate da masculinidade hegemônica numa perspectiva

Esse debate obviamente tira a estabilidade de muitas de nossas ações já que vai além do reconhecimento dos diversos arranjos familiares concretos com os quais nos deparamos no cotidiano. É preciso lidar com as relações dialéticas entre gênero e família atravessadas por relações de poder em contextos de classe, etnia, geração, regionalidade, variáveis cujas peculiaridades exigem várias negociações no percurso das interações coletivas e interpessoais.

O sentido atribuído, nesta pesquisa, à contribuição do enfoque de gênero, também partilha da noção de "estrutura de relações sistêmicas de gênero" discutida por Connell (1995), na medida em que este autor aponta para a necessidade de não se perder de vista a estruturação das relações de gênero em termos de configuração de práticas, fazendo mediações que soam interessantes para se pensar na incorporação de gênero nas práticas sociais cotidianas. Para Connell (1995), tanto a masculinidade quanto a feminilidade são configurações práticas em torno da posição dos homens e mulheres na estrutura das relações sociais de gênero. Para Connell (1995, 18) "*existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento a esse fato, tem-se tornado comum falar em masculinidades ou feminilidades [...]*". Connell (1995, 19) situa essas definições na estrutura das relações de gênero:

Falar de estrutura de relações de gênero significa enfatizar que o gênero é muito mais que interações face a face entre homens e mulheres. Significa falar que o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o Estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma dimensão internacional. O

sistêmica. A teoria funcionalista dos papéis se mantém circulando nas falas e muitos/as atores/atrizes de ONGs, quando se diz: "O papel das mulheres está mudando, mas os homens estão em crise com a mudança". Prevalece ainda a teoria funcionalista de papéis? (3). Situa-se a família dentro de uma ordem de gênero na qual se aceita fazer ajustes na noção de complementaridade. Ancorada na noção de "papéis sexuais", não permite compreender questões relacionadas ao poder ou às desigualdades materiais no âmbito da família e das comunidades, confina-se a questão aos conflitos interpessoais e, nesse marco, corre-se o risco de resvalar para a naturalização dos papéis produtivos x reprodutivos, etc.

gênero é também uma estrutura complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos "papéis sexuais" ou a biologia reprodutiva sugeriam.

E até mesmo o que parece já explicado e definido por um naturalismo biológico e por uma espécie de essencialismo feminista, como a masculinidade, guarda a sua complexidade e sua diversidade:

Em primeiro lugar, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. Em segundo lugar, qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória⁹⁹. (CONNELL, 1995, 21)

Apesar de ter sido deixada tradicionalmente nas mãos das mulheres, a reflexão sobre gênero, na verdade, trata de uma estrutura de relações e, portanto, diz respeito a todos, esclarecendo-nos sobre os meandros das estruturas de poder e os enigmas da subordinação voluntária em geral, além de originar um discurso elucidador sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao nos permitir falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas étnicas, raciais, regionais ou as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas (SEGATO, 1998).

Segato (1998, 9) busca analisar o que ela chama de "*tensa aporia do universalismo/relativismo nos estudos de gênero da Antropologia e as dificuldades que esta área do conhecimento coloca para definir a categoria 'mulher' com que o movimento social deve trabalhar*". Segundo a autora, trata-se

⁹⁹ Para Connell (1995), a masculinidade hegemônica advém de "uma posição dominante na ordem de gênero que propicia vantagens materiais bem como vantagens psicológicas, e isso faz com que ela seja contestada. Nessa direção, critica a limitação de muitos trabalhos com grupos masculinos, que "propiciaram aos homens livrarem-se da culpa". É importante compreender, portanto, que superar a masculinidade hegemônica significa agregar interesses sociais amplos que são divergentes do *status quo*, o que vai além das negociações interpessoais, evidentemente necessárias, entre homens e mulheres.

do dilema da questão da universalidade da hierarquia frente à possibilidade de existir, em algumas sociedades humanas, uma mera igualdade na diferença.

Contudo, Segato (1998) demonstra que a resposta da pergunta de se existem ou não sociedades igualitárias não poderia provir, como muitas vezes se assume, de uma mera observação empírica dos fatos. Ou seja, não será o registro etnográfico dos papéis sociais por estes desempenhados nem a distribuição de direitos e deveres entre eles o que poderá provar ou rejeitar o caráter igualitário dos gêneros numa determinada sociedade. O que pode ser observado é o maior ou o menor grau de opressão da mulher, o menor ou o maior grau de sofrimento, o maior ou o menor grau de autodeterminação, o maior ou o menor grau de oportunidades, de liberdade, etc., mas não a igualdade, já que esta é do domínio da estrutura. E a estrutura que organiza os símbolos, conferindo-lhes sentido, não é da ordem do visível, pois o poder se revelaria, às vezes, na aproximação dos corpos sociais e na sutileza de suas interações¹⁰⁰.

Adotar a perspectiva de gênero como meio de compreensão das relações sociais não é ver o gênero/sexo ou mesmo a mulher/sujeito empírico, mas adotar um modo específico de ver a realidade: sujeitos em interação com seus conflitos, assimetrias e negociações. O que existe no mundo não é o gênero, mas fatos sociais específicos que podem ser vistos, ou não, a partir da perspectiva de gênero, enquanto análise de determinadas relações sociais (SUÁREZ, 1999).

A partir deste olhar é que o presente capítulo tem por base analítica os seguintes pressupostos:

¹⁰⁰ Como reforço a esta análise, Segato (1998) cita Heilborn (1991) que identifica, entre os tratamentos possíveis do gênero que releva, o de ser um princípio de classificação abstrato inspirado na observação do real e, especialmente na descontinuidade presente no mundo biológico. O gênero seria, assim, uma categoria que, qualquer que venha a ser seu preenchimento numa cultura particular, fala de relações de oposição e constitui "a forma elementar da alteridade". A esta, Heilborn acrescenta a "possibilidade" de introduzir a noção dumontiana de hierarquia, que "organiza a estrutura binária dos modelos classificatórios, de modo a um termo encompassar o outro" (Heilborn, 1991, 104). Mas, para Segato (1998), apesar do reconhecimento da abstração que o gênero constitui, a abordagem de Heilborn (1991) diverge do que ela propõe, pois o que Segato sugere é uma inversão: a relação social entre os sexos – o gênero – como uma experiência fundante, que organiza o mundo, inclusive o universo biológico. Na verdade, os seres biológicos adquirem muito da sua aparência descontínua na nossa percepção e não vice-versa.

- no processo histórico de subordinação do trabalho ao capital inscreve-se também uma subordinação da reprodução social à produção econômica. Conseqüentemente, isso gerou a submissão da força de trabalho da mulher ao universo doméstico. Quer dizer, existe apenas uma mesma e única divisão sexual do trabalho que opera tanto na produção quanto na reprodução, materializando sempre, em ambos os aspectos, as assimetrias entre os sexos (BANDEIRA, 1997; KERGOAT, 1986);
- o foco desta pesquisa é o trabalho das mulheres e não o trabalho feminino, uma vez que trabalho feminino sugere tão somente o trabalho de cuidar da casa como algo inerente ao *status* de ser mulher. Já trabalho da mulher abre a compreensão tanto do trabalho produtivo quanto reprodutivo desempenhado pelas mulheres. (CRUZ, 2004; KERGOAT, 1986);
- a família é identificada como a principal instituição social que organiza as relações sociais entre os sexos (HEILBORN, 1991, LIPOVETSKY, 2000);
- uma grande parte do trabalho realizado pelas mulheres, em todas as sociedades, é invisível, desvalorizado e nem sequer considerado como atividade econômica. Os afazeres domésticos são classificados como inatividade econômica (BRUSCHINI, 2004; HIRATA, 2002; ABRAMO, 2002);
- as responsabilidades histórica e culturalmente atribuídas às mulheres na esfera reprodutiva determinam a posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2004; LOMBARDI, 2004);
- as mulheres ocupam, no mercado de trabalho, posição secundária em relação aos homens. Elas são a maioria nas posições mais vulneráveis, como no informal por exemplo; além disso, desempenham um leque de ocupações diferentes das masculinas, têm mais dificuldade para ascender profissionalmente e ganham, sistematicamente, menos do que os colegas, mesmo quando têm mais estudo ou trabalham igual número de horas (BRUSCHINI, 2004; LOMBARDI, 2004; KÜCHEMANN, 2006).

4.2 – Trajetórias de socialização: a inserção da mulher no mundo do trabalho reprodutivo

Como primeiro núcleo de socialização, a família ocidental estruturou-se inicialmente para desenvolver e consolidar a divisão sexual do trabalho. É a família o microcosmo que por excelência marca os conteúdos e práticas sociais e simbólicas dos papéis sociais diferenciados pelo sexo. É a partir da família e, conseqüentemente, da socialização vivenciada pela criança que vai ser estabelecida a posição social da mulher e do homem na sociedade em que vivem.

Segundo Mazzei (2003), nos primórdios da divisão social do trabalho, tanto a mulher livre quanto a mulher escrava tinha o seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, pois eram responsáveis pela manutenção da subsistência e da reprodução, passando por vários campos, como o da alimentação, higiene dos homens, crianças e idosos.

Lipovestky (2000) afirma que nas sociedades pré-modernas, mesmo consagrada às tarefas domésticas, a mulher não se dedicava exclusivamente a estas. Seu trabalho era fundamental para a economia familiar, seja ela baseada na agricultura ou algum tipo de manufatura. A esposa-mãe-dona-de-casa é, para este autor, uma idealização. A mudança desse tipo de sociedade para uma sociedade mais igualitária, moderna, abriu a possibilidade de a mulher construir uma identidade de sujeito, definida a partir do gosto pessoal e não mais por uma hierarquia social¹⁰¹.

Mas até o século XVIII, o trabalho não possuía a mesma conotação adquirida a partir deste período. Até então, o trabalho produtivo era realizado no

¹⁰¹ No caso da sociedade brasileira, alguns autores (Goldani 1993; Oliveira 1996; Berquó 1998) entendem que seria a abertura da possibilidade de que a mulher encontre novas identidades que não a definam exclusivamente pela sua atuação na esfera doméstica. É a mudança na autonomia feminina, em grande parte fruto do crescimento do nível de escolaridade das mulheres e sua entrada no mercado de trabalho, que tem proporcionado a mudança nos arranjos familiares brasileiros. Essa mudança proporciona também a possibilidade de que a identidade feminina seja agora construída não mais exclusivamente na família e no casamento, mas também na esfera pública, no mercado de trabalho.

mesmo espaço do trabalho doméstico, havendo aí uma maior participação feminina no processo de produção (GIUBERTTI,1998). Com o surgimento da burguesia, o trabalho adquire uma outra conotação: passa de depreciativo e maldição divina a ser encarado como um ato positivo e gerador de valores de troca. Com a Revolução Industrial, a presença feminina ampliou-se intensamente, suprindo as lacunas que eram conseqüências das transformações no mundo produtivo. Segundo Marx (1982, 449):

Tornando-se supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de idade ou sexo, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelo costume [...], lançando à máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, repartindo o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira.

Portanto, a inserção da mulher na grande indústria, ou seja, a divisão do valor da força de trabalho por toda a família, rebaixa o valor do trabalho masculino. O capitalismo usava, então, dessa divisão sexual do trabalho para incentivar a competição entre os trabalhadores, rebaixando os salários em decorrência do ingresso da força de trabalho feminina, incorporada à classe trabalhadora e percebendo salários ainda mais reduzidos. Assim, a classe trabalhadora composta por mulheres, jovens, crianças e pelos próprios homens foi reduzida à condição de simples força de trabalho vivo, ou seja, matéria de exploração do capital, visando à ampliação de seu ciclo reprodutivo e sua valorização.

Com o aparecimento dos primeiros produtos industrializados, a produção familiar diminuiu e neste processo a mulher perdeu suas funções produtivas anteriores. Com a urbanização e a migração da população camponesa para as cidades, ocorre um aumento da mão-de-obra masculina, sendo dispensadas gradualmente as trabalhadoras que haviam sido inseridas, pela necessidade do mercado, nas indústrias e, a partir de então, elas passam a restringir-se à esfera do lar (BEZZOLA-ROMANO *apud* GIUBETTI, 1998).

No âmbito de todas essas transformações, a família é considerada, efetiva e representativamente, a célula da sociedade, pois a reprodução humana assegurada pelo núcleo familiar mantém as necessidades de força de trabalho industrial e de mercado. A família se torna o operário em potencial (SOARES, 2002).

Nesse percurso, a divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, é construída como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas familiares e extra-familiares. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas manifestam-se não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho. A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho (LOBO, 1991). Assim, a socialização primária e secundária da mulher foi determinada pelo princípio de participação desta nas esferas pública e privada¹⁰², na produção e na reprodução social, na qual a divisão sexual dessas atividades é o principal elemento da dinâmica social que sustenta a noção de mãe-esposa-dona-de-casa-guardiã-do-lar:

¹⁰² A partir desse entendimento do lugar da mulher no espaço público e no privado, Lipovestky (2000) aponta para a existência histórica de três tipos de mulher: a "primeira mulher" é aquela diabolizada, associada ao caos e ao mal, que lida com magia; a "segunda mulher" é aquela idealizada a partir da Idade Média, vista como mais próxima da divindade do que o homem, é a mãe enaltecida, a força civilizadora; a "terceira mulher" seria a mulher que rompe com essas idealizações e abole a hierarquia social dos sexos, apresentando uma autonomização do seu ser (característica das democracias ocidentais), embora as desigualdades entre os sexos não desapareçam de todo.

[...] A divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino (GIUBERTTI, 1998, 61).

No grupo de mulheres pesquisadas, a percepção sobre a divisão sexual do trabalho reflete a contradição inerente às relações de mérito e reconhecimento social *versus* a invisibilidade advinda desta atividade. Se por um lado "*é importante manter a casa e a família bem*", nos dizeres de uma trabalhadora, por outro lado, elas entendem que, no geral, a sociedade não reconhece este esforço e que é raro ter um companheiro que ajude nas tarefas domésticas:

"Quantas vezes a gente arruma as coisas, se preocupa em deixar tudo em ordem, e parece que ninguém vê, né? Mas, aí, a gente sabe que nasceu pra isso e vai levando. Quando a gente vê os filho crescendo, dá até orgulho de tanto trabalho. Só acho que deveria ser mais respeitado. E depois se a mulher não cuidar, quem cuida? O pai? Aqui – na cooperativa – pelo menos não vejo um pra ajudá a lavar uma louça, arrumá um quarto... também a maioria cria só os filho [...]. Eles vão lá compra um litro de leite, meio quilo de carne e acha que fez muito. Mas o arroz e o feijão, a roupa limpa, o dia de ir na escola sou eu". (F.B.C., 43 anos, 3 filhos, 2 netos, recicladora, 100 Dimensão)

Entre as entrevistadas há a noção de que o trabalho doméstico "é *trabalhoso mas não um trabalho*", no sentido de ser reconhecido, valorizado. É trabalhoso, sacrificante para quem faz, uma obrigação naturalizada pelo papel da mãe-dona-de-casa-protetora:

"A gente cresce vendo a mãe da gente, a avó, as tia nessa vida né. Aí já vem de muito tempo: mulher tem que lavar, passar, cozinhar... criar os filhos, não deixar eles se perdê na vida. Mas é um trabalho que não é trabalho: todo dia a mesma coisa e parece que só a gente sente, só a gente cansa, ninguém olha pra isso não. Mas por mim tudo bem, eu vou cuidando, dando conselho, fazendo o que dá. Aqui a gente trabalha muito, mas se você for lá em casa vai ver que tá tudo limpinho, no lugar. Meu barraco é simples, mas aprendi com minha mãe a ser limpinha também, a deixar tudo no lugar". (M.C.S., 30 anos, 2 filhos, artesã, Apoená, Vila Estrutural)

A autopercepção destas mulheres sobre sua atividade doméstica apontou para os seguintes termos:

Tabela 4.1 - "Como você caracteriza o seu trabalho doméstico?"

	Quantidade	%
Importante, mas não é valorizado pela sociedade.	26	52
Necessário e reconhecido como importante.	11	22
Um trabalho que ninguém quer fazer, mas delegaram para as mulheres fazê-lo.	13	26
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de campo, Tânia Cruz, 2004/2005.

As falas acima descritas apontam para outros três elementos sobre a questão da divisão sexual do trabalho: a compreensão do que é trabalho a partir dos afazeres domésticos, da construção e manutenção dos papéis sociais de gênero através deste "trabalho de mulher" e da dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho.

A noção do que é trabalho está relacionada ao reconhecimento desta atividade e à remuneração auferida. Na fala das entrevistadas, isso é uma contradição, pois, ao serem perguntadas se consideravam seus afazeres domésticos um trabalho, 45 das 50 entrevistadas disseram que sim, mas, quando perguntadas se deveriam ser remuneradas para fazer tal atividade, 37 afirmaram que sim, e as outras 13 não viam razão para tal. Por outro lado, 48 entrevistadas entendem que é fundamental manter as suas "obrigações domésticas" mesmo trabalhando "fora" de casa.

Esta concepção sobre o trabalho doméstico encontra reforço no processo de socialização, por meio do qual a imagem da mulher-mãe-dona-de-casa-guardiã-do-lar é marcado por um "saber fazer" que seria de atribuição feminina, "natural", e que demarcaria o lugar de subordinação e até de opressão da mulher:

É nas tarefas diárias em que a mulher limpa o chão, lava a roupa, orienta os filhos e aguarda com a refeição preparada e posta o "chefe da casa" [...] que são representados os lugares reservados para as mulheres. O trabalho doméstico está no cerne da opressão feminina e enquanto o casamento incluí-lo como mecanismo através do qual serviços são prestados gratuitamente e crianças geradas e criadas, tendo uma mulher responsável, com ou sem propriedade, com ou sem a alternativa de um trabalho assalariado, reafirma-se aí a opressão sobre o feminino [...]" (PENA, 1990 *apud* GIUBERTTI, 1998, 85).

Por outro lado, as narrativas que esta pesquisa ouviu representam não só o conflito e a contradição inerente à condição de mulher-mãe-dona-de-casa-

trabalhadora – pois a maioria delas entende que deve manter suas obrigações domésticas – mas também a cobrança por respeito e reconhecimento pelo desenvolvimento do cuidado do lar:

Entrevistadora: *"Na sua casa você divide as tarefas domésticas? Como é? Cooperada:* *"É uma briga tão grande (ahhh...), sabe como resolvi esse problema, vou dizer pra você: eu trabalhava a semana todinha, chegava final de semana ia fazer as coisas, arrumar casa. Aí um dia eu falei, eu sou muito idiota, é muito simples. Vou lavar roupas, mas eu pego a roupa dele e separo tudinho, ele lava a dele, se não lavar fica suja. Ele leva marmita pra trabalhar, aí eu falei, vamos fazer o seguinte, eu faço comida se você lavar a louça da janta, se não lavar eu não faço comida, pronto (risos). Acabou, tá tudo resolvido, eu chego a louça tá lavada, aí eu vou fazer a comida. Se ele começar a me sacanear, eu sacaneio também. Eu não sou empregada dele. (A. A., 30 anos, dois filhos, administradora da 100 Dimensão)*

"Meus filhos aprenderam comigo a cuidar de casa. Comigo não tem essa não... Até meus menino limpam a casa. Final de semana vai todo mundo pra faxina. Eles briga, elas choram, mas só sai pra gandaia depois que a casa tá um brinco. Não é porque a gente é pobre que vai andá sujo e não é porque é homem que não pode aprender a cuidar de uma casa. Lá no meu barraco é assim: sujô, limpa! Pode ser homem, mulher, filho, neto... É pra ver o quanto é bom sujar e ter uma escrava pra limpar. Eu não sou mais escrava de ninguém lá em casa. Criei meus filhos só mesmo... o que eu fizer, todo mundo vai fazer. Isso se quiser morá no mesmo teto que eu, né?! (risos...)" (R.D.C., 51 anos, 5 filhos, 7 netos, cooperada 100 Dimensão)

A questão do reconhecimento de qualquer atividade de trabalho passa pelo fato de tal atividade ser ou não remunerada. Mas no caso das mulheres aqui estudadas, há também a noção de que mesmo não sendo remunerado, o trabalho feito em casa é um trabalho como outro qualquer:

"Todo mundo acha que trabalho é só o que a gente recebe dinheiro, salário. Trabalhar em casa, a gente trabalha muito. As pessoas só não reconhecem, mas a gente dá o maior duro sim! Talvez um dia, a sociedade, as pessoas entenda que a mulher que cuida da casa trabalha como qualquer outro por aí". (M.C.S., 4 filhos, artesã, Apoena)

A fala de M.C.S. é reforçada por metade das 50 mulheres que acompanhamos:

Tabela 4.2 - "Cuidar de casa não é trabalho. Trabalho é aquilo que a gente faz pra ter um salário".

	Quantidade	%
Concordo	17	34
Concordo parcialmente	4	8
Discordo	3	6
Discordo parcialmente	25	50
TOTAL	50	100
Fonte: Pesquisa de campo, Tânia Cruz, 2004/2005.		

Outro elemento que está na base da divisão sexual do trabalho atualmente é a jornada de trabalho ampliada para as mulheres que trabalham dentro e fora de casa:

"Meu dia começa às 6:00 da manhã. Aí é aquela correria: acorda menino, põe café, manda pra escola. Aí eu venho pra

cá – grupo Apoena – faço meus crochê. Corro pra casa, faço almoço, dependendo do dia ponho a roupa de molho ou passo né? Aí volto pro crochê. Mas à tarde pra mim é bem mais difícil: tem que fazer lanche pros meninos, tem fazer o jantar, passar roupa... sem falar no dia de faxina. Aí até eu fico com dó de mim mesma viu... Mas aí a gente sempre dá conta e no outro dia começa tudo de novo". (C.S.M., 26 anos, 3 filhos, artesã, Grupo Apoena)

Contudo, nem todas as cooperadas têm consciência do tempo de trabalho gasto por elas para manter a casa e exercer suas outras atividades:

"Ah, eu devo trabalhar umas oito horas por dia, né? Eu sou bem rapidinha, deixo tudo pronto, não enrolo não... Não gosto de deixar serviço pra trás. Eu sei que eu acordo às 6:30 e quando dá umas onze da noite eu já tô deitando. Só quando tem muita roupa é que eu deito um pouco mais tarde" (L.M.R., 32 anos, 4 filhos, cooperada, 100 Dimensão)

No geral, todas as mulheres entrevistadas, além de trabalhar fora de casa, ainda cuidam dos afazeres domésticos¹⁰³ e, pelo registro que esta pesquisa organizou, a maioria delas (41 mulheres) tem, em média, 16 horas de trabalho por dia. O quadro a seguir registra essa informação, cabendo ressaltar que as

¹⁰³ Com essa abertura para a categoria trabalho doméstico, Bandeira (1998) aponta para uma mudança no conceito de trabalho, que antes da década de setenta era entendido apenas como trabalho produtivo, aquele em que a atividade efetuada gera bens e serviços destinados ao consumo, seja através da troca ou da venda. A incorporação da atividade doméstica como categoria analítica vai permitir uma ampliação do debate sobre as várias interfaces do trabalho. Quer dizer, ocorre uma abertura para se discutir sobre o trabalho realizado para o mercado, o trabalho realizado no espaço doméstico e o trabalho desenvolvido por homens e mulheres. Com esse enfoque, o do trabalho doméstico, foi possível também articular um estudo entre o espaço produtivo e a família. Pois, para a mulher, segundo Bruschini (1999), a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento, seja pela superposição.

entrevistadas não citaram como atividade diária cuidados pessoais com a saúde, beleza e lazer:

Quadro 4.1 - Horas do total de atividades realizadas por dia pelas mulheres-trabalhadoras do Apoena e da Cooperativa 100 Dimensão			
Atividade	Média de tempo por atividade (por hora de atividade)	Quantidade de mulheres	Horas do total de atividades por dia
▪ Lavar roupa	1,5h	41	16h/dia
▪ Lavar louça	1/2h		
▪ Limpar a casa	1h		
▪ Passar roupa	1,5h	5	14h/dia
▪ Cozinhar	1h		
▪ Faxinar	1h		
▪ Cuidar dos filhos (dever escolar, saúde, lazer).	1h		
▪ Cuidar da mãe, pai, avó, tia.	1/2h	4	13h/dia
▪ Fazer compras	1h		
▪ Pagar as contas	1h		
▪ Trabalhar fora de casa (artesanato/reciclagem)	6h		
TOTAL		50	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Elaboração: Tânia Cruz.

As contradições da divisão sexual do trabalho perpassam o tempo todo a realidade material e simbólica destas trabalhadoras. Por um lado, elas reconhecem a carga intensa de trabalho que desenvolvem e por outro a maioria delas (37 mulheres) acredita que a mulher possui hoje condições de igualdade com os homens para trabalhar fora de casa. Há, ainda, o fato de que, na distribuição das tarefas domésticas, somente 18 delas, mulheres-mães-artesãs-recicladoras, contam com alguma ajuda dos filhos ou companheiro para a realização das atividades do lar.

Nesse contexto, não é possível deixar de indicar a importância das redes de apoio informal, pela qual circulam estas trabalhadoras. Tais redes de apoio assentam-se em dois campos: o da articulação formal e macrosocial, estruturada a partir de uma realidade histórica, política, cultural e econômica, e o da articulação microssocial, que inclui todas as relações significativas do âmbito das interpessoalidades, aquelas que se sobressaltam às pessoas anônimas da sociedade (SOARES, 2002; MANCE, 2003). No caso das mulheres pesquisadas

neste estudo, a maioria delas, 39 do universo de 50 trabalhadoras, contam com o apoio de uma rede de apoio informal, visto que, em termos de estrutura macrossocial e de políticas públicas, tal suporte não existe.

Essa rede de apoio informal registrada compõe-se, basicamente, no caso das mulheres estudadas, de um grupo formado por pessoas próximas a estas com laços familiares e de vizinhança:

"Naquele dia eu tinha decidido: se ele voltasse pra casa cheirando a gambá, mamado de bêbado eu não ia ficá mais com ele não. De jeito nenhum [...]. Que exemplo eu ia dá pros meus filhos? Só vergonha na cara, oxi... Aí tinha um problema: não tinha pra onde ir... de trabalhar eu não tinha medo, mas de ficá na rua... lavo, passo, cozinho, capino quintal. Só não queria ficar no relento com meus filhos. Mas daí minhas vizinha, que já tinha me visto chorar muito, quando viu eu saindo, carregando minhas coisas, vieram me ajudar. Veio a Claudete e a irmã dela me ajudá a carrega as coisas e me levou pra casa delas. Aí eu tô lá até hoje. A gente divide as conta de água e luz. Aí o que falta na casa de uma a gente pega na da outra e vice-versa. Final de semana às vezes dá até pra fazer uma carninha assada, que as crianças gostam muito, né?! (M.C.S., 34 anos, 3 filhos, recicladora, 100 Dimensão)

"Eu corro o dia todo. Então, se ninguém colaborá eu não dô conta. Então como eu fico fora o dia todo, minha mãe fica com as meninas quando elas chegam da escola: dá banho, troca a roupa, põe pra fazer o dever de casa. E elas reclama, queria ir pra casa dormir: mais eu explico que tem que estudar pra não depender de ninguém não. A avó delas ajuda, mas não vai ser pra sempre não... e outra, elas só estão nessa escola do Guará, porque uma ex-patroa minha

deu uma forcinha, senão tava tudo aí na rua com a cara pra cima. No fim do mês eu dou pra minha mãe uma ajuda em dinheiro. Antes eu pagava uma menina pra fica com as minhas filha, mas aí não deu certo porque a mocinha queria receber uma quantia que eu não podia pagar. Então apelei pra avó delas, né". (J. B.P., 26 anos, 4 filhas, artesã, grupo Apoená)

Percebemos nestas falas que essas mulheres têm de lidar com a questão da sobrevivência e manutenção familiar mínima e só contam com o apoio informal, mas importante, dos laços de proximidade que em geral elas estabelecem entre elas mesmas, pois, como vimos nas falas acima transcritas, tais laços são reforçados e contam com a ajuda da avó, da tia, da vizinha, da ex-patroa. Há ainda um elemento nesta rede de apoio informal que cabe ressaltar: das 50 mulheres entrevistadas, 13 delas pagam outra mulher – em geral meninas de 12 a 16 anos – para cuidar de seus filhos pequenos. Temos aqui o quadro crônico da falta de apoio público e social à mulher-mãe-chefe-de-família e pobre que não tem renda para acessar uma creche ou escola particular de modo a acomodar com segurança seus filhos pequenos e assim poder trabalhar. Conseqüentemente, estas mulheres acabam por reproduzir as relações de precariedade a que elas mesmas já estão submetidas ao subcontratarem outras "mulheres" para cuidar de seus filhos pequenos. Segundo as entrevistadas, quando não podem contar com o apoio do(a) filho(a) mais velho(a) ou da mãe/avó/tia, precisam acessar alguém que na vizinhança possa ajudar a cuidar dos "pequenos"¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Esse tipo de relação compõe a realidade nacional do trabalho infantil doméstico que é uma forma de trabalho infantil realizada por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, em casa de terceiros, nas funções domésticas. Nele, crianças executam trabalhos domésticos de todo tipo, muitas vezes com jornada excessiva e pouca ou nenhuma remuneração. O problema do trabalho infantil doméstico, uma prática disseminada e culturalmente arraigada em nosso país, apresenta uma série de dificuldades para a ação das políticas públicas, seja pela "invisibilidade" das crianças envolvidas neste tipo de trabalho, seja pela não percepção deste tema como um problema social. Aproximadamente 5.482.515 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham no Brasil (PNAD, 2001). Desse total, 494.002 crianças e adolescentes trabalham em casa de terceiros, sendo que dentre eles (dados PNAD - 2001): 93% são do sexo feminino, 61% são afro-

Mas essa problemática do apoio ao trabalho da mulher há algum tempo vem sendo discutida pelo feminismo e pelo movimento de mulheres¹⁰⁵ em vários lugares do mundo. Carrera (2001) lembra-nos que o feminismo é porta-voz de uma crítica civilizatória, que busca não só a melhoria de vida das mulheres, mas sobretudo a transformação do mundo e o enfrentamento de todas as desigualdades sociais¹⁰⁶:

descendentes e 45% têm menos de 16 anos (idade mínima permitida por lei para o trabalho doméstico). O trabalho infantil doméstico, além das críticas usuais aplicáveis a todo tipo de trabalho infantil, gera também preocupações específicas como o fato de ser realizado no âmbito residencial, onde não é possível uma fiscalização sistemática, expondo o(a) jovem ao risco de uma série de injustiças, desde a baixa remuneração e longas jornadas de trabalho até as mais críticas, que envolvem abusos sexuais e atos de violência. Disponível em: Fundação Abrinq <<http://www.fundabring.org.br/Abring/popup/peac/tid.htm>> Acessado em: 02/05/2006.

¹⁰⁵ O movimento feminista e o movimento de mulheres se confundem em alguns momentos na sua trajetória, mas, enquanto movimentos sociais, distinguem-se na especificidade das lutas. Para Silvia Lúcia Ferreira, *in* Sales (2002), o movimento de mulheres luta por causas gerais que podem beneficiar as mulheres, como as lutas contra a inflação de preços ou os mutirões comunitários para melhoramento de vida dos bairros residenciais, mas não necessariamente se articula como uma crítica às relações assimétricas estabelecidas socialmente entre homens e mulheres. Depois da luta pela conquista do sufrágio universal entre 1922 e 1934, o movimento perde força e se reaviva em 1970, no contexto de luta contra a ditadura. Após os anos 70, o movimento de mulheres designa todos os movimentos e grupos de mulheres que pelos mais variados motivos se empenham na luta contra a opressão das mulheres e pela melhoria da situação destas, além de se mobilizarem por temas com implicações sociais como saúde coletiva, meio ambiente, trabalho, etc. No Brasil, o movimento de mulheres é constituído por mulheres que atuam em grupos de redes comunitárias, em movimentos populares, sindicatos, ongs, etc. Já o movimento feminista constituiu-se "(...) por mulheres, homens e instituições que assim se autodenominam e que desenvolvem práticas e reflexões que questionam as relações desiguais entre homens e mulheres no social, no econômico, no cultural, nas relações afetivo-sexuais, articulando-se com questões e desafios relativos ao desenvolvimento, à democracia, à cidadania e aos diversos campos de conhecimento". (Carrera, 2001, 23) Mas o debate e o movimento feminista foram fundamentais na discussão sobre a desconstrução da invisibilidade do trabalho da mulher, numa tentativa de dar uma nova interpretação do trabalho doméstico como também em trabalhos que as mulheres viessem a desenvolver. Pode-se afirmar que o feminismo promoveu uma ruptura epistemológica, social, política e econômica ao reinventar e diferenciar conceitos como os de sexo e gênero; público e privado nas relações de trabalho. Enfim, propiciou uma maneira diferente de produzir saberes, à medida que incorporou a mulher como sujeito e também objeto de estudo. Nesse sentido, observa Bandeira (2000), citando Lamoureaux (1986) e Touraine (1996), que a despeito de algumas falas que situam o feminismo como algo que já passou ou que tenha sido até mesmo um modismo político, sem grandes impactos, ao contrário, "*(...) o feminismo constituiu-se no movimento social que mais profundamente interferiu no pensamento social e político ocidental, da forma como este se estruturava desde o século XVI. A idéia de Estado e do político impermeáveis e higienicamente distanciados do social e separados da sociedade tentou unificar e universalizar o social. O feminismo, por sua vez, como uma voz de resistência e de crítica, colocou como centro de seu projeto a multiplicidade, a pluralidade do político e a impossibilidade tanto da unificação quanto da hegemonia do universal nas sociedades divididas pelas relações sociais de sexo e gênero, entre outras*" (Bandeira, 2000, 15. *In*: Sales, Celina de Maria Veras e et all, Org., 2000).

¹⁰⁶ Sobre essa dimensão humanitária do feminismo, solidário, anticlassista e sem fronteiras, Bandeira (2002, 9) reforça com muita propriedade uma fala de Arendt (1983): "[Busquemos um]

O feminismo faz uma profunda crítica à razão iluminista, ou seja, da estrutura autoritária e hegemônica de ciência; do neutro como sinônimo de masculino; das dicotomias natureza/cultura, homem/mulher, público/privado, produção/reprodução social, objetividade/subjetividade, razão/emoção, corpo/mente, entre outras. A afirmação que o pessoal é político e de que o privado é um espaço de relações de poder, a valorização do cotidiano e da subjetividade, a concepção do ser humano como instável, contraditório e socialmente construído, o reconhecimento do conflito como constitutivo do social são algumas questões centrais do feminismo. (CARRERA, 2001, 24)

Ao politizar a discriminação, o feminismo denunciou a des-historicização como princípio da dominação masculina, liberando forças para a transformação social (BOURDIEU, 1999). Ou seja, não é possível valorizar e tornar visível o trabalho da mulher se não houver uma recriação das redes e estruturas sociais no sentido de favorecer a emancipação e autonomia das que hoje são responsabilizadas pela produção e pela reprodução social.

Bandeira (2000, 29) fala dessa "descoberta" do outro sujeito social, também feminino:

A descoberta deste outro sujeito social leva a pensar que se constitui uma nova ou outra condição de cultura política que não se coloca como expressão única de racionalidade, das leis históricas e do Estado, mas que procura integrar os diversos componentes do social, conservando-lhes suas diversidades [...]. A descoberta do sujeito social mulher e do ser feminino histórico remete ao fato de que a história das mulheres também não é só delas, mas pode ser extensiva à da família, da criança, do trabalho, da literatura, entre outras. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, de suas emoções e desejos, das marcas profundas deixadas pela violência, de suas loucuras e de seus amores [...].

É em função do debate provocado pelo feminismo e pelo movimento de mulheres que, entre os anos 40 e 90, agências de desenvolvimento e do

feminismo que realize a plenitude de sua própria promessa fundante – a de enfrentar a *condição humana* e não a *natureza humana* (...)"

movimento de mulheres¹⁰⁷ trabalharam com políticas sociais que enquadravam desenvolvimento, gênero e mulheres sob alguns eixos, como bem-estar, equidade, antipobreza, eficiência, igualdade, empoderamento e gênero¹⁰⁸.

Entre 1940 e 1970, as políticas de desenvolvimento caracterizavam-se pela ausência das mulheres como protagonistas dos processos sociais. Apenas a partir dos anos 70, a questão "mulher" passa a ser tratada no âmbito das políticas de desenvolvimento. A origem desta opção deve-se tanto pelo impacto do movimento feminista nessa década, como pelos estudos sobre a condição da

¹⁰⁷ No período citado, as agências envolvidas com o debate e financiamento de políticas para o desenvolvimento das mulheres encontravam-se sob a organização do Banco Mundial, Unesco e a USAID (United States Agency for International Development), entre tantas outras agências, que eram nacionais, institucionais ou Ongs.

¹⁰⁸ Os enfoques de política a respeito da mulher de baixa renda do Terceiro Mundo têm se transformado na década passada, refletindo as mudanças nas políticas macroeconômicas de desenvolvimento. Podem-se identificar cinco diferentes enfoques de política, cada um categorizado em termos dos papéis da mulher, sobre os quais se centram as necessidades práticas e estratégicas que corresponde: BEM-ESTAR – é o enfoque mais antigo (195-1970). Seu propósito é fazer com que as mulheres participem no desenvolvimento como mães melhores. As mulheres são vistas como beneficiárias passivas do desenvolvimento. Reconhece o papel reprodutivo da mulher e busca responder às necessidades práticas de gênero com ações de cima para baixo, como, por exemplo, doações de alimentos, medidas contra a desnutrição e a planificação familiar. Não é desafiante e, por isso, ainda é muito popular. EQUIDADE – o enfoque do MED (do inglês "Women in Development", mais conhecido pela sigla WID) original, usado na Década da Mulher das Nações Unidas (1976-85). Seu propósito é conquistar a equidade para a mulher, a qual é vista como uma participante ativa do desenvolvimento. Reconhece o triplo papel (produtivo, reprodutivo e de gestão comunitária) e busca responder às necessidades estratégicas de gênero mediante a intervenção direta do estado, dando autonomia política e econômica e reduzindo a desigualdade da mulher. Põe em foco a posição subordinada da mulher. É criticada como fruto do feminismo ocidental, além de ser considerada amenizante e impopular com os governos. ANTIPOBREZA – é o segundo enfoque MED, uma versão moderada da equidade, adotada a partir de 1970. Seu propósito é assegurar que as mulheres pobres incrementem sua produtividade. A pobreza da mulher é vista como um problema de subdesenvolvimento e não subordinação. Reconhece o papel produtivo da mulher e busca cumprir as necessidades práticas de gênero para obter renda, sobretudo em projetos geradores de renda em pequena escala. É o mais popular entre as ONGs. EFICIÊNCIA – o terceiro, e hoje predominante, enfoque do MED, adotado, sobretudo a partir da crise da dívida externa dos anos de 1980. Seu propósito é assegurar que o desenvolvimento seja o mais eficiente e efetivo mediante o aporte econômico à mulher, com a participação a miúdo considerada idêntica. Busca responder às necessidades práticas de gênero, dependendo dos três papéis e do conceito elástico de tempo da mulher. As mulheres são vistas em relação à sua capacidade de compensar a diminuição de serviços mediante a extensão da jornada de trabalho. Um enfoque muito popular. GÊNERO E DESENVOLVIMENTO – com a Conferência Mundial da Mulher de Nairobi, 1985, foi desenvolvido um novo marco conceitual, denominado "gênero e desenvolvimento" (GED), que focalizou sua atenção nas estruturas que geram desigualdade entre homens e mulheres. EMPODERAMENTO – é o enfoque mais recente, articulado às mulheres do Terceiro Mundo. Seu propósito é empoderar a mulher mediante uma maior confiança em si mesma. A subordinação da mulher é expressa não somente pela opressão do homem como também pela opressão colonial e neocolonial. Reconhece o triplo papel e busca responder às necessidades estratégicas de gênero.

mulher no Terceiro Mundo, todos eles revelando discriminação e subordinação das mulheres na sociedade (KÜCHEMANN et al. 1996)¹⁰⁹.

Para as feministas da década de 70 a proposta foi integrar as mulheres na economia moderna. Para as feministas das décadas seguintes, a idéia era criar estruturas econômicas alternativas, pois o sistema econômico vigente, com sua face androcêntrica é que deve desaparecer. O conceito "feminização do desenvolvimento", cunhado Development Alternatives with Women for a New Era – DAWN –, caracterizou essa idéia. As mulheres em todas as partes do mundo são convocadas a criar alternativas de desenvolvimento. Mas, desde a segunda metade de 1980, o enfoque Mulher e Desenvolvimento – MED – foi sendo lentamente alterado pelo enfoque de gênero. Passou-se do eixo "mulher e desenvolvimento" para o eixo "gênero e desenvolvimento – GED" (Carreira, 2001). Ou seja, para serem mais efetivas, tais políticas deveriam incorporar um novo olhar para ler e analisar relações sociais de gênero (KÜCHEMANN, 1996)¹¹⁰.

¹⁰⁹ Nos estudos sobre a condição da mulher há a predominância em se estudar a situação das mulheres no Terceiro Mundo, onde estas são consideradas como um grupo de pessoas muito carentes. Boserup (1970), em seu clássico estudo sobre o papel e a realidade da mulher no mundo do trabalho, mostra como as políticas de desenvolvimento, até então desenvolvidas para aqueles países terceiro mundistas, estavam voltadas, sobretudo, para a modernização da agricultura, industrialização e urbanização, o que influiu negativamente sobre a situação econômica e social das mulheres daqueles países. Como tais políticas não consideraram a divisão sexual do trabalho, as medidas colocadas em prática interferiam nos tradicionais mecanismos de decisão, acarretando enormes perdas para as mulheres. Em vez de usufruírem dos benefícios da modernização, elas perderam autonomia, rendimentos e *status* social (Küchemann. B. A., et al. 1996)

¹¹⁰ Desse modo, os organismos internacionais começam a buscar formação na temática gênero, numa tentativa de construir um olhar que direcionasse as políticas de desenvolvimento. Carrera (2001) aponta que, por meio das contribuições de Caroline Moser (1991, 1995), Nalia Kabeer (1995) e Jeanine Anderson (1996), o debate sobre a formação em gênero, originário nos países de formação ocidental com capitalismo avançado, apresenta três abordagens predominantes: a) a análise de gênero, b) o tríplice papel e, c) as relações sociais de gênero. A abordagem da análise de gênero nasce do esforço de pesquisa de docentes da Universidade de Havard, do núcleo de pesquisadoras do enfoque Mulher e Desenvolvimento, o MED. Tal abordagem baseou-se na identificação de quatro componentes interligados: perfil da atividade; perfil do acesso e controle do trabalho; análise dos fatores que influem nas atividades, no acesso e no controle; e a análise de projetos. Já o tríplice papel ou a planificação em gênero, surge do estudo de pesquisadoras da University College, na Unidade de Planejamento Mulher e Desenvolvimento, em Londres. Tal abordagem apontava para a identificação e diagnóstico da subordinação da mulher e pretendia mexer com os processos sociais de tomada de decisão da casa às instituições. Para isso, era preciso reconhecer o tríplice papel da mulher: produtivo, reprodutivo e de gestão comunitária. Por fim, a abordagem das relações sociais. Com origem em estudos do grupo de pesquisadores do Institute of Development Studies (IDS), da Universidade de Sussex, Inglaterra, esse enfoque

Na verdade, tais abordagens representam o mesmo processo de construção da análise das relações sociais de gênero, que prescinde do reconhecimento das assimetrias nas relações sociais entre homens e mulheres e do esclarecimento do tríplice papel da mulher.

Já, na América Latina, no início dos anos 90, as políticas sociais foram organizadas com um outro enfoque de capacitação na formação de gênero, chamado "dinâmicas de gênero" que, diferentemente dos outros eixos desenvolvidos nos países da América do Norte e da Europa, nasce em alguns países do Terceiro Mundo, oriundo de Ongs e movimentos de mulheres. Na América Latina, por exemplo, a idéia era organizar metodologias participativas na formação em gênero, que permitissem "empoderar" a mulher para que reconheça, analise e aborde os assuntos de gênero no nível de sua comunidade. Segundo a idéia do empoderamento, as organizações das mulheres têm papel central na conquista de novos patamares políticos e sociais, através de estratégias de curto e longo prazo na mudança das relações de gênero. Embutida na definição de empoderamento, está a questão do poder. Mas este é visto aqui no sentido de autoconsciência e crescente autodeterminação do agir das mulheres e não como "poder sobre os outros", típico da visão androcêntrica da sociedade. As mulheres são concebidas como sujeitos ativos de atuação.

Algumas estudiosas como Bandeira (2003) e Küchemann (1996, 2005) colocam-nos a necessidade de olharmos criticamente a efetividade e concretização dos programas de políticas públicas que se têm desenvolvido para as mulheres. Elas alertam para o fato de que, em sua configuração inicial, os primeiros programas não privilegiaram a mulher como sujeito ativo, e sim passivo, o que caracterizou a maior parte das políticas acima citadas como assistencialistas. Essas políticas, em sua estrutura, focaram o vínculo mulher-família, reforço do papel reprodutivo da mulher. Como não foram organizadas como políticas públicas de gênero, colocando os sujeitos homem e mulher em

buscava uma análise prévia das relações sociais de produção dos papéis relevantes das instituições sociais – família, mercado, comunidade; para que se possa compreender como as desigualdades de gênero e de outro tipo são criadas e reproduzidas mediante suas interações, cotidianamente intercaladas.

cena e relacionalmente, tais políticas não se caracterizaram como políticas gerativas e interacionais, no qual mulher e homem geram ações sociais conjunta e ativamente .

Desse modo, a idéia seria rediscutir o trabalho produtivo e reprodutivo para homens e mulheres, e não somente uma política pública para a mulher. Naquele enfoque, a mulher é apenas uma mantenedora passiva da reprodução familiar. Por outro lado, mesmo as políticas que visavam à geração de renda, já mais atualizadas com a necessidade de envolver as mulheres em atividades produtivas monetariamente, focando-as como produtoras, também situaram a geração de renda com o objetivo de melhorar o orçamento familiar. Essas políticas que buscavam a geração de renda tinham como foco grupos universais de mulheres e não as mulheres em situações e demandas específicas. Vinculavam as mulheres como produtoras e quase sempre em atividades de extensão às suas "obrigações domésticas" (KÜCHEMANN, 2000). Sobre esta outra lacuna na organização das políticas públicas para mulheres e não políticas de gênero, afirma Küchemann (2000, 166):

Pelo fato de apoiarem as mulheres em sua qualidade de empresárias, tais projetos se apresentam como alternativa para os tão criticados projetos do enfoque de bem-estar, de corte assistencialista e tradicional por assistirem mulheres apenas na qualidade de mães e boas donas-de-casa [...]. Para os planejadores, investir em projetos de geração de renda para as mulheres passa a ser uma medida progressista e uma alternativa adequada para melhorar a situação econômica da família e elevar o status das mulheres. Isso por que: a) devido a sua produção para o mercado, a contribuição econômica das mulheres vai além da esfera do trabalho doméstico e de subsistência, tornando-se uma produção social visível; b) sendo conhecido o fato de que as mulheres empregam a sua renda primeiramente para satisfazer às necessidades básicas da família e apenas secundariamente para satisfazer as suas necessidades pessoais, espera-se assim uma contribuição direta e imediata para a melhoria do nível de vida da população [...].

Assim, coloca Küchemann (2000), passados mais de 20 anos de organização dessas políticas, grande parte dos projetos modernizantes de integração da mulher ao mercado fez-se acompanhada de uma série de efeitos

negativos, como, por exemplo, a assunção por parte das mulheres de contratos de trabalho sem regulamentação e em sua maioria precários. Os pontos mais criticados desse processo de incorporação da força de trabalho feminina, através daquelas políticas, são:

- a. não considerar a carga horária diária das mulheres, com suas atribuições domésticas;
- b. não possibilitar uma renda regular, tendo em vista que as mulheres que vem chegando ao mercado de trabalho de 1970 para cá vêm sendo absorvidas como força de trabalho flexível, vulnerável e sem regulamentação;
- c. a criação de projetos que visavam a geração de uma renda complementar à do companheiro, ignorando a realidade de famílias monoparentais e chefiadas por mulheres;
- d. por fim, foram projetos que não incorporaram a discussão sobre as relações sociais de gênero. Visaram tão somente à integração das mulheres ao mercado de trabalho, sem problematizar a má distribuição de renda. Focaram aspectos materiais e não questionaram as relações de poder e dominação.

Do grupo de 50 mulheres-trabalhadoras pesquisadas, 26 delas são chefes de família, o que também agrega uma outra questão à realização do trabalho doméstico. Segundo Quintas (1989), *apud* Soares (2002), a mulher, ao conjugar o trabalho doméstico e a chefia familiar, está construindo uma outra estrutura familiar:

A função mãe-reprodutora refere-se a um trabalho cuja produção não é dirigida para o mercado, o que anula todo o seu valor. Origina-se no individual, mas chega à instância coletiva porque é imprescindível à estabilidade do sistema capitalista ou socialista. Caminha do privado ao público; do gratuito à esfera mercantil. Na sua essência, o trabalho doméstico opera na gratuidade. (QUINTAS, 1989 *apud* SOARES, 2002, 122).

Depreende-se desta citação mais uma contradição da divisão sexual do trabalho: a relação assimétrica entre a força de trabalho dispensada no espaço público/privado, individual/coletivo. Por um lado, o trabalho doméstico é isolado, exercício do convívio e intimidade familiar, privado. Contudo, chega à esfera pública através do fornecimento de mão-de-obra para o capital e através da escala de consumo de bens de uso como alimentos, material de limpeza, eletrodomésticos, entre outros valores de uso (SOARES, 2002). O que é importante realçar é que não se valoriza e não se reconhece o trabalho reprodutivo, de manutenção dos membros da sociedade. Como já apontado por vários autores (MARX, 1982; MÉSZÁROS, 2000; KERGOAT, 1998; BANDEIRA, 1998) a subordinação da reprodução social à reprodução do capital acabou por subjugar aquelas cuja função social seria cuidar da reprodução da força de trabalho necessária ao capital.

Com a abertura do debate sobre a divisão sexual do trabalho para a categoria trabalho doméstico não-remunerado, Bandeira (1998) aponta que houve uma mudança no conceito de trabalho, que antes da década de setenta era entendido apenas como trabalho produtivo, aquele em que a atividade efetuada gera bens e serviços destinados ao consumo, seja através da troca ou da venda. A incorporação da atividade doméstica como categoria analítica vai permitir uma ampliação do debate sobre as várias interfaces do trabalho. Quer dizer, ocorre uma abertura para se discutir sobre o trabalho realizado para o mercado, o trabalho realizado no espaço doméstico e o trabalho desenvolvido por homens e mulheres.

Com esse enfoque, o do trabalho doméstico não-remunerado, foi possível também articular um estudo entre o espaço produtivo e a família. Pois, para a mulher, segundo Bruschini (1999), a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento, seja pela superposição. Tal fato se expressa quando observamos na pesquisa que as mulheres-trabalhadoras em sua maioria justificam seu esforço pessoal pela família pelo bem-estar dos filhos e netos. As estratégias de sobrevivência que estas vão traçando são feitas para oferecer o mínimo de condições à família que delas depende. Quando motivadas a falar da importância da família em sua vida,

a maioria delas (43 mulheres) resumiu a idéia de família ao termo "é a minha vida":

Tabela 4.3 - "Qual a importância da sua família pra você?".

"É a minha vida"	Quantidade	%
Minha família é a minha vida É tudo pra mim Muito importante, é tudo o que eu tenho; Razão do meu esforço; É minha responsabilidade pra sempre É a minha alegria É maravilhoso Amor e dedicação sempre	43	86
União/ajuda/família ajuda/cooperação	4	8
Base para formação moral/ apoio moral	3	6
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de campo, Tânia Cruz, 2004/2005.

Nesses registros fica clara a centralidade da família na vida das mulheres investigadas neste estudo. A naturalização e a banalização do trabalho doméstico trazem a questão de que cuidar da casa é indissociável do cuidado com os filhos:

"Minha mãe sempre falava que quem pariu Mateus que cuide, né?! Então a gente já nasce sabendo que vai cuidar da casa e dos guris que nascerem. É a vida e a gente vai levando como dá..." (R. M. P, 36 anos, 4 filhos, artesã)

"A gente corre e parece que o dia é pouco pra dar conta de tanta obrigação. Mas no fim tudo dá certo. Eu saio de manhã e já deixo o almoço pronto. Quando dá eu preparo à noite, quando não dá, eu levanto antes das 5:30 e faço o que tem que fazer. Aí vou trabalhá. Chego e vou vê o que não tá no

lugar: roupa pra passar, panela pra dá brilho... essas coisas. Às vezes a minha filha mais velha dá uma ajudinha, mas o pesado mesmo é comigo. Aí quando dá umas 11 da noite já tô indo dormir, porque no dia seguinte começa tudo de novo. Quando dá também, e eu tenho algum dinheiro é que faço a unha, cuido de mim ... mas é muito de vez em quando, primeiro eu cuido da minha casa e dos meus filhos". (T. A, 28 anos, 3 filhos, 1 sobrinha, cooperada 100 Dimensão)

As falas acima nos mostram que as *mulheres-trabalhadoras* assumem, principalmente se chefes de família, a responsabilidade por todos os aspectos da vida de sua família, o que marca duas questões: a primeira é que o tempo delas é o tempo da família (para cuidar e “*deixar tudo em ordem*”) e, segundo, que cuidar de si e ter lazer estão em segundo plano, pois o importante é prover o necessário à sobrevivência do grupo familiar. Na pesquisa, registramos que o “lazer”, o tempo livre se dão no âmbito doméstico: a maioria delas (43 mulheres) tem por assistir TV nos finais de semana com a família sua principal diversão:

Quadro 4.2 – Atividades de lazer e uso do tempo livre das mulheres-trabalhadoras do grupo Apoena e da Cooperativa 100 Dimensão		
Atividade	Quantidade	%
Assistir TV (novela, filmes, vídeos) em casa.	43	86
Dormir, descansar.	2	4
Visitar amigos, parentes.	3	6
Ir ao shopping, cinema.	2	4
TOTAL	50	100
Fonte: Pesquisa de campo, Tânia Cruz, 2004/2005.		

A falta de lazer e a centralidade da família são reflexo da função de reprodutora da força de trabalho que a sociedade ocidental do século XVIII legou à mulher: o papel de mãe-dona-de-casa-guardiã-procriadora-educadora no espaço privado e fora do processo de remuneração que os outros trabalhadores recebiam. Isso acarretará a chamada invisibilidade do trabalho da mulher.

A centralidade da família é maior ainda no universo pesquisado, pois o fato de serem, em sua maioria, chefes de família e responsáveis integrais pela manutenção do grupo familiar faz com que a existência social destas mulheres esteja condicionada à existência de suas famílias. Na verdade, elas correspondem às expectativas sociais que atribuíram à mulher, confinando-a e naturalizando-a como a principal agente da chamada economia do cuidado, a economia de valor invisível que não gera valor de troca. A naturalização do papel de mulher-mãe-protetora, que implica o cuidado da casa, a socialização dos filhos, o cuidado dos idosos e doentes, e a manutenção familiar em todos os seus termos reprodutivos, seria uma espécie de economia da doação, não contabilizada pelas sociedades ocidentais. (GUERÍN, 2003; HEILBORN, 1991). Estas tarefas, que antes eram organizadas por meio de relações de parentesco e inseparáveis em relação a sexo e classe, são, no capitalismo, tratadas separadamente e mantêm uma íntima relação com a situação de discriminação de gênero que marca o papel social das mulheres no mundo atual.

A produção social da invisibilidade do trabalho da mulher fortalece a reprodução das desigualdades junto às possibilidades e às oportunidades de emprego que podem ser oferecidas às mulheres. Boserup (1970), *apud* Luz (1998), em pesquisa pioneira demonstrou como a divisão sexual do trabalho é um elemento de base na divisão do trabalho social entre homens e mulheres. A autora demonstrou como, no cálculo do produto nacional, na produção e nos serviços de subsistência, as atividades realizadas pelas mulheres e suas contribuições ao bem-estar socioeconômico são subestimadas ou a elas não se dá a devida importância. As críticas realizadas pelas feministas no final dos anos de 1970 ajudaram a ampliar a discussão sobre as formas de valorizar o papel das

mulheres nas duas instâncias sociais: a reprodução e a produção. Esse enfoque mais amplo evidencia que a plena participação das mulheres pode ser visualizada a partir da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas (MELO, SABBATO & CONSIDERA, 2005; OAKLEY, 1974 *apud* RUA, 2000 ao analisar a relação do trabalho do homem como produtor de mercadorias, e da mulher como responsável pela casa, concluiu que o termo dona-de-casa não pode ser sinônimo de esposa e mãe, mas de trabalho doméstico não remunerado.

Por isso, valorizar o cuidado é pensá-lo de uma forma política e não como uma virtude naturalmente feminina ou restrita ao âmbito da família. É necessária uma responsabilização coletiva e uma divisão igualitária das tarefas domésticas (MELO, 2005; GUERÍN, 2003; HEILBORN, 1998). É no processo dessa revalorização do trabalho reprodutivo e produtivo da mulher que o presente estudo buscou ancorar a proposta e o contexto de relações de trabalho do campo da chamada economia popular solidária. Ou seja, a partir dos princípios da economia solidária – que é o de desconsiderar a esfera do mercado e da sociedade restrita apenas à troca de bens e serviços –, este estudo propõe que a melhor forma de politizarmos a divisão do trabalho doméstico não é estabelecendo paralelos com o mercado, mas tratando-o como o cuidado com o outro, como uma fonte de crescimento pessoal, de revitalização dos vínculos sociais. Guérin (2003) argumenta que a economia solidária se propõe a ressignificar o trabalho pelo que ele nos proporciona de crescimento pessoal e não por sua medida mercantil (seu valor de troca) e, por isso, o debate e as práticas de economia solidária podem contribuir com a discussão da reestruturação das práticas e valores acerca do trabalho da mulher, do trabalho doméstico não-remunerado, enfim da divisão sexual do trabalho e de todas as discriminações aí adjacentes.

Guérin (2003), *apud* Cruz (2006), lembra-nos que, tal como nossa sociedade se organiza hoje, grande parte das relações de reciprocidade é mantida graças ao tempo e à dedicação das mulheres. Elas mantêm a coesão na família, as relações de vizinhança e nos locais de trabalho. Este é um recurso fundamental também para o funcionamento da economia capitalista que já estaria

destruída se na vida real só houvesse a competição como matriz de relação entre as pessoas. Uma pesquisa do SEADE/DIEESE (2003) sobre a forma como as pessoas encontram emprego mostrou que 70% dos que conseguem emprego o fazem por meio de indicação de amigos e familiares. O capital não se dispõe a arcar com os custos de um sistema de informações ou os riscos de contratar alguém sem referências e repassa estes custos às relações de reciprocidade. Mas me refiro aqui à reciprocidade não só como um valor, mas como um recurso que se materializa em horas de trabalho e gasto de energia, em geral das mulheres.

A incorporação da categoria "trabalho doméstico não-remunerado" contribuiu para desmistificar a idéia de invisibilidade da atividade social das mulheres tanto na participação destas em atividades produtivas quanto reprodutivas. Entretanto, a centralidade dos cuidados com a família acaba por condicionar a auto-representação que estas possuem sobre elas mesmas. Ser "mulher" e "mãe" são categorias que se embrenham, uma se superpõe à outra, ligadas pela noção da mulher-mãe-guardiã-do-lar, de modo a produzir uma terceira categoria: a de produtora de vínculos, forjada no papel de reprodutora familiar.

Dessa maneira, o desejos, os sonhos pessoais da maioria delas (38 mulheres do universo de 50 pesquisadas) refletem a vontade de ver os filhos criados e com estudo, de ter uma casa própria, um emprego seguro e estável, de uma vida mais tranqüila:

Tabela 4.4 - "Qual o seu maior sonho?"

	Quantidade	%
Casa própria/construir minha casa	31	62
Ver meus filhos formados	7	14
Estudar	6	12
Ter um emprego seguro	6	12
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005, Tânia Cruz.

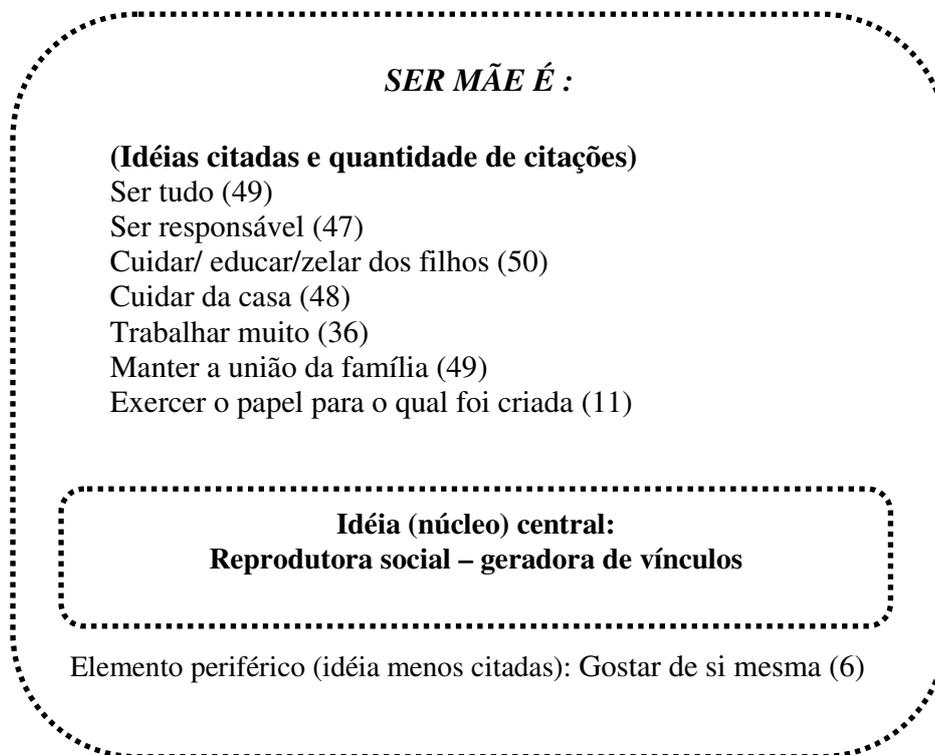
As falas a seguir reforçam os registros da tabela acima:

"Meu maior sonho? Hum (pausa) Acho que é ver meus filho bem, em bom caminho. Eu batalho é por eles e mais ninguém. Mas queria muito, muito mesmo ter a minha casinha. Morá no que é dos outro não presta não... um dia a gente tem que saí... e depois a gente sempre se apega no que não é nosso né? (J.F.B., 36 anos, 5 filhos, artesã, grupo Apoená)

"Eu me esforço pros meus filhos te uma vida melhor que a minha. Mas não é fácil. Mais eu tô lutando, eu não sou preguiçosa, eu corro atrás: batalho por comida, por uma roupa pra eles. O que não dá é pra compra coisa cara. Mais aí eu explico: a mãe já é muito mulhé de não deixar vocês passá fome. Eu sei que tem coisa boa por aí... por isso vocês têm que estudá pra não passá apertado, né? E eu não fico por aí aprontando como o pai de vocês (...) Meu sonho é que eles estuda e se forma, pra tê uma vida menos sofrida". (L.M., 23 anos, 3 filhos, cooperada 100 Dimensão)

A representação social que as entrevistadas possuem sobre elas mesmas está ancorada na já discutida divisão sexual do trabalho e conseqüente naturalização do papel de mãe. Quando perguntadas sobre o que é ser mãe, observamos que as respostas apontam sempre para a idéia de que ser mãe implica, necessariamente, em "cuidar da família". O quadro a seguir reúne os elementos que compõem tal representação e foram retirados das falas que ouvimos durante um ano e meio durante o período da pesquisa:

Diagrama 4.1 – Identificação dos termos mais citados para a frase: “Ser mãe é...”.



Fonte: Trabalho de campo, 2004/2005. Elaboração: Tânia Cruz.

No grupo de mulheres que pesquisamos, ser mãe implica diretamente em ser mulher (ou torna-se uma). No quadro a seguir, destacamos as principais referências feitas pelas entrevistadas à noção "ser mulher":

Diagrama 4.2 – Identificação dos termos mais citados para a frase: “Ser mulher é...”.

SER MULHER É :

(Idéias citadas e quantidade de citações):

- Ser tudo (45)
- Ser mãe/ter o prazer de ser mãe Dedicção/ ser parceira (47)
- Trabalhar muito/resolver os problemas (41)
- Gostar de si mesma/se respeitar/ ser independente/ fazer o que quiser (43)
- Ter ousadia/ ser capaz/ lutar/ ser guerreira / ser forte (46)
- Não é fácil (36)
- Gentil/ educada/ honesta/ ser sempre amorosa (24)
- Ser boa mãe/ boa esposa/ boa dona de casa (38)
- Cuidar do corpo/ da beleza/ andar sempre limpa/ ser feminina (29)
- Possuir uma profissão (31)
- É ser pai, mãe, avó, amiga (39)
- Força racional força emocional (23)

Idéia (núcleo) central: cuidar do outro

- Ser tudo (45); Ser mãe/ter o prazer de ser mãe (43); Trabalhar muito/resolver os problemas (41); Ter ousadia/ ser capaz/ lutar/ ser guerreira / ser forte (46); Ser boa mãe/ boa esposa/ boa dona de casa (38); É ser pai, mãe, avó, amiga (39); Dedicção/Ser parceira (47).

Elementos periféricos: Gostar de si mesma/ser feminina/ser independente

Fonte: Trabalho de campo, 2004/2005. Elaboração: Tânia Cruz.

Como vimos na matriz de conteúdo exposta acima, neste grupo de mulheres ser mãe e ser mulher são representações sociais de um mesmo papel de gênero: a mulher enquanto sujeito mantenedor da vida privada do grupo familiar e, se ela estiver em situação de pobreza e vulnerabilidade como as trabalhadoras deste estudo e como tantas outras do nosso país, a família passa a ser o princípio, o meio e o fim de sua existência social.

Para o grupo pesquisado, traçamos um indicador sobre o termo-chave "papel reprodutivo feminino", no qual o indicador¹¹¹ representou a situação de 47 mulheres. Em função do que foi analisado até aqui, consideramos como componentes desta categoria as ações de: procriação, socialização dos filhos, cuidado com os anciãos, chefia familiar, realização de tarefas domésticas e conciliação de conflitos familiares. Com a mensuração deste indicador, é possível então afirmar que uma das dinâmicas principais da mulher-trabalhadora contemporânea está no desempenho de seu papel enquanto reprodutora social, o que vem a reforçar que, mesmo em um século de muitos ganhos e direitos, o lugar da mulher no mundo ainda é sobredeterminado pelo lugar desta na família.

4.3 – Trajetórias de (re)socialização feminina a partir do mundo do trabalho produtivo

Entrevistadora: *"Qual a importância de trabalhar para você?"* **Cooperada:** *"Eu nunca gostei da idéia de depender de homem nenhum. Cresci com isso na cabeça. Eu via minha mãe sofrendo porque dependia das migalhas que meu pai deixava em cima da mesa. A gente era oito irmão. Aí você pensa o sofrimento que foi pra dá de comê pra tanta gente, dá de vesti... hoje eu acho que ela tá melhó sem ele. Ela tem a aposentadoria dela, é pôca, mas é dela sabe e ela hoje borda uns pano de prato pra fora também. Eu lembro que minha mãe até queria sair, trabalhar fora, mas meu pai não deixava, dizia que ele era homem e que ele é que saía de casa pra trazê o sustento. Eu não ganho muito, mas o que eu ganho é meu, dá pra cuidá de mim e dos meu filho, mais deles do que de mim. O que eu sei é que eu não fico debaixo do pé de seu ninguém. Eu trabalho, eu tenho força e tenho meus filhos, minha mãe e minhas irmã. Eles são minha família. A gente que é mulhé sofrida aprende que pode viver sem homem e que pode trabalhar muito mais que eles."*

¹¹¹ Vide no Apêndice C como esse indicador foi calculado.

(M.L.B., 27 anos, 2 filhos, 7 sobrinhos, cooperada 100 Dimensão)

A fala de M.L.B. expressa o processo de (re)socialização pelo qual passa a mulher ao engajar-se nos espaços de trabalho produtivo. Se o papel que esta desempenha no espaço da casa determinou seu lugar no resto da sociedade, a entrada maciça de trabalhadoras no mercado de trabalho brasileiro nos últimos 30 anos colocou outras possibilidades para o desenvolvimento do papel feminino na sociedade. Não obstante, a entrada da mulher no universo do trabalho produtivo e remunerado traz também com intensidade os conflitos, contradições e discriminações oriundas das relações sociais entre os sexos, da divisão sexual do trabalho e da submissão da produção social à reprodução do capital.

Uma breve leitura do século XX mostra que grandes conquistas ocorreram durante este período, das quais muitas podem ser relacionadas com os direitos das mulheres e, conseqüentemente, com impactos sobre a família, a sexualidade e a forma de se viver a conjugalidade. Harvey (1993) destaca que, às fases da modernização da sociedade, corresponderam duas grandes dimensões de variações culturais: à transição dos valores tradicionais em direção aos valores seculares correspondeu o declínio da família tradicional¹¹²; e à transição dos valores de sobrevivência para os de auto-realização correspondeu o surgimento

¹¹² As transformações mencionadas acima propiciaram uma multiplicidade de formas de convivência familiar e conjugal. As famílias ficaram menores e essa redução, drástica na maior parte do mundo, ocorreu, sobretudo, a partir da década de 70, levando, simultaneamente a alterações quanto aos tipos de arranjos familiares e aos padrões de conjugalidade. No primeiro momento, verificou-se um deslocamento de famílias extensas para famílias nucleares. Essas transformações continuaram ocorrendo, alargando-se para os tipos de arranjos e de composição. Assim, em 1990, segundo a Cepal, 46,3% das famílias na América Latina podiam ser definidas como nucleares. Em 2002, as famílias nucleares sofreram um decréscimo e respondiam por 42,8%, ao passo que as famílias monoparentais passaram de 6,6% para 7,6% nos anos respectivos. As estatísticas mostram que crescem as famílias compostas por apenas um indivíduo, as famílias monoparentais, as compostas de casais do mesmo sexo e de casais sem filhos, ao mesmo tempo em que as famílias extensas e mesmo as nucleares – composta de casal e filhos – ficam menores. Segundo o IBGE, no Brasil, em 2003, as famílias com pessoas de referência (antigo chefe) do sexo feminino respondiam por 22,3% do total de famílias; e dez anos depois já correspondiam a 28,8%, sendo que no Sudeste este percentual alcançava 29,3%. Tem aumentado também a idade média das pessoas que se casam. E isto é um indicador de que outras questões, particularmente a profissional, adquirem relevância para os indivíduos, sobretudo para as mulheres. Ainda de acordo com o IBGE, em 2003, a idade média para o casamento, para os homens, era de pouco mais de 30 anos e para as mulheres de 27 anos.

da igualdade de gênero. Conquanto esta última afirmação pareça excessivamente otimista, é fato que as transformações recentes no âmbito das relações de gênero, da família e do trabalho feminino atravessam todos os estratos e segmentos sociais, constituem tendência mundial e possibilitam relações menos hierárquicas entre os sexos. Esses autores comentam que, nas últimas décadas, houve um reordenamento não só do mercado de trabalho, mas também nas relações familiares. Valores tradicionais sobre a família, a sexualidade e a maternidade passam a ser reformulados, alterando-se práticas quotidianas e mentalidades.

Mas, apesar dessas transformações, isso não quer dizer que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho tenha representado uma mudança qualitativa e revolucionária na vida dessas. Os relatos registrados neste estudo mostram que elas ainda continuam responsáveis pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família; ainda são vistas como aquelas que "ajudam no orçamento familiar", enquanto aos homens cabe o papel de provedor.

Esses papéis, essa visão da mulher e, em especial, as conseqüências da maternidade acabam influenciando a forma como a mulher se coloca no mercado de trabalho, a forma como os patrões e os homens em geral vão tratar as mulheres. Essa visão vai influenciar tanto nas oportunidades de acesso ao emprego, no tipo de trabalho, como nas condições em que se desenvolve o trabalho. Bruschini (2002) lembra que esta definição social dos papéis masculinos e femininos no âmbito da família têm conseqüências diferentes sobre um e outro sexo em sua participação no mercado de trabalho. Para a autora, a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, e essa disponibilidade não depende apenas da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre de uma complexa combinação de características pessoais e arranjos no âmbito doméstico.

O estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, como o ciclo de

vida familiar em formação, com filhos pequenos, famílias maduras, filhos adolescentes, famílias mais velhas e a estrutura familiar – família conjugal, chefiada por mulher, ampliada, presença de outros parentes – são fatores que estão sempre presentes na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, embora a necessidade econômica e a existência de emprego tenham papel fundamental (BRUSCHINI, 2002).

A identidade da mulher como trabalhadora, portanto, vai estar sempre associada a seu papel de reprodutora. Abramo (1998) constatou que a imagem básica, originária da mulher-família, mãe, dona de casa, está sempre na base – e projetando sua sombra – sobre a outra (a da mulher trabalhadora). A autora utiliza a expressão imagens de gênero como configurações das identidades masculina e feminina, produzidas social e culturalmente, que determinam, em grande parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho.

Essas imagens são anteriores a essa inserção, ou seja, são produzidas e reproduzidas desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos e estão baseadas, entre outras coisas, na separação entre os espaços privado e o público, e na definição de um desses espaços como territórios de mulheres e outros como territórios de homens. Por sua vez, essas imagens condicionam fortemente as formas (diferenciadas e desiguais) de inserção no mundo do trabalho: tanto as oportunidades de acesso ao emprego como as condições em que este se desenvolve (Abramo, 1998).

É verdade também que essa realidade está repleta de contradições e antagonismos, aliás, como ocorre sempre em todos os lugares onde os interesses do capital impõem sua lógica. O peso imposto pelo sistema do capital sobre as mulheres para que haja a manutenção da família nuclear é enorme, e a situação delas no espaço produtivo é profundamente desigual (MÉSZÁROS, 2002). Ao invés de se verem aliviadas como pretenderia a retórica da oportunidade de direitos iguais para as mulheres e da eliminação de qualquer discriminação de gênero, o que elas presenciam de fato é, ainda, uma acentuada precarização da sua força de trabalho, seja porque estas

mulheres vivem o fenômeno mundial da dupla jornada, seja porque, em geral, as mulheres ocupam no Brasil 38% das ocupações do setor informal com todas as dificuldades e vulnerabilidades que estão inscritas na base da economia informal.

De qualquer modo, mesmo a inserção precária no mundo do trabalho colocou para as mulheres a possibilidade de recriarem seu espaço e seu papel na sociedade. As mulheres que esta pesquisa acompanhou entendem o ato de trabalhar fora de casa e auferir uma renda como um ato de valorização de si mesma e de independência:

Tabela 4.5 - "Qual a importância de trabalhar para você?"

	Quantidade	%
Sustento próprio/ independência/ocupação	27	54
Sentir-se útil/desenvolvimento pessoal/fazer o que gosta	14	28
Fazer o que gosta	9	18
TOTAL	50	100

Fonte: Trabalho de campo, 2004/2005. Elaboração. Tânia Cruz.

Com o propósito de compreender a representação social que as entrevistadas carregam sobre o espaço do trabalho produtivo e sua participação nele é que perguntamos a elas se o trabalho no grupo contribuía para a valorização da participação delas na sociedade brasileira e se estas se sentiam mais importantes e respeitadas por isso. As ambigüidades e contradições são inerentes a este processo de ressocialização pelo qual passam as mulheres que tem que articular sobrevivência familiar e desenvolvimento social e pessoal nos grupos de relações interpessoais. A maioria das entrevistadas disse achar difícil que todos reconheçam o valor do seu trabalho, mas, mesmo assim, elas se sentem mais valorizadas e, senão

respeitadas pelo grande grupo social, elas mesmas passam a se respeitar mais:

Entrevistadora: "Você acha que trabalhar neste grupo ajuda a valorizar a sua participação na sociedade?"

Artesã: "Eu acho que é difícil falar disso, né?! Porque, quando uma mulher diz que sabe fazer crochê, parece que é a coisa mais normal do mundo. Mas quando alguém vê um homem mecânico ou pedreiro diz que o serviço dele é mais pesado, mais difícil... Então, eu acho assim: tudo tem o seu valor, mas depende de cada um vê isso, né?! Eu, pra mim, sou importante porque daqui eu tiro o sustento da minha família e eu fico mais importante ainda porque eu faço uma coisa que nem todo mundo dá conta. Ó, você quer tentar? Não é difícil de morrer, mas tem a sua ciência, né?! Daí, então, todo mundo tem um saber, uma idéia pra criar e fazer. Só porque eu sou mulher, eu vou ser menos?! Eu não aceito isso e acho o que eu faço de muito valor sim." (B.S.P., 34 anos, 3 filhos, artesã Apoená)

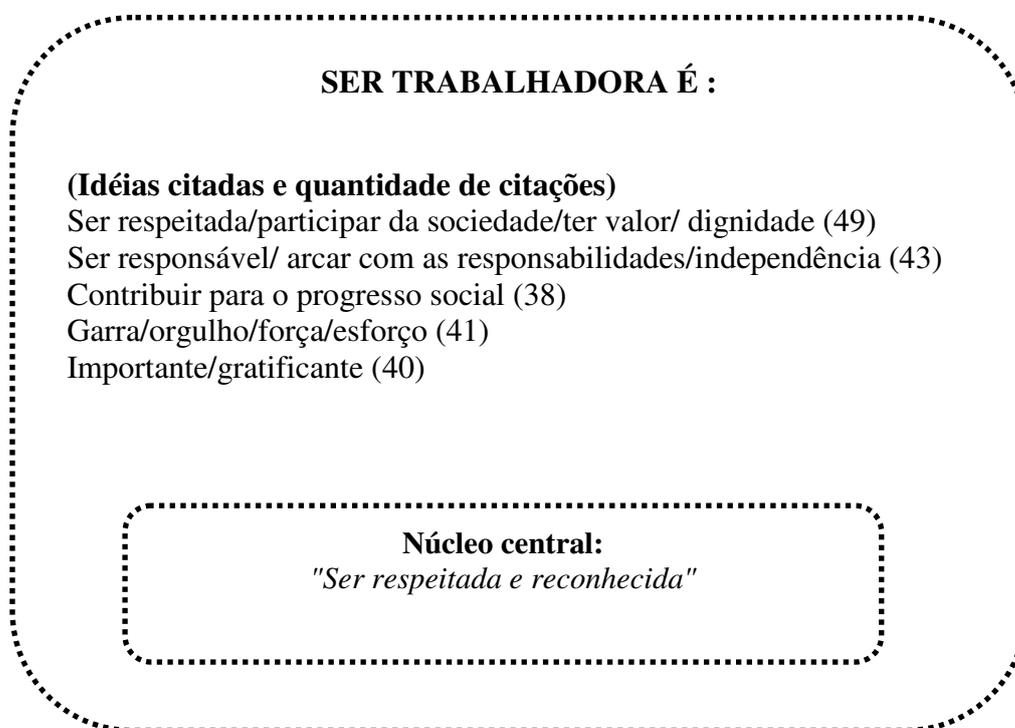
Tabela 4.6 - "Você se sente mais importante e respeitada por estar trabalhando em associação com outras mulheres? " Por quê?

	Quantidade	%
SIM		
Respeito/reconhecimento/auto-estima	29	58
Interação/apoio/amizade	9	18
Aprendizado	7	14
NÃO		
É indiferente/nada mudou.	5	10
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de campo, Tânia Cruz, 2004/2005.

Nos relatos e registros reunidos neste estudo é possível ver que as entrevistadas estão buscando redefinir o conteúdo da sua participação social a partir de uma valorização aberta pela sua entrada na esfera do trabalho produtivo. Quando perguntadas sobre o que era ser trabalhadora, a grande maioria delas (49 mulheres) fez uma associação à idéia "participar da sociedade" e "ser respeitada":

Diagrama 4.3 – Identificação dos termos mais citados para a frase: “Ser trabalhadora é...”.



Fonte: Trabalho de campo, 2004/2005. Elaboração: Tânia Cruz.

O conteúdo apresentado pelas 50 mulheres aqui pesquisadas acerca da representação social sobre o que é ser trabalhadora é fundamental como contraponto ao processo de subordinação e desigualdade a que são submetidas as mulheres-trabalhadoras. Pois, se por um lado as trajetórias de socialização familiar ainda afirmam o papel da mulher como reprodutora, a inserção desta no

mundo do trabalho produtivo abre horizontes para uma outra negociação sobre os olhares e os conteúdos do papel da mulher no desenvolvimento do trabalho social. Por conseguinte, as mulheres tendem a ter no imaginário masculino um dos reforços da idéia de que trabalho é o que se faz para "ganhar dinheiro", implica estar fora de casa. A seguir, reproduzimos a fala de um companheiro de uma das artesãs do grupo Apoena, que demonstra essa noção:

Entrevistadora: "O que você acha da sua companheira trabalhar com este grupo?" **Companheiro:** *"A Cida nunca trabalhou. Ela sempre ficou em casa, cuidando das coisas da casa, né?! Fazendo aquelas coisa que mulher faz. Mais aí faz mais de cinco anos que eu não consigo emprego fixo ... Mas eu sempre fui trabalhador, só tô meio parado por agora. Mas daí apareceu essa chance da minha mulher vim pro crochê. Como ela já sabia alguma coisa e é perto da casa da gente, dá tempo dela vim e volta pra fazer o almoço, cuidar das crianças. Como era só mulher eu achei que não tinha problema, porque a gente fica preocupado, né?! Tem muito ruindade por aí. Mas precisão faz sapo pulá e o dinheiro dela ajuda e ela pega alguma experiência de trabalho. E eu acho é bonito vê ela fazendo uma coisa que a avó dela fazia. É bonito mesmo." (S. C., 46 anos, 5 filhos, companheiro de uma mulher-trabalhadora, grupo Apoena)*

Nessa percepção do imaginário masculino de S. C., identificamos o que as próprias mulheres pensam sobre a forma como o trabalho delas é visto. Das 50 trabalhadoras pesquisadas, 22 delas possuem a percepção de que seu trabalho é útil, entretanto outras 18 mulheres afirmaram o contrário:

Tabela 4.7 - "Que imagem você acha que as pessoas têm do seu trabalho?"

	Quantidade	%
Bonito/maravilhoso	10	20
Importante/útil	22	44
Inútil/sem valor	18	36
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de campo, Tânia Cruz, 2004/2005.

A questão acima nos ajuda a compreender o que é definido tipicamente como trabalho feminino e as novas performances das mulheres que trabalham no espaço da casa e da rua. Isso traz duas questões: 1) como essas trabalhadoras lidam com a idéia da subordinação feminina às desigualdades oriundas das relações sociais entre sexos? 2) Em que medida a entrada dessas no mundo das relações sociais produtivas lhe confere uma outra perspectiva sobre a sua própria auto-estima e, conseqüentemente, permite uma inserção mais justa e equilibrada no espaço público, no espaço das relações macrossociais?

Percebe-se que o capitalismo, desde sua gênese, apropria-se do trabalho feminino, subordinando-o ao trabalho masculino. Marx e Engels (1977, 71) *apud* Torres (2006) já faziam esta discussão, na qual argumentavam que "(...) o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homens e mulheres na monogamia: e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino". Essas podem ser as origens da divisão sexual do trabalho no capitalismo, desencadeando o não-reconhecimento das potencialidades das mulheres ao mesmo nível dos homens.

Saffioti¹¹³ (1976) *apud* Torres 2006, diz que o capitalismo é opressor da mulher, mas há autores marxistas que o vêem como necessário à medida que agudiza contradições sociais para criar condições próprias à libertação feminina,

¹¹³ Sobre este assunto consultar livro de Saffioti (1976), *O trabalho feminino sob o capitalismo dependente: opressão e dominação*. Edusp: São Paulo.

uma vez que a mulher pode ser subordinada ao homem em muitos aspectos do mundo do trabalho: condições salariais, áreas de trabalho diferenciadas, dificuldades de inserção no emprego formal, etc. Em relação ao pensamento feminista, Piscitelli (2002, 09) argumenta que "[...] *a subordinação feminina é pensada como algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo que se estude. No entanto, ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas partes e em todos os períodos históricos conhecidos*".

Mesmo assim, não se pode naturalizar essa subordinação, visto que, para Picitelli (2002, 9), as diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação. Elas sustentam, ao contrário, que essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isso é fundamental, pois a idéia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas, seria possível mudar o espaço social por elas ocupado.

A subordinação da mulher advém da própria maneira como a sociedade é socialmente organizada, com a criação de obstáculos que dificultam a emancipação da mulher na cultura, na política, no âmbito familiar e no trabalho. As barreiras que dificultam essa emancipação não podem ser homogeneizadas, nem tampouco naturalizadas, pois cada país, com sua cultura, religião, economia, etc., pode ter formas diferenciadas no modo de reconhecer a mulher enquanto mãe, esposa, trabalhadora, política, etc. Entretanto, Saffioti (1976) afirma que as barreiras que a sociedade de classes coloca à integração social da mulher não apresentam, no processo de seu aparecimento e vigência, muita uniformidade. Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades que porventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas.

No quadro desta pesquisa as mulheres investigadas são pobres, com baixo grau de escolarização, enfrentam precárias condições de moradia e sempre

trabalharam no informal. Elas representam, empiricamente, a dimensão da entrada da mulher pobre ou pauperizada no mercado de trabalho mais vulnerável, em função do quadro econômico dos últimos 30 anos.

Por outro lado, há uma outra camada de mulheres que, segundo Bandeira (2004,12), torna a situação das trabalhadoras brasileiras contraditória:

[...] de um lado se tem a mulher que tem escolaridade alta, vem de um meio em que as condições socioeconômicas são favoráveis. Essa está competindo com os homens. De outro, há aquela que não teve oportunidades, tem filhos, vive em condições miseráveis e sozinhas. Essa está em condição cada vez pior, lutando para sobreviver, fora do mercado formal de trabalho.

Todavia, a despeito das diversidades e diferenças de classe econômica, a inserção no mercado de trabalho e a permanência nele não é tarefa fácil para qualquer mulher que tenha que articular trabalho doméstico e vida profissional. Isso porque sejam elas de classe popular ou média, chefes ou não de família, essas mulheres têm de administrar jornada dupla (às vezes tripla), conciliando a educação dos filhos e os cuidados com o lar. Quando não existe um companheiro para dividir essas tarefas, então, elas vivem uma missão quase impossível.

Buscando uma compreensão sobre o olhar das mulheres aqui ouvidas sobre a relação casa (trabalho doméstico)/ rua (trabalho extra-doméstico), estas foram instigadas a responder se trabalhar fora de casa atrapalha a vida familiar. Das 50 entrevistadas, 36 delas entendem que "*sempre dá tempo*", elas "*não se enrolam*". É o exemplo de que as próprias mulheres acabam por naturalizar a dupla jornada à qual a divisão sexual dos papéis a submetem:

Tabela 4.8 - "Trabalhar fora de casa atrapalha sua vida familiar e doméstica? Por quê?"

	Quantidade	%
SIM	14	28
É muito difícil conciliar tudo	8	16
Não é fácil/ A rotina é sempre a mesma	4	8
Estou sempre cansada	2	4
NÃO	36	72
Eu me organizo/ Eu não me enrolo/Sempre dá tempo	11	22
As duas atividades são importantes e devem ser mantidas igualmente	25	50
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de campo, Tânia Cruz, 2004/2005.

Por outro lado, quando perguntadas se pagariam alguém para cuidar de sua casa, se tivessem condições, a grande maioria (31 mulheres) disserem que sim, pois seria um modo de ter mais tempo para fazer outras coisas e não se desgastar tanto. Nos dizeres de duas entrevistadas:

"[...] serviço de dona-de-casa é desvalorizado porque ninguém recebe pra isso, né? Aí todo mundo acha que é fácil lavá, passá, cozinhá... mais esquece que têm que lavá sem manchá a roupa, cozinhá sem estragar a comida. Você acha que é qualquer um que passa uma blusa sem deixar marca? Não é não ... eu sou mãe e dona-de-casa e catadora também. Por isso eu sei que dá trabalho mantê uma casa em ordem. Se eu pudesse eu pagava alguém sim. E pagava pra poder fazer outras coisa, ter mais tempo pra mim, outras coisas... (A. S.C., 49 anos, 5 filhos, 8 netos, cooperada 100 Dimensão)

"Eu sou mulher, mas não gosto de cuidar de casa não... acho que é muito cansativo e repetitivo... todo dia a mesma coisa e aí ninguém agradece não... até parece que a gente nasceu só pra fazer isso. Eu não. Eu faço porque não tem jeito. Por isso se tivesse dinheiro eu pagava alguém, porque não é fácil." (M.C.B., 35 anos, 2 filhos, artesã Apoená)

O "fazer outras coisas" provavelmente não significa somente ter mais tempo para a família, mas possivelmente poder desenvolver outras atividades, como estudo, tentar outros relacionamentos afetivos, etc., pois, quando as entrevistadas foram perguntadas se cuidariam apenas da casa e dos filhos se tivesse condições, mais da metade delas (34 mulheres) disse que não:

Tabela 4.9 - "Se tivesse condições, cuidaria só da casa e dos filhos? Por quê?"

	Quantidade	%
SIM	16	32
Gosto de ser mãe e dona-de-casa	9	18
Queria mais tempo para estar com minha família	7	14
NÃO	34	68
Gosta de trabalhar/ de ter independência	28	56
Gosta de ser respeitada/forma de crescer como pessoa	5	10
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de campo, Tânia Cruz, 2004/2005.

Por isso é importante entender como os grupos de *mulheres-trabalhadoras* significam e constroem o cotidiano delas nos espaços de trabalho doméstico e extra-doméstico. E nesse percurso de elaboração de suas trajetórias familiares e ocupacionais, essas trabalhadoras estão reescrevendo a própria noção do que é força de trabalho e do valor que este gera para elas e para os demais membros da sociedade. A pesquisa registrou alguns elementos neste sentido quando perguntou ao universo de trabalhadoras se elas se consideravam "donas" de sua força de trabalho. A maioria delas (43 trabalhadoras) disse que sim, pois seriam pessoas independentes, e as outras 7 expuseram que não eram, pois estavam por obrigação e o que produziam não seria usado por elas:

Tabela 4.10 - "Você se vê como dona da sua força de trabalho? Por quê?"

	Quantidade	%
SIM	43	86
Porque é independente	31	62
Porque desenvolve o que gosta	8	16
Está no grupo por livre e espontânea vontade	4	8
NÃO	7	14
Porque é uma obrigação	4	8
Porque não vou usar o que fiz	3	6
TOTAL	50	100

Fonte: Pesquisa de campo, Tânia Cruz, 2004/2005.

É a partir do desenvolvimento das forças produtivas, no final do século XIX, que o trabalho da mulher começa a ocupar espaço no mercado de trabalho assalariado. Ocupando posições de menor escalão nos setores comerciais e de serviços, às mulheres eram reservadas profissões diferenciadas do sexo masculino, como: secretárias, datilógrafas, escriturárias, vendedoras, enfermeiras, professoras; empregos precários, com baixos salários. Os cargos ocupados por mulheres eram aqueles, segundo Scott (1990, 454), *"que se adaptavam mais às suas capacidades físicas e aos seus níveis inatos de produtividade"*. Essas questões marcam profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos, de menor remuneração e hierarquia.

Dessa maneira, não se pode conceber a divisão sexual do trabalho como algo natural, deve-se entendê-la como fruto da organização da sociedade,

onde a cultura, a religião e o mercado estão diretamente envolvidos na construção destes padrões de comportamentos distintos entre homens e mulheres, quer seja no trabalho produtivo ou reprodutivo (SCOTT, 1990).

O indicador sobre o papel produtivo feminino reforça a crítica ao arranjo das relações sociais e sexuais do trabalho contemporâneo, pois ser *mulher-trabalhadora* implica dar conta de uma dinâmica social de luta pela sobrevivência familiar e de reconhecimento social. Agregamos os elementos correspondentes à participação destas no mundo do trabalho produtivo, como baixos salários, vínculo informal, chefia familiar e das 50 mulheres entrevistadas, 45 estão representadas por esse indicador "Papel Produtivo Feminino"¹¹⁴. Quer dizer, para o grupo pesquisado, há uma incidência de 85% dos elementos apontados por esse indicador.

Com a organização desse indicador, temos mais um elemento para visualizar a vida e a participação da mulher que trabalha. A dinâmica de inserção desta no social e de (re)socialização a partir do mundo do trabalho produtivo ainda está condicionada à sua posição na família. O que sabemos é que a estrutura e o ciclo de vida familiar impõem limites ou possibilidades para a participação das mulheres no mercado de trabalho mais amplo. É por isso que é fundamental levantar informações que permitam associar o trabalho à situação familiar, como a idade da trabalhadora, a posição na família, a presença de filhos e outros (BRUSCHINI, 2004; LOMBARDI, 2004).

Este capítulo procurou demonstrar as implicações provocadas pelas relações sociais de sexo na ocupação dos espaços público e privado, pelas mulheres, em especial no espaço da casa e no espaço de trabalho. Com a epígrafe "*O que faz uma mulher, mulher? Quem decide?*" (Naomi Wolf, 2003, 121), escolhemos pensar a condição das *mulheres-trabalhadoras* a partir das trajetórias de socialização estabelecidas nos espaços da família e do trabalho, uma vez que um dos principais condicionantes do *ser mulher* baseia-se nas

¹¹⁴ Vide Apêndice C que traz a descrição deste indicador.

expectativas criadas acerca dos papéis sociais elaborados para elas a partir do seu lugar na família.

Buscamos demonstrar também que os papéis sociais das mulheres e o seu tempo social e pessoal são diretamente absorvidos por uma demanda coletiva que espera dessas mulheres a condução da reprodução social sem contrapartida financeira. Seria uma das implicações da divisão sexual do trabalho a invisibilidade e a falta de reconhecimento social de uma das principais atividades das *mulheres-trabalhadoras*: o trabalho reprodutivo.

No grupo de mulheres pesquisadas, vimos que a percepção delas sobre seu próprio trabalho reflete alguns elementos da estrutura social organizada a partir da divisão sexual do trabalho:

- a) As entrevistadas vivenciam uma das mais fortes contradições da divisão sexual do trabalho: o trabalho realizado na esfera pública e de mercado é valorizado socialmente, porque é visto como produtor de valores de troca no mercado; já o trabalho realizado no âmbito da família, que pertence ao universo do espaço privado e das relações microssociais não é reconhecido, nem valorizado e nem tido como trabalho nos moldes do que a economia clássica chama de 'trabalho'. A naturalização do papel de *mulher-mãe-protetora*, que designou para as mulheres a manutenção familiar em todos os seus termos reprodutivos, seria uma espécie de economia da doação, não contabilizada pelas sociedades ocidentais.
- b) No grupo estudado, ser mulher é uma condição que está atrelada a uma dinâmica social que conduz as mulheres que investigamos a lutar pela sobrevivência familiar e ao mesmo tempo lutar por autovalorização, reconhecimento e busca de identidade. Por um lado, as falas que ouvimos e as ações de trabalho que acompanhamos são indicativas da dimensão estrutural do mundo do trabalho – mulheres que se organizam, que lutam contra a vulnerabilização material e fragilização dos laços sociais – por outro, também ficou evidenciado que aquelas mulheres são sujeitos que estão buscando se posicionar no processo de elaboração das subjetividades contemporâneas. A elaboração dessas subjetividades passa por uma redefinição das identidades e

vimos que, no grupo estudado, tal identidade é recolocada a partir das relações estabelecidas entre o universo familiar e extra-familiar. A identidade passa a ser constituída pelo esforço daquelas mulheres em responder a pergunta "*Quem é você?*" "*Qual o seu trabalho?*" em espaços marcadamente delimitados pelas assimetrias de gênero. A identidade dessas mulheres existe na percepção descrita por elas mesmas de que existem semelhanças entre elas. Isso permite conceber-lhes, socialmente, como *mulheres-trabalhadoras*.

Com Dejours (1993), sabemos que esta percepção – a de *mulheres-trabalhadoras* – desenvolvida pelo grupo por nós estudado, reforça a importância do reconhecimento do grupo social na formação da identidade. Por várias vezes, as mulheres se referiam ao fato de o trabalho delas não ser reconhecido, valorizado. Dito de outra forma, no mundo subjetivo, o sentido dado ao trabalho depende de jogos de identidade e participação: o que o indivíduo espera de seu trabalho é também uma retribuição moral: o reconhecimento. Por isso, Dejours (1993) destaca a importância do reconhecimento de utilidade (utilidade social, econômica e técnica das contribuições particulares e coletivas à organização) e do julgamento de beleza (validade ética, estética), ambos conferidos pela hierarquia, pelos pares ou pelo grupo social e que influem na percepção que os indivíduos desenvolvem sobre o valor social de seu trabalho e no conceito que desenvolvem de si próprios.

c) As mulheres aqui pesquisadas enfrentam a dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho, e isso condiciona dois outros elementos: a falta de lazer e a centralidade da família na vivência social e pessoal dessas mulheres.

d) A produção social da invisibilidade do trabalho da mulher fortalece a reprodução das desigualdades junto às possibilidades e às oportunidades de participação social justa e igualitária. As mulheres que estudamos possuem como uma das estratégias de sobrevivência, além do trabalho cooperado e toda e qualquer espécie de "viração", o apoio do que chamamos de redes informais de ajuda, formadas por suas mães, avós, vizinhas. Sabemos que, em termos sociais e institucionais, a sociedade brasileira não está organizada sob a forma de

políticas públicas, para apoiar a jornada de trabalho das *mulheres-trabalhadoras*.

Vimos que, no nosso mundo hoje, *ser mulher* significa buscar uma legitimação e participação social através da articulação entre o trabalho doméstico não-remunerado e o trabalho remunerado, que se realiza em relações vulneráveis e precárias. Por isso, sustentamos que uma nova organização social do trabalho apenas será concreta e sustentável através do reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo das *mulheres-trabalhadoras*.

Se, por um lado, as trajetórias de socialização familiar ainda afirmam o papel da mulher como reprodutora, a inserção desta no mundo do trabalho produtivo abre horizontes para uma outra negociação sobre os olhares e os conteúdos do papel da mulher no desenvolvimento do trabalho social. No próximo capítulo, trataremos dessa questão: como as *mulheres-trabalhadoras* estão participando de ações alternativas à crise contemporânea do trabalho e ao mesmo tempo estão também reinventando, cotidianamente, a si mesmas e recuperando sua auto-estima e valorização social.

CAPÍTULO 5 – Alternativas de economia popular solidária à crise do mundo do trabalho: o trabalho das mulheres empreendedoras como uma dinâmica de produção do social

"Eu sou eu e as minhas circunstâncias"
José Ortega y Gasset

5.1 – A realidade plural da economia: crítica à sociedade de mercado e a redemocratização das relações econômicas

O trabalho de pesquisa desenvolvido até este momento vem apontando elementos para se compreender qual o papel social das *mulheres-trabalhadoras* e em quais condições elas vêm gerando sobrevivência e socialização familiar, buscando auto-estima e reconhecimento. Dito de outro modo, nosso interesse é apresentar, a partir do debate sobre a crise do mundo do trabalho, quais alternativas existiriam para os sujeitos se engajarem na produção e reprodução dos laços sociais.

O que vimos até este momento é que, em determinados grupos sociais, como o das mulheres que vivem no circuito da exclusão, da precariedade material e simbólica, existe a produção de tais laços a partir do trabalho cooperado e solidário. Esses laços têm gerado renda e permitido a essas mulheres um resgate de sua auto-estima e reconhecimento social. Cabe lembrar, entretanto, que o "eu" feminino envolvido nesse processo traz consigo uma projeção do "nós": nós-família, nós-mulheres, nós-comunidade, nós-trabalhadoras.

As *mulheres-trabalhadoras* que ao longo de 18 meses acompanhamos (de janeiro de 2004 a julho de 2005) estão em um processo de busca de inserção do seu grupo familiar e, ao mesmo tempo, de si mesmas enquanto sujeitos sociais que buscam participar legitimamente das arenas de interação e negociação social. A seguir, destacamos as circunstâncias em que essas

mulheres-trabalhadoras-mães-chefes-de-família-avós-tias-vizinhas vêm desenvolvendo uma nova força social e econômica. Veremos que a ação social dessas mulheres que lutam contra a exclusão e a invisibilidade social está muito além do clássico padrão de ação utilitarista da sociedade de mercado. Elas se inserem no que a Sociologia do Trabalho Contemporânea vem chamando de Economia Popular Solidária (GAIGER, 1999; CORAGGIO 2000; CRUZ, 2002; FRANÇA FILHO, 2000; NUNES, 2000).

Entrevistador: "O que te motivou a entrar neste grupo?"

Artesã: *"Sabe, moça, precisão faz sapo pular. De todo jeito. Eu não lembro quando as coisas pra mim foram fáceis. Foi sempre assim: dinheiro curto pra pagar o aluguel, pra fazer as compras do mês, pra comprar um remédio. Eu e meus irmãos crescemos vendo nossa mãe lavar muita roupa pra fora, pra dar conta do nosso sustento. Eu sei que eu cresci e minha vida foi no mesmo caminho: tenho 3 filhos, duas menina e um menino. Meu marido é pedreiro e nem eu nem ele temos estudo completo. Então já viu, né!? Tem que ralar dobrado pra da conta das coisas. Eu sempre fiquei em casa. Só saí algumas vezes pra trabalhar na casa de uma ex-patroa do meu marido. Fora isso eu fazia dindim e cocada pra vender aqui pela Vila mesmo. Então só trabalhei dentro de casa né. Quer dizer, eu acho que é trabalho, mas trabalho de casa ninguém olha não. Aí um dia, eu ia no verdurão e uma vizinha falou de um encontro na assembléia pra fazer um curso de crochê e ganhar um dinheirinho sem sair de casa. Aí eu pensei: vou lá. E fui. No começo foi difícil, ainda é um pouco, cuidar da casa, dos meninos, da comida, do meu marido. Mas agora eu já estou mais acostumada. Mas acho que a melhor coisa é sair um pouco de casa, encontrar com outras mulheres que às vezes passa as mesmas dificuldades. Aqui, ninguém é melhor que ninguém. No começo a gente vem, porque sabe que vai ganhar um dinheirinho. Depois, a gente vem porque é um lugar em que*

a gente não é só dona-de-casa, empregada dos filhos e do marido. Aqui eu mesma me valorizo. Eu gosto de vir pra cá. Às vezes cansa, mas eu gosto muito." (M.G. 34 anos, 3 filhos, artesã do grupo Apoená)

"Eu vim pra cá porque não achei emprego em lugar nenhum. Aí ouvi falar da cooperativa na comunidade e vim ver o que era. Tô aqui até hoje, faz sete anos, e não saio. Só se ela acabar, né? Mas a gente trabalha muito pra tudo aqui dar certo. Aqui a gente aprende que se fizer tudo junto, sem medo de errar e de aprender, a gente melhora dia a dia. Eu acho que isso é bom. Eu acho. E a gente aqui dentro olha um pro outro e sabe que é todo mundo trabalhador, não tem vagabundo, à-toa, catador de resto, como dizem por aí. A gente não somos lixeiros. A gente somos recicladores do ambiente, que todo mundo usa, mas só alguns cuida e, desses alguns, tem a gente aqui da 100 Dimensão. O dinheiro que eu ganho com a coleta de lixo não é um saláriozão, mas é honesto, é limpo. A gente somos um grupo. Claro que a gente briga, claro que às vezes tem fofoca, mas a gente é um grupo. Quando um precisa de alguma coisa – remédio, roupa, até um conselho –, a gente se ajuda. Se não for assim, não fica. Quem entra aqui tem que saber que, se não se ajudar, não vai pra frente não. Se não fosse assim, eu nem teria parado aqui, porque foi a força do grupo que brigou com polícia, correu de cachorro, de pedrada, que fez a 100 Dimensão chegar aonde ela tá hoje. Eu gosto muito daqui e daqui que eu tiro o meu sustento e crio os meus filhos sem esperar pelo pai deles. Aí o que eu recebo do governo vira um reforço e não a mistura principal lá de casa, porque o principal sai daqui." (C.M.S., 39 anos, 4 filhos, recicladora 100 Dimensão)

As falas acima são narrativas de duas trabalhadoras que compõem o complexo painel contemporâneo das relações sociais no mundo do trabalho e que vivenciam as questões objetivas (limites de empregabilidade da força de trabalho no sistema econômico atual, de geração de renda a partir da relação trabalho/salário) e subjetivas (as identidades geradas pela exclusão e/ou precarização das condições de vida da população pobre, e os laços de reciprocidade solidária gerados, tanto para a produção econômica quanto para o reconhecimento social) atinentes à já debatida crise da relação capital/trabalho.

Há ainda o fato de estas falas nos trazerem mais dois elementos: o primeiro é que a ação econômica não se reduz à lógica racional-instrumental, que guia o mercado auto-regulado na busca pela produção de valor de troca; o segundo é que, em meio à crise da sociedade salarial, há uma reatualização dos laços de proximidade que existem no âmbito do espaço público e comunitário. Mais que isso, é a reatualização da solidariedade e da reciprocidade enquanto substratos da ação social dos sujeitos engajados na produção e na reprodução do corpo social.

Cabe lembrar que o contexto social que ensejou esta pesquisa partiu de uma observação integrada entre estruturas e sujeitos, História e biografia, trabalho e identidade, de modo a situar a análise desta tese a partir da realidade do mundo do trabalho brasileiro, buscando registrar outros elementos que tornem possível criar alternativas à relação instrumental capital X trabalho.

Desse modo, a busca de novas diretrizes para a economia e a sociedade ocidental está apoiada no debate aberto pelo Movimento Anti-utilitarista das Ciências Sociais – MAUSS –, que contesta a hegemonia do pensamento utilitarista moderno, historicamente moldado pela sociedade industrial e urbana do século XVIII, cujo preceito principal foi estabelecer que as motivações humanas se baseavam na moral individualista e a economia de mercado seria a única instância possível para se realizar todas as necessidades e desejos humanos. Conseqüentemente, isso colocou o mercado como principal elemento de gestão e construção da vida social (CAILLÉ, 2002; GOUDBOUT, 1999).

Dessa crítica, gerou-se um princípio anti-utilitarista que nos permitiu resignificar o sentido do trabalho contemporâneo, não o restringindo apenas às suas dimensões e explicações racionais e utilitárias, mas também ao desenvolvimento do vínculo social.

Com esse foco, a presente pesquisa analisou a geração de novas perspectivas para o papel social das *mulheres-trabalhadoras* tendo por base pesquisas e registros empíricos (CAILLÉ, 2002; FRANÇA FILHO, 2002; NUNES, 2002; CRUZ, 2002) que apontam para a construção de outros parâmetros de relações sociais, baseados em uma retomada da positividade do trabalho em âmbito popular e solidário.

No capítulo 04 buscou-se demonstrar que o estudo do papel social da mulher no mundo do trabalho passa pelo reconhecimento da dimensão produtiva e reprodutiva das atividades que este desenvolve na sociedade. Procurou-se também demonstrar que a entrada da mulher no mundo do trabalho produtivo implicou uma articulação, por parte desta, das obrigações ainda legadas à mulher sobre o cuidado com a casa, a família, os filhos. As *mulheres-trabalhadoras* colocadas no centro desta tese são aquelas cuja rotina está estruturada em variadas ações: sobrevivência familiar x reconhecimento e auto-estima; socialização dos filhos x inserção ocupacional; dupla jornada de trabalho x cuidados pessoais, etc. De um modo geral, demonstramos que, entre a casa e a rua, é cada vez maior o número de mulheres que estão buscando reescrever suas trajetórias de socialização de forma a não sucumbirem à exclusão e à invisibilidade social.

Neste capítulo, desenvolveremos uma reflexão sobre a necessidade teórica e pragmática de reinventar os laços sociais contemporâneos, adotando, para isso, o estudo do trabalho desenvolvido por mulheres em um contexto de economia popular e solidária. Trata-se de reconduzir a importância da análise do trabalho enquanto gerador não só de mercadorias, mas, sobretudo, de sociabilidades e identidades sociais positivamente reconhecidas pelos grupos sociais.

Pretendemos demonstrar a existência de um tipo contemporâneo de trabalhadoras: as *mulheres-empendedoras solidárias*. Inicialmente, podemos dizer que a mulher-empendedora é um tipo social atual que dá cabo à sua vivência social ao articular o universo do trabalho produtivo com o espaço do trabalho reprodutivo e ainda assim traz no âmbito da sua ação dois outros elementos: a produção identitária positiva do papel das mulheres-trabalhadoras e a reinvenção de alguns laços de sociabilidades. Isso tem implicado uma revalorização de práticas de reciprocidade e a criação de espaços de mediação intermediários:

Entrevistadora: *“Você acredita no trabalho realizado pelo seu grupo?” Artesã:* *“No começo eu tinha muita dúvida se ia dar certo (pausa). Aí, eu fui vindo, aos pouquinhos, como quem não quer nada [...] Aqui na Vila é difícil sair, fazer amizades. Tem muita bandidagem. A gente sai de casa com medo. Mas aí o tempo foi passando e hoje tem mais de um ano que eu tô aqui no grupo. Aqui todo mundo é igual: cuida da casa, de menino, marido, prepara almoço, lanche, janta... ah, (risos) e o dinheiro é curto (risos). Mas a gente tá aprendendo a fazer umas coisas bonitas. Eu nem sabia que eu podia fazer uma coisa tão difícil. Pra mim, artesanato era coisa pra artista. Lá em casa agora é eu e meu marido, quer dizer, a gente somos ajuntados né, é eu e ele que compra comida pra dentro de casa. Também ajudo a comprar o material da nossa filha. Aqui é assim: quando uma tem um problema a gente se junta e tenta resolver. Agora a gente tá chamando a comunidade pra ir lá na Câmara dos Deputados de Brasília pra ver se a gente consegue uma escola para as nossas criança pequena. Porque é assim: se é um problema de todo mundo, então tem que brigar junto, né?! E a gente pode ir lá pedir isso sim, porque a gente somos cidadã e a gente também pode falar. Aqui eu acho isso, né. Eu gosto de vim pra cá. Aqui eu tenho uma atividade, uma profissão*

como falam por ai. Eu penso isso né". (F. J.B., 26 anos, 2 filhos, artesã grupo Apoena)

Na fala de F.J.B. percebe-se claramente uma emancipação em relação à sua própria autopercepção: de mulher que ficava em casa, ela passa a ser uma "trabalhadora". Além da elaboração de uma identidade profissional, a atividade cooperada produz laços de solidariedade e reciprocidade que ajudam a pensar e resolver problemas domésticos e extradomésticos. Na fala de F.J.B., no grupo todo mundo busca se ajudar. Além disso, a criação de laços a partir do trabalho cooperado parece ter possibilitado a criação de mediações entre elas (grupo Apoena) e o resto da sociedade. Seria o que chamamos de espaços de mediação entre a família, o Estado, o mercado e a sociedade civil. Afinal, como afirma F.J.B., elas também são cidadãs e podem falar.

Todavia, o desenvolvimento de tal espaço e atividade, o que a partir de agora chamaremos de a ação social da *mulher-empREENDEDORA solidária*, acontece como um contraponto ao tipo de economia auto-regulável criada pela sociedade de mercado. Tais ações existem em situações e contextos que divergem da visão hegemônica da ação econômica dirigida exclusivamente para o mercado. Tal análise vem corroborar a crítica anti-utilitarista que sinaliza que, para além da economia de mercado e seu baluarte (a ênfase de que tudo se resolve na relação de mercado), existem outros tipos de ação econômica e atividades fins, destas oriundas.

As mulheres-empREENDEDORAS que acompanhamos na Vila Estrutural e no Riacho Fundo II não são representantes do "pensamento único" do economicismo ocidental materializado na condição do *homo oeconomicus* ou o *homo laborans*, tornado modelo ideal de ser humano. Cabe lembrar que a idealização do *homo oeconomicus* deu-se através da concepção de uma ciência econômica que guiou-se por um princípio de racionalidade concebido como o princípio universal de toda ação social (MÉDA, 1995). Na fala destacada a seguir, uma das mulheres entrevistadas nos permitiu resgatar a noção de que nem sempre as relações de mercado são intermediadas pela troca mercantil, pelo uso

da moeda, pois existem também, mesmo que em dimensões menores, ações econômicas não-mercantis (de ordem redistributiva e atreladas ao Estado) e não-monetárias (base das relações de reciprocidade, guiadas pela noção de dádiva):

Entrevistadora: *"Qual era sua ocupação antes de vir trabalhar neste grupo?" Artesã:* *"Eu fui durante muito tempo moradora do lixão. Eu digo moradora porque eu anoitecia e amanhecia catando latinha, tampa de latinha, lata de refrigerante, garrafa de plástico, daquelas de refrigerante, né. Aí quando eu tinha uns 8 quilos de latinha eu ia na Ceasa e trocava por verdura fresquinha, frango. Durante muito tempo eu fiz isso".* **Entrevistadora:** *"Quanto te sobrava de dinheiro, depois da troca?" Artesã:* *" Ah, não sobrava não. Era muito difícil sobrar. Eu e um monte de catador fazia negócio com os donos de barraca lá da Ceasa, né. Então era assim: a gente levava a nossa coleta e cada um trocava de acordo com a sua necessidade. Era um pedaço de carne, um saco de arroz, banana pelos quilos de latinha. Ah, antes da leitaria Itambé falir, eu ia lá também oferecer as latinhas por uns litro de leite. Eu fazia de tudo pra levar comida pra casa, né. Hoje, todo mundo sabe que latinha dá dinheiro, então hoje, as pessoa prefere mesmo é vender as latinhas. Hoje tem muito mais gente pra comprar e revender, né? Então hoje fica mais difícil trocar no cru: latinha por comida, mas eu já fiz muito isso e se precisar eu faço de novo. Os dono de baraca na Ceasa me conhece tudinho.* **Entrevistadora:** *"Mas por que você não vendia primeiro as latinhas e depois fazia as tuas compras?" Artesã:* *" Ué, é porque pra quem pegava minhas latinha era vantagem, né!? Eu repassava por comida e quem pegava conseguia depois vender por um preço bom. Eu preferia trocar logo por alimentação, porque a Ceasa tava aqui perto da Vila, era só subir. Pra vender as latinha, eu ia levar muito mais tempo, gastar com passagem, não compensava não. Indo logo na Ceasa eu tinha o mais importante que era levar comida pra casa [...]". (L.M.F., 46 anos, 6 filhos, 8 netos, artesã Apoená)*

Contrariando a visão natural e atomista da economia mercantil enquanto único padrão de ação racional, Polanyi (1980) sinaliza o caráter histórico, processual e plural da economia e da ação humana engajada em produzir bens. Esse autor mostra muito bem que não se tem conhecimento de que, em economias anteriores à nossa, tenha havido uma que tenha sido controlada e regulada por mercados. Pelo contrário, uma perspectiva histórica nos faz ver que, via de regra, a economia do ser humano sempre esteve submersa em suas relações sociais. Isto é, o sistema econômico é sempre uma função, uma manifestação da organização social.

A peculiaridade do sistema econômico que surgiu na Europa no século XIX foi que ele se separou institucionalmente do resto da sociedade. Segundo Polanyi (1980), esta é a principal característica da nossa civilização, a primeira a basear toda a sua organização social em fundamentos econômicos. Sem dúvida, todas as sociedades estão "limitadas pelas condições materiais da sua existência – este é um traço comum a toda a vida humana, na verdade a toda a vida" (1980, 47).

Originalmente, mercado é o lugar onde se compram, em pequenas quantidades e a preços estabelecidos, os artigos de primeira necessidade. A transformação dos mercados locais (os quais são, fundamentalmente, mercados de vizinhança) em uma economia de mercado auto-regulável (fazendo surgir o mercado moderno, simples mecanismo de oferta-demanda, regulado por preços flutuantes) foi o resultado da intervenção do Estado e da expansão do comércio exterior, o qual progressivamente penetrou nos mercados locais, e não da evolução progressiva destes para os âmbitos nacional e internacional (LANGER, 2006).

O surgimento e o desenvolvimento da indústria também exigiram que se impusesse o mercado auto-regulado, de forma a que se mercantilizasse tudo o que fosse passível de gerar valor de troca, que pudesse ser convertido em mercadorias: a terra, o trabalho e a moeda, elementos essenciais que deveriam estar disponíveis para a indústria, ou seja, devem estar à venda. Polanyi (1980,

65) reforça que "o fato fundamental é que a máquina criou uma nova civilização", a ponto da denominada Revolução Industrial se configurar como um dos grandes momentos da história da humanidade (ao lado do Neolítico e do surgimento da agricultura). O desenvolvimento da grande indústria, além de transformar nossa visão sobre o homem e sobre a sociedade, deformou – nas palavras do autor – o próprio sentido da condição humana: "A produção mecânica em uma sociedade comercial supõe nada menos que a transformação da substância humana e natural da sociedade em mercadorias" (POLANYI, 1980, 137) ¹¹⁵.

A análise de Polanyi (1980) contribuiu para situar a atual economia de mercado num contexto histórico mais amplo e a desmitificar e relativizar sua força totalizante diante da qual não seria possível desenvolver outro tipo de economia que não a mercantil. Ele distingue quatro princípios que regeriam o comportamento econômico, cada um deles associado a um modelo sociopolítico e institucional (MÉDA, 1995; LAVILLE, 2000; FRANÇA FILHO, 2003):

a. **Princípio da domesticidade:** consiste na produção para uso próprio (da pessoa ou do grupo), aquilo que os gregos chamavam de *oeconomia*. Quaisquer que sejam as entidades muito diferentes, o princípio era sempre o mesmo: produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. O modelo da administração, sempre doméstica, é o grupo fechado.

b. **Princípio da reciprocidade:** corresponde à relação estabelecida entre muitas pessoas por uma seqüência duradoura de dádivas. "A reciprocidade é em conseqüência fundada sobre a dádiva como fato social elementar, a existência do dom que é ligada a um contra-dom. O aspecto essencial da reciprocidade é que as transferências são indissociáveis das relações humanas" (POLANYI, 1980,

¹¹⁵ A civilização industrial modificou o centro do ser do homem do interno para o externo, alterando também a nossa relação com a natureza, "*criando novas relações interpessoais que refletem forças físicas e mentais capazes de auto-destruir a raça humana*" (1980, 65). Polanyi alerta para a "*fragmentação do homem*", para a "*normalização do esforço*", para a "*supremacia do mecanismo sobre o organismo e da organização sobre a espontaneidade*", como ameaças para a personalidade e a liberdade: "*a tecnologia industrial está se mostrando a si mesma capaz de gerar tendências suicidas que atacam a raiz da liberdade e da vida mesma*" (Idem, 68).

página). Por trás da reciprocidade, pode estar uma grande variedade de motivações possíveis. Apesar disso, o elo comum é a garantia de que as trocas não sejam despersonalizadas. O retorno (ganho) do dom dado nem sempre é imediato e muito menos "material" no nosso sentido. Pode estar em que, executando bem determinada ação, seu realizador ganha em respeito, em estima ou em reconhecimento diante dos outros membros.

c. **Princípio da redistribuição:** este princípio supõe a centralização numa autoridade de parte de toda a produção do grupo. Supõe o armazenamento da produção antes de ser novamente repartida. Do ponto de vista econômico, essa centralização é parte essencial do sistema vigente de divisão do trabalho. *"Entretanto, essas funções de um verdadeiro sistema econômico são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não-econômica em cada ato executado no quadro do sistema social como um todo"* (POLANYI, 1980, 53). A centralização para posterior redistribuição é fundamental para tribos de caçadores, por exemplo, uma vez que a natureza desta é sempre irregular e imprevisível. O produto da atividade de cada um é partilhado com as outras pessoas que vivem com ele.

d. **Princípio do mercado auto-regulado.** O mercado é o espaço no qual por excelência ocorre o encontro entre a oferta e a demanda, a permuta da compra e venda. Mas o princípio mercado, assim como os outros princípios, depende de um padrão. O padrão de mercado é capaz de criar uma instituição específica: o mercado. E isso tem conseqüências nada desprezíveis, pois significa uma radical mudança na maneira de conceber as relações sociais.

Os três primeiros princípios assentavam-se sobre a "poli-valência" entre o uso, a necessidade e a importância das trocas, ao passo que o mercado necessita realizar a "equi-valência" entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias. Até o século XIX, todos os sistemas econômicos conhecidos por nós foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram

institucionalizados com a ajuda de uma organização social que fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Elas não engendraram instituições únicas. Isso não significava nenhuma ausência do mercado, mas os mercados eram diferenciados e limitados a certos espaços e condições, portanto, isolados (POLANYI, 1980).

O surgimento do mercado, no entanto, só é possível mediante o desencaixe social da economia, isto é, o mercado tende a se autonomizar em relação aos demais contextos e instituições sociais, culturais e religiosas nos quais se desenrola. Em outros contextos, que não o capitalista, a troca tinha um papel circunscrito e era enquadrada por certos tipos de relações entre grupos e pessoas. No capitalismo, pelo contrário, a troca passa a ter um papel primordial na coordenação das ações humanas.

Na economia de mercado, o interesse pela obtenção de mercadoria e lucro passa a ter um lugar privilegiado, especialmente como um interesse individual perseguido por todos indistintamente. A liberdade consiste em que cada indivíduo é livre para perseguir os seus interesses particulares e dessa maneira favorecer o conjunto do corpo coletivo. Esse é, na verdade, o princípio orientador de Smith (1985), em *A Riqueza das nações*, e tantos outros pensadores depois dele. Dessa maneira, o mercado, baseado no desenvolvimento do interesse pessoal, é considerado como *o primeiro princípio de comportamento econômico* destinado a assegurar a ordem na economia na qual a esfera econômica mercantil ganha importância crescente na organização das relações entre indivíduos livres. (TOURAINE, 1999; GIDDENS, 1998; LAVILLE, 2002).

A economia de mercado, por sua própria lógica, procura relativizar, escantear, desvalorizar, minimizar a influência das tradicionais formas de economia. Ela não sabe conviver com as outras economias e as vê como formas "atrasadas", "primitivas" de economia. Felizmente, contudo, formas residuais ou reatualizadas de uma economia plural persistem até hoje.

Segundo alguns autores (MÉDA, 1995; MELLO, 2002; LAVILLE, 2002), é possível perceber outras ações econômicas desconstruindo o conceito de

riqueza definido pela economia política clássica e reatualizado pela economia neoclássica. Tal crítica passa pela maneira como é contabilizado o Produto Interno Bruto – PIB – das economias modernas, que expressa tão somente uma concepção de economia que valoriza apenas a produção que é realizada com vistas ao intercâmbio mercantil. Assim, não são contabilizadas na riqueza social o que escapa à lógica do intercâmbio: a educação pessoal, a saúde, o trabalho doméstico feminino, etc. Tampouco se inclui nessa maneira de medir a riqueza, por exemplo, o prejuízo causado à natureza (Méda, 1995).

Autores como Sue (1997) e Laville (2002)¹¹⁶ sustentam que a economia doméstica, a economia de autoprodução individual e coletiva, e a economia associativa representam uma produção de riqueza que ultrapassa o PIB tradicional, ou seja, ela é superior à riqueza produzida pela economia formal e o trabalho-emprego. Assim, sem querer subestimar a importância da macroeconomia ou da economia de mercado, convém chamar a atenção para o fato de que, em momentos de crise econômica, certamente essas "outras economias" têm contribuído em muito para que a pobreza e a miséria social não sejam maiores. Assim, falar em "crise da economia" é referir-se a um determinado tipo de economia e não à economia na sua totalidade, muito mais complexa e não passível de ser contabilizada pelos mesmos mecanismos da economia clássica, que tem por parâmetro apenas as relações monetárias que transcorrem entre a macro e a microeconomia.

Pensar uma outra sociedade significa reconhecer que a riqueza é mais ampla do que aquela incluída no PIB, mas também significa admitir uma pluralidade de economias convivendo juntas. Nem só mercado, nem só Estado, nem só economia solidária, nem só Terceiro Setor. Ou seja, como sugere Laville (2000), é preciso definir a economia de maneira mais extensiva. À economia mercantil se acrescenta a economia não mercantil, regida pela redistribuição, e

¹¹⁶ Sobre este assunto, consultar os seguintes autores: a) SUE, Roger. *La richesse des hommes: vers l'économie quaternaire*. Paris: Odile Jacob, 1997. b) MELLO, Hildete. Os afazeres domésticos também contam. In: *Textos para discussão*, UFF, Faculdade de Economia, 2005. c) LAVILLE, Jean-Louis. *Économie et solidarité: esquisse d'une problématique*. In: _____ (Dir.). *L'Économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000. p. 9-89.

cujas normas são promulgadas pelo viés da participação representativa. Mas também não é possível esquecer a economia não-monetária, na qual a produção e a distribuição de riquezas estão a serviço do laço social (FRANÇA FILHO, 2003; LAVILLE, 2002).

Adotar a perspectiva de uma economia plural significa não eliminar a economia de mercado e substituí-la pela economia doméstica ou do dom, nem voltar a um passado nostálgico, mas simplesmente tomar consciência da complexidade da economia (LAVILLE, 2002). Admitir pólos diferenciados na economia significa rehumanizar a economia de mercado e valorizar formas diversas de se fazer economia.

A concepção de uma economia que seja plural é pré-requisito básico para se admitir e valorizar a existência de uma pluralidade de atividades que não estejam submetidas à racionalidade econômica. Nesse sentido, é que a proposta de restaurar o caráter substantivo e simbólico do trabalho passa por um processo de redemocratização das relações econômicas e sociais nos espaços público e privado. Significa repolitizar um campo que foi dominado pelo pensamento único da gestão mercantil do social. É um retomada do espaço social – público e privado – como um campo democrático por excelência. Trata-se da oportunidade de dar luz à iniciativas econômicas de base popular e solidária que só podem existir a partir de um olhar plural das relações econômicas e sociais. Nos dizeres de França Filho, Laville (2002, 40) "*O mundo só pode existir enquanto mundo comum mediante a instauração de um diálogo com os outros, suscetível de levar à criação de regras sob as quais se resgate um acordo favorecendo o viver em conjunto*".

Assim, um projeto social de economia solidária pressupõe um outro olhar em relação à chamada economia real, não mais reduzida ao mercado, mas consagrada em seu caráter plural. Quer dizer, uma economia que admite uma pluralidade de princípios do comportamento econômico. Esta noção acerca da pluralidade do espaço econômico, intrinsecamente social e histórico, porém ignorado pela teoria econômica convencional, recoloca-se mediante o reconhecimento da ação econômica regida pelo princípio da solidariedade. Laville

(2002, 115), também reforça que esta dimensão, a da solidariedade, não pode ser desprezada: "*Na França, por exemplo, existe aproximadamente o equivalente à metade do produto nacional bruto [...] que não é captado, pois corresponde a formas de produção que não têm tradução monetária [...]*". Mais uma vez, é oportuno reforçar a não-contabilidade da economia doméstica ou dos cuidados, em sua grande maioria, feita por mulheres.

Nesse sentido é que a compreensão polanyiana sobre aqueles quatro princípios econômicos – mercado auto-regulado, redistribuição, domesticidade e reciprocidade – permite-nos entrever três formas de economia, produtos do rearranjo desses princípios econômicos na modernidade. Grosso modo, partilhando da discussão lançada por Laville e França Filho (2004, 116), teríamos os seguintes arranjos:

1. **Uma economia mercantil**, regida pelo princípio do mercado auto-regulado, cuja troca está delineada pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro exclusivamente utilitário, em que o valor de troca supera e é mais importante que o valor de uso gerado.
2. **Uma economia não-mercantil**, fundada na redistribuição, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, na medida em que o Estado passa a ser uma instância superior que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los.
3. **Uma economia não-monetária**, pautada na reciprocidade, em um sistema de trocas orientado segundo a lógica da dádiva. Neste tipo de formação econômica, os bens circulam de modo horizontal, e o objetivo mesmo da circulação destes é a perenização dos laços sociais. A idéia de dádiva daí advinda repousa na compreensão de que a sociedade não se reduz à lógica do mercado ou à lógica do Estado, mas traduz uma pluralidade de lógicas não redutíveis entre si. O tecido social se exprimiria, portanto, por valores não materiais como: bondade, doação, confiança, solidariedade. Valores esses só compreendidos a partir de uma ótica do "paradigma do

dom". Eis a razão pela qual os estudiosos inspirados pelo M.A.U.S.S. insistem em demonstrar que, além do social não se reduzir nem ao estatal nem ao mercantil, a obrigação mútua expressa no dar, receber e retribuir, enquanto vínculo social, não se liga apenas às sociedades do passado, mas está incorporada também nas sociedades contemporâneas (MARTINS, 2002).

Depreende-se da idéia de dádiva um componente de solidariedade, que, no seu sentido moderno, está associado a um sistema público de distribuição, através de um conjunto de dádivas mecânicas e impessoais, identificadas como dádivas secundárias (CAILLÉ, 2002). Os autores que promulgam uma nova ética social a partir das discussões em torno da economia convencional e as novas manifestações de uma economia solidária têm como pressuposto a ampliação do espaço democrático, através de políticas mais inclusivas e da participação mais ativa do cidadão nos destinos da coletividade (CAILLÉ, 2000; LAVILLE, 2000; GUERÍN, 2003; GAIGER, 1999). Seria, como admitem, a possibilidade de subordinação das questões econômicas às questões políticas. A ênfase num conteúdo ético, na restauração dos laços sociais, na ampliação da democracia e na "humanização" do capitalismo parece se constituir como o elo convergente entre os autores.

Agregar os princípios polaniyanos sobre as três modalidades de arranjo econômico é fundamental para mostrar a complexidade histórica e social que cerca o campo da economia. Dito de outra forma,

não somente as economias de mercado não são apenas mercantis, como também sua própria prosperidade repousa sobre os pólos não-mercantis – especialmente sobre todas as infra-estruturas financiadas pelos poderes públicos – e não-monetário, isto é, sobre as relações familiares, de vizinhança, associativas [...] que contribuem de modo central com o processo de socialização dos indivíduos (LAVILLE, FRANÇA FILHO, 2004, 117).

É nesse sentido que esta tese ancorou a noção sobre economia plural: um conjunto de ações, valores e atividades que não se restringem apenas à supremacia do mercado como gerador de riquezas. Esta visão implica alargar os domínios da economia e compreender a complementariedade das três formas acima citadas. "*Trata-se [...] de se pensar uma outra forma de produção e distribuição de riqueza, isto é, uma economia não necessariamente contra o mercado [...] mas uma economia com mercado, entretanto sob a condição de que ele seja submetido a outros princípios, a outras práticas sociais*". (LAVILLE apud FRANÇA FILHO, 2004, 120)

É a partir desse olhar complexificado e, porque não dizer, ampliado sobre a dinâmica do espaço econômico, que esta tese buscou fundamentos para entender mais adequadamente o processo singular de formação de uma economia solidária, que na verdade tende a reunir diferentes lógicas em interação.

A par dessa noção, esta tese compartilha das idéias lançadas por pesquisas já desenvolvidas por vários autores nacionais e internacionais (LAVILLE, 1999; 2000; 2004; NUNES, 2001) que buscam demonstrar que a economia solidária não constitui uma nova forma de economia que viria acrescentar-se às formas dominantes de economia mercantil e não-mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre tais tipos de economia, inclusive a não-monetária. Segundo Laville (2000, 48), o desafio é acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e fator de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não-monetária, que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato.

Mas, antes da análise empírica do que chamamos de economia popular solidária, é preciso ainda aclarar alguns elementos sobre a discussão acerca do fenômeno *economia solidária* no tocante aos termos e conceitos envolvidos na constituição e compreensão das chamadas alternativas à crise do mundo do trabalho. A seguir, mostraremos as diferenças que cercam os fenômenos e

termos relativos a um universo econômico mais plural em relação à formação dos tipos de economia social, popular e solidária.

Em primeiro lugar é preciso dizer que as realidades regionais e nacionais diversificam a configuração das iniciativas que podem ser lidas como ações no campo da economia solidária. Isso significa que não se pode restringir o fenômeno economia solidária nem ao tipo de economia social que se vê renascer na Europa, em especial na França, nem àquela economia de base popular, atualmente ascendente na América Latina, em especial no Brasil (LAVILLE, 2004; NUNES, 2002; GUÉRIN, 2003).

Entretanto, alguns elementos de regularidade podem ser observados em ambos os casos, o europeu e o latino, e residem exatamente no fato destas iniciativas trazerem em seu bojo uma reelaboração dos espaços públicos, redefinindo em tais espaços seus laços de proximidade e de democracia. Além disso, as razões para o desenvolvimento atual da chamada economia solidária ocorrem no contexto da crise econômica, representada pelo desemprego e pauperização em massa. Cabe ressaltar que tal crise, já discutida em capítulos anteriores, irrompe contra as bases do mecanismo histórico de regulação das sociedades ocidentais modernas, enquadradas na associação de forças entre o Estado e o mercado. Quando estes dois agentes de regulação social perdem o equilíbrio e as condições gerais de manutenção social, entram em cena outros mecanismos de produção da inserção e da interação social, tanto a nível econômico quanto político. Há ainda que se ressaltar que muitas iniciativas geradas nos termos de uma economia solidária trazem a discussão da crise de valores provocada pela exarcebção da sociedade de mercado e seu culto à satisfação individual.

É nesse sentido que entendemos que a economia solidária deve ser compreendida na sua singularidade enquanto fenômeno, ao invés de ser lida como objeto de explicações baseadas em determinações gerais: "é assim que para alguns, o fenômeno economia solidária reflete formas estratégicas de organização dos grupos populares, muito precarizadas em geral, como meio de garantia da sua sobrevivência [com amplos registros empíricos na América Latina] [...]. Para outros, pode representar formas inéditas

de ação pública, participando de uma tendência atual de desenvolvimento de novas formas de solidariedade [fenômeno mais comum na Europa] [...]" (LAVILLE, 2004, 20).

Enquanto conceito, o termo economia solidária elabora-se a partir de 1990 na França, oriundo das pesquisas realizadas em Paris, no Crida (Centre de Recherche et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie), sob a coordenação de Jean Louis Laville, buscando exatamente compreender a emergência e o desenvolvimento de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, chamadas iniciativas locais na Europa. Tais iniciativas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. A expressão "economia solidária" vem em um primeiro momento indicar, por um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas: iniciativa e solidariedade. Por outro, sugere também a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva das atividades econômicas (FRANÇA FILHO, 2003).

Laville (1999, 2002, 2004) sugere uma hipótese interpretativa acerca da dimensão social da economia solidária que seria o fato deste fenômeno favorecer a articulação dos serviços de proximidade ou solidários, o que permite entrever a economia solidária como uma forma de regulação baseada na auto-organização social a partir de dois princípios:

- a) **A hibridação de economias ou recursos**, a fim de permitir a sustentabilidade dos projetos criados, pois articulam-se aqui distintas fontes de recursos. Tais fontes são de natureza não-mercantil (geradas através de subvenções e recursos provenientes do poder público, seguindo a lógica redistributiva); mercantil (disponibilizadas pela venda ou prestação de serviços a particulares, atreladas à lógica da auto-regulação racional dos mercados): e por fim, a fonte de recursos não-monetários, disponibilizados através da participação voluntária e/ou da doação sob a forma material ou humana, atinentes à lógica recíproca:

- b) **A construção conjunta da oferta e da demanda.** Ou seja, os serviços são concebidos e propostos em função de necessidades sociais reais vivenciadas em nível local. Esta construção conjunta da oferta e da demanda é possível em razão da interação entre os diferentes participantes da iniciativa e as suas necessidades: ao mesmo tempo usuários e assalariados ou usuários e voluntários.

A linha de raciocínio e interpretação que adotamos nesta tese acerca da análise do que vem a ser a economia solidária supõe uma articulação específica entre as esferas econômica, social e política, em razão mesmo dos diferentes registros de ação e lógicas que marcam as experiências ocorridas em contexto de economia solidária. Trata-se, desse modo, de uma forma de economia que, ao invés de se constituir como um setor à parte (um terceiro setor), tem muito mais vocação, segundo supõem as pesquisas de alguns pesquisadores (LAVILLE, 1999; FRANÇA FILHO, 2002; NUNES, 2002; GUÉRIN, 2003; CRUZ, 2002), para interagir com as formas econômicas dominantes, respaldadas pela atuação do Estado e do mercado. A economia solidária seria o arranjo particular de princípios econômicos diversos, o que é possível à medida que se rompe com o unicismo da economia clássica e se coloca a lógica mercantil em interação com outros mecanismos que tenham por princípio a ação coletiva, em seus termos recíproco, associativo e solidário.

Nesse sentido, fica claro que esta tese não adota a posição de que a economia solidária seja uma atividade de resgate das formas de socialidade comunitaristas, bem marcadas pelo caráter de grupo fechado e balizadas pelo peso da tradição dos costumes – caso que se viu no início da formação das associações e cooperativas de base econômica social, na Europa de meados do século XVIII. Coloca-se também um contraponto à visão neoliberal que compreende a economia solidária como uma possibilidade de se constituir como um setor à parte, um terceiro setor, vindo a justapor-se aos outros dois já organizados – Estado e mercado, com o objetivo de cobrir as lacunas por estes deixadas. Segundo Laville (2000), esta é uma visão paliativa da capacidade de auto-regulação que comporta as experiências de economia solidária, pois esta funcionaria como uma economia subsidiária às formas mercantis e estatistas.

Laville arremata a questão e lembra que o terceiro setor é um fenômeno de característica norte-americana e, portanto, paliativo e não-emancipatório da crise que hoje vivem as organizações sociais ocidentais.

O caráter inovador e emancipador da economia solidária está na possibilidade que esta traz de reinventar os espaços sociais, democratizando as relações de trabalho, resignificando os chamados espaços de proximidade, reiventando a política e as práticas de negociação e reconhecimento social na família, na escola, na comunidade, nos arranjos produtivos locais. Isso implica sair da noção de liberdade e direito formal e conduzir as pessoas para uma situação de direito substantivo e liberdade real, no sentido de que estas possam ter consciência do que elas podem ser e fazer realmente (CRUZ, 1998; GUÉRIN, 2003).

Guérin (2003) aponta que uma das vocações da economia solidária é articular "espaços de mediação" entre os atores sociais. Esses espaços seriam lugares sociais nos quais as aproximações e diálogos sobre a vivência local abririam para as pessoas um diálogo entre o espaço privado/doméstico e público, monetário e não-monetário. Constituem espaços para discussão, reflexão e, no caso das trabalhadoras pobres, é uma forma de lançar outros elementos na sua rotina. Tal noção busca reconduzir a divisão social do trabalho, em especial a divisão sexual, de forma a promover uma redefinição da divisão das tarefas entre a família, as autoridades públicas, o mercado e a sociedade civil.

Partindo dessa linha de raciocínio, é importante frisar que uma das características que diferem a economia solidária da economia social e popular é o fato dessa reinventar o diálogo entre o espaço público e o comunitário. Ao mesmo tempo, tal aproximação só é possível porque as experiências de economia solidária registradas mundo afora trazem em seu bojo, a despeito das diferenças socioculturais, a reatualização da idéia de solidariedade, de forma a contrapor-se a uma noção tradicional de solidariedade, de característica intra-social e sem negociação e/ou mobilização política e institucional do espaço público (NUNES, 2002; 2006; LAVILLE, 2004). Ou seja, o conteúdo atual dado à noção de solidariedade é a base do desenvolvimento de uma dinâmica comunitária de

atividades econômicas que buscam enfrentar os problemas públicos mais gerais, situados no campo da educação, saúde, cultura, trabalho e meio ambiente. De forma mais precisa, trata-se da articulação de uma dinâmica comunitária (mais tradicional) com uma dimensão pública (mais moderna) na organização das iniciativas de economia solidária:

[a articulação público/comunitário] é particularmente evidente nos casos em que a ação associativa, fortemente baseada nos vínculos comunitários, ataca a resolução de problemas públicos concretos ligados às condições de vida das pessoas no contexto de um bairro, por exemplo. A este respeito, o caso da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCOP, na periferia da Cidade de Fortaleza no Ceará (mais conhecido sob a denominação de "Banco Palmas"), representa uma das ilustrações mais emblemáticas. Porém, mesmo em relação àqueles casos muito difundidos de economia solidária no Brasil, que são as várias formas de cooperativas de produção ou de prestação de serviços, em que a dimensão socioeconômica da ação tende a prevalecer sobre a dimensão sociopolítica, é possível também se pensar em termos de uma dimensão pública quando a ação organizacional se coloca em relação à problemática de geração de trabalho e renda (o que pode ser visto como um problema público). É exatamente esta dimensão pública da ação, ou seja, de um agir no espaço público, que confere à economia solidária uma dimensão política fundamental. Esta é [...] uma forma de ação política, pois supõe também uma mudança ou transformação institucional, que se faz, porém, num processo, cotidiano mesmo, em que se experimentem outros valores e lógicas associados ao trabalho econômico, concebido acima de tudo como construção coletiva democrática". (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, 18-19)

5.2 – Distinções entre a economia social, a economia popular e a economia solidária

A primeira parte deste capítulo procurou demonstrar a importância de se recuperar o caráter plural da economia. Nesse sentido, é que se abordou que somente uma economia plural, não restrita apenas ao mercado, permite o intercâmbio de outras práticas econômicas que, enquanto práticas sociais, ressaltam o caráter público e coletivo da construção do mundo do trabalho. É a partir dessa recomplexificação do campo econômico que a economia solidária

ganha fôlego e aparece como uma proposta de redemocratização das relações sociais do mundo do trabalho, além de trazer em seu bojo um redimensionamento entre o espaço público e o comunitário, promovendo entre ambos um diálogo e um reconhecimento em termos de uma ação política organizada. Nas linhas seguintes, apresentamos as distinções entre os termos economia social, economia popular e economia solidária, de modo a justificar a complexidade do fenômeno e demonstrar que o trabalho das mulheres do grupo Apoena e da cooperativa 100 Dimensão se insere no âmbito empírico e teórico do que chamamos de economia popular e solidária.

Os termos economia social e economia solidária tem uma tradição histórica em comum. Essa proximidade veio com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que foi traduzido numa dinâmica de resistência popular, fazendo emergir um grande número de experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua – o mutualismo –, da cooperação e da associação.

Naquela época, a sociedade de mercado já demonstrava que não seria possível manter um equilíbrio eterno entre a gestão econômica e a social. As iniciativas associativistas ao recusarem a autonomia do aspecto econômico nas suas práticas, em face dos demais aspectos – social, político, cultural, etc. –, ficaram conhecidas pela sua faceta social. Isso marcou, também, um ideal de transformação social que não passava pela tomada do poder político via aparelho do Estado, mas pela possibilidade de multiplicação das experiências de associação e adesão livre ao trabalho cooperado entre trabalhadores em posição de igualdade entre si (SINGER, 1999).

As condições de pauperização que marcavam a vida de amplas parcelas da população na Europa nesse momento se deviam à superexploração do trabalho no contexto de nascimento do capitalismo, bem como ao desemprego que se agravava. Compreendidas, portanto, como iniciativas oriundas dos setores populares, combinando, ao mesmo tempo, na sua ação organizacional, uma dimensão social e uma dimensão econômica sob um fundo de luta política, essas experiências modificam aos poucos o conteúdo de sua prática, ou seja, mudam

de fisionomia ao longo da história. Isso precisamente em razão de um forte movimento de especialização e de profissionalização gestonária, que se funda sobre lógicas funcionais impostas pelos poderes públicos ou que se tomam emprestadas à esfera mercantil. As ações empreendidas nessa dinâmica associativista ganharam progressivamente o reconhecimento dos poderes públicos, o que resultou na elaboração de quadros jurídicos que tanto conferiram existência legal às iniciativas como contribuíram para separar o que o movimento associativista original queria reunir (FRANÇA FILHO, 2003).

A partir desse contexto, passou-se a definir economia social como um conjunto de organizações e empresas cujas atividades produtivas respondiam aos seguintes princípios prioritários: adesão livre, democracia interna (um homem, um voto), lucratividade limitada (os excedentes deveriam ser reinvestidos no grupo), e valorização da dimensão humana e solidária do trabalho (WAUTIER, 2003 *apud* FRANÇA FILHO, 2004). Esse conjunto de princípios materializou-se em três formas de grupo e ação econômica: a) as cooperativas com ação econômica mercantil; b) as mutualidades, inseridas na economia não-mercantil e apoiadas pelo Estado providência e; c) as associações, caracterizadas pelo trabalho de proximidade. Esses grupos econômicos possuíam estatutos próprios, reconhecidos legalmente desde o final do século XIX.

Desde essa época, então, essas organizações não fixam suas raízes institucionais nem no mundo capitalista nem na esfera pública. A luta do movimento operário gerou não apenas os sindicatos, mas também as cooperativas, as mutualidades e as associações. A organização de estatutos diferentes para cada tipo de organização – cooperativa, mutualista e associativa – gerou uma fragmentação da economia social em estatutos jurídicos específicos, que se consolidou aos poucos durante a segunda metade do século XIX e na passagem para o século XX, refletindo a tendência dessas organizações a se isolarem em função dos seus respectivos estatutos jurídicos e, ao mesmo tempo, a se integrarem ao sistema econômico dominante¹¹⁷.

¹¹⁷As cooperativas, por exemplo, inseriram-se amplamente na economia mercantil, ocupando principalmente aqueles "setores de atividade nos quais a intensidade capitalista permanecia fraca"

A perspectiva de uma economia solidária desaparece assim num primeiro e longo momento, assistindo-se ao desenvolvimento, no seu lugar, de uma economia social que se torna altamente institucionalizada ao longo do século XX – seu papel praticamente se limita àquele de uma espécie de apêndice do aparelho do Estado. As organizações da chamada economia social hoje, na França, por exemplo, como alguns grandes bancos, hospitais, ditos cooperativas ou organizações mutualistas, representam grandes estruturas tecnoburocráticas que dificilmente se distinguem, na sua dinâmica de funcionamento, de uma empresa privada ou pública (FRANÇA FILHO, 2003).

Como ilustra o caso francês, economia solidária e economia social remetem hoje, portanto, a dois universos distintos de experiências. Como já sinalizado, o termo economia social designa, de um ponto de vista jurídico, o universo constituído por quatro tipos organizacionais fundamentais: as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associação de grande porte. É justamente em relação às características atuais assumidas pela economia social que vem se demarcar a noção de economia solidária, pela afirmação da dimensão política na sua ação, o que nos leva a defini-la como experiências que se apóiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos e projeto públicos e sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania. Para Laville (1999), isso implica um processo de democratização da economia a partir de engajamentos cidadãos. A economia solidária pode ser vista assim como um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social no seu conteúdo solidário e de auto-gestão cooperada para o trabalho.

Assim, com a noção de economia solidária, a questão que se coloca é aquela de um novo relacionamento entre economia, sociedade e Estado. Se certas características organizacionais particulares (notadamente no que se refere

(França Filho, 2003, página), e as organizações mutualistas são quase que integralmente incorporadas à economia não-mercantil praticada pelo Estado. Essa dinâmica organizacional refletiu, portanto, do ponto de vista interno, a própria mudança no perfil dos quadros que a constituem: os militantes políticos, embalados pelos ideais de um vigoroso movimento operário, pouco a pouco são substituídos por profissionais de forte caráter tecnoburocrático, cuja presença passa a ser hegemônica nessas organizações. A dimensão técnica ou funcional da organização passa então a primar sobre seu projeto político.

ao aspecto democrático da organização do trabalho) são sublinhadas na apreensão desse termo, trata-se aqui, entretanto, da inscrição sociopolítica das experiências que fundam essa noção. Esta é a razão pela qual entendemos que, para além de um conceito que serve para a identificação de um certo número de experiências com um estatuto diferente daquele da empresa capitalista, a noção de economia solidária remete a uma perspectiva de regulação democrática e pública de um projeto político de sociedade. Isso se dá em função precisamente da dimensão histórica desse fenômeno e das suas características fundamentais. Portanto, admitir a possibilidade de uma outra forma de regulação da sociedade através da idéia de economia solidária significa reconhecer um outro modo de vida em sociedade, não centrada nas esferas do Estado e do mercado.

Caracterizamos a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações interpessoais, em que o laço social é valorizado através da reciprocidade e adoção de formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional (LAVILLE, 1994).

O conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. O termo, segundo alguns autores (LAVILLE, 2000; FRANÇA FILHO, 2002; NUNES, 2002) tenta dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades¹¹⁸ e associações.

Para realidades como as dos países africanos e latino-americanos, diferentes das que existem nos países do norte, em se tratando de mapear

¹¹⁸ Associações de ajuda mútua, principalmente na área da saúde e da previdência social.

iniciativas de economia solidária, o termo que se tem aplicado é o de *economia popular*.

Própria do contexto latino-americano, que não possui a mesma configuração de Estado social típico da sociedade européia, a noção de economia popular é utilizada, na maioria das vezes, para identificar uma realidade heterogênea, um processo social que pode ser traduzido pela "aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América latina" (Razeto, 1991). Os biscates ou ocupações autônomas, as microempresas familiares, as empresas associativas ou, ainda, as organizações econômicas populares, constituem alguns dos exemplos de iniciativas desse universo.

Em se tratando de economia popular, e essa é uma característica fundamental que, ao nosso ver, merece ser destacada, o registro da solidariedade permanece a base fundamental sobre a qual se erguem ou, melhor, se desenvolvem as atividades econômicas. Essas iniciativas representam, de um certo modo, um prolongamento das solidariedades ordinárias (isto é, aquelas que se praticam no cotidiano mesmo da vida no interior dos grupos primários). Parece residir precisamente neste aspecto o traço mais característico dessa economia popular.

Ou seja, ela encontra no tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de atividades. Dito de outro modo, o conceito de economia popular trata, segundo nosso entendimento, da produção e desenvolvimento de atividades econômicas calcadas numa base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local. Tal dimensão comunitária da ação local, ou da economia popular, articula-se em alguns casos com o plano institucional. Isso acontece, particularmente, nos casos em que o poder público reconhece o saber popular e tenta apoiá-lo sob a forma de assessoria técnica,

que, na prática, muitas vezes acaba funcionando como modo de instrumentalização das experiências populares¹¹⁹.

A economia popular possui forte base local, na medida em que sua aparição está ligada às iniciativas de grupos de pessoas que habitam um mesmo bairro e que compartilham uma mesma situação de vida e preocupações comuns. Conseqüentemente, a iniciativa aparece quase sempre marcada por uma dimensão comunitária que influencia fortemente a dinâmica do empreendimento. É, nesse sentido, que a economia popular se difere do projeto de uma economia solidária quanto ao alcance e natureza de ambas. Como já registrado anteriormente, as experiências de economia popular são regidas pela necessidade de produzir renda para o provimento básico da sobrevivência de centenas de milhares de grupos pauperizados pela lógica de produção material dominante. Como tais iniciativas atuam apenas no sentido de garantir apenas a reprodução imediata das condições materiais de vida das pessoas, não conseguem fazer com essas superem a condição de pobreza e subordinação à lógica do capital¹²⁰. Isso significa que tais iniciativas da ordem de uma economia popular funcionam no plano de uma reprodução simples da vida (CORAGGIO, 1999), representando apenas uma pequena extensão da unidade familiar.

A história do grupo de trabalhadoras do Apoena, Vila Estrutural traz algumas peculiaridades e fragilidades, típicas da economia de base popular, descrita acima. A primeira delas é que o próprio processo de formação do grupo não partiu das trabalhadoras e sim de uma motivação externa: o grupo originou-se da iniciativa da artesã e *designer* de moda K.F., que idealizou a grife Apoena, feita de material em crochê. K.F. percorreu várias cidades satélites com o objetivo

¹¹⁹ A tradição do recurso ao mutirão nas práticas de organização e de produção dos grupos populares, muito comum na nossa realidade, pode ser considerada como caso ilustrativo dessa articulação entre necessidades (demandas) e saberes (competências). O mutirão é um sistema de autoorganização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos, que consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos (França Filho, 2000; 2001; 20003).

¹²⁰ A lógica básica do capitalismo está na socialização contraditória da força produtiva e das relações de produção, em que o processo de produção é socializado e os bens produzidos são privatizados.

de buscar, no seu dizer, "mulheres desempregadas ou sem ocupação" que quisessem aprender um ofício e ter uma renda própria.

Como algumas pesquisas já apontaram (NUNES, 2001; CRUZ, 2002), o processo de formação de empreendimentos populares e solidários não pode prescindir da vontade e da participação dos envolvidos. Agentes externos devem ser mobilizados para prestar apoio técnico e não substituir a liderança local da comunidade. Assim, no caso do Apoena/Vila Estrutural, a representante do grupo não guarda cumplicidade com a história de vida das mulheres envolvidas no grupo nem tampouco com o lugar. Outro ponto de fragilidade está no modo de conduzir as atividades do grupo, que ficam centralizadas na atuação de M^a A, que também não mora na comunidade, tendo se aproximado do grupo via SEBRAE, embora não mais represente este órgão.

O grupo Apoena da Vila Estrutural é um núcleo entre vários que foram abertos por K.F. e M^a A. Isso seria significativo se os grupos formados em quatro cidades-satélites (Recanto das Emas, São Sebastião, Vila Paranoá, Vila Estrutural) e que reúne cerca de 600 mulheres, tivessem algum tipo de contato, interagisse como rede de apoio social ou intercâmbio entre as trabalhadoras enquanto "associadas" do mesmo projeto Apoena. Mas os núcleos não dialogam entre si e atuam isoladamente.

Uma outra fragilidade está no fato de não haver uma associação de fato. O que há é uma grife que aloca a força de trabalho das moradoras da Vila Estrutural e repassa a essas o que cada uma produz individualmente. Além disso, as trabalhadoras ali reunidas não são donas dos insumos de trabalho e tampouco discutem a gestão do grupo com as líderes K.F. e M^a A, o que faz com as mulheres-trabalhadoras continuem no grupo parece ser os laços de reciprocidade que elas estabelecem entre si, pois como disse uma delas *"aqui a gente se respeita mais, porque todo sabe que a vida não é fácil e a se a gente não se ajudar não tem saída pra ninguém"*.

A estruturação interna das atividades do âmbito de uma economia popular é precária e demonstra pouco grau de articulação externa: na maioria dos

casos, inexistem a construção de redes de apoio com outros setores de características semelhantes ou até mesmo de contato com o poder público. Desse modo, a capacidade que possui a economia popular de agir no espaço público, ou seja, de atacar problemas macrossociais mediante sua ação, parece-nos muito pequena, restringindo-se tão somente à esfera comunitária.

O mundo da economia popular seria o lugar onde se realizam as atividades que respondem às rupturas contínuas impostas pela reconstrução global do capital, sendo o lugar também que absorve os comportamentos reativos da população trabalhadora em luta para reproduzir sua vida. Esse mundo da economia popular, que se organiza sob as formas de reprodução da vida que não se situam estritamente na lógica da economia capitalista, deveria ter como unidade de análise econômica aquilo que os antropólogos chamam de unidade doméstica de trabalho (CORAGGIO, 2000) Ou seja, a unidade de análise econômica na economia solidária não deve ser nem o indivíduo, que trabalha por conta própria, nem tampouco a microempresa. Coraggio (2000) lembra que se a perspectiva da economia solidária é a reprodução da vida, a unidade de análise mais conveniente é aquela gerada pelo núcleo familiar.

Para Coraggio (2000), a unidade doméstica, como unidade de organização dos sistemas de reprodução, é a célula da economia popular, da mesma forma que as empresas, como microunidades de reprodução do capital, são as células da economia capitalista. Nesse sentido, a unidade doméstica pode ser formada tanto por pessoas com vínculo de consangüinidade, como pode ser unipessoal e até formada por amigos e comunidades étnicas, por vizinhos, etc. Em qualquer uma dessas aglomerações, o sentido é solidário, pois, para produzir algo, é necessário unir forças e conhecimento que juntos somam esforços para compartilhar recursos, articular estratégias e assim reproduzir sua vida coletiva. A soma destes interesses e dos recursos que tais pessoas conseguem organizar tornam essas unidades de reprodução da vida um lar, um domicílio, um lugar que produz uma referência de trabalho, sociabilidade e identidade para quem dela participa.

Coraggio (2000) assinala ainda que a economia popular é inorgânica, anômica, empobrecida, pois ela está dispersa, sem nenhuma articulação em

redes de trocas e sustentabilidade e atravessada por contradições internas, como por exemplo trabalhar em função da cooperação e não da competição, deixando de auferir êxito no mercado. Para este autor, a economia popular teria ainda como contraponto dois outros sistemas econômicos totalmente externos à unidade familiar: a economia empresarial e a economia pública. Ambas fortemente institucionalizadas e centralizadas. A idéia de Coraggio é que, para limitar as conseqüências destruidoras do capital-dinheiro e do capital-político na vida dos trabalhadores, é preciso que esse conjunto híbrido, que é a economia popular, transforme-se e desenvolva-se até se conformar em um sistema de economia do trabalho solidário. Quer dizer, um sistema que permita que a unidade doméstica insira-se na divisão do trabalho, mediado pelo mercado, seja pela venda de força de trabalho e de bens e serviços ou pelo trabalho cooperado:

A hipótese que queremos discutir é que a partir deste universo magmático [disperso] da economia dos setores populares, é possível que surjam estruturas mais eficazes e eficientes para a reprodução da vida [...] com muito mais rapidez e segurança se for exercida por uma ação coletiva suficientemente forte e orientada por um paradigma de desenvolvimento humano. Estamos pensando em chegar a um sistema misto, composto de três subsistemas [empresarial, público e do trabalho] um dos quais é o conjunto integrado das múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores. Vamos chamar de economia do trabalho porque está centralizada no trabalho como seu principal recurso, onde a lógica não é a acumulação nem do capital monetário nem do capital político, mas o humano: a reprodução ampliada da vida de todos. (CORAGGIO, 2000, 112)

Para Coraggio (2000), uma economia do setor popular bem articulada pode vir a transformar-se em uma economia do trabalho solidário. Assim, para pensar a idéia de economia solidária, esse autor articula dois universos

conceituais: um referente ao que ele chama mundo da economia popular e outro referente ao mundo da economia do trabalho cooperado.

A complexidade que cerca os estudos sobre novas formas de ação econômica e de gestão do social é tão extensa que a própria história dos grupos de mulheres, estudadas nesta pesquisa, demonstra isso: se, por um lado, há fragilidades quanto à capacidade do grupo de desenvolver uma reprodução ampliada e no circuito público maior, pois em um primeiro momento o importante é sobreviver, por outro lado, a própria vontade de "juntar-se a alguém ou grupo" porta um valor de emancipação que está dado pela cooperação e solidariedade mútuas. Por exemplo, a história da Cooperativa 100 Dimensão porta essas características: o grupo surgiu da organização popular e do anseio em comum de superar a pobreza e desemprego:

Entrevistador: *"Como esse grupo foi formado?"*

Cooperada: *"Tem muita coisa na história da 100 Dimensão. Quando eu entrei na 100 Dimensão, a 100 Dimensão já tinha aproximadamente seis meses, mas antes disso posso te dizer da seguinte forma. Elas eram a maioria mulheres fora do mercado de trabalho, e tinha começado fazer o assentamento no Riacho Fundo II, então naquela época não tinha água aqui, não tinha luz. Então lá elas, as mulheres, se encontravam muito nos chacis, nesses locais que pegam água e ficavam conversando, esperando o caminhão pipa vir pra poder encher os baldes e ir pra casa. Então a Sônia [...] começou a reunir o povo, a comunidade que morava perto dela, pra poderem fazer alguma coisa. Fizeram reuniões na casa dela. Chegou a juntar 150 pessoas na casa dela, fizeram a busca no edital, passaram por vários produtos até chegar na coleta seletiva. Quando chegou nessa área ela foi procurar como fazer, aí ela foi até o SEBRAE, juntamente com a população que era muito carente. A população não tinha nem dinheiro pra passagem. Foi até o SEBRAE,*

chegou lá, entrou no processo e tá até hoje. Depois foi juntando mais parceiros, como a O CDF, a fundação do Banco do Brasil, aí veio Caixa Econômica e assim por diante [...]". (A.A.B., 28 anos, 2 filhos, cooperada 100 Dimensão)

"Foi a fome mesmo. Foi a necessidade. Nós não tínhamos saída, ou a gente continuava com os braços cruzados esperando pra cair na mais extrema miséria, porque você sabe, as taxas públicas são muito altas: conta de água, luz, telefone... Então se você não tem uma fonte de renda a tendência é você vender aquilo que você tem, o último pra pagar e se empurrar ainda mais pro Goiás, até que você chega a uma completa miséria e que você vai parar embaixo da ponte. Então a gente não tinha muita saída, a gente tinha que ver uma fonte de renda, né!? Ou então ia acabar nossa esperança de vida. E foi a necessidade que nos uniu. Hoje eu percebo sim, nós éramos muito voltados pro próprio umbigo e depois nós formamos um grupo. Depois de capacitação nós percebemos que entramos num grande mercado, que é a área de resíduos sólidos, nós perdemos 4,6 bilhões por ano por não tratar o resíduo direito, então é um mega negócio. Um dos negócios de hoje que no futuro vai dar mais dinheiro é o resíduo sólido. E nós percebemos também que a facilidade de estar numa cooperativa e numa associação iria dar a possibilidade de montar esse negócio com muito mais rapidez do que fosse uma empresa privada, né!? Porque a gente teria, assim, vários facilitadores, entre eles a capacitação do SEBRAE [...]. E agora a pressão nas empresas de responsabilidade social, né!? Elas têm que dar destinação também correta para seus resíduos. Então juntou, o universo conspirou a favor desse negócio que escolhemos, fomos muito felizes na escolha, né?! Mesmo agindo sobre pressão fomos muito felizes e hoje nós percebemos que nossa responsabilidade é também com as

outras cooperativas de catadores do Distrito Federal pra que a gente deixe de ser grupos isolados e passe a ser uma categoria, né? Esse é o caminho, então aí existe uma luta com o fórum de cidadania, junto com outras organizações para a gente chegar a isso". (Sônia Maria da Silva, 43 anos, 2 filhos, presidente 100 Dimensão)

É a organização dessas iniciativas que nos faz pensar que se está desenhando uma economia popular e solidária, na medida em que tais iniciativas não se limitariam mais à chamada esfera de reprodução simples e estariam se orientando também para a reprodução ampliada da sociedade (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Ou seja, sua ação abrange tanto o plano do nível de renda quanto aquele das condições de vida mais gerais, o que significa inscrever tal iniciativa também no âmbito de uma reivindicação por direitos, implicando, desse modo, uma abertura da sua ação sobre um espaço público¹²¹.

Se a referência ao tecido social local e às suas práticas de reciprocidade como meio de elaboração de atividades econômicas é o que marca ou define a própria idéia de economia popular, reside, precisamente, neste aspecto a possibilidade de sua distinção em relação à noção de economia informal. Nesse tocante, é preciso dizer que a economia informal é um das faces da economia popular e que aquela guarda as suas especificidades, o que não nos permite tomar um fenômeno pelo outro. De fato, essa distinção deve ser sublinhada. A economia informal assume, na maioria dos casos, a forma de microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais e não apresentando, desse modo, uma articulação com uma base social local precisa ou com um saber ancestral.

¹²¹ A título de ilustração desta idéia, França Filho (2001) cita, entre vários outros casos, o da organização de um cursinho pré-vestibular para estudantes carentes negros que atua em Salvador – a Associação Steve Biko – que em sua ação beneficia não apenas aqueles membros internos que conseguem auferir renda a partir das aulas ministradas, mas, sobretudo, um público maior que se encontra na própria sociedade à medida que a ação organizada desse grupo ataca uma problemática pública: o acesso à educação superior para grupos pobres da população.

Entretanto, tal distinção aparece, na maioria das vezes, de modo bastante sutil, pois, à primeira impressão, a economia informal e a economia popular são comumente percebidas como expressões sinônimas e isso em razão do caráter de movimento multiforme próprio à idéia de economia popular. Esta última compreende um amplo leque de iniciativas socioeconômicas, mais ou menos autocentradas ou heterocentradas (voltada para fora dela própria como organização). Isto é, oscilando de simples formas de sobrevivência dos mais pobres (marcados por um alto grau de precariedade institucional) até a idéia de modos de organização democráticos, ou seja, abertos sobre o espaço público (este é, particularmente, o caso de um certo número de experiências de associação e de "cooperativização" encontradas hoje).

Os desafios em torno desse universo da economia popular tornam-se mais claros no debate em que se contrapõem, de um lado, uma visão que o associa, ou melhor, o reduz à idéia de uma estratégia de sobrevivência – o que significa interpretá-la como amortecedor dos efeitos da crise – e, do outro lado, sua compreensão como motor do desenvolvimento. Nesse sentido, é o próprio debate sobre a noção de desenvolvimento que está em questão. A capacidade que terá essa economia popular para se constituir como um setor ao mesmo tempo autônomo e interdependente em relação às esferas dominantes (Estado e mercado) está intimamente ligada, a nosso ver, à formulação de uma visão de desenvolvimento que possa se assentar sobre uma concepção plural da economia. Porém, não nos encontramos exatamente nesse quadro¹²².

¹²² As concepções dominantes do desenvolvimento, em que a ênfase é posta na centralidade do mercado, privilegiando-se a idéia de crescimento econômico, atribuem a essa economia popular um lugar bastante subordinado na dinâmica socioeconômica mais geral: sua representação é comumente associada à idéia de uma espécie de "economia dos centavos" ou de uma "economia dos pobres", destituída, portanto, de um alcance transformador maior. A esse respeito torna-se instrutivo observarmos como certos discursos se reelaboram, sobretudo no seu sentido mais retórico, na busca de novos padrões de legitimidade em face das transformações em curso. Esse é particularmente o caso da visão dos economistas mais convencionais, em geral de inspiração neoclássica, que sempre desconhecera essa distinção entre economia informal e economia popular, desprovidos, como habitualmente o são, de uma visão sociopolítica dos fenômenos produtivos. Pensando economia informal e economia popular do mesmo modo, mas privilegiando a primeira rubrica, a perspectiva liberal tem elaborado novas estratégias em relação a essa questão, tal como aparece recentemente no discurso de certas instituições internacionais. A esse respeito, a observação lançada por Lautier (1995) parece particularmente esclarecedora do jogo político subjacente a essa discussão. Para esse autor, depois que as grandes instituições financeiras internacionais, tais como FMI e Banco Mundial, se deram conta dos limites do mercado

Kraychete (1999) também entende que a economia popular possui várias articulações e uma delas é a informalidade. Como já sabemos, o estudo do informal não deve estar limitado ao executor da atividade, mas sim à atividade estabelecida e gerenciada em um contexto que nos permite vislumbrar um sistema articulado de emprego (NUNES e THEODORO, 2000). Quer dizer, há determinantes funcionais à existência e permanência do informal, que lhe conferem uma organicidade, ao contrário do que Coraggio supõe ao entender que o informal é inorgânico e desarticulado, pois o informal estabelece-se sob unidades produtivas, que, apesar de estruturas heterogêneas (aqui se fundem comércio e prestação de serviços das mais variadas ordens), possuem uma funcionalidade que lhes permite criar uma rede de atuação paralela ao formal, sendo parte integrante da estrutura econômica e não apenas um bolsão de resposta às declinações do sistema formal de empregos.

A diferença entre os referidos setores está estabelecida a partir da forma de organização do trabalho, bem como do tipo de relações sociais estabelecidas. Assim, a idéia de inorganicidade e anomia deve ser melhor discutida para se pensar a economia popular, pois o exemplo da articulação e organicidade do setor informal permite-nos visualizar funcionalidade para estas atividades. Além disso, um setor que absorve cerca de 52% da população economicamente ativa do país (ANTUNES, 1999; POSTHUMA, 1999; HIRATA, 1998) não pode ser tão desarticulado e sem regras como muitos postulam. O que ainda é preciso discutir é como organizar, no informal, as bases para os encargos sociais para aqueles que dele vivem. Há ausência de um marco regulatório global e institucional que cerceie e regule práticas abusivas e estabeleça alguns parâmetros para o funcionamento do mercado de trabalho. Mas, como sabemos, essa também é uma discussão no setor formal, que não está colocada apenas para a informalidade.

na sua capacidade de satisfazer necessidades, a imagem de uma economia informal, "que estava carregada de todos os vícios" (fraca produtividade, baixos níveis de rendimento, evasão fiscal, condições de trabalho penosas, ausência de proteção social, etc.), subitamente ampara-se de todas as virtudes (motor de geração de emprego e de renda, substituto de um Estado à bancarrota, lugar de desenvolvimento da solidariedade, etc.). "Ela está, para o Banco Mundial, no centro da luta contra a pobreza" (Lautier, 1995).

Algumas pesquisas (KRAYCHETE, 2000; CRUZ, 2002) que buscam um paralelo entre a economia solidária e o setor informal apontam três razões para se identificar um Empreendimento Econômico Solidário (EES) com as organizações de trabalho informal: a) os estudos e as informações estatísticas sobre o trabalho realizado de forma individual ou familiar, sobretudo nos espaços urbanos, normalmente referem-se de fato ao denominado setor informal; b) estas formas de trabalho não são iniciativas isoladas, mas interagem com o seu entorno, relacionando-se com os mercados e circuitos produtivos dominantes; e c) tais modalidades de trabalho são historicamente determinadas, não se confundem com a economia capitalista e possuem uma lógica econômica específica.¹²³

É por conta de registros como os que temos desenvolvido que, no Brasil, o termo economia solidária tem sido aplicado para designar a identificação de diferentes iniciativas de grupos sociais, de base popular na maioria das vezes, que organizam alternativas econômicas ao desemprego e à pobreza, em nível local. Além disso, essas experiências caracterizam-se pela associação e autogestão econômica, orientadas por princípios de equidade e participação (SINGER, 1999; GAIGER, 2000). Esse solidarismo popular se expressa no ideário e na prática de um número crescente de empreendimentos econômicos, levados a cabo por trabalhadores, premidos pela falta de alternativas de subsistência ou movidos pela força de suas convicções. Neles, combinam-se atividades produtivas com atividades de cunho social e educativo, centradas, umas e outras, nos valores do solidarismo e da reciprocidade.

¹²³ Usualmente, o setor informal é definido pela função do ativo/trabalhador e não pela atividade, justapondo-se a diversos critérios: trabalhadores por conta própria, contando ou não com a ajuda de mão-de-obra não-remunerada; empresas com menos de cinco empregados; setor em que os negócios e os contratos de trabalho não obedecem à legislação trabalhista e fiscal, etc. Nesses termos, a conceituação do setor informal seria um movimento reflexo do setor formal: cresceria nos momentos de crise, amortecendo o desemprego gerado no setor formal. Até os anos 70, o setor informal era entendido assim: um subproduto de um eventual período de crise ou insuficiente desenvolvimento do setor formal, que seria superado pelo desenvolvimento econômico. Desse ponto de vista, não haveria razão para se perder tempo discutindo-se a viabilidade da economia informal.

Assim, entendemos as iniciativas até este momento descritas como um marco empírico do que chamamos de *economia popular solidária*. Por esse termo, estamos designando um fenômeno com as seguintes características:

- a) Compreende as alternativas econômicas para as quais ocorrem indivíduos que perderam espaço para venda da sua força de trabalho e nas quais encontram guarida as categorias sociais postas à margem dos sistemas convencionais de geração e distribuição da riqueza, assentes no mercado e no Estado. Tais práticas expressam uma reapropriação da experiência operária do trabalho, reconvertida por princípios de socialização e autogestão; majoritariamente, estão ancoradas na economia familiar dos setores populares, da qual são um prolongamento e onde encontram primariamente seu substrato e sua funcionalidade.¹²⁴ Em contraposição à economia do capital, em que o fruto do trabalho e o produtor direto estão apartados, a economia popular solidária estaria a caminho de constituir-se em uma *economia do trabalho cooperado* (GAIGER, 2003);
- b) Por suas características, a economia popular solidária não abarca senão uma fração da economia popular, pois nesta coexistem diferentes valores éticos e os mais diversos arranjos – formais, informais, – destinados a assegurar a sobrevivência. Além disso, a economia popular, sendo ditada pela lógica da necessidade de gerar renda para o consumo, dificilmente cogita obter alguma margem de acumulação. Já os empreendimentos solidários buscam fazer da cooperação uma alavanca que sustente o seu desempenho e os qualifique como agentes, a título pleno, da economia contemporânea. Preocupam-se com a eficiência e com a realização de benefícios que garantam a sua viabilidade financeira. Almejam ultrapassar o nível de subsistência e manejar estratégias de crescimento.
- c) Essas práticas econômicas populares inserem-se no fenômeno mais amplo da *economia solidária* ou *alternativa*, a qual abrange uma gama de segmentos sociais, agentes e instituições (LAVILLE, 1994; RAZETO, 1997;

¹²⁴ Para J. Coraggio (1997: 36), é desse conjunto de "unidades domésticas, suas redes e aparatos *ad hoc*" que pode derivar-se um subsistema econômico, "relativamente autônomo e autárquico, orientado estrategicamente pela reprodução ampliada de seus membros".

MANCE, 2000). A economia solidária alinha-se como um movimento de crítica global ao sistema econômico capitalista, porém de acentuada tendência a encampar iniciativas concretas, direcionadas ao desenvolvimento humano integral, isto é: individual, social e ecológico (LARAÑA, 1996).

Algumas características da economia popular solidária não estão dadas, mas se apresentam como tendências e potencialidades, por vezes divergentes, desenvolvendo-se com maior ou menor intensidade de acordo com as condições objetivas e subjetivas em que se produz cada uma dessas experiências. Dessa forma, para analisar a realidade e as possibilidades de uma economia popular solidária, toma-se como parâmetro analítico o conceito de *empreendimentos econômicos solidários* – os EES. Esse conceito é uma tipificação, um modelo, que reúne as características ideais de um empreendimento solidário¹²⁵ (GAIGER, 2000).

Os EES seriam iniciativas que logram algum nível de acumulação e crescimento, que alcançam certa estabilidade e viabilidade, por meio da planificação de seus investimentos, e que requerem, para isso, a introdução de uma nova racionalidade econômica, calcada no trabalho cooperativo.¹²⁶ Pode-se afirmar que os empreendimentos econômicos solidários possuem idealmente as seguintes variáveis e/ou características, as quais contribuem para uma compreensão sociológica da Economia Solidária:

- *Autogestão*: controle da gestão pelo conjunto dos associados e autonomia diante de agentes externos (racionalidade empreendedora);

¹²⁵ Na prática, nenhum caso de trabalho cooperado responde plenamente ao modelo de EES, mas nos ajuda a observar quais são os traços positivos mais frequentes dos EES, bem como suas dificuldades na perspectiva de viabilizarem uma alternativa solidária (Gaiger, 2000).

¹²⁶ A força dos EES reside no fato de combinarem, de forma original, o espírito empresarial – no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais – e o espírito solidário, que funciona como o vetor da racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais em relação à ação individual e às relações assalariadas (Gaiger, 1999; Cruz, 2002).

- *Igualitarismo*: garantido por critérios de remuneração pelo trabalho, por uma divisão eqüitativa dos excedentes e benefícios, pela socialização do capital e pela inexistência de outros regimes de trabalho permanentes para as atividades-fim (relações democráticas e não-salariais);
- *Cooperação*: responsabilidade partilhada no processo produtivo, relações de confiança e reciprocidade, paridade social entre funções de direção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais (solidariedade prévia);
- *Auto-sustentação*: atividade produtiva de viabilidade econômico-financeira, sem comprometimento do ambiente social e natural (GAIGER, 1999). (continuidade da cooperação)

A partir destas colocações é que situamos o perfil e a organização dos dois grupos de trabalhadoras que estudamos: ambos os grupos de trabalhadoras possuem elementos do que identificamos como uma economia popular e solidária. A complexidade das iniciativas aqui pesquisadas é enorme e a elas não se aplica apenas uma noção de economia popular ou economia social. A realidade do grupo de mulheres aqui pesquisadas não se encerra linearmente em dicotomias: autogestão x heterogestão, autonomia x submissão, etc., buscando somente a reprodução simplificada da vida humana, mas também portam alguma motivação para superar a situação de pobreza extrema e produzir coletivamente algum tipo de emancipação social. Por isso, a análise que se segue busca dar conta da complexidade das relações de trabalho vivenciadas pelas trabalhadoras que estão no foco desta pesquisa. Algumas vezes, elas reproduzem a situação de pobreza e desigualdade, outras, em meio à rotina de comandar o universo da casa e do trabalho produtivo, elas parecem brigar consigo mesmas em nome de uma vida digna: aliar-se a outras mulheres, a quem consigo se parece lhes dá essa possibilidade de resgatar uma condição social mais justa e menos vulnerável.

5.3 – Análise da organização e da dinâmica interna dos grupos Apoena e Cooperativa 100 Dimensão

5.3.1 – Processos de trabalho no grupo Apoena e 100 Dimensão: sobre cooperação e autogestão.

Até este momento, a análise desenvolvida por nós vem agregando os dados que percorrem a realidade dos dois grupos de trabalhadoras, pelo fato de a motivação inicial para o desenvolvimento do trabalho realizado por esses grupos ter partido do mesmo contexto: superar a exclusão social gerada pela pobreza e pelo desemprego em massa.

Todavia, a partir deste momento nos deteremos sobre alguns aspectos da organização e da dinâmica interna dos grupos, analisando os elementos sobre autogestão, cooperação, auto-sustentação e relações igualitárias, que a princípio devem estar em um empreendimento. Isso significa que será analisada a realidade de cada grupo de trabalhadoras em suas especificidades, respeitada a história e o contexto de atuação de cada um dos grupos de trabalhadoras que acompanhamos.

Como já falado em linhas anteriores, tanto o grupo Apoena quanto a cooperativa 100 Dimensão mobilizaram forças coletivas para a assunção do trabalho em associação solidária em função da situação de pobreza e desemprego que ambas as comunidades enfrentavam. Mas a forma de se organizar e se manter em relação à fragilização do corpo social difere entre os dois grupos, o que conseqüentemente tem impacto sobre as noções e práticas de autogestão, auto-sustentação e solidariedade nos dois grupos.

O grupo Apoena surge da motivação individual de uma *designer* de moda, K. F., em levar, à comunidades de mulheres carentes, alguma formação, oportunizando a estas uma chance de entrar no mercado de trabalho. Inicialmente, os encontros aconteciam em uma igreja, próxima às mediações do

posto da polícia militar, na entrada da Vila Estrutural. Foi por meio do contato com o pastor dessa igreja que a artesã M^a A e ex-consultora do Sebrae, conseguiu reunir as primeiras mulheres, para trabalharem e produzirem artefatos que levassem o nome Apoena. Logo depois, os encontros passaram a ser na casa da Cida, atual secretária do grupo, o que segundo ela a deixou muito feliz: "*depois de um ano de trabalho fui promovida e agora vou ter um salário de 260 reais só pra cuidar da entrega do material, dos crochê e recolher as peças pronta, né, feita pelas outras meninas*".

O processo de trabalho do grupo Apoena é simples e, num primeiro momento, só permite aquilo a que chamamos anteriormente de reprodução simples da vida, ou seja, o atendimento de questões básicas da sobrevivência diária e nada mais. As mulheres do Apoena reúnem-se três vezes na semana e em épocas de grande encomenda, como foi a do *Fashion Rio 2005*, para o qual elas tiveram que entregar uma encomenda de mais de 100 colares de crochês e outras dezenas de blusas bordadas. As "associadas" chegaram a se encontrar até cinco vezes na mesma semana. Todos os insumos são cedidos pela líder M^a A: a linha, a agulha e os modelos que as mulheres devem reproduzir.

Juntamente com a fundadora da grife Apoena, a *designer* K. F, M^a. A. é tida como a líder do grupo. Ambas foram consultoras do Sebrae e através da rede de atuação que conheciam é que conseguiram apoio para estabelecer um circuito de vendas para os produtos confeccionados pelas moradoras da Vila Estrutural.

Aparentemente, o dia-a-dia das trabalhadoras do Apoena é sempre o mesmo: elas pegam o material com a líder, ouvem as exigências para a entrega do pedido. As trabalhadoras não colocam preço naquilo que entregam para M^a A: é a líder que determina o valor de cada peça feita: 1 (um) colar custa 10 reais, uma blusa 20. Tudo feito à mão e com muita perícia e arte para que possa ser vendido nas melhores lojas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Cabe frisar que um colar feito por uma artesã do Apoena é vendido a 80 reais em lojas de Brasília e São Paulo. De acordo com nossa pesquisa, este valor não é repassado às artesãs. O que sabemos é que as artesãs não negociam o valor do trabalho

por elas realizado. Talvez isso justifique em boa parte o fato de a maioria (24 mulheres) não se sentir participando da gestão do grupo.

Dessa realidade, depreendemos algumas questões. A primeira é que as relações de trabalho e gestão estabelecidas no grupo Apoena não favorecem a livre participação e gestão igualitária dos negócios do grupo. Isso acontece porque o que tem ocorrido é uma alocação da força de trabalho de mulheres carentes da Vila Estrutural: a gestora ou líder do grupo traz os insumos necessários à realização e cada *mulher-trabalhadora* do Apoena recebe um valor fixo pelo que produzir individualmente.

As artesãs do Apoena da Vila Estrutural não receberam nenhum tipo de educação cooperativista ou associativista e, quando perguntadas se sentiam-se "donas" da atividade do grupo, a maioria delas (21 mulheres de 25 entrevistadas no grupo Apoena) disse que não, pois não detinham nenhum poder de escolha ou mando. Elas apenas desenvolvem uma atividade que lhes renderá entre 200 e 300 reais no final do mês, e isso para elas já vale o esforço de conjugar as tarefas de casa e a do grupo de artesanato:

Entrevistador: "Como é a divisão de tarefas aqui no grupo? Quem faz o quê?" Artesã: "É assim: a M^a A entrega o material e diz que tipo de ponto e tamanho ela quer do crochê. Aí eu tento cumpri a minha responsabilidade, né!? Ela entrega o material pra gente e diz o dia que tem que estar pronto, tipo ela diz: 'Eu quero um colar com 56 bolinhas na terça-feira'. Aí eu tenho que me esforçar, fazer o possível pra tá aqui com esse colar. Eu não ligo que ela seja a dona do grupo. O importante é que a gente recebe pelo que faz. Às vezes atrasa, mas a gente recebe né?!". (C. V., 24 anos, 3 filhos, artesã Apoena)

Tal situação contraria a noção de desenvolvimento e emancipação que

o trabalho do grupo deveria proporcionar às mulheres que nele estão: não há gestão democrática, nem desenvolvimento da autonomia do ponto de vista da autogestão da força de trabalho das associadas. Por uma questão simples: as mulheres do grupo Apoena estão juntas no sentido de juntas produzirem a quantidade suficiente para que a líder possa fazer uma venda rentável. Seria esse um elemento de fragilidade da economia popular que busca não sucumbir à situação de pobreza, mas, por outro lado, pode não superar tal situação por não se organizar civil e politicamente.

É nesse sentido que, para desenvolver elementos de uma economia solidária e buscar outros elementos da reprodução social ampliada, deve-se levar em conta a *racionalidade empreendedora* do empreendimento. Tal racionalidade é um sinal consistente de viabilidade que pode evoluir para auto-sustentação – enquanto sustentabilidade e viabilidade – do grupo. Seria o reflexo de uma racionalidade própria, a racionalidade do solidarismo empreendedor:

Com este conceito, o que se faz não é uma justaposição, mas uma fusão de dois princípios que, na economia convencional, estão separados. Nessa economia, ou você é cooperativo, associativo, filantrópico, pensa nos outros, mas é ineficiente economicamente; ou você se pauta pela lógica do interesse, da realização dos seus interesses e, então, pode ter sucesso no campo econômico. O social e o econômico estão separados e contrapostos. Aqui, se trata exatamente de fazer dos aspectos cooperativos a mola-mestra da eficiência econômica: sem solidariedade fica comprometida a eficiência; em sentido eficiente, o empreendimento persiste; e persistindo, reforça os seus elementos solidários. (GAIGER, 2000, 18)

No caso do grupo Apoena, a questão dessa racionalidade empreendedora está fragilizada porque no grupo a relação que se estabeleceu está pautada em tipo de prestação de serviço, que é potencializado pela agregação de várias trabalhadoras ao mesmo tempo, que devem atender à

entrega de uma encomenda e receber pela quantidade de produto feito individualmente. Ao serem perguntadas sobre qual foi a motivação para entrarem no grupo, todas as entrevistadas, sem exceção, indicaram a falta de emprego como o maior motivo para estarem ali.

É importante lembrar que um dos pilares da economia popular solidária está no estabelecimento de relações não-salariais: a realização dos objetivos dos empreendimentos não age de acordo com os mecanismos de exploração dos trabalhadores, o que confere a esses empreendimentos uma natureza distinta do processo de produção capitalista. É este princípio que fortaleceria a economia solidária. Ou seja, em vez de se ter relações baseadas na distinção e na separação entre o capital e o trabalho, na apropriação privada, em toda a lógica mercantil e na mercantilização do trabalho, têm-se uma outra orientação: a força de trabalho empregada na cooperação e não na venda. Em vez de vender sua força de trabalho, o trabalhador pode engajar-se na organização, produção e venda de seu próprio negócio sem reduzir sua força laboral a um contrato de trabalho, a uma mercadoria ou a uma prestação de serviço como no caso das trabalhadoras do Apoena.

Do mesmo modo que as trabalhadoras do grupo Apoena foram levadas a se reunir para produzir juntas artefatos que pudessem ser vendidos, como forma de escapar à pobreza, as trabalhadoras da cooperativa 100 Dimensão também foram mobilizadas em meio popular, insufladas pela pobreza e pela falta de acesso ao emprego e condições de vida digna. A origem desses grupos mais uma vez nos reporta à noção de economia popular: o grupo nasce em meio às lacunas da fragilização social a que estão submetidos milhares de brasileiros. Contudo, de forma diferenciada, a cooperativa 100 Dimensão formalizou-se enquanto grupo, representando de certa forma, um ícone da economia solidária em Brasília, atuando até mesmo como experiência que pode ser replicada em outros lugares do país.

Na 100 Dimensão, o processo de trabalho está implicado na coleta, separação e pesagem dos resíduos sólidos. A maior parte do resultado desse processo vai para a venda, cerca de 80% dos resíduos coletados. O restante é

transformado em artesanato: bolsas de lacre de latinha, arranjos de plástico e papel reciclado. A cooperativa possui instalações próprias: dois galpões de 2000m² de área construída cada. Um galpão comporta as atividades de alimentação, assembléias, cozinha, sala de informática, banheiros, oficina de artesanato em vidro e papel. O outro galpão está organizado para comportar a seleção dos resíduos, a oficina de papel reciclado da fibra da folha de bananeira, bem como a oficina de artefatos de metal.

Foi através da luta popular e do estabelecimento de parcerias com o Banco do Brasil e o Sebrae, entre outras instituições, que a 100 Dimensão conseguiu consolidar instalações próprias. No SEBRAE, as mulheres 100 Dimensão buscaram capacitação em cooperativismo e em gestão econômica de resíduos sólidos; e, no Banco do Brasil, um parceiro para o escoamento do que conseguissem produzir.

Assim, enquanto cooperativa, o grupo 100 Dimensão tem na autogestão e na racionalidade empreendedora elementos fundantes da própria natureza do grupo. Desse modo, a participação das trabalhadoras na gestão da cooperativa é oposta ao que vimos no grupo Apoená: na 100 Dimensão, a despeito das dificuldades materiais e simbólicas, há um esforço em se trabalhar a autogestão de todos que pertencem ao grupo. Isso se dá através da organização de assembléias, dos mutirões de limpeza e da organização da produção em núcleos.

Todavia, a participação nas assembléias e nos mutirões da cooperativa não diz tudo sobre a organização e permanência do grupo. Na cooperativa 100 Dimensão, há um esforço para se organizar formalmente as participações, até porque o estatuto do grupo, enquanto cooperativa, exige que assim seja. Como apontada em linhas anteriores, a autogestão de um empreendimento econômico solidário - EES - implica um controle da gestão pelo conjunto dos associados e a autonomia do grupo perante agentes externos. Conseqüentemente, essa autonomia favorece o arranjo de relações democráticas dentro da cooperativa, na medida em que as decisões são tomadas pelo conjunto dos trabalhadores do grupo, por meio de instâncias diretivas livremente formadas e eleitas,

assegurando-se transparência no exercício da direção e sua fiscalização por órgãos independentes.

Desse modo, no aspecto formal e, portanto, da constituição jurídica do grupo, pode-se afirmar que a cooperativa 100 Dimensão possui um caráter autógeno. Nela, as decisões fundamentais são tomadas pelo conjunto dos associados. Perguntamos às trabalhadoras se elas participavam de todas as atividades do grupo, tais como assembléias, mutirões, reuniões ordinárias para balanço de produção, da elaboração de projetos e de melhorias no geral. Sobre o quesito "assembléia", a maioria delas (21 mulheres) disse sempre participar. Sobre os mutirões, outras 23 disseram que é sempre "uma briga" trazer todos para o dia da limpeza geral ou edificar novas instalações. Isso em algum grau denota ainda a falta de coesão e cooperação entre os membros do grupo.

Por outro lado, questões mais orgânicas, como a implementação de novos projetos, esbarram no fato de as próprias cooperadas entenderem que é melhor a presidente do grupo escolher o que fazer. Na 100 Dimensão, os conflitos de grupo, os novos projetos, as negociações para o estabelecimento de novas parcerias acabam por ser centralizados na mão da presidente, pois o grupo entende que ela, Sônia Maria, a "mãezinha", "*sabe tudo o que faz*".

Se, de um lado, no grupo Apoena, a autogestão não existe porque as trabalhadoras são submetidas a um tipo de trabalho contratado e, logo, não se vêem ao mesmo tempo como donas e empregadas das atividades ali desenvolvidas, do outro, na cooperativa 100 Dimensão, há uma superdelegação de poderes, mesmo que a presidente Sônia Maria tente evitar tal situação: "*elas não entendem que um dia eu vou morrer e que o trabalho da gente aqui independe de mim. Na verdade, tem que depender de todo mundo*".

5.3.2 – Participação democrática e relações não-salariais

Um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento da economia solidária assenta-se justamente nos valores culturais do trabalhador sobre a sua condição e sobre a condição do próprio trabalho: para o trabalhador padrão – o

que foi socializado para vender sua força de trabalho – a realidade do trabalho baseia-se numa relação assalariada e somente esta relação pode garantir-lhe uma renda. Ou seja, vender a força de trabalho representa para a maioria dos trabalhadores sua única chance de se empregar. Autogestão, cooperação e participação não são elementos pragmáticos na vida de muitos desempregados ou subempregados hoje. Na lógica secular de reprodução capitalismo, foi estabelecida, para o trabalhador, uma única função: apenas vender sua força de trabalho. Ao ser convocado para empreender essa mesma força, o trabalhador parece despreparado a fazê-lo. Para se alavancar um solidarismo econômico, é preciso refundar práticas, valores e projetos que se encontram hoje assentados numa condição de subordinação do trabalho ao capital.

Por isso, os laços de cooperação estabelecidos no interior do grupo são uma das condições primordiais de sustentabilidade e viabilidade do empreendimento: é a continuidade da cooperação no trabalho que se torna, ela mesma, um diferencial da perenidade ou não do grupo. O solidarismo e a cooperação no trabalho propiciam fatores de eficiência, sendo então vetores específicos da viabilidade e competitividade dos EES. Trata-se aqui da eficácia e eficiência do trabalho associativo. Gaiger (2000) aponta várias características do trabalho cooperativo que representam a forma de coesão do grupo:

a) *estímulo moral, além de material*: no grupo Apoena o estímulo moral é maior que o material. As trabalhadoras entendem que o grande mérito do grupo está em poderem estar juntas, falar dos mesmos problemas e se sentir mais iguais. Na cooperativa 100 Dimensão, esse estímulo também ocorre: a cooperação é uma marca forte do grupo que, segundo seus componentes, *"chegou aonde chegou por lutar junto, enfrentar pedra, polícia, cachorros. A gente aqui faria tudo outro vez. Junto a gente é mais forte. Tem muita cooperativa por aí que afundou porque não era um grupo. Era um bando de gente ajuntada, sem um objetivo em comum"*; (C.M.F., 29 anos, sem filhos, artista cênica, cooperada 100 Dimensão)

b) *co-responsabilidade com metas, diretrizes e formulação de propostas*: o Apoena é um grupo em que não existe essa co-responsabilidade.

Ele é um grupo chefiado por um membro externo à comunidade. Por outro lado, há um compromisso entre as trabalhadoras, no sentido de uma estimular a outra a não deixar o serviço. A 100 Dimensão está buscando organizar e democratizar a gestão e a formulação das metas dos grupos, mas enfrenta a resistência de alguns cooperados que entendem não *"ter cabeça para lidar com qualquer assunto da administração da cooperativa"*; (A.A.F., 28 anos, dois filhos, administradora 100 Dimensão):

c) *identificação e correção, por todos, dos fatores de ineficiência*: no Apoena, essa identificação é feita somente pela líder M^a A. Na 100 Dimensão, esse processo é desenvolvido pela diretoria que atualmente vem buscando parcerias para ampliar as instalações da cooperativa e melhorar a renda dos cooperados;

d) *troca e aprendizado mútuo de saberes e habilidades*: tanto na cooperativa 100 Dimensão quanto na associação Apoena, percebemos uma troca de habilidades. No Apoena, todas sabem fazer os pontos que a líder ensina e quem não aprende conta com o apoio de alguma companheira para fazê-lo. Na 100 Dimensão também se busca fazer um rodízio das funções, de forma a permitir que todos do grupo passem por todas as atividades: catação, separação, produção de papel reciclado, produção de artesanato de papel, plástico e lacre;

e) *incentivo à iniciativa e à criatividade*: na 100 Dimensão, existem sempre oficinas oferecidas por parceiros como Banco do Brasil e Sebrae, que levam cursos e oficinas, com o intuito de permitir aos cooperados trabalhar a autonomia e a criatividade, sempre estimulada, pois é ela o diferencial de negociação do grupo. Assim, durante o período em que realizamos a pesquisa, vimos ser criados e moldados elementos em vidro, ferro, plástico, madeira. Já no Apoena, a criatividade está condicionada ao pedido que elas devem atender. A líder M^a A mostra o ponto de crochê encomendado, e as trabalhadoras o confeccionam.

Perguntamos o que era cooperação para elas. Apesar da diferença nos propósitos e na gestão do trabalho de cada grupo, as trabalhadoras de ambos

responderam no mesmo sentido: cooperação é "se ajudar, é trabalhar junto, é aprender em grupo":

Tabela 5.1 - "O que é cooperação para você?"		
Idéias evocadas	Quantidade	%
É se ajudar/é trabalhar junto /é somar força	38	76
Aprender em grupo/tirar dúvidas no grupo/ crescer junto	08	16
É ter uma meta em comum/ter objetivos em comum	04	8

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Tânia Cruz,

O que sabemos dos estudos e pesquisas já realizados (GAIGE, 1999; CRUZ, 2002) sobre a questão da cooperação é que, se o grupo consegue manter o que chamamos de continuidade na cooperação, há mais chances de se manter a unicidade e permanência do grupo. Isto fortalece o grupo na medida em que há mais facilidade na transferência de saberes, num processo de mútua formação; há também menor rotatividade, maior estabilidade do quadro de cooperados, maior comunicação entre eles, maior facilidade de identificar problemas no processo de trabalho. Há, também, maior envolvimento de todos na busca por soluções; maior vigilância, mesmo que branda, com relação a negligência, a faltas e outras atitudes que prejudicam a eficiência de qualquer empreendimento.

Quando a cooperação se estabelece como um valor para o grupo, é mais fácil para ele pensar nas estratégias de manutenção do grupo. No caso do Apoena, esse sentido é ambíguo, pois registramos um duplo sentido para o termo *cooperação*, além do já destacado acima. Assim, enquanto para as artesãs, cooperação é "se ajudar", "fazer junto a tarefa do dia", para a líder do grupo, M^a A, ela "*ajuda as meninas, oferecendo trabalho, capacitação e material, e as meninas a ajudam oferecendo seriedade, dedicação e força de vontade para crescer. É uma forma de retribuição: elas ganham uma atividade e eu tenho a tranquilidade de ter produtos de qualidade*". Fica claro com essa fala da líder do grupo, que, vale ressaltar, não veio da comunidade, mas apareceu oferecendo

uma oportunidade de ter uma renda, temos dois sentidos de cooperação: entre as mulheres-trabalhadoras do Apoena o que vimos foi um exercício de cooperação entre elas, no sentido de não perderem "*o contato com a M^a A que é a moça que veio de fora para lhes dar uma oportunidade*". Já para a líder ou melhor dizendo, a organizadora do grupo, M^a A, observamos pela fala dela que essa se remete a uma outra noção de cooperação. A cooperação se daria no âmbito de uma relação instrumental de troca mercantil: "*Elas – as artesãs – trabalham em cima do pedido, da encomenda. Se cada uma faz a sua parte, o trabalho não atrasa e o grupo anda. Se for sempre assim, se preocupando com o tempo e a qualidade dos artefatos, nós teremos sempre pedidos para entregar*". (M^a A., líder do grupo Apoena Vila Estrutural)

A forma como está organizada a gestão e as estratégias de manutenção do Apoena demonstram que o grupo é na verdade um conjunto de mulheres que foram reunidas para trabalhar juntas, em prol do atendimento de encomendas. Logo, a gestão do grupo está na mão de uma única pessoa, que não é da comunidade e não se preocupa em dividir o comando e os negócios do grupo com as artesãs. Conseqüentemente, isso desfavorece a possibilidade da autonomia produtiva daquelas mulheres, que, dada as condições sociais em que se encontram, acabam por legitimar uma liderança exógena.

Um reforço a essa análise – a de que há entre as artesãs uma inter-cooperação, mulheres que se ajudam mutuamente – está na resposta que as trabalhadoras deram quando foram perguntadas se acreditavam no trabalho do grupo. Todas as 25 artesãs disseram que sim e ainda registraram que a permanência do grupo dependeria exclusivamente da qualidade e do esforço do trabalho delas:

Tabela 5.2 - "Você acredita na permanência do grupo?" – Apoena

Idéias evocadas	Quantidade	%
Sim, só depende de a gente trabalhar bem juntas.	21	84
Sim, porque todas precisam desta oportunidade.	04	16
TOTAL	25	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Tânia Cruz,

Por sua vez, a história de luta popular pelo trabalho da cooperativa 100 Dimensão coloca a cooperação como elemento fundamental para o sucesso e permanência do grupo. Na 100 Dimensão, há uma idéia generalizada de que estar juntos, vencendo as mesmas dificuldades, faz da cooperativa um grupo forte, com senso de comunidade e cidadania:

"Esse grupo, ele nasceu aqui no Riacho Fundo, a gente diria que é um grupo de famílias que tava desempregada, né!? Pessoas simples ... uma parte casada, outra parte não casada, com a idade já meio elevada e com dificuldade de inserção no mercado de trabalho. E eles se reuniram, através da liderança da Sônia, discutiram durante um período e acharam que uma das soluções seria essa questão do lixo, já que isso fazia parte, tava muito na mídia, muito em voga o assunto, e eles começaram a se organizar, procuraram o SEBRAE e acabaram formando a cooperativa.[...] É um grupo de pessoas, no início muito sofridas, né!? Pessoas que realmente batalharam muito, sentiram dificuldade imensa pra ter uma fonte de renda, pessoas simples, humildes, mas pessoas solidárias, entendeu? São pessoas unidas e pessoas que sentiram nessa oportunidade uma perspectiva melhor de vida. Então é um grupo que a gente, no início era um grupo muito cabisbaixo, muito preocupado, inseguro, mas hoje a gente vê que tá um grupo muito mais solidificado".

(K.C.da S., 50 anos, 3 filhos, psicólogo, um dos fundadores da cooperativa 100 Dimensão)

A história da 100 Dimensão coloca em pauta as estratégias de ação das camadas populares. Trata-se da questão da relação entre democracia e autogestão social, ou seja, uma estratégia política e social que permite uma participação efetiva e maciça das camadas populares no espaço público e nas instituições democráticas.

Cooperação e autogestão são, pois, fundamentais para se pensar a sustentabilidade de um projeto de economia popular solidária. Não podemos perder de vista que a autogestão implica ter consciência sobre a condição do grupo. Por isso, podemos partir de uma definição de autogestão fornecida por Lefebvre (1968, 23), de forma a contemplar tanto o esforço das artesãs do Apoena em autogerir sua sobrevivência, quanto à mobilização intra e extra grupo que a 100 Dimensão provoca em sua comunidade: *"Cada vez que um grupo social recusa-se a aceitar passivamente suas condições de existência, de vida ou de sobrevivência, cada vez que este grupo se esforça não somente por conhecer, mas também por dominar as suas próprias condições de existência, existe autogestão"*.

Conceito simples, que não é um modelo ou linha, mas uma estratégia de manutenção do grupo: superar as condições vulneráveis de sua existência. Não podemos esquecer que é essa a motivação dos grupos que mobilizam-se através da economia popular. No caso da 100 Dimensão, depois de mais de 9 anos de história, ela hoje possui a necessidade de redimensionar seus propósitos e consolidar o espaço que conquistaram.

Através de parcerias com a Fundação Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Fundo Interamericano de Financiamento Social (IAF), a 100 Dimensão vem buscando otimizar e garantir a expansão e a continuidade do grupo. Da cooperativa dependem mais de 130 pessoas, sendo 63 artesãos e mais 67 seletores de lixo. A expectativa é incorporar, nos próximos quatro anos, um total de 400 pessoas. Para isso, realizamos com a cooperativa um

diagnóstico da sua situação atual. Em tal diagnóstico, levantamos os seguintes pontos:

Quadro 5.1 - Diagnóstico da estratégia de manutenção da Cooperativa 100 Dimensão	
Análise Interna	
Pontos fortes: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Geração de emprego e renda através de pequeno investimento: coleta, seleção e venda de resíduos sólidos; ▪ Negócio em ascensão: possibilidade de novas parcerias; ▪ Momento favorável ao apelo ambiental: educação ambiental nas cidades-satélites e nas escolas com o apoio do GDF. 	
Pontos fracos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desarticulação dos catadores externos à cooperativa. Dificuldades em trazer novos catadores que preferem continuar a trabalhar sozinhos; ▪ Formação cooperativista frágil e falta de formação em gestão: metade do grupo hoje, cerca de 61 pessoas, não fez curso de cooperativismo; ▪ Desarticulação e falta de organização administrativa: não há diferenciação nas funções de cunho administrativo. <p>Ponto Neutro:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desconhecimento do nível de reação/organização dos "donos" atuais do lixo das fases da cadeia produtiva com maior agregação de valor. 	
Análise Externa	
Fragilidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apropriação do lixo nacional por empresas estrangeiras: a cooperativa necessita entrar em uma cadeia nacional de recicladores de resíduos sólidos de forma a não perder mercado. 	
Oportunidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento da consciência de que a questão "lixo" é um dos maiores problemas da atualidade. 	

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Tânia Cruz,

A Cooperativa 100 Dimensão originou-se da organização popular, logo sabemos da fragilidade inicial de se organizar um grupo como este. Entretanto, a despeito de todos os obstáculos (como por exemplo falta de capacitação em cooperativismo, exclusão do mercado de trabalho, ausência de um local para

sediar o grupo que então se formava, inexistência de um capital inicial para desenvolver as atividades fins da catação em grupo, etc) que o grupo de cooperadas e cooperados 100 Dimensão enfrentou, o grupo cresceu, construiu uma sede, possui os equipamentos básicos para a catação, a confecção de artesanatos e até estabeleceu-se em uma pequena rede de parcerias. Contudo, o diagnóstico acima nos alerta para a importância da cooperativa redefinir estratégias de manutenção do grupo, a fim de que se possa pensar coletivamente, um caminho para a viabilidade e sustentabilidade da cooperativa, tanto pelos seus laços econômicos quanto sociais. Na verdade, esse diagnóstico nos oportunizou colocar para a cooperativa as seguintes questões:

- Como está a organização hoje, depois de nove anos de fundação?
- Quem é quem dentro deste grupo?
- O que o sustenta?
- As unidades de produção estão em sinergia (dialogam reciprocamente entre si? Conhecem a atuação de cada unidade?)
- Como se encontram operacionalizadas as atividades?
- Todos deste grupo estão envolvidos com as atividades de gestão e formulação de projetos?

Vimos, pelas respostas, que nem todos os cooperados estão conscientes das fragilidades e potencialidades do grupo. Em verdade, a 100 Dimensão, como qualquer outro grupo, não possui um grau de coesão interna que se espera: alguns sabem mais sobre as últimas parcerias da cooperativa, outros não se acham capazes de opinar sobre seu próprio grupo, preferindo assim delegar sua opinião à diretoria, etc.

Desse modo, para que tal diagnóstico gere de fato a viabilidade almejada pelo grupo, é preciso que haja continuidade na cooperação e elos de confiança entre os integrantes da cooperativa. Consideramos que a viabilidade e a sustentação de um empreendimento econômico solidário está na confiabilidade dos envolvidos nos empreendimentos. Ou seja, na consolidação da idéia de segurança e produtividade que estariam intimamente associadas à efetivação do

trabalho cooperado, exigindo participação e autocomando. Nesse sentido, a construção de uma outra relação de produção e valores, é fundamental contra os valores individualista, tecnicista e massificante do capitalismo. Quando perguntamos o que era mais importante na cooperativa, as *mulheres-trabalhadoras-recicladoras-mães-chefes-de-família* responderam que era pela união, amizade e respeito por si mesmas e pelos outros cooperados que, segundo os dizeres de uma cooperada, estavam na "*batalha de sobreviver ao dia-a-dia*":

Tabela 5.3 - "O que é mais importante no grupo?" Cooperativa 100 Dimensão

	Quantidade	%
União/respeito/sentir-se bem	18	72
Amizade/companheirismo	03	12
Ter uma renda/ ter um sustento	04	16
TOTAL	25	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Tânia Cruz.

Essas respostas nos permitem refletir sobre outros valores acerca do mundo do trabalho, de modo a alimentar uma capacidade de ação social e política maior para a economia de base popular, na medida em que esta se desliga do eixo da venda ou dependência total da relação assalariada. Essa discussão faz-se fundamental, pois sabemos que mediante a realidade da precarização do trabalho hoje, menos postos de emprego abrem-se e conseqüentemente, as pessoas passam a depender de sua própria iniciativa para gerar uma renda. Em função disso, é preciso redimensionar alguns valores interpessoais e sociais no sentido de favorecer a criação de uma ética menos individualista e mais associativa, favorecendo a participação e o pleno desenvolvimento de relações de trabalho democráticas. Por isso, é necessário

vencer um certo nível de apatia e acomodação a outras formas de gestão da produção, que o modo de produzir capitalista imputou à maioria dos trabalhadores, como o que acompanhamos com as artesãs do grupo Apoena.

Já na realidade da cooperativa 100 Dimensão, mesmo com todas as dificuldades de gestão e manutenção que apontamos, vemos elementos de um projeto de inversão ética, valorativa e produtiva do trabalho e de seus sujeitos. Ou seja, para se enrijecer o campo da economia popular solidária, é fundamental trazer à tona a confiabilidade no fator humano para a gestão do trabalho, vislumbrando, dessa forma, novas relações produtivas: mais solidárias, democráticas e igualitárias.

5.3.3 – Solidariedade e reciprocidade

Estudos apontam que a questão fundamental é saber se o fator solidariedade, que levou à formação dos EES, transformou-se num vetor de eficiência e, conseqüentemente, de sustentação e continuidade do empreendimento. Para Gaiger (2002), quando existe uma prática de solidariedade prévia, que transcende os objetivos econômicos, ela favorece o empreendimento e, por seu turno, amplifica-se e consolida-se com o desenvolvimento desse empreendimento. Quer dizer, um empreendimento bem sucedido é aquele em que há uma uniformidade de interesses e em que o pessoal assume efetivamente, em tempo integral ou parcial, mesmo compatibilizando com outras ocupações, as funções da atividade solidária.

No caso do grupo Apoena, há um grau de solidariedade que está na base do reconhecimento, entre elas mesmas, das necessidades e carências das mulheres que compõem o grupo: tanto as mais antigas quanto as novatas entraram no grupo por meio de uma rede de laços pessoais que existe entre as moradoras da Vila Estrutural: por indicação e por convite, o grupo vai agregando novas mulheres-trabalhadoras.

Isso demonstra uma certa reatualização dos laços de proximidade, ou seja, dos laços de sociabilidade que ocorrem nas micro-esferas sociais, nos microcosmos – família, comunidade, etc. Isso permitiu transformar o grupo Apoena em um espaço de mediação entre a condição de vida precária que a trabalhadora possui e a possibilidade de auferir uma renda, conversar sobre os mesmos problemas, atenuar a rotina vulnerável e sem apoio que as cercam. Consideramos tudo isso, mesmo com o tipo de gestão e modo de trabalho em que o grupo opera. Nesse momento, mais que gerar uma renda, o valor do trabalho do grupo está em agregar novos elementos simbólicos à condição das mulheres que ao Apoena se dirigem.

Na cooperativa 100 Dimensão, a solidariedade também é o grande fator de agregação do grupo: nos dizeres de um das cooperadas, elas sobreviveram *"às dificuldades de manter a cooperativa, graças à união e à vontade de crescerem juntas, sem atropelar ninguém"*:

Entrevistador: "O que é mais importante no grupo?"

Cooperada: *"Todo mundo que chega aqui se assusta quando vê tudo o que conquistamos até agora. Mas olha, foi muita fome, poeira ... Quando a gente ia lá no Sebrae pra tentar pedir pra eles nos capacitar em cooperativismo de reciclagem, a gente não tinha nem dinheiro pra passagem. A gente subia pra BR, a pista principal que tem aqui em cima e, com a cara e a coragem, pedia carona pra ônibus, caminhão, até pra carroceiro (pausa). O importante é que a gente tinha um objetivo em comum: correr atrás de melhoria de vida, dar uma chance para os nossos filhos e netos serem gente decente. E a gente não precisou passar por cima de ninguém. As dificuldades de manter a cooperativa são muitas, mas graças à união e à vontade de crescer, sem atropelar ninguém, faz da gente umas vencedoras, né?! Hoje eu posso te dizer que eu sou exemplo para meus filhos e netos. Uma coisa elas aprenderam comigo: com força de vontade e disposição para trabalhar, só morre esquecido*

quem quer. Aqui na cooperativa a gente aprendeu que, pra dar certo, tem que andar junto, colaborar. Aqui, cada um é responsável pelo que faz e também é responsável pelos outros. Sempre. Mas é claro que não é fácil. Quem é mais antigo já sabe disso, quem entra novato tem mais dificuldade de entender o que é trabalhar junto, pelo que é seu e é de todo mundo também, né!?". (M.C.F., 51 anos, 6 filhos, 4 netos, recicladora, 100 Dimensão)

Essa fala nos permite resgatar o sentido sociológico da categoria solidariedade, aquela que encontramos na base dos processos de socialização, bem como reatualizar política e socialmente a reciprocidade e a dádiva – o dar, receber, retribuir – como um meio de diálogo e mediação democrática da vida social. A idéia de dádiva daí advinda repousa na compreensão de que a sociedade não se reduz à lógica do mercado ou à lógica do Estado, pois traduz uma pluralidade de lógicas não redutíveis entre si. O tecido social se exprimiria, também, por valores não materiais, tais como: bondade, doação, confiança, solidariedade. Esses valores só podem ser compreendidos a partir de uma ótica do paradigma da dádiva. Eis a razão pela qual os estudiosos inspirados pelo M.A.U.S.S. insistem em demonstrar que, além do social não se reduzir nem ao estatal nem ao mercantil, a obrigação mútua expressa no dar, receber e retribuir, enquanto vínculo social, não se liga apenas às sociedades do passado, mas está incorporada também nas sociedades contemporâneas (MARTINS, 2002). Depreende-se da idéia de dádiva um componente de solidariedade. Solidariedade que, no seu sentido moderno, está associada a um sistema público de distribuição, através de um conjunto de dádivas mecânicas e impessoais, identificadas como dádivas secundárias (CAILLÉ, 2002).

Viver em sociedade significa, entre outros aspectos, estabelecer relações sociais, realizando numerosas trocas. Na perspectiva utilitarista, as trocas se estabelecem como uma dívida que precisa ser liquidada. Melhor dito, a situação de plena "autonomia" é "não dever nada". Mas, em uma realidade de trocas entre desiguais, nunca se é completamente livre neste sentido, pois à parte

que coube o lado negativo da desigualdade e da hierarquia sempre se estará devendo, porque terá dificuldades em quitar ou equalizar sua dívida. Mas na sociedade de mercado a meta é esta, e o Estado é o mediador que permite restabelecer a condição de iguais aos não proprietários, através do acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Sem o Estado, o paradigma permite somente a uma parte da população estabelecer trocas entre iguais. Nesse sentido, a liberdade é limitada (a relação capital/trabalho é exemplar nesse sentido) (NUNES, 2002, 23).

Por isso, alguns estudiosos (CAILLÉ, 2000 e GOUDBOUT, 1999) levantam o paradigma da dádiva (*dom*) como, talvez, o único a poder permitir a realização da condição da liberdade, condição que fundamentou a emergência da democracia. Esses estudiosos tentam responder como a dádiva é importante para se refletir sobre alternativas à crise do mundo do trabalho e das relações sociais entre os sexos. Eles explicam que, estabelecer relações de troca, significa dar e receber e disso percebe-se que, ao se dar sem obrigação formal e de receber com a preocupação de retribuir, permite-se desenvolver algo precioso que legitima e fornece sentido às relações sociais. Nessas situações, cada um deve saber avaliar a troca e agir em conseqüência. Além da liberdade, agrega-se a responsabilidade de se refletir sobre o valor da ação social. As trocas se fazem em função do que cada um pode dar e não de uma equivalência de preço, por exemplo, o que reconfigura a questão da igualdade nas trocas (NUNES, 2003). Por isso, é importante entender a solidariedade como um elemento norteador das relações sociais, pois esta permite que o dar e receber se estabelecem em um campo de reciprocidade democrática.

A palavra "solidariedade" tem como raiz a palavra latina *solidu*, que significa maciço, dependência recíproca dos elementos de um todo. Em termos sociológicos, "solidariedade" consiste na dependência dos diversos elementos de determinado grupo entre si ou a sociedade mais geral. Desde os grupos mais elementares até os Estados e a sociedade internacional, verifica-se, em todos os

níveis, uma dependência mútua e uma vinculação recíproca entre os homens, entre os grupos, entre a sociedade em geral¹²⁷.

Hoje, podemos dizer que a palavra solidariedade designa, conceitualmente, uma nova maneira de pensar a relação indivíduo-sociedade, indivíduo-Estado, enfim, as relações da sociedade como um todo. A lógica da solidariedade aparece, então, como um discurso coerente, que não pode ser confundido com "caridade" ou "filantropia", e traduz, em um conceito mais amplo, uma nova maneira de pensar a sociedade, que está implicada em uma reciprocidade voluntária, que por sua vez produz uma dada ordem de solidariedade democrática.

A solidariedade constitui-se em um dos mais fundamentais princípios da vida social. É um valor que se atribui aos outros e à comunidade que reúne os homens. Este valor se traduz em atos concretos como partilhar, ajudar, acompanhar, aceitar, integrar, cuidar, preocupar-se. Nenhum ser humano pode viver sozinho, fora de qualquer comunidade. Já afirmava Marx (1983, 12) que "o homem é um animal essencialmente social". Pertencer a grupos sociais, da família à sociedade planetária, é um princípio não apenas de sobrevivência material, mas também de identidade social, de desenvolvimento intelectual, de equilíbrio afetivo.

As sociedades contemporâneas vivem, neste início de século e de milênio, um quadro de perplexidade, pelas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas. É difícil imaginar um estado de solidariedade, quando os mais elementares valores de humanidade se esvaem com a lógica econômica neoliberal, que, ao internacionalizar os mercados, tem

¹²⁷ O tema solidariedade já está presente nas obras de Pierre Leroux, de Auguste Comte e Proudhon. Mas foi Emile Durkheim quem o sistematizou conceitualmente, em 1893, na sua obra *A Divisão Social do Trabalho*, distinguindo dois tipos de solidariedade na sua análise sobre a nascente sociedade capitalista: a mecânica, fundada na semelhança, e que predominava nas sociedades pré-capitalistas, em que os indivíduos se identificavam por meio da família, da religião, da tradição e dos costumes; e a orgânica, típica das sociedades capitalistas, nas quais, pela acelerada divisão social do trabalho, os indivíduos se tornavam interdependentes ao cumprirem funções diferentes e complementares.

conduzido à supressão da solidariedade, em nome do lucro. O lucro, como se sabe, nem sempre se conduz pelo respeito, pela ética, pelo pudor e pela solidariedade. O enfraquecimento dos laços de sociabilidade, provocado pela exclusão, afasta a solidariedade em favor da lógica do mercado.

Por isso, o discurso da solidariedade deve ser resgatado. O Estado não é a única forma de vida coletiva. Não basta unicamente a intervenção do Estado para a reconstrução da solidariedade, porque ela não se realiza exclusivamente por essa via. Ao lado do Estado, a reconstrução da solidariedade implica a existência de uma lógica que se materializa em todo o espaço da sociedade civil, capaz de assegurar aos grupos e aos indivíduos as condições para uma efetiva participação no processo social e no compartilhamento dos frutos do progresso.

No entanto, nem as práticas, nem os valores que lhe dão suporte surgem naturalmente no desenvolvimento do ser humano. Isso significa dizer que a solidariedade não é espontânea, é uma conquista contra o egoísmo e o etnocentrismo de todo grupo humano e a prioridade que ele dá a seus próprios interesses. Constitui-se, portanto, num processo de construção social e cultural. É enquanto processo que esta tese procurou compreender o campo da economia popular solidária: múltiplo, contraditório e marcadamente híbrido na composição de seus recursos e ações.

Três condições devem ser satisfeitas para que a solidariedade se desenvolva enquanto um princípio de democratização das relações sociais e do espaço público:

1. o princípio da solidariedade deve fazer parte da cultura da sociedade, das suas idéias e dos seus valores, fundamentalmente do seu sistema educacional;
2. deve existir uma forma de reciprocidade, isto é, a solidariedade tem que ser um princípio que caminha em mão dupla;
3. a solidariedade nem sempre emerge por antecipação; ela é obtida à custa de lutas individuais e sociais.

É necessário, portanto, conceber a solidariedade não apenas como um valor humanista, mas, sobretudo, como condição prática de sobrevivência de uma sociedade nos dias atuais. É nessa perspectiva que percebemos a importância de iniciativas da ordem de uma economia popular e solidária, que reabre o debate social e coloca algumas questões que a sociedade ocidental do século XXI tem que percorrer: a) Quem faz a gestão do social? b) Qual o lugar da reciprocidade e da cooperação em uma sociedade de desiguais?

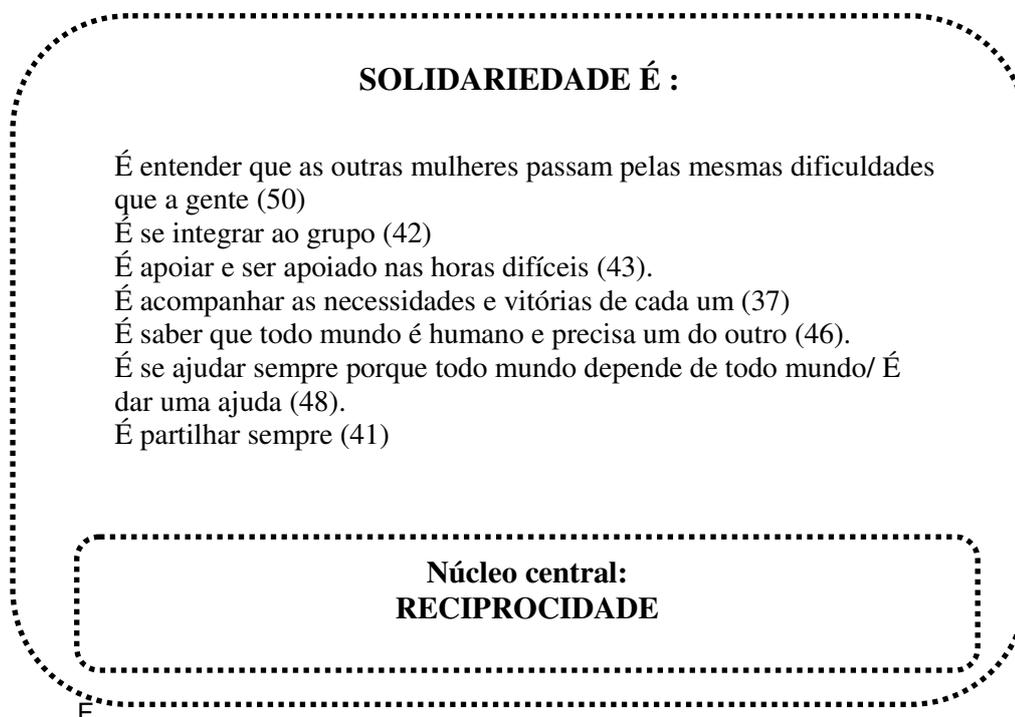
Como observa Caillé (2002, 204), "[...] o primeiro passo da solidariedade é aquele pelo qual os homens se reconhecem membros da mesma sociedade, da mesma *politie* e, neste sentido, têm a obrigação de olharem uns pelos outros". Nessa mesma linha de análise, Morin (2000, 93) adverte: "o mundo não apenas está em crise, mas em agonia - onde forças de vida e de morte se encontram [...]. A consciência de ser solidários com a vida e morte *une*, a partir de agora, os humanos uns aos outros". Portanto, um destino comum liga os homens: a exigência de (re)criação conjunta de regras de convivência – de dádiva, de solidariedade, de controle e autocontrole –, capazes de assegurar o grande pacto social, que na contemporaneidade, exige-se que seja planetário. Encontram-se, entre as preocupações aí inclusas, as saídas para as grandes "agonias" contemporâneas (a sustentabilidade ambiental e a exclusão social, por exemplo), que precisam ser geradas pelo conjunto da humanidade e não mais simplesmente serem pensadas como soluções isoladas.

A idéia-chave do tema solidariedade repousa na noção de reciprocidade, entendida como uma troca indissociável das relações humanas e fonte de sociabilidade que se traduz no sentimento não apenas de pertencimento à humanidade, mas de dívida em relação às sociedades passadas e compromisso em relação às gerações futuras. Assim, a idéia de legado para as gerações futuras está tão presente no tema sustentabilidade como no de solidariedade. O trabalho e a divisão social do trabalho se apresentam no cerne dessas preocupações, remetendo tanto à questão da estruturação das atividades produtivas como à consolidação democrática através de uma efetiva participação da coletividade (LAVILLE, 1994).

Para (CAILLÉ, 2002), a crise do trabalho exige uma reformulação do "pacto político central", decorrente das mutações do mundo salarial, de tal modo que não mais se limite ao direito de cidadania aqueles trabalhadores estáveis e em tempo integral. Caillé (2002, 204) propõe, para isso, três medidas: 1) diminuição do tempo de trabalho, organizando ao mesmo tempo uma redistribuição ativa dos empregos; 2) incentivo do ponto de vista jurídico, simbólico e financeiro à expansão das atividades associativas, especialmente daquelas que contribuem para o dinamismo da economia solidária e; 3) estabelecimento de uma rede de *"confiança entre todos para com todos, dos mais favorecidos em relação aos menos favorecidos e reciprocamente, de todos em relação ao Estado e do Estado relativamente à população [...]"*. .

A par desta discussão, faz-se importante situar a percepção das mulheres pesquisadas, em ambos os grupos, sobre o que é solidariedade. Para o grupo pesquisado, solidariedade tem a ver com reciprocidade e produção de vínculos: significa existir e ser visto, ser reconhecido em sociedade. Ou seja, é preciso estar em contato, participar das relações sociais e buscar equivalências nas ações sociais. Isso significa também participar dos laços sociais e da geração de vínculos sociais que permitem alimentar a noção de solidariedade:

**Diagrama 5.1 - Identificação das idéias mais citadas para o termo:
“Solidariedade”**



Fonte: Trabalho de campo, 2004/2005. Elaboração: Tânia Cruz.

5.3.4 – Autonomia: dos elementos objetivos e subjetivos da emancipação pelo trabalho cooperado e solidário

A partir dessa noção de solidariedade que colhemos das *mulheres-trabalhadoras*, é fundamental explicar um outro elemento que também compõe a base da organização de um empreendimento econômico popular: a noção de autonomia. Os empreendimentos que estamos acompanhando estão promovendo a emancipação das trabalhadoras ou apenas apaziguando a situação de pobreza em que vivem? A autonomia se estabelece apenas em termos materiais, objetivos ou podemos pensá-la em termos subjetivos e simbólicos? O que discutiremos a seguir é que a autonomia não é apenas um substrato da autogestão, do qual se depreende a questão da liberdade e da superação de um estado de dependência material e econômica. A superação da

pobreza não está apenas em auferir uma renda – até porque em ambos os grupos os rendimentos ainda são muito poucos (variam entre 200 e 300 reais) – mas em também permitir redesenhar imagens, conteúdos e papéis da mulher na sociedade, tanto no seu espaço produtivo quanto reprodutivo. Ou seja, a autonomia não deve ser lida como elemento emancipatório apenas do empreendimento. Ao lado de pequenas melhorias no padrão de vida econômica das mulheres que pesquisamos, é fundamental observar um certo redimensionamento das subjetividades: de catadoras de lixo, elas passam a se autodenominar recicladoras ambientais; de donas-de-casa, transformam-se em artesãs.

Nos casos aqui estudados, vemos que, se por um lado a autonomia do ponto de vista da organização estrutural do empreendimento em sua condição material e econômica ainda é frágil, por outro não podemos ignorar que um dos grandes saltos desses empreendimentos está no campo da subjetividade, em resgatar a auto-estima, a autovalorização e o reconhecimento do trabalho dessas trabalhadoras, sobretudo por elas mesmas.

Sabemos, por pesquisas já realizadas (GAIGER, 1999, 2000, 2002; FRANÇA FILHO, 1999; Cruz, 2002), que um dos grandes fatores de êxito de um empreendimento está ligado à habilidade desse em potencializar recursos já existentes: recursos humanos, materiais, culturais. Ou seja, potencializar recursos que já se encontravam à disposição daquelas pessoas que se associaram e começaram um processo de criação de um empreendimento propriamente dito. É basicamente isso que vimos no grupo Apoena: as donas-de-casa que já sabiam alguma coisa sobre bordar ou fazer crochê tiveram sua habilidade melhorada. As que não sabiam procuraram aprender, pois acreditavam que tal atividade guardava proximidade com suas atividades "do lar", o que tornava mais fácil seu envolvimento em uma nova rotina.

Desse modo, vemos que, de fato, uma das vocações da economia popular solidária é potencializar os recursos e saberes populares que existem localmente. Com esse entendimento, Coraggio (2000, 32) reforça que é na unidade doméstica, familiar ou comunitária que essa economia encontra espaço

para se desenvolver: "[...] em empreendimentos muito pequenos, o que nós temos é uma experiência de vida econômica colada na unidade familiar. E é no juntar dessas experiências que elas caminham para um empreendimento. Quer dizer, práticas de entreajuda, práticas de colaboração, algum negócio tocado a duas, três pessoas: essa é a matriz, é o ponto de partida".

No caso das trabalhadoras do Apoena, é isso o que acontece: pela prática da entreajuda, elas vão se aglomerando e somando saberes a algo que parecia não ter valor nenhum: o fazer crochê. Mais que isso, fazer crochê com arte, atribuir valor a um saber-fazer antigo, "comum", herdado de mãos que durante muito tempo também não tiveram prestígio no seu saber fazer diário – as avós, tias, primas que cresciam aprendendo a bordar toalhas, enfeitar lençóis – implica atribuir valor a si mesma, a resgatar visibilidade e legitimidade no ato de participar e produzir em sociedade.

Com as trabalhadoras da cooperativa 100 Dimensão, o envolvimento com a catação de lixo também se deu como algo que estava acessível, perto delas, mas de forma negativa, pois o lixo é aquilo que é rejeitado, é inútil. Por isso, além de fazer do lixo seu insumo de trabalho, elas tiveram de criar uma identidade laboral positiva da catação, garantida pelo trabalho em grupo:

Entrevistador: "Por que vocês se envolveram com a catação de lixo?" Cooperada: *"A gente aqui sempre trabalhou. Umam eram diarista, outras doméstica, outras costurera lá das botique do Plano. Ninguém era vagabundo não. Mas, naquela época, o demônio tava solto. Ninguém conseguia emprego. Na vizinhança, a gente não podia nem ficar feliz por ter recebido lote do governador Roriz, porque agora tinha casa, mas não tinha comida. Aí, naquela época, já era comum catar latinha, papelão, plástico. Eu mesma catei muito, muito mesmo. Era uma alegria só quando dava pra comprar arroz, um pedaço de carne, um sabão pra limpar os pouco de coisa que a gente tinha em casa. Aí, quando a gente viu que dava pra ter uma renda mesmo com*

a catação, fomos lá no Sebrae pedir ajuda, auxílio de técnica, né!? Lá no Sebrae, a gente descobriu que, se continuasse catando lixo sozinho, a gente era só mais um miserável nas rua, fazendo o serviço do SLU... aí lá no Sebrae diziam pra gente que se juntar em uma cooperativa dava mais renda pra todo mundo. Aí a gente não ia ser mais catador de lixo. A gente ia ser cooperado. Aí a nossa cooperativa é disso: a gente pega o que tá no lixo e transforma em algo útil. Eu acho isso engraçado, porque, se você pára pra pensar, vai ver que o que deu sustento pra gente, respeito é uma coisa que ninguém quer perto: lixo. Mas o lixo aqui é a nossa dignidade. Isso é engraçado, né [...]." (M.de J., 39 anos, 4 filhos, recicladora 100 Dimensão)

A cooperativa 100 Dimensão já possui muito mais elementos para produzir autonomia e autogestão: elas contam com instalações próprias, abertura para o mercado, negociada por elas mesmas, estatuto e vida formal: as mulheres-trabalhadoras da 100 Dimensão existem a partir de um espaço social por elas criado e sustentado. Todavia, demonstramos também que a cooperativa ainda carece amadurecer muito a prática da autogestão e autonomia entre os componentes do grupo, uma vez que muitas ações diretivas são desenvolvidas e centralizadas na diretoria da cooperativa.

Justamente por serem elementos imprescindíveis à sobrevivência e expansão de um empreendimento econômico solidário é que recai sobre a autogestão e a autonomia a responsabilidade de o empreendimento produzir, de forma ampliada e sustentável, a vida social. Geralmente, a questão que se coloca é: a autogestão e a autonomia, representam, de fato, um potencial nesse processo de construção de uma outra forma de inserção social? Nossa pesquisa nos permite dizer que sim, pois, além de oportunizar o acesso a uma renda, permite também gerar uma ação no sentido de trabalhar a auto-estima e a identidade social das pessoas envolvidas. Ao perguntamos às 50 entrevistadas se trabalhar no grupo melhorou a vida delas, a grande maioria (43 mulheres)

disse que sim, pois estar em grupo as torna iguais e as faz se sentir bem:

Tabela 5.4 - "Trabalhar neste grupo, ou seja, associar-se a outras mulheres, melhorou sua vida? Por quê?"

	Quantidade	%
SIM		
Ter uma renda	13	26
Respeitamo-nos, somos iguais.	12	40
Fazemos amizades, temos união, nos sentimos bem.	18	20
NÃO		
Não mudou muita coisa. O salário é pouco.	4	8
Não me esforcei muito.	3	6
TOTAL	50	100

Fonte: Trabalho de campo, 2004/2005. Tânia Cruz, 2006.

Ainda sobre a importância de estar no grupo, as mulheres no geral apontaram o fato de acreditarem no trabalho que realizam juntas, pois confiam no desempenho e no esforço de todas para melhorar de vida:

"Eu cheguei aqui e demorei um pouco a me adaptar. Levei uns dois meses pra entender que aqui é um pouco de consultório médico, sabe? A gente trabalha junta e acaba dividindo a vida pessoal da gente... Eu sou meio fechada e daí pra falar de mim, dos meus problemas, eu não queria. Mas, sabe, eu vi que era uma forma de ficar menos só, menos cansada de ter que resolver tudo sozinha. Então, aqui, a gente conversa, tenta ajudar umas as outras... Eu gosto de estar aqui. Agora é assim: nos dias que eu não venho, sinto falta, e logo as irmãs vão atrás de mim saber se tá tudo bem. É que às vezes não dá pra fazer algumas

coisas em casa e aí tenho de faltar. Mas aqui a gente confia muito uma na outra. O que uma precisar, se uma tiver, tá na mão de quem precisa. Se não for assim, não vale a pena vir. Porque o dinheiro ainda não é muito. Eu mesma, tem mês que faço 180 reais, porque às vezes tem ponto de crochê novo, que a M^a A dá e é mais difícil, então eu demoro mais". (A.L.S., 26 anos, 3 filhos, artesã Apoena)

5.4 – Reconhecimento e auto-estima

Cabe lembrar que as características fundamentais de um EES são a autogestão, a solidariedade e a cooperação. Mas, em boa parte da história do capitalismo, os trabalhadores foram convencidos e socializados para apenas comercializar sua força de trabalho. Em tempos sombrios como os do mundo do trabalho de hoje, é imprescindível reeducá-los para a cooperação, a participação e a autogestão, resgatando a confiança no trabalho comunitário e solidário.

Estamos falando da geração de novas perspectivas para a identidade de quem vive do trabalho, um novo *ethos*, que por excelência pode estabelecer outros níveis de inserção, integração social e produção identitária. Trata-se de um processo de re-elaboração da representação social de quem vive do trabalho através de novas identidades de referência, pautadas na reciprocidade e no respeito pelas necessidades mútuas das trabalhadoras. Isso é possível porque, ao se estabelecer laços produtivos em função do trabalho cooperado e da solidariedade, passa-se a produzir segurança e uma referência de grupo, em especial para a *mulher-trabalhadora*, que teve sua função social e econômica esvaziada de significado produtivo.

Desse modo, o que parecia ser um ponto desimportante no processo de buscar não só uma saída para a sobrevivência acaba por ser a mola motriz de uma transformação: a subjetividade configurando-se como um elemento forte na busca por um campo de produtividade e reconhecimento social.

Nunes (1999) fala dessa relação entre produção e subjetividade, recriando positivamente valores de identidade entre aqueles que vivem do trabalho e aponta a importância de se gerar valores para as populações em situação de risco hoje, a partir do conceito de rede comunitária, como possibilidade de viabilizar economicamente a economia popular solidária:

O conceito de *rede* talvez seja o que permite o funcionamento da Economia Solidária para que ela não se limite a uma parte da economia na sua versão social. A rede favorece a construção de um sentido para a comunidade, um lugar onde existe a possibilidade de afirmação de valores e de construção de parâmetros de relações sociais, onde se pode elaborar novas identidades de referência. (...) Lembremos que um dos pontos principais dos desfavorecidos é a possibilidade de construir um lugar onde se pode produzir valores. Essa identidade positiva realiza-se por excelência no trabalho, e é ela que permite mais participação no exercício de estar no mundo numa relação de referência. (NUNES, 1999, 237)

Nesse sentido, é que se resgata o paradigma da dádiva enquanto ações voluntárias na sociedade, como forma de deixar vir à tona um outro aspecto que este paradigma pode significar: o do desenvolvimento do sujeito no reconhecimento da sua subjetividade e das condições de produção desta subjetividade. Vimos que se assiste a um grande processo de naturalização do social a partir da perspectiva do projeto neoliberal, utilitarista e globalizante. Não obstante, a perspectiva da dádiva maussiana, por nós já discutida, coloca em cena a avaliação e o reconhecimento de si e do outro nas relações sociais.

Segundo Nunes (1999), o paradigma da dádiva vem nos lembrar que o reconhecimento da alteridade, isto é, a presença do outro na nossa configuração identitária, é a única condição de se ter acesso à liberdade, de se lutar por relações sociais democráticas. *"Por quê? Porque ela nos obriga a pensar e a nos lembrar que o outro existe, que nossas ações são influenciadas e construídas*

nas relações sociais e que a nossa identidade é fruto dessas múltiplas interações". (NUNES, 1999, 12).

O desenvolvimento desta pesquisa nos permitiu ver que, se por um lado a autogestão e a autonomia nos grupos pesquisados é frágil – do ponto de vista da gestão dos recursos, da partilha de responsabilidades – por outro, é ainda no âmbito desse mesmo processo de autonomização dos sujeitos sociais – percebidos por nós na capacidade de reinventar sua rotina, de atender as suas necessidades, de compreender os seus medos – que as *mulheres-trabalhadoras* do grupo Apoena e da cooperativa 100 Dimensão estão produzindo o social em sua dimensão reprodutiva, produtiva e simbólica. É a dinâmica social por excelência das *mulheres-empendedoras solidárias*, que cuidam do núcleo familiar e da socialização da força de trabalho; operam uma atividade produtiva e, mesmo na precariedade, produzem valores de troca, criando vínculos materiais e simbólicos a partir das lacunas e fragilidades do tecido social.

São essas mesmas mulheres que pesquisamos que estão em meio a um processo de tomada de consciência de si e do outro, em meio ao ato social de articular a reprodução e a produção social. Essas mulheres reconhecem as condições de sua subjetividade e da objetividade em atuar coletivamente com outras mulheres, processo árduo e difícil que implica tornarem-se sujeitos conscientes e ativos deste autodesenvolvimento pessoal e coletivo. Durante nossa pesquisa, perguntamos às trabalhadoras se elas se sentiam capazes de empreender e melhorar de vida. Boa parte delas (39 mulheres de 50 entrevistadas) disse que sim, pois tinha força de vontade e perseverança para tal. As outras 11 que disseram "não" entendiam que ainda deveriam "lutar muito" para ter mais dignidade na sociedade. De qualquer forma, todas as trabalhadoras foram uníssonas em responder que o trabalho delas permitiria aos seus filhos ter uma vida mais digna. A fala a seguir é um registro etnográfico do sentimento das trabalhadoras quanto ao fato do autodesenvolvimento destas gerar uma vida melhor para seus filhos e para a sociedade como um todo:

Entrevistador: "Você se sente capaz de mudar/melhorar a sua vida?" Artesã: "Eu cresci vendo minha mãe lavar

muita roupa e passar muito pano, pra gente lá em casa ter o que comer. Ela saía cedo, nem sempre tinha um café pra ela esquentar o corpo. Mas todo dia ela tinha disposição pra ir trabalhar e não nos deixar sem o de comer. Mas aí o mínimo às vezes faltava (pausa). Então a gente quando é pequeno não entende, mas mesmo faltando de tudo lá em casa, era o que o trabalho dela podia nos dar (pausa). Então, eu penso assim: se ela, que viveu muito mais só, sem ajuda de ninguém, criou a gente, por que que eu vou fraquejar? Aqui eu tenho uma chance de mostrar pros meus filhos que quem morre é quem tá parado. Eu espero poder pelo menos dizer para eles que, se batalhar, se correr atrás do que é certo, a vida pode melhorar sim. Eu penso isso. Tem que ser assim, né? Senão a gente não vive. Já não vive muito bem, né? Mas aí tem que vir de dentro: eu também sou gente, eu também quero respeito. E se eles batalhar eles vão ter esse respeito também. Aí eu acho que todo mundo ganha, né?".
(J. F.S.M, 25 anos, 3 filhos, Apoena)

A fala de J.F.S.M. coloca-nos a seguinte questão: quem faz a gestão do social? O Estado? O mercado? Os atores civis? Os movimentos sociais? Entre o público e o privado, quais são as estratégias de produção do social? Sabemos que a realidade coletiva é complexa e que não mais se resume ao poder e à organização de certas instituições. Atualmente, por tudo o que foi exposto nesta tese, é cada vez mais frágil reduzir a sociedade e a ação de seus sujeitos ao Estado, ao mercado e ao individualismo utilitarista. Nas narrativas que viemos acompanhando ao longo desta pesquisa, uma questão está clara: há uma necessidade dos atores sociais, em especial aqueles vulnerabilizados pela força do capital em transformar tudo em mercadoria, de se recolocar na estrutura, desmobilizá-la em seus pontos negativos e excludentes, atribuir-lhes outros símbolos, outros conteúdos, etc.

A proposta de uma economia popular solidária coloca essa oportunidade de se criar fluxos e diálogos entre as esferas micro e macro da sociedade, dinamizando e democratizando as relações sociais cotidianas. É nesse processo que vimos aparecer a dinâmica de participação social das mulheres-trabalhadoras do Apoená e da 100 Dimensão: enquanto empreendedoras de uma outra força social que busca legitimar espaços de socialização de saberes e de produção de bens diferentes da perspectiva hegemônica do utilitarismo.

O que queremos realçar neste estudo é que elementos da economia popular solidária nos ajudam a desconstruir e a enfrentar as assimetrias das relações sociais de gênero, a crise da relação trabalho x capital, a invisibilidade do trabalho das mulheres. Guérin (2003) propõe três contribuições da economia solidária a este processo: a) a utilização de recursos variados; b) o foco nas necessidades humanas; e c) a constituição de um espaço onde as pessoas podem criar e exercitar direitos em uma justiça da proximidade.

A economia solidária reconhece que necessita não só de recursos que se comprem no mercado, mas também de recursos não-monetários. Reconhece também, por exemplo, que as relações de confiança em um grupo são fundamentais para que esse grupo funcione e dê certo. Tal como nossa sociedade se organiza hoje, grande parte das relações de reciprocidade é mantida graças ao tempo e à dedicação das mulheres. Elas mantêm a coesão na família, as relações de vizinhança e nos locais de trabalho (Guérin, 2003). Esse é um recurso fundamental também para o funcionamento da economia capitalista que já estaria destruída se, na vida real, só houvesse a competição como matriz de relação entre as pessoas.

Uma pesquisa do SEADE/DIEESE (2003) sobre a forma como as pessoas encontram emprego mostrou que 70% dos que conseguem emprego o fazem por meio de indicação de amigos e familiares. O capital não se dispõe a arcar com os custos de um sistema de informações ou os riscos de contratar alguém sem referências e repassa estes custos às relações de reciprocidade. Mas me refiro aqui à reciprocidade não só como um valor, mas como um recurso

que se materializa em horas de trabalho e gasto de energia, em geral das mulheres.

Enquanto empreendedoras da força social, as *mulheres-trabalhadoras* que investigamos compõem um projeto de democratização das relações sociais, na medida em que o trabalho delas representa uma forma de autodesenvolvimento, auto-ajuda e complementaridade solidária. Ou seja, as *mulheres-trabalhadoras* que conhecemos neste estudo empreendem consciente ou inconscientemente uma crítica à relação Eu-Sem-Nós (utilitarista, individualismo) ou Nós-Sem-Eu (estadista, totalitarista) e representam uma saída popular à relação Eu e Nós, na busca por solidariedade, cooperação e reconhecimento social (Arruda, 1997)¹²⁸.

Essa relação Eu e Nós é mais um dos elementos da dinâmica social das *mulheres-empendedoras*: a sociedade, no geral, está alinhada à lógica utilitarista, individual, mas o trabalho reprodutivo da mulher gera valores coletivos, valores de vínculo social. Além disso, como já assinalamos em capítulo anterior, há uma cortina cinza sobre esse trabalho dito feminino: o cuidar da casa, dos filhos, da família, apesar de garantir a manutenção da força de trabalho social, não é valorizado. É uma obrigação, uma condição natural legada à mulher, que não gera valor monetário direto e por isso torna-se invisível.

Em função dessa invisibilidade gerada pela assimetria no desenvolvimento dos papéis sociais de sexo no mundo do trabalho, essas *mulheres-empendedoras* também acabam por incorporar, à sua dinâmica de participação social, a necessidade do resgate de sua auto-estima subjugada pela

¹²⁸ Em Giddens (1991), a superação dessa cultura da delegação passa por um processo de reflexividade social. Quer dizer, é necessário que as pessoas apropriem-se do conhecimento produzido atualmente sobre a realidade do trabalho e suas possibilidades de mudança para que possam agir em função do resgate da condição positiva do trabalho e de quem dele vive: o trabalhador. A contribuição de Giddens para o nosso debate é analisar uma noção de indivíduo que pode se tornar autônomo e participativo, remodelando as relações sociais e, no caso da esfera do trabalho, fomentando uma economia alternativa para as classes populares. Nesse sentido, o envolvimento dos trabalhadores numa empreitada solidária e cooperada passaria por um processo de redefinição das prioridades desse trabalhador e das atividades que este desenvolve ou tem desenvolvido no seio da sociedade atual. Ou seja, o próprio trabalhador deve questionar-se sobre a sua condição para reorientá-la numa outra forma de gestão e produção do trabalho.

discriminação social dos sexos. Trata-se, na verdade, de trazer à tona, por elas mesmas, a necessidade da valorização do que fazem, como e por quê. Conseqüentemente, isso gera a produção social da auto-estima, do reconhecimento moral do seu trabalho. Segundo Nunes (2005, 18), a auto-estima não é algo que conquistamos sozinha(o)s, por sermos mais fortes ou mais corajosa(o)s, mesmo que esses elementos de personalidade sejam importantes, mas através de processos e lutas sociais que nos permitam gerar formas de integração e de construção das identidades, de forma que a auto-estima possa ser conquistada.

No caso das mulheres que acompanhamos, o reconhecimento moral do seu trabalho, do seu saber fazer é fundamental para a elaboração da auto-estima, tal qual nos ensina Dejours (1993, 43) quando reforça a importância do reconhecimento do grupo social na formação da identidade, dizendo que "no mundo subjetivo, o sentido dado ao trabalho depende de jogos de identidade e participação: o que o indivíduo espera de seu trabalho é também uma retribuição moral: o reconhecimento".

Dejours (1993) destaca a importância do reconhecimento de utilidade (utilidade social, econômica e técnica das contribuições particulares e coletivas à organização) e do julgamento de beleza (validade ética, estética), ambos conferidos pela hierarquia, pelos pares ou pelo grupo social e que influem na percepção que os indivíduos desenvolvem sobre o valor social de seu trabalho e no conceito que desenvolvem de si próprios. É o reconhecimento de si próprio através do reconhecimento dos outros. Ele se reconhecerá, então, a partir do julgamento social de seu valor. O valor que o indivíduo atribui a si próprio depende então da medida social de seu valor. Ou seja, trata-se da construção das identidades sociais como um produto das relações dialéticas eu/outro, eu/nós, mediadas pela percepção das igualdades e diferenças (BERGER e LUCKMANN, 1982; GOFFMAN, 1992). É um agrupamento de características que têm origem no coletivo e pelas quais alguém é reconhecido (MOSCOVICI, 1978).

Ao nos depararmos com a realidade das mulheres que pesquisamos, vemos que é possível desenhar uma metáfora entre o trabalho por elas

desenvolvido e a sustentação de sua identidade e auto-estima. A cada um dos grupos de mulheres aqui estudadas perguntamos o que significava trabalhar com o lixo e com o crochê, respectivamente:

Entrevistador: "O que significa trabalhar com o lixo?"

Cooperada:" Quando a gente não tem opção na vida, tudo fica mais difícil. Daí a gente se encosta no que dá, né?! Todo mundo fala assim: ih, lá vai a coitada, a catadora de lixo. Mas se você parar pra pensar que o que chamam de lixo é a falta de educação e consciência de todo mundo pra reciclar as coisas. Então, eu fui vendo que lixo, lixo mesmo é a educação que a gente recebe, que não nos ensina a reparar as coisa quando quebra, a usar até não dar mais, a reciclar o que é possível... E ó, muita coisa pode ser reciclada, mas se a gente não reciclar o nosso modo de ver as coisa, o mundo, reciclar a cabeça das pessoas É difícil, mas pára e pensa: se o lixo pode melhorar a minha vida, por que não pode melhorar a sua também? O que a gente faz aqui é aprender a dividir, a melhorar as coisas, a se respeitar, a respeitar o nosso meio ambiente. É ser menos egoísta, sabe. Porque, se a gente aprende que a natureza já não agüenta mais, que tem muita gente passando fome, como eu já passei demais, que se a gente não se respeita, a terra não vai agüentar não (...) Então, eu acho que é, hum (pausa) mais ou menos assim: trabalhar com o lixo é trabalhar com o futuro, é se reciclar e reciclar os outros. Eu acho que é isso, né!?"
(C.M.S., 43 anos, 2 filhos, recicladora 100 Dimensão)

Quadro 5.2 - "O que significa trabalhar com o lixo?"
Trabalho digno/trabalho decente/trabalho limpo/ trabalho como outro qualquer/ser respeitada /ter orgulho/ ter uma renda/ salário no fim do mês/ sustento/ sobrevivência/ Melhorar a sociedade/ melhorar a educação das pessoas com o meio
Idéia central: " <i>Melhorar minhas condições na sociedade</i> ". " <i>Melhorar a sociedade</i> "

Fonte: Trabalho de campo, 2004/2005. Tânia Cruz, 2006.

Na 100 Dimensão, o trabalho com o lixo vem reciclando a subjetividade das trabalhadoras. Além de tirar do lixo uma renda, as trabalhadoras estão reciclando sua autopercepção. Ao se autovalorizarem, elas também estão revitalizando os laços sociais. Reciclar o lixo passa a ser a própria noção de reciclar a si mesmo e reciclar os vínculos sociais: "*Quando eu olho e vejo que fui eu que fiz isso [a bolsa de lacre] eu nem acredito. Eu não tenho nem diploma, nunca fui boa na escola, nem terminei o primário né... mas aqui eu consigo até elogio das minhas colegas e dos meu filho...*" (M.R.S., 33 anos, 3 filhos, recicladora 100 Dimensão)

Na 100 Dimensão, há uma preocupação em desconstruir a idéia de impureza, sujeira e qualquer outra negatividade que possa estar ligada ao lixo. O grupo procurou gerar uma outra relação com o seu objeto de trabalho diário. As implicações de se lidar com o lixo são várias. A primeira está no fato de a parcela da população que lida com a catação de lixo compreender aqueles que estão fora do circuito produtivo e/ou encontram-se vulnerabilizados socialmente. Muitas vezes, são os desfilados que Castel (2000) descreveu e que corporificam a questão social atual, por nós já retratada no Capítulo 02. Trata-se de moradores de rua, de pessoas sem qualificação para se inserir no mercado de trabalho capitalista. Para essas pessoas, a catação de lixo é uma maneira de reinserção no mercado de trabalho. Aqueles que estavam inúteis para o mundo ressurgem, a partir da coleta de lixo, com uma nova utilidade econômica, social e também ambiental, podendo participar novamente do ciclo econômico (Silva, 2005).

Todavia, esclarece Silva (2005), as condições de vida do catador mostram que a reinserção no processo produtivo não significa (re)integração social, no sentido aqui percorrido anteriormente:

Essa não-integração se dá primeiro por este ser um trabalho precarizado no qual o catador vai buscar a sobrevivência no presente, isto é, não garante a ele nenhuma proteção contra a invalidez, por exemplo. O segundo motivo é que este tipo de trabalho, além de não precisar de um trabalhador qualificado contribui muito pouco para a qualificação do catador, se mostrando, pelo contrário, um fator negativo perante o mercado de trabalho. O terceiro motivo é que trabalhar com o lixo envolve, também, uma relação de manuseio e até de afetividade, com o lixo, objeto de repulsa da sociedade como um todo. O catador é, muitas vezes, confundido com o seu instrumento de trabalho, o lixo. O universo simbólico do lixo é deveras importante para o entendimento das dinâmicas sociais relacionadas ao catador. (Silva, 2002, 23).

A catação individual é muito mais precária e incerta. O catador depende da inserção em certos aterros e espaços urbanos, da quantidade coletada e da inserção em uma rede de compras do material coletado. Quer dizer, enquanto indivíduo, o catador é tão somente mais um tentando sobreviver à exclusão social. Por outro lado, quando se organizam em grupos de trabalho cooperado, há chances da atividade progredir e trazer mais segurança e condições materiais ampliadas ao catador. É por isso que a organização cooperada e solidária da catação representa a possibilidade de inserção produtiva mais regular e menos vulnerável ao catador.

Uma outra implicação da dinâmica de lidar com o lixo está no fato de o catador ser socializado em um coletivo que imputa ao seu objeto de trabalho a idéia de impureza, de sujo, ruim. Por outro, o lixo é ao mesmo tempo sua fonte de renda, sua riqueza, seu bem. De algum modo, essa relação antagônica reforça a necessidade da cooperativa construir um relação positiva e autovalorada com a catação de lixo. Esse processo de re-elaboração do conteúdos que cercam o que é o lixo e o que é o catador utiliza-se, segundo Silva (2005), de um aparato

simbólico que ressignifica este o lixo, ou seja, transforma o próprio conteúdo significativo deste.

Essa ressignificação se dá mediante uma estratégia coletiva de reconhecimento do lixo e de si como elementos passíveis de transformação. O lixo é, antes de ser coletado pelo catador, um problema para sociedade; no entanto, quando o catador se apropria do lixo, este se transforma, seu significado se transforma: quando o catador recolhe o lixo a ser reciclado, por um lado ele ajuda na limpeza da cidade, pois o lixo é, até então, um problema para a sociedade, por outro ele vai estar, graças à reciclagem do lixo, ajudando a preservar os recursos naturais do planeta ainda não explorados pela extração de matéria-prima. É nessa ressignificação do lixo e da forma como ele ocupa e ameaça a sociedade que as trabalhadoras da cooperativa 100 Dimensão acabam por ressignificar sua própria posição no mundo:

"Eu nunca tive vergonha de ser catadora de lixo porque era o que dava pra fazer. No final de semana, quando eu ia no mercadinho e trazia arroz, feijão, macarrão, salsicha, um sabão, um shampoo, eu torcia pra chegar segunda e voltar pras ruas e catar mais material. Porque quando a gente passa fome, fica com medo de passar de novo, né!? Então eu não tinha vergonha do meu serviço não. O que era lixo pra muita gente era pão, comida, para os meus filhos e netos. E eu brigo com quem for preciso pra dizer que hoje eu sou minha empresária, a gente aqui tem o negócio da gente. E eu faço questão de me arrumar pra vir trabalhar: tomo banho, penteio meu cabelo, passo creme na minha pele. Eu acho que se é o meu trabalho eu tenho que estar bem. Não é porque eu mexo com o lixo que eu vou andar largada, imunda. Não é assim não. Nosso trabalho é um trabalho como outro qualquer. Eu acho que até melhor, porque a gente aqui vai aprendendo a valorizar o que ninguém vê, que tudo tem uma utilidade, um valor. Eu tenho o meu e tenho muito orgulho disso. Eu tenho um trabalho e ainda ajudo a

manter a sociedade em ordem". (D.S.C., 45 anos, 5 filhos, 3 netos, recicladora 100 Dimensão)

A importância dessa resignificação do lixo e de quem dele vive é fundamental, pois permite alimentar o pensamento de uma sociedade ecologicamente sustentável e, sobretudo, conduzir ao centro das relações sociais uma massa de inválidos. Temos, no processo da reciclagem do lixo, então, várias reciclagens, de ordem simbólica, material e ambiental.

A sociedade vê o lixo como um perigo ao seu meio social e ambiental, sobretudo como um resíduo inútil do ciclo econômico. Com a consciência ambiental, o lixo passa a ser visto como uma coisa passível de "purificação" ¹²⁹, por meio da reciclagem. No entanto, o catador que lida com este lixo no momento que ainda está impuro, antes da reciclagem, é "contagiado" por essa impureza e também se torna sujo. Não suficiente sua relação com esse objeto impuro, o catador também é visto como um elemento pertencente à esfera dos não-integrados, aos supranumerários. O lixo, um objeto inútil enquanto tal, o catador, tido como um sujeito inútil para o mundo, sem lugar na sociedade: relação duplamente excludente, levados em consideração os limites impostos pela sociedade. No entanto, assim como o lixo pode ser "purificado" pela ação da reciclagem e integrado no processo produtivo, o catador também pode ser "purificado" e integrado à sociedade (SILVA, 2005, 41).

Há uma paridade de posições entre os lugares ocupados pelos catadores na sociedade e o lixo no processo de produção, estando ambos, em um primeiro momento, descartados pela sociedade e se configurando como um

¹²⁹ Para entender o significado do lixo para a sociedade, devemos nos apropriar das idéias sobre o puro e o impuro (Douglas, 1990 *apud* Silva, 2005). De acordo com esta visão, as estruturas simbólicas, para fazerem sentido, devem ser bem delimitadas. Tudo o que estaria fora de delimitação desse universo seria marginal, destrutivo e perigoso para a ordem estabelecida, apesar de contribuir para a construção dos limites desse universo. Os conceitos de pureza e impureza, limpeza e sujeira, contágio e purificação seriam, então, necessários para o entendimento de como ordenamos o mundo. A partir daí, podemos analisar o local onde se encontra o lixo, dentro desse universo simbólico. Logicamente, o lixo está localizado na esfera das coisas impuras, sujas. Para Douglas (1990, 13), "sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implica em rejeitar elementos inapropriados".

perigo para ela, e, em seguida, sendo reinseridos, reconquistando sua utilidade e voltando a fazer parte de sua dinâmica de reprodução. É na constituição desse processo de reinserção produtiva que as trabalhadoras da cooperativa 100 Dimensão estão elaborando outros elementos que compõem sua subjetividade. Tal qual viemos descrevendo, está em jogo não apenas gerar uma renda, sobreviver, mas coexistir socialmente com a legitimidade de quem pode ser reconhecido pela importância do seu saber fazer.

Legitimar ações sociais pelo trabalho ganha mais visibilidade social quando a categoria de trabalho em questão possui até registro. Em 1994, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) normalizou e reconheceu a ocupação de catador de material de reciclável, sob o código 5192-05:

O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas. O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros. (CBO, Site oficial, código 5192-05, 2006).

Esse registro é fundamental, pois tira a catação do campo da atividade residual e a insere nas relações e na estruturação do mundo do trabalho como atividade que também possui sua especificidade (vide, no Anexo 4, a descrição dos processos que compõem a atividade da reciclagem). A valorização da catação gera, por consequência, a valorização do(a) catador(a). É uma forma na interação *eu – sociedade*, em que o *eu* se modifica no diálogo com o mundo exterior. Ocorre uma internalização do exterior no sujeito e externalização do interior pela ação no mundo social. O sujeito tanto se projeta como interioriza os significados da identidade, tornando-se parte de si, o que contribui para alinhá-lo à estrutura.

Assim, nos parece que as trabalhadoras da cooperativa 100 Dimensão, ao se envolver-se e tomar como realidade laboral a catação e a reciclagem, estão ao mesmo tempo reciclando a si mesmas – num resgate de subjetividades solapadas pela fragmentação social provocada em escala mundial pela pobreza – e reconfigurando a gestão social. Reciclar o lixo significa renovar espaços e laços sociais que foram rompidos: a produção social não pode atender apenas ao mercado, e o meio ambiente não é infinito; logo, é preciso consolidar uma ética da sustentabilidade ambiental para todos.

A elaboração da identidade social e da auto-estima pode ser compreendida como derivando da dialética entre indivíduo e sociedade (Berger e Luckmann, 1985) e, neste sentido, como conceito estratégico para fazer uma ligação entre as condições objetivas para se gerar outros modos de inserção produtiva e as motivações subjetivas para engajar-se em tal processo. São, ao mesmo tempo, atributos de um indivíduo e construídas socialmente. Identidade e auto-estima são formadas pelo processo dialético de síntese permanente da identificação interna e externa ao indivíduo do julgamento do outro e de si mesmo (JENKIS, 1996).

No caso das trabalhadoras do grupo Apoena, o julgamento do "outro" vem como confirmação à sua condição de dona-de-casa que não trabalha, mas que passa a fazê-lo a partir do ingresso no grupo de artesãs. Aqui, o processo de geração de identidades no mundo do trabalho está nitidamente marcado pelas imagens, idéias e ações das relações sociais entre sexo. Ao entrevistarmos um dos companheiros de uma das artesãs, o mesmo afirmou que sua esposa nunca havia trabalhado:

"A M.J., sabe né, nunca trabalhou. Ela sempre cuidou foi da casa, né. Essas coisas de lavar, passar, cozinhar, isso que toda mulher faz... Mas trabalhar, trabalhar mesmo, ela nunca trabalhou. Eu é que sempre trabalhei. Antes dela se casar comigo, eu já trabalhava de servente. Hoje eu tô desempregado faz mais de três anos. Aí a gente vai vivendo

de bico aqui, ali. Não é fácil não, sabe. Mas aí ela sempre fez aqui pra casa esses bordado que a minha sogra também fazia, né, aí de tanto ver a mãe fazer ela aprendeu. Agora tem serventia esses crochê dela, porque ela pode vir aqui para o grupo. Eu acho bom ela tá aqui, porque só tem mulher, é tudo irmã lá da igreja ou vizinha. E o dinheirinho que ela faz aqui tá ajudando muito lá em casa. Tem mês que ela paga sozinha as conta. Tem mês né. Não é sempre não [...]” (J.D., 51 anos, 4 filhos, morador Vila Estrutural, companheiro da artesã Maria, do grupo Apoená)

Fica claro na fala de seu Damasceno que, para ele, sua esposa antes de entrar no grupo Apoená "não trabalhava"; logo, o reconhecimento e legitimidade do trabalho desta enquanto trabalhadora reprodutiva estava subordinada à sua condição de *mulher do lar* que não trabalha, apenas cuida da família.

Ao ouvirmos a própria Maria, nos deparamos com uma outra visão. Ela indicou que trabalhar sempre trabalhou, mas o "serviço de dona-de-casa" ninguém respeita porque ninguém recebe para fazê-lo. Por fazer parte do Apoená, Maria acredita que é mais respeitada pelo marido, pois agora também leva dinheiro para casa e ainda possui uma profissão:

"Eu sempre trabalhei em casa, né. Quer dizer, sempre fui dona-de-casa. Mas é um tipo de serviço que ninguém respeita, só se você for doméstica na casa dos outro, né? Porque na casa da gente, a gente é empregada sem receber. Aí parece que não tem valor mesmo. Eu acho isso errado, né, porque a gente cuida de menino, de marido, de avó... lava, passa, cozinha. Óia, é uma rotina que não tem quem muda. Por isso, quando apareceu a oportunidade, eu vim pra cá fazer crochê, aprender uns pontos novo e ganhar um dinheirinho. Entrevistador: "Se o seu marido conseguir

um emprego fixo, você vai deixar o grupo?" Artesã: "Não, porque aqui a gente conversa os mesmo problema, a gente troca idéia, sai um pouco de casa... e eu não quero ficar mais esperando dinheiro dele não... (pausa) Aqui a gente se sente importante, sabe. Eu tenho muito orgulho quando eu termino um ponto bem bonito. Até parece que não fui eu quem fez. É muito cansativo, porque tem dia que fica muito corrido fazer as coisas lá de casa e entregar as encomendas pra M^a A, né. Mas eu não quero sair não. Aqui eu sinto que eu sou alguém que tem uma atividade, que as pessoas acha bonito, elogia a gente, né". (M.O, 34 anos, 4 filhos, artesã Apoená)

M.O. e suas outras companheiras vêm no Apoená uma forma de trabalhar auto-estima, reconhecimento e laços identitários através do trabalho que realizam juntas. Por isso, a auto-estima e a identidade são construídas nas interações e institucionalmente¹³⁰. Assim, nunca é uma questão acabada, definitiva, mas sempre um *estar sendo* e um *vir a ser*. É o produto de um acordo, de um entendimento e, como tal, sujeita a negociações. Pode-se dizer, então, que a identidade social refere-se ao modo como indivíduos e coletividades são diferenciados em suas relações sociais com outros indivíduos e grupos.

¹³⁰ Na relação entre sujeito e ação social, utilizo a concepção de Weber em sua ênfase no "sentido" que articula ambos os termos, embora sob um conceito também ampliado da racionalidade weberiana (da ação racional com relação a fins), lançando mão, por exemplo, da atualização que Habermas (1989) vem desenvolvendo na superação do caráter estritamente instrumental dessa racionalidade, bem como de outros aportes neo-marxistas (Gorz, Heller e outros) que redimensionam o próprio conceito de necessidade na determinação social pela base material na teoria marxista. Aqui, "A Economia das Trocas Simbólicas", de Bourdieu (1974), também ganha destaque evidente.

Nessa perspectiva, a permanente busca de sentidos passa a ser vista como elemento estruturante da própria identidade, no moderno ordenamento social do ocidente. Nesse ordenamento, o sujeito, embora pressionado pela luta em prol de sua subsistência e ainda que exposto a todas as "dominações simbólicas" "dos discursos verdadeiros" produzidos e veiculados em torno dos interesses dominantes (Bourdieu, 1989; Foucault, 1982), continua a procurar a construção e reafirmação de si mesmo em sua "ação no mundo", no "cotidiano" de seu "mundo vivido". E não se trata mais de um sentido unificado, em Deus ou em qualquer outra crença hegemônica, como as que constituíam as sociedades tradicionais. O que vem sendo colocado como característica instituinte da modernidade e que se amplia e se aprofunda ainda mais na sociedade contemporânea, que muitos já vêm denominando como pós-moderna, é uma ordem polissêmica, numa pluralidade de sentidos que, às vezes, caindo numa relativização absoluta, acaba por se parecer com uma total ausência e impossibilidade de qualquer unidade (Huysen *in* Holanda, 1991).

Perguntamos às artesãs do Apoena que imagem ou palavras elas atribuiriam ao ato de fazer crochê. No geral, as falas nos levam a entender que o crochê é uma forma de tecer laços sociais, seja porque antes não havia um reconhecimento e um auto-reconhecimento de uma identidade social ignorada, seja porque o trabalho em grupo gerou uma positividade: autonomia, aprendizagem e fortalecimento do papel da mulher a partir da percepção de si e do mundo:

Quadro 5.3 - "Se você pudesse comparar o crochê que você faz a alguma imagem ou palavra, com o que você compararia?"		
Imagens		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma ciranda de pessoas com as mãos dadas; ▪ Um arco íris muito colorido, alegre; ▪ Uma pintura cheia de pontinhos, e os pontinhos são as pessoas; ▪ A terra bem povoada. 		
Palavras		
	Futuro	Dignidade
	União	Esforço
	Reconhecimento	Sustento
	Felicidade	Esperança

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005. Tânia Cruz.

Ao longo deste capítulo, o que procuramos demonstrar é que a partir de uma configuração social, organizada nos termos de uma economia popular e solidária, é possível reconstruir laços sociais fragilizados, vulneráveis e construir espaços de mediação entre a exclusão social e a geração de vínculos. A elaboração desses espaços traz, em seu bojo, a geração de elementos que permitem pensar a criação de identidades sociais positivas. Tais elementos – auto-estima, auto-valorização, capacidade de refletir e agir sobre a própria realidade – foram percebidos através de uma atribuição positiva dada pelas mulheres pesquisadas à categoria trabalho. Foi na busca de elementos para

compreender a relação mulher e trabalho, auto-estima e reconhecimento, que esta tese procurou demonstrar a importância e positividade do trabalho enquanto gerador de vínculos sociais, sobretudo no trabalho desenvolvido por mulheres:

A categoria trabalho é central para compreender sociologicamente o que significa, no contexto da reestruturação, a criação de uma nova pobreza. Historicamente, foi produzido um elo entre o trabalho e a construção da identidade social. Nessa criação e recriação de desigualdades – desemprego e trabalho precário – o que está em questão é a possibilidade de construir uma identidade social positiva. Ser desempregado é estigmatizante como também o é o fato de ter um trabalho precário. (NUNES & SORIA, 1996, 18)

5.5 – As mulheres empreendedoras solidárias

Como já escrito em linhas anteriores, a desvalorização social e os estigmas criados na relação social entre os sexos geraram invisibilidades, não-reconhecimento e esvaziamento da importância do trabalho reprodutivo que, em uma primeira escala, não gera riqueza monetária, e sim tão somente a reprodução social. Quer dizer, falamos da negatividade que cercou a identidade social das mulheres trabalhadoras – seja em casa ou na rua, no público ou privado – ao não enxergarmos o trabalho desenvolvido por estas, atribuindo a este trabalho desimportância produtiva.

Ao longo deste capítulo, o objetivo foi endossar empiricamente a noção de que, no contexto de uma economia popular solidária, há formação do que chamamos *mulheres empreendedoras*. Nossa idéia foi demonstrar que existem, de forma cada vez mais crescente, mulheres que empreendem sua força produtiva e reprodutiva socialmente. Em se tratando de mulheres em situação de pobreza e risco social, essas parecem sempre atuar em nome de uma ética holista e não-utilitarista. A mulher empreendedora que investigamos busca ao mesmo tempo a manutenção familiar e o reconhecimento da sua ação social enquanto sujeito que porta subjetividades e busca também valorização e participação social.

Mais do que gerar uma renda, tais *mulheres-empendedoras solidárias* – *aquelas que geram valor de troca, valor de uso e valor de vínculo* – são capazes de dinamizar o tecido social em seu nível micro. Em recente dissertação de mestrado (CRUZ, 2002), demonstramos como duas cooperativas desempenhavam diferentes papéis na comunidade local de Santa Maria/DF, uma das 19 cidades-satélites de Brasília, a partir do que denominamos orientação racional-instrumental e outra comunitária e solidária. No primeiro grupo, a COOTRAEMPO (Cooperativa de Trabalho e Emprego de Santa Maria), a motivação principal era gerar um salário, um emprego para os seus associados. Já na COOPERSANTA, Cooperativa de Trabalho e Habitação de Santa Maria, o grupo, em sua maioria composto por mulheres, tinha orientação mais solidária e comunitária¹³¹. Além de oportunizar a geração de renda para as associadas, desenvolvia atividades extras para a comunidade: cursos gratuitos de corte de cabelo, cortes gratuitos, mutirão de limpeza, etc.

Nossa pesquisa interessou-se por responder quem são as mulheres que hoje estão atuando na economia popular solidária, qual o trabalho delas, que dimensões objetivas e subjetivas cercam a ação social dessas mulheres. Há muitas questões que interessam, e uma delas é o resgate da visão positiva sobre o trabalho das mulheres na sociedade. O lugar dessas mulheres entre a casa e a rua está tomando outra dimensão. A partir da economia popular solidária, elas

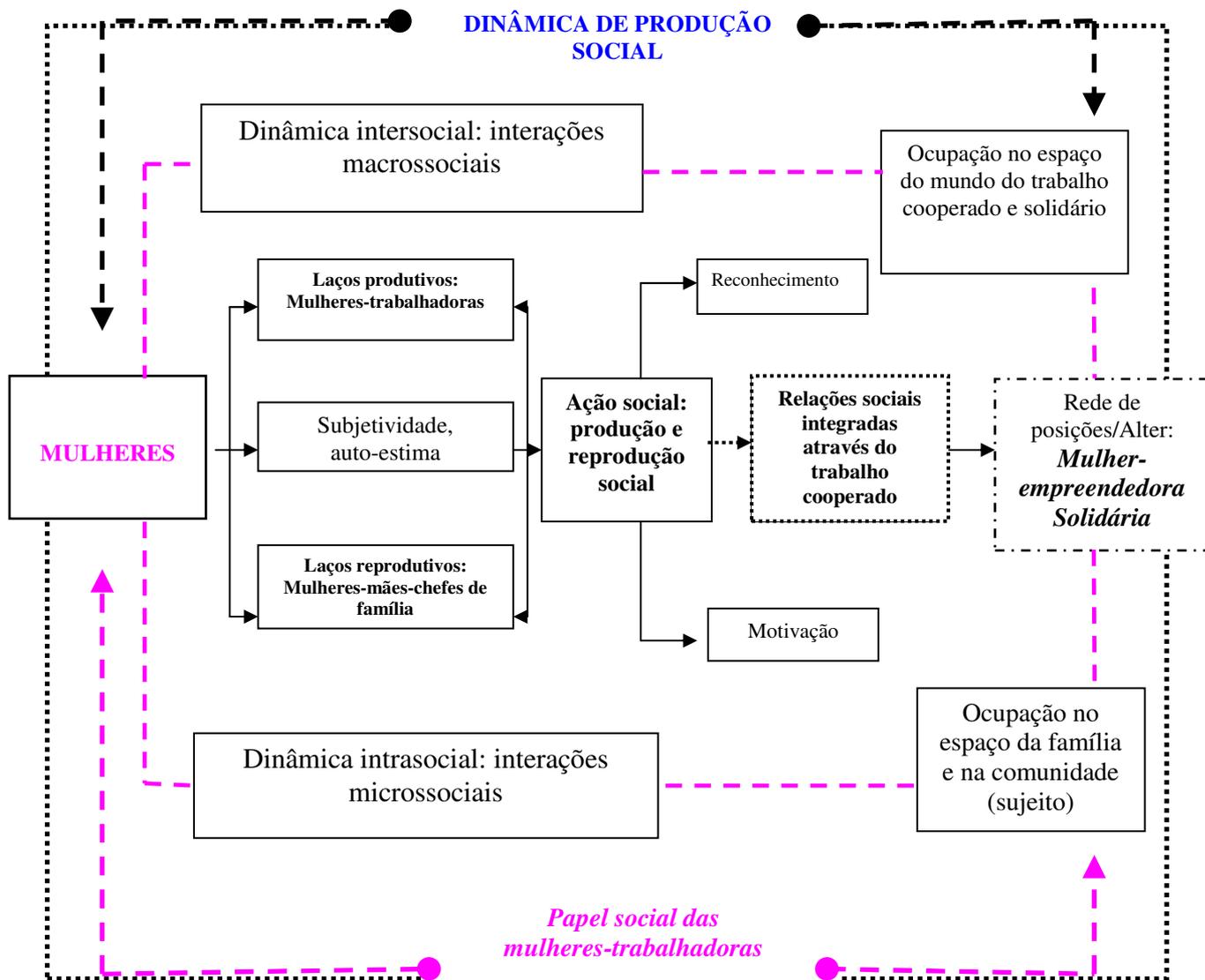
¹³¹A COOPERSANTA foi fundada em 1998 e teve sua origem numa mobilização social de um grupo de moradores e inquilinos de Santa Maria que promovia uma distribuição de sopa para pessoas carentes da cidade. Na verdade, esse grupo de moradores foi impulsionado por uma de suas organizadoras e hoje presidente da COOPERSANTA, Telma Ribeiro, que acreditava na força da ação social para reunir as pessoas e torná-las mais fortes. Com tal perspectiva, Telma acreditou que era possível dar muito além de um prato de sopa. Era possível dividir com aquelas pessoas carentes uma profissão. Assim, num primeiro momento, as pessoas recebiam a sopa e, num segundo momento, eram convidadas a aprender o ofício de cabeleireira – a profissão de Telma e de suas companheiras de mobilização. Segundo Telma, a estratégia era mostrar para as pessoas carentes que era possível se restabelecer e ter mais que um prato de sopa. Era possível ter uma profissão e, a partir do esforço do trabalho cooperado, uma renda regular mínima. Esse era um processo que envolvia uma retomada da auto-estima dessas pessoas e um envolvimento maior com a comunidade. Dessa forma, aqueles que desejassem se envolver com a cooperativa deveriam também atuar como multiplicadores, aprendendo o ofício de cabeleireiro, ensinando o que aprendiam a outras pessoas e cedendo um dia de trabalho na cooperativa para ação social na comunidade, cortando gratuitamente cabelos de estudantes das escolas da cidade e de moradores desempregados. A história da COOPERSANTA está, pois, também atrelada a uma mobilização social, mas teve um impulso diferente da COOTRAEMPO: o vetor de organização foi popular, sem intervenção do Estado. A arrecadação dos alimentos para o "sopão popular" promovido pelas moradoras e sob a liderança de Telma era conseguida por meio de doações de moradores e comerciantes da cidade sem participação do governo.

têm tido a oportunidade de se redesenhar como agente e de mostrar para os outros que ela é uma agente prepositiva, brigando contra uma série de estigmas sobre o perfil da mulher que trabalha. A eficiência disso é não apenas econômica, mas também social porque resgata um padrão de cidadania que todo mundo quer ter: condições materiais e simbólicas de vida e reconhecimento social de sua participação no grupo.

Essa compreensão é possível, visto que essas mulheres vêm se organizando a partir do campo da economia popular solidária, o que potencializa a ação e a articulação delas no mundo do trabalho. Isso se dá tendo em vista o capital social gerenciado pela economia solidária: acesso a recursos materiais, auto-estima, reconhecimento, relações sociais redemocratizadas. Ou seja, a economia popular solidária atua como espaço de ressocialização e de geração de outros capitais sociais. Como vimos, elas passam a se auto-identificar como mulheres e trabalhadoras, mães e trabalhadoras, mulheres e cidadãs, mulheres e empreendedoras de uma força social que lhes permitiu migrar da condição de catadoras-de-lixo para recicladoras ambientais, de donas-de-casa para artesãs.

Nesse sentido, é que compreendemos como essas mulheres participam da produção do social: elas laboram pelo lar, pelo grupo de trabalho e pelo resgate de si mesmas enquanto sujeitos que querem existir e ser vistos em sua dignidade e ação social. Em última instância, entendemos que as mulheres-empendedoras são aquelas cuja ação social compõe a dinâmica de produção do social, sobretudo em tempos de crise, reinventando os laços de sociabilidade e solidariedade. O diagrama a seguir demonstra esta perspectiva:

Diagrama 5.2 – Dinâmica de produção do social e o papel social da mulher empreendedora solidária



Fonte: Trabalho de campo, 2004/2005. Tânia Cruz, 2006.

Em função das relações sociais entre sexo, os papéis sociais delegados às mulheres, inicialmente, colocaram-nas como agentes principais da reprodução social. Hoje, as circunstâncias são outras e, além de reproduzir os laços sociais, essas mulheres conquistaram para si o direito de reinventar a si mesmas e ao seu microcosmo na esfera familiar e do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou compreender o papel social das mulheres em meio à crise do mundo do trabalho e à organização de alternativas que reconhecemos como iniciativas com características de economia popular solidária.

Partimos do pressuposto de que há uma realidade plural das práticas econômicas que não é considerada pelo pensamento hegemônico da sociedade de mercado. Especificamente, nosso estudo veio apontar a economia popular solidária como uma alternativa às práticas econômicas dominantes e destacar a contribuição das mulheres nesse processo, no qual, em geral, elas são protagonistas, embora ainda subestimadas e não-valorizadas.

Assim, ao perguntarmos aos sujeitos desta pesquisa, as mulheres, qual era o seu trabalho, optamos por registrar, analiticamente, o seu ponto de vista acerca da economia e da sociedade. Os olhares e narrativas que destacamos têm a legitimidade de expressar e recolocar, no centro das preocupações atuais sobre mecanismos de integração social, valores tradicionalmente transmitidos pelas mulheres e realidades geralmente vivenciadas por elas: manutenção da vida, socialização dos mais novos e cuidados com os mais velhos, preservação e recuperação da saúde, reprodução dos laços sociais, tanto em nível econômico, como em nível social e simbólico.

Por isso, a legitimidade acima evocada sobre o papel das mulheres na geração de vínculos – sejam eles econômicos ou sociais – permitiu-nos demonstrar a formação, a partir de práticas econômicas solidárias, de um perfil de mulheres-trabalhadoras, a quem, pelo tipo de ação e relação social estabelecidos no âmbito do trabalho e da família, alocamos na categoria *mulheres empreendedoras solidárias*.

Não podemos negar o fato de que boa parte das atividades humanas tem uma contrapartida econômica e desenvolve-se a partir de recursos materiais,

de tempo de trabalho, de saber e de organização. Entretanto, as atividades efetuadas quotidianamente por mulheres – como o trabalho doméstico não-remunerado –, que não envolvem transações monetárias, tornam-se invisíveis e sem mérito na hegemônica visão de mundo da economia de mercado, que nega as realizações concretas e não menos complexas de outras formas de ação produtiva e econômica.

Essas atividades são práticas econômicas no sentido antropológico amplo da palavra, ou seja, a economia enquanto atividade que gera bem-estar e integração para o trabalho coletivo, a fim de satisfazer as necessidades humanas básicas e não aquele conceito restrito do utilitarismo econômico, que coloca na força da ação individual a solução para a busca da satisfação humana.

É na articulação entre os espaços doméstico e extradoméstico que vemos se estabelecer a ação e o papel social daquelas que identificamos como *mulheres empreendedoras solidárias*. Ao estabelecerem, entre aqueles espaços, o seu universo de vivência social, essas mulheres acabam por atuar diretamente na produção de vínculos sociais. É uma dinâmica que lhes obriga, a um só tempo, participar da produção e da reprodução social, gerando para isso valores de uso e de troca e valores de vínculos entre as pessoas.

A solidariedade econômica e social refere-se a uma responsabilidade coletiva, e cada pessoa sente que isso também lhe diz respeito. Mas as mulheres vêm assumindo com mais presença esse valor, justamente por terem que operacionalizar ao mesmo tempo o trabalho da casa e da rua. São elas que conduzem boa parte da dinâmica de produção social sem que isso lhes seja devidamente reconhecido.

Por isso, a economia solidária apresenta-se como um espaço importante no processo de reconhecimento do trabalho e do papel social das mulheres. Ao enfatizar a cooperação solidária, a autogestão e o desenvolvimento sustentável, os princípios desta economia contribuem para o fato de as mulheres serem capazes de construir tanto a sua própria cidadania quanto a daqueles que as circundam. Passam de sujeitos passivos para agentes que atuam sobre suas próprias ações. Através da economia solidária, as mulheres podem atuar como

sujeitos de desenvolvimento, livres de subordinação, buscando uma valorização social e produtiva. Nesse processo, a reelaboração da auto-estima feminina e do reconhecimento do papel desta na sociedade ocorre como uma oportunização para as mulheres se recolocarem na sociedade, buscando reciprocidade nas relações sociais, valorização social e produtiva, além de autonomia com prestígio e capacidade de influência. Ao democratizar as relações sociais, a economia popular solidária favorece a crítica e uma reelaboração das relações sociais entre os sexos na medida em que à mulher é dado um novo *status* de participação social.

É certo que demonstramos ao longo deste estudo que existem muitas dificuldades para se produzir autonomia e autogestão econômica das mulheres que trabalham em regime de cooperação. Os empreendimentos de ordem econômica e solidária são muito complexos e, por vezes, possuem características de informalidade (os vínculos nem sempre são salariais), de cooperativismo (mas nem todos os envolvidos estão conscientes da importância da co-gestão), etc. Como vimos, há diferenças marcantes entre os grupos Apoena (Vila Estrutural) e Cooperativa 100 Dimensão (Riacho Fundo II).

No Apoena, por exemplo, a liderança não é local e não há uma gestão democrática da associação. O que há é uma captação de mão-de-obra de mulheres em situação de pobreza extrema, que vêem no emprego de sua força de trabalho uma oportunidade de ter acesso a alguma renda.

Nesse sentido, determinados contextos da economia popular fragilizam as noções de autonomia e solidariedade empreendedora, uma vez que, em experiências como a do grupo Apoena, a organização do trabalho se dá a partir de uma relação meramente capitalista. Por isso, fica claro que a experiência do Apoena não se traduz em uma prática de economia solidária, embasada em todos os pontos de empreendedorismo solidário que destacamos neste estudo. As noções de autogestão, autonomia, empreendedorismo sustentável, participação democrática e relações não-salariais, que representam os elementos da ordem da organização material da economia solidária, não existem para o grupo de trabalhadoras do Apoena.

Todavia, o presente estudo registrou a existência de um outro elemento – de ordem simbólica – que, mesmo em dissonância com a situação de exploração que aquelas trabalhadoras vivem, aponta para uma alternativa que sinaliza a chance da economia solidária florescer mesmo em situações de pobreza e escassez: o estabelecimento de laços de reciprocidade, que aquelas mulheres estabeleceram entre si. Apesar de ser uma circunstância limitada apenas ao direito de querer participar ou não das atividades do grupo, chefiadas por duas pessoas sem vínculos com a história delas ou do lugar onde moram, colocou-se às mulheres do Apoena um outro tipo de situação: a de que muitas delas podem redimensionar sua participação na sociedade através dos laços de reconhecimento ali estabelecidos. Nesse sentido, abriu-se a elas a oportunidade de buscar, além da ocupação, uma autovalorização e reconhecimento entre elas mesmas e na comunidade em que vivem.

Na Cooperativa 100 Dimensão, os problemas também existem: são dificuldades para se manter o grupo enquanto grupo de pessoas cooperativadas, manter as parcerias, consolidar o que alcançaram até agora. Há também uma forte centralização das atividades diretivas da cooperativa, e a presidência do grupo é exercida há seis anos pela mesma pessoa. O grupo nasceu da mobilização, por emprego e comida, de uma mulher que tinha que cuidar dos filhos, mas não possuía renda como a maioria dos moradores da comunidade do Riacho Fundo II. Assim, os envolvidos com a história da cooperativa costumam delegar a essa fundadora do grupo, e atual presidente, a força para continuar a existir. Isso tem implicação direta na organização administrativa e produtiva da cooperativa, uma vez que a capacidade do grupo de se renovar está limitada a uma noção de que ninguém faria o que a atual presidente faz: captação de recursos, comunicação e divulgação do trabalho da cooperativa, estabelecimento de novas parcerias e a definição de estratégias de desenvolvimento do trabalho cooperado.

Todavia, se por um lado há um crônico problema de organização diretiva da Cooperativa 100 Dimensão, por outro, há também um sentimento muito forte quanto ao fato de que, por estarem ali, fazendo parte do grupo, todos

os envolvidos com o trabalho cooperado passam a ter visibilidade e respeito social.

No grupo de 50 trabalhadoras investigadas, ser mulher é uma condição que está atrelada a uma dinâmica social que conduz a uma luta pela sobrevivência familiar e ao mesmo tempo por autovalorização, reconhecimento e busca de identidade. Por um lado, as falas que ouvimos e as ações de trabalho que acompanhamos são indicativas da dimensão estrutural do mundo do trabalho – mulheres que se organizam, que lutam contra a vulnerabilização material e fragilização dos laços sociais – por outro lado, também ficou evidenciado que aquelas mulheres são sujeitos que estão buscando se posicionar no processo de elaboração das subjetividades contemporâneas. A elaboração dessas subjetividades passa por uma redefinição das identidades e vimos que, no grupo estudado, tal identidade é recolocada a partir das relações estabelecidas entre o universo familiar e o extrafamiliar. A identidade passa a ser constituída pelo esforço daquelas mulheres em responder à pergunta "*Quem é você?*" "*Qual o seu trabalho?*" em espaços marcadamente delimitados pelas assimetrias de gênero. A identidade dessas mulheres existe na percepção descrita por elas mesmas de que existem semelhanças entre elas. Isso permite-lhes conceber-se, socialmente, como *mulheres-trabalhadoras que empreendem socialmente* sua força de trabalho na gestão de microespaços sociais.

Dessa análise, podemos resumir como essas mulheres se inserem no processo de produção do social, qual a dinâmica que sustenta o papel social das *mulheres-empendedoras solidárias*: são mulheres-trabalhadoras que, através da articulação entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo, entre a casa e a rua, a família e o trabalho, o público e o privado, geram valores de troca, buscando formas de inserção na cadeia produtiva, mesmo que de forma ainda vulnerável ou ainda mesmo buscando diferenciar-se da lógica utilitarista de mercado. Por fim, são elas também garantidoras de vínculos em espaços e arranjos sociais precários e vulneráveis, na medida em que a elas cabe também uma luta por reconhecimento e por uma subjetividade encoberta pelo esvaziamento das relações sociais até então marcadamente utilitaristas.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Laís. *Um olhar de gênero: viabilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas*. In ABRAMO, Laís; RANGEL, Alice (orgs). **Gênero e trabalho na Sociologia Latino-Americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

_____. A situação da mulher Latino-americana. In: **Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ABRANCHES, A. "Psicanálise e Política", In: **Desejo, Barbárie e Cidadania**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1995.

ABREU, Alice Rangel. *Especialização Flexível e Gêneros: Debates Atuais*. In: **Revista da Fundação Sistema de Análise de Dados**. São Paulo, 1994.

_____. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

ABRIC, J-C. *A abordagem estrutural das representações sociais*. In: A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB Editora. 1998.

ADITEPP – Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos. *Consolidação e fortalecimento de relações democráticas de gênero no mundo do trabalho*. in I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Brasília, 2000.

AGENDE, CENTRO FLORA TRISTÁN, EQUIDAD DE GENERO. **Cidadania e Feminismo**. Brasília, 2000.

ANDERSON, Jean/Ine. **Sistemas de Gênero, Redes de Atores e uma proposta de Formação**. Montevideo (Uruguai), Reprem, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. SP: Boitempo Ed., 2000.

_____. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. SP: Cortez, 1999.

_____. *A centralidade do Trabalho Hoje*. In: **Revista Sociedade e Estado**. Departamento de Sociologia. UnB, 1996.

ALMEIDA, A.M.O. *A pesquisa em representações sociais: fundamentos teórico-metodológicos*. **Revista Ser Social**, Departamento Serviço Social, UnB, 1996.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

_____. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária/Salamandra, São Paulo: Edusp, 1981.

_____. **Sobre a revolução.** Moraes Editores, Lisboa, 1971.

_____. **A dignidade da política.** Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994.

ARRUDA, A. *Feminismo, Gênero e Representações Sociais.* In: **Feminismos: Teorias e Perspectivas Revista da Pós- Graduação em História**, UnB, Vol. 8, números ½. Brasília- DF, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 6023: Referências. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 14724: Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR: 6027: Sumário. Rio de Janeiro, 1989.

AVRITIZER, Leonardo. **Sociedade Civil e Democratização.** Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 1994.

BACHELAR, Gaston. **O Novo Espírito Científico.** São Paulo: Tempo Universitário, 1991.

BANDEIRA, Lourdes Maria. *Um caminho longo até a equidade.* Jornal Eletrônico, Unb na Imprensa. Disponível em: <<http://www.br/acs/acsweb/clip/Ing/cam/Inho – longo.htm>> Acessado em: 08/03/2004.

_____. *Políticas Públicas e Violência de Gênero: Uma discussão a partir das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) da Região Centro-Oeste.* Unb, Departamento de Sociologia, Mimeo, 2003.

_____. *Feminismo: memória e história.* In: Sales, Celina de Maria Veras e et all, Org., **Feminismo: memória e história**, Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

_____. *Método Científico e a Construção do Objeto em Ciências Sociais – da reflexão do processo de pesquisa (notas de aula).* Curso de Métodos de Pesquisa, Programa de Mestrado em Sociologia, UnB, 1º /2000 (mimeo).

_____. *Gênero e Trabalho: contribuição para um debate teórico.* Brasília: UnB, Departamento de Sociologia, 1998.

_____. *Divisão Sexual do Trabalho: práticas simbólicas e práticas sociais.* In SIQUEIRA, Deis (org.) **Relações de Trabalho: Relações de poder.** Brasília: EdUnB, 1997.

BARDIN, L. **Análise do Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. **A modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. RJ: Jorge Zahar, 1999

BECHER, Bertha k. **Tecnologia e gestão do território**. RJ: Ed. UFRJ, 1988.

BELLONI, Maria Luiza. *A Mundialização da Cultura*. In: **Sociedade e Estado**, V. IX, Nº 1-2, 1994.

BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. Floriano de S. Fernandes. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

BERQUÓ, Elza. *Arranjos Familiares no Brasil: uma visão demográfica*. Disponível em: <<http://www.br/acs/acsweb/clip/Ing/cam/Inho - longo.htm>>. Acessado em: 15 de ago.2003.

BOSERUP, E. *Woman's role In: Economic Development*. New York: SaInt MartIn's Press, 1970.

BOURDIEU, P. **Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O Poder simbólico**. 3a.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ed. Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais.1982.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BRUCHINI, C.; RIDENTE, S. *Desvendando o oculto: família e trabalho domiciliar em são Paulo*.In: ABREU, Alice Rangel; SORJ, Bila. (orgs.) *O Trabalho Invisível: estudo sobre trabalhadoras a domicílio no Brasil*. RJ: Rio Fundo, 1993.

_____ & PUPPIN, Andrea Brandão. "Trabalho de Mulheres Executivas no Brasil no Final do Século XX". *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, v. 34, n. 121, jan.-abr. 2004, pp. 105-138.

_____. *A Mulher Brasileira no mercado de Trabalho*. SemInário: A mulher na magistratura. Associação dos Magistrados Brasileiros. RJ, 1996

_____. *As mulheres e as novas ocupações*. Texto da Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1999.

BRUCHINI, C. & UNBEHAUM (Orgs). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2002.

CACCIAMALI, M.C. *As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda*. In CAMARGO, J.M. (org.) **Distribuição de renda no Brasil**. RJ: Paz e Terra, 1991.

CADERNOS DA CUT: **Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT**. 1999.

CAILLÉ, Alain. *Nem holismo nem Individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dívida*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Anpocs, 38, 1998.

_____. **Antropologia do dom**. Ed. Vozes, Petrópolis, 2002.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o Pensamento Social Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

CARRERA, Denise. **Viver é afinar um Instrumento. Processos de formação Feminista no Brasil**. Dissertação de Mestrado. USP, Faculdade de Educação, São Paulo, 2001.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1982.

_____. **Socialismo ou Barbárie**. Tradução de: Milton Meira do Nascimento. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____. **A experiência do movimento operário**. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Brasiliense, 1985.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre/RS; Editora Veraz, 2003.

CHARON, J.M. **Sociologia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999.

CHAUBAUD, Danielle et alli. *Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução*. In: *Sexo do Trabalho*. KARTCHEVSKY et alli. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. SP: Xamã, 1996.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 1990.

CIAMPA, A da C. **A estória do Severino e a história da Severina.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

COCCO, Giuseppe. **As dimensões produtivas da comunicação no pós-fordismo.** Série Estudos e Debates, no 5, IUPERJ.

COHEN & ARATO. **Civil Society and Political Theory.** Cambridge: MIT Press, 1992.

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA – CEE/Relatório Parcial, de discussão e combate da fem/nização da pobreza no Brasil. Brasília, Câmara Legislativa, dezembro de 2003

CONNELL, Robert. **Políticas da Masculinidade.** Educação e Realidade, vol. 20, jul./dez. Porto Alegre, 1995,

CORAGGIO, José Luiz. *Da economia dos setores populares à economia do trabalho.* In: **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs). Petrópolis: Vozes, 2000.

CORAGGIO, J.L. **Desenvolvimento humano e educação.** São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Ana Alice et ali (org). **Um debate crítico a partir do fem/nismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero.** São Paulo: CUT, 2002.

COSTA, Jurandir Freire Costa. "Narcisismo em tempos sombrios" In: Tempo do Desejo(Sociologia e Psicanálise). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em Ciências do comportamento.** São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

CRUZ. Tania Cristina da S. **Cultura política e valores democráticos no DF.** Monografia de Graduação.UnB. Departamento de Sociologia, ICS, Brasília, 1998.

_____. **Iniciativas populares de geração de renda: participação popular e empreendimentos solidários em Santa Maria/DF.** Dissertação de Mestrado. UnB, Departamento de Sociologia, ICS, Brasília, 2002.

_____. *Ocupação no mundo do trabalho e o enfoque de gênero: qual o perfil do sujeito-trabalhador que constrói a economia solidária no Brasil?* In.: I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero. UFGO: Go, 2006.

_____. Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária. Disponível em: <www.lpea.gov.br>. Acessado em: 10/01/2006.

DAL ROSSO, Sadi. **O debate sobre a redução da jornada de trabalho**. São Paulo: ABET, 1998.

DEJOURS, C. **A banalização da Injustiça social**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

_____. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

_____. **Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. 2^o ed. São Paulo: Atlas, v. 1, 1993. p.149-173.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. São Paulo: Ed. Paradigma, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Informação Qualitativa**. São Paulo: Editora Papirus, 2001.

_____. *Programa Metodológico da Sociologia*. Texto apresentado na 2a semana de Sociologia. ICS, Departamento de Sociologia, UnB, 2003.

DIEESE, PED-DF Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal, 2^o trimestre de 2004.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**. RJ: Paz e Terra, 1999.

DURKHEIM, E. **Lições de Sociologia**. SP: EDUSP, 1983.

_____. **A Divisão do Trabalho Social**. Lisboa: Editorial Presença (2 vols), 1984.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. V. 1. São Paulo:Zahar, 1993a.

_____. **O processo civilizador: formação do Estado e da civilização**. V. 2. São Paulo: Zahar, 1993b.

ESCOREL, Sarah. **Classificando os conceitos: desigualdade, pobreza, marginalidade, exclusão. O que significa exclusão social?** Mimeo, 28 p.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FACHIN, R. e CHANLAT, A (Orgs.). **Governo Municipal na América Latina: Inovações e perplexidades.** SP: Sulina, 1996.

FARIA, Nalu e NOBRE, Mirian. (Orgs). **Gênero e Desigualdade.** Cadernos Sempreviva. São Paulo, SOF, 1997.

FARIA, Nalu. **Trabalho das mulheres: tendências contraditórias.** São Paulo: Sof, 1999.

FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian e SILVEIRA, Maria Lucia. (Orgs). **Gênero nas políticas Públicas.** Cadernos Sempreviva. São Paulo, SOF, 2000.

FEIJÓ, C. e CARVALHO, P. (1998), Structural Changes in the Brazilian Economy: an analysis of the evolution of Industrial Productivity in the 1990s. IASS/IAOS Joint Conference, Aguascalientes, México.

FERREIRA, L. **O sujeito-trabalhador na enfermagem: identidade e subjetividade no mundo do trabalho.** Tese de doutorado. UnB, Departamento de Sociologia, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis, Vozes, 1996.

_____. **A arqueologia do saber.** São Paulo: Forense Universitária, 2004a.

_____. **A microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 2004b.

_____. **A hermenêutica do sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2004c.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais.** Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p. 25-34, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. *Gestão social: um conceito em construção.* In: **IX Colóquio Internacional sobre Poder Local**, 2003, Salvador, 2003.

FRANÇA FILHO, G. C. ; LAVILLE, J. L. . *Fato Associativo, Cultura e Dádiva: Desafios Analíticos.* In: **II Colóquio Internacional Análise de Organizações: Perspectivas Latinas**, 2003, Salvador, 2003.

FRANÇA E FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FUNDAÇÃO SEADE. **Mulheres no Mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo.** 1999.

FGV, Publicações semestrais, 2003. Disponível em: <<http://www.sieeesp.org.br/download/Censo05.pdf>> Acessado em: abr./2005.

GAIGER, L. I. G. **A Economia Solidária no RS: “Viabilidade e Perspectivas”.** RS: UNIS/NOS, 1999.

_____. *Sentido e possibilidades da economia solidária hoje.* In: **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs). Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Eficiência sistêmica. In: CATTANI, A. (Org.). **A Outra economia.** Porto Alegre: Veraz, p. 125-129., 2003^a.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. (Org.). **A Outra economia.** Porto Alegre: Veraz, p. 135-143, 2003b.

_____. L'économie solidaire au Brésil. Revue du M.A.U.S.S., Paris, n. 21 (Alter-économie: quelle autre mondialisation?), p. 80-96, 2003c..

_____. A economia solidária frente a novos horizontes. São Leopoldo, disponível em <www.ecosol.org.br> 2003d.

_____. **A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres. Contexto e Educação,** n. 50, p.47-71, 1998.

_____. *O trabalho ao centro da economia popular solidária.* XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1999.

_____. *Os Caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul.* In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia Solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000, p. 267-86.

_____. Sentido e possibilidades da economia hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel; COSTA, Beatriz; LARA, Francisco (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 167-98.

_____. Significados e tendências da economia solidária. In: CUT BRASIL. **Sindicato e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT.** São Paulo: CUT, 1999. p. 29-42.

GIDDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria Social.** SP: Ed. UNESP, 1998.

_____. **A Constituição da Sociedade.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1978.

_____. **A transformação da intimidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

_____. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

_____. *Admirável mundo novo: o novo contexto da política*. In: MILIBAND, David.

_____. **Reinventando a esquerda**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Ed. Atlas,

GIUBERT, Adriana Maria. **Estereótipos de gênero nos espaços familiar e do trabalho: traços culturais, relações de poder**. Dissertação de Mestrado. UnB, Departamento de Sociologia, ICS, Brasília, 2002.

GOUBOUT, J. **O espírito da dádiva**. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1999.

GOFFMAN, E. **Estigma**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1999.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. SP: Perspectiva, 1999.

_____. **Os momentos e seus homens**. Lisboa: Relógio D'água, 1999.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOHN, Maria Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. SP: Ed. Loyola, 1997.

GOLDANI, Ana Maria. *As Famílias no Brasil Contemporâneo e o Mito da Desestruturação*. **Cadernos Pagu**, 67-110, 1993.

_____. *Retratos de Família em Tempos de Crise*. **Estudos Feministas**. n. especial/ 2º sem : 303-335, 1994.

GÓMEZ, Fanny. *Poder e empoderamento das mulheres*. REPEM, Colombia, 2002. Disponível em < http://www.lainsignia.org/2001/noviembre/soc_003.htm. Acessado em: 20/11/2003, às 21:00 hs.

GOTTIDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. SP: Edusp, 1997.

GORENDER, Jacobi. **Marxismo sem Utopia**. SP: Ática, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp/IE, 1999. (Série Pesquisa).

_____. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. Campinas: Unicamp/IE, 02 out. 2001. In: SEMINÁRIO O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/rurbano.html>>. Acesso em: out. 2001

GUÉRIN, I. **Femmes et économie solidaire**. La Découverte. MAUSS. SED. Paris, 2003.

GUIMARÃES, Gonçalo (org.). **Sindicalismo e Cooperativismo: a economia solidária em debate**. São Paulo: Unitrabalho, 1999.

HABERMAS, J. **Theory of Communicative Action**. Boston: Beacon Press, 1984.

_____. **Pensamento Pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. SP: Loyola, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e Condição *Feminina*: uma abordagem antropológica. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, Rio de Janeiro. Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas. Mulher e políticas públicas. Rio de Janeiro, 1991.p.23-37.

_____. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia. Quem mandou nascer mulher? gênero e Infância pobre no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994 (em fase de elaboração).

HIRATA, Helena. *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero*. In Revista *Lat/Ino Americana de Estudos del Trabajo*. Ano 04, número 07, 1998.

_____. *Divisão sexual do trabalho; novas tendências e problemas atuais*. In Gênero no mundo do Trabalho. I Encontro de Intercambio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil, 2000.

_____. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro, 2003.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. SP: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.

_____. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b.

HUSSEL, E. (1859-1938) **La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendantale**. trad. Gérard Guest., 1937.

IÑIGUEZ, Lupicínio (Org). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **O Pós-modernismo e a sociedade de consumo**. In: KAPLAN, E. Ann. **O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

JENKINS, Richard. **Rethinking Ethnicity**. London: Sage, 1996.

KARTCHEVSKY-BULPORT, Andree. **Sexo do trabalho(o)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KRAYCHETE, Gabriel. *Economia dos Setores populares: entre a realidade e a utopia*. In: **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. KRAYCHETE, G. Francisco Lara, Beatriz Costa (organizadores). Petrópolis: Vozes, 2000.

KERGOAT, Danièle. *Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho*. (orgs) Lopes, M.J.; Meyer, D. e Waldow, V. **Gênero e Saúde**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.

KERGOAT, D. *Da divisão do trabalho entre os sexos*. **Tempo social**, v.1, 2 semestre de 89, USP, São Paulo, 1989.

KLEIN, Emílio. *Emprego e Heterogeneidade do Setor Informal*. In: **Classes e Movimentos Sociais na América Latina**. Sonia Laranjeira (org.), São Paulo: HUCITEC, 1990.

KÜCHEMANN A. B. *Estratégias de Sobrevivência de mulheres no setor Informal urbano*. In: KOHIHEPP, Gerd (coord.) **Brasil: Modernização e Globalização**. Madrid: Biblioteca Iberoamericana/ Frankfurt A. M.: 2000.

_____. (Org) **II Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo para Igualdade de Gênero: Reflexões sobre a diversidade no mundo do trabalho**. FIG/ACDI/CIDA, GTZ, Brasília, 2005.

_____ et al. **Relações de Gênero no Ciclo de Projetos**. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 1996.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. RJ: Paz e Terra, 1975.

_____. **Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania**. SP: Cia das Letras, 1993.

KON, Anita. *Segmentação ocupacional brasileira segundo gênero*. Texto apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET, 1999.

LAGARDE, Marcela. *Las mujeres queremos el poder*. Extractos del taller impartido en "Puntos de Encuentro", Managua, Octubre. En: Envío, año 20, n. 28, marzo, 2001.

LAKATOS, E.; MACONI, M.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

LANGER, André. **Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz**. Disponível em: <

http://www.vinculando.org/brasil/conceito_trabalho> Acessado em: jan./2006.

LAUTIER, B. *L'État et l'informel*. Paris, Editions L'Harmattan, 1991.

LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **L'Economie Solidaire: Une Perspective Internationale**. Paris, Desclée de Brouwer, 1994.

_____. *Le Renouveau de la Sociologie Economique*. **Cahiers Internationaux de Sociologie**. vol. CIII, pp. 229-235, 1997.

_____. **Démocratie et Economie: Eléments pour une Approche Sociologique**. Paris. Manuscrito, 2002.

LAVILLE, Jean-Luis; MAGNEN, Jean Philippe; FRANÇA FILHO, Genauto C. de; MEDEIROS, Alzira (orgs.) **Action publique et économie solidaire; Une perspective Internationale**. Saint-Agne: Éditions Érès, 2005.

LAVILLE, Jean- Louis, (Org.). **Economía Social y Solidaria: una visión europea**. Buenos Aires, Altamira: 2004.

LECHAR, Noëlle Marie Paule. *As raízes históricas de Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil*. Anais: **Seminário das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. 20 mar. 2002, Campinas.

LÉON, Magdalena. *Empoderamento. Relaciones de las mujeres con el poder*. Disponível em: < http://www.laInsignia.org/2001/noviembre/soc_003.htm>. Acessado em: 15/01/2004, às 13:00 hs.

LESBAUPIN, Ivo. **Poder Local versus Exclusão Social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. RJ: Vozes, 2000.

LYPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio**. Lisboa: Edições Gallimard, 1983.

_____. **A terceira mulher: permanência e revolução do Feminino**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da Economia Popular Solidária. Disponível em: Acesso em: 29 nov. 2003.

LOJIKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. SP: Martins Pena, 1981.

_____. **A Revolução Informacional**. SP: Cortez Editora, 1995.

LOMBARDI, M. R. ; BRUSCHINI, M. C. A. **Hommes et femmes sur le marché du travail au Brésil. Un panorama des années quatre-vingt-dix**. Tgs Travail Genre Et Sociétés, Paris, v. 10, p. 149-172, 2003.

LOMBARDI, M. R. ; BRUSCHINI, M. C. A. Trabalhadoras brasileiras noas anos 90: elas são em maior número, mais velhas e mais instruídas. Revista Mulher e Trabalho, Porto Alegre, v. 2, n. março, 2002.

LOMBARDI, M. R. Mulheres engenheiras no mercado de trabalho brasileiro: qual seu lugar?. Revista Mulher e Trabalho, Porto Alegre, v. 4, p. 45-60, 2004.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. SP: Nova Cultural, 1985.

_____. **A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx**. Rio de Janeiro:Zahar,1968.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**. 7.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I e II, Vol. I e II 2a ed., RJ: Ed Bertrand Brasil, 1982.

_____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. In: FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital**. 4ª edição, São Paulo, Global, 1987.

MAUSS, Marcel. *Fenômenos gerais da vida Intra-social (1934)*. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de — **Marcel Mauss: antropologia**. São Paulo: Ática, 1979 (pg. 196-204).

_____. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MAZEI, C. N. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Ed. UFRJ, 2003.

MEAD, Margareth. Primeiras experiências que moldam a personalidade Arapesh. In: IDEM. **Sexo e temperamento**. 2a.ed., São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 63-79.

MEAD, Margareth e METRAUX, Rhoda. Crianças - nosso futuro. In: IDEM. **Aspectos do presente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p.131- 163.

MÉDA, Dominique. **Le travail: une valeur en voie de disparition**. Paris: Aubier, 1995.

_____. **Qu'est-ce que la richesse?** Paris: Champs, 1999.

MELO, Hildete Pereira de. *Gênero e Pobreza no Brasil: contexto atual*. In: **Primeiro Relatório do projeto Cepal sobre Governabilidade democrática de gênero en la América latina y el Caribe**. 2002.

MENEZES, A.M.B, BARROS, F.C, TOMASI, E. **Fatores de risco para mortalidade perinatal em Pelotas, RS, 1993**. *Rev Saúde Pública* 1998;32:209-16.

MERTON, R. K. *Os imperativos Institucionais da ciência*. In: DEUS, Jorge Dias de. (Org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MÉSZÁROS, I. **Marx: A Teoria da Alienação**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. **Filosofia, Ideologia e Controle Social**. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MERTON, R. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Vozes, 1982.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento – metodologia de pesquisa social (qualitativa em saúde)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Escola de Saúde pública, FIOCRUZ, 1989.

MORA, Suzana. "Inovações municipais no Brasil recente. Impulsos de democratização e crise". In: FACHIN e CHANLAT. Op. Cit., pg. 167-182

MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. **Desafios da gestão de empreendimentos solidários**. Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p.77-84, jun. 2002.

MORIN, E. 1995. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Instituto Piaget, Lisboa.

_____. **Ciência com Consciência**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1996.

_____. **O Método – 4. As Idéias**. Editora Sulina, Porto Alegre, 1998.

_____. **La Méthode - 5. L'Humanité de l'humanité. L'Indentité humaine**. Seuil, Paris, 2002.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NASCIMENTO, Elimar. *Hipóteses sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. In: **Cadernos CRH**, Salvador, N° 21, 1994.

NOBRE, M.; FARIA, N; SILVEIRA, M.L.DA. **Desafios para a Incorporação de gênero às práticas das ONGs**. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/generoweb/nalu.htm>>, acessado em: jun. 2003.

NORBERT, Elias. **A Sociedade dos Indivíduos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1992.

NUNES, Christiane Girard Ferreira; SORIA, Anália L. *Crise Econômica e Crise na Cultura do Trabalho*. In: **Sociedade e Estado – Trabalho: Crise e Reconstrução**. Vol. XI, no 2, Brasília: Dep. de Sociologia, UnB, 1996.

NUNES, Christiane Girard Ferreira. *Economia Solidária em tempos Sombrios*. In: **Revista Ser Social**, Programa de Pós-graduação do Dep. de Serviço Social da UnB, no 05, 1999.

_____. **Dossiê: globalização e trabalho – perspectivas de gênero**. Brasília: CFÊMEA/FIG-CIDA, 2002.

NUNES, C.G.F.; THEODORO, M.L.. *Atividades Informais em Brasília: análise e desafio*. In: FERREIRA, M.C.; DAL ROSSO, S. **A Regulação social do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2003.

_____. Os elos horizontais da economia solidária: desafios e perspectivas. In: MATINS, P.H.; NUNES, B.F. **A nova ordem Social: perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. *Auto-estima e a capacidade de imaginar-se outra(o) em outro mundo*. In: **II Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo para Igualdade de Gênero: Reflexões sobre a diversidade no mundo do trabalho**. FIG/ACDI/CIDA, GTZ, Brasília, 2005.

NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). Brasília: a Construção do Cotidiano. BsB: EdUnb, 1998a.

_____. *Sociologia do espaço social de Brasília: O descontrole planejado*. In: **Série Sociológica** n. 174, BsB: UnB, Dep. Sociologia, 1999b.

OAKLEY, A. **Woman's work, the housewife, past and present**. New York; Vintage Books, 1974.

OFFE, Claus. *Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?*. In: **Trabalho e Sociedade**, Vol. I, Tempo Brasileiro, RJ, 1989.

_____. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. *A crise e as utopias do trabalho*. In: **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs). Petrópoles: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, M.C. *A Família Brasileira no Limiar do ano 2000*. In: **Estudos Feministas**. 1996.

OSZLAK, Oscar. *Políticas Públicas y regímenes políticos: reflexiones a partir de algunas experiencias latinoamericanas*. In: **Estudos CEDES**, Buenos Aires: CEDES, Vol. 3, N° 2.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. SP: Brasiliense, 1994.

PAVIANNI, Aldo. **Brasília: a Metrópole em Crise**. BsB: EdUnB, 1989.

_____. **Brasília: Moradia e Exclusão**. BsB: EdUnB, 1996.

_____. **A Conquista da Cidade**. BsB: EdUnB, 1998.

_____. **Brasília - Gestão urbana: conflitos e cidadania**. BsB: EdUnB, 1999.

PARSONS, Tacoltt. **Sociedades: Perspectivas Evolutivas e Comparativas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

PINTO, Ricardo José V. de M. **Trabalho e Identidade: o eu faço, construindo o eu sou**. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UnB, Departamento de Psicologia, Brasília. 2000.

PISCITELLI, Adriana. *Re-criando a (categoria) mulher?*. **Textos Didáticos, Campinas**: IFCH/UNICAMP, n. 48 (A prática Feminista e o conceito de gênero), p. 7-42, 2002. Número organizado por Leila Mezan Algranti.

POCHMANN, Márcio. **O movimento de desestruturação do mercado de trabalho nos anos 90; uma análise regional**. São Paulo: *Campinas*, 1998.

_____. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo, Cortez/Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *Atlas da Exclusão Social no Brasil, volume 2: dinâmica e manifestação territorial*. São Paulo: Cortez, 2003.

POLLACK, M. *Reflexiones sobre los Indicadores del mercado de trabajo con un enfoque basado em el género*. Comisión Económica para a América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 1997.

POLANYI, K. **A Grande Transformação - as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980.

POSTHUMA, A.C. *Transformações do emprego no Brasil na década de 90*. In.: **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. Brasília: OIT/ TEM; São Paulo: Editora 34, 1999.

POULANTZAS, N. **O Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, P. **Manual de Investigação em ciências sociais**. São Paulo: Editora Gradiva, 1998.

RADCLIFF-BROWN, A. **Estrutura e Função na Sociedade Primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAUTA RAMOS, M. H. *Políticas urbanas, segregação sócio-espacial e conselhos locais*. In: RAUTA RAMOS, M. H. (org.). **Mutações Societais e Gestão de políticas urbanas**. RJ: DP&A (no prelo), 1997.

REVISTA TEXTOS DE HISTÓRIA – **Feminismos: teorias e perspectivas**. Revista da Pós-graduação em História da UnB, vol. 08, no ½, 2000.

REVISTA SOCIEDADE E ESTADO – **Feminismos e gênero**. Revista semestral de Sociologia, Departamento de Sociologia, Unb, vol. XII, no 02, 2000.

_____. **Dádiva e solidariedades urbanas**. Revista semestral de Sociologia, Departamento de Sociologia, Unb, vol. XVI, n. ½, 2001.

ROCHER, Guy. **Talcott Parsons e a Sociologia Americana**. São Paulo: Livraria Alves Editora, 1967.

RICARDO, D. *Valor Absoluto e Valor de Troca (última versão Inacabada)*. In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: O declínio Inevitável dos níveis do emprego e a redução da força global de trabalho**. SP: Markon Books do Brasil, 1995.

ROY, Lise. **O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva**. SP: Ed. Alínea, 1999.

RUA, M.G.; ABRAMOVAY, M. (Orgs.) **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília:Unesco, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. O estatuto teórico da violência de gênero. *In*: TAVARES, José V. **Violência em tempos de globalização**. São Paulo: Hucitec, p.143-163,1999.

SALES, C.M.V. et all, (Org.). **Feminismo: Memória e História**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

SALES, S.V. Manifesto Contra o Trabalho: As Propostas do Grupo Krisis ou, na Realidade, de Robert Kurz? *In*: Revista Paraiwiava, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 3. ed. São Paulo : Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. SP: Recife: HUCITEC/UFPE, 1978.

SARACCINI, A.V.A. *El conflicto entre sexismo e identidad*. Disponível em: <http://www.laInsignia.org/2001/noviembre/soc_003.htm>. Acessado em: 08/01/2004, às 10:00 hs.

SCALON, M.C. **Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências**. RJ: IUPERJ/UCAM/ED. Revan, 1999.

SCHERER-WAREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. SP: Ed. Loyola, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Vol. 16, n.2, jul/dez.1990, Porto Alegre.

SEABRA, Zelita; MUSZKAT, Malvina. **Identidade feminina**. Petropolis: Editora Vozes Ltda, 1985. 79 p

SEGATO, R. L. *Two Ethno-Racial Paradigms: Brazil and the U.S.* *In*: *Série Antropologia* n° 233. Universidade de Brasília, 1998.

SEGNINI, L. R. P. *Relações de gênero no trabalho bancário informatizado*. *In*: **Cadernos Pagú**, no 10, CampInas, 1998a.

_____. **Mulheres no trabalho bancário**. São Paulo: Boitempo, 1998b.

SILVA, Luiz Antonio M.; CHINELLI, Filipina. *Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual*. *In*: **Contemporaneidade e Educação**. Revista dos Estudos da Cultura e Educação ContInuada. RJ: IEC, 1997.

SILVA, Pedro Henrique Isaac. **Sofrimento eCooperação: Estudo sobre cooperativas de catadores de lixo**. Monografia de Graduação.UnB. Departamento de Sociologia, ICS, Brasília, 2005.

SILVEIRA, Maria Lucia. *Políticas do sujeito e relações de gênero: Re-significando a cidadania*. **Revista Mediações**. Vol.5, n.2, jul/dez.2000, Depto. Pós Graduação em Ciências Sociais, Ed. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.

SIMIÃO, D.S. *Revalorizando espaços tradicionalmente ocupados por mulheres*. In: **Gênero no mundo do trabalho**. I Encontro de Intercambio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Brasília, 2000.

SIMMEL, G. *A metrópole e a vida mental*. In: Velho (org.): **O fenômeno urbano**. RJ: Zahar Editores, 1979.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre a sua Natureza e suas Causas**. São Paulo: Nova Cultura (Os economistas / Nova Cultura), 1996.

SIMÓN, M.E.R. *Una propuesta feminista: la democracia vital*. Revista Leviatán, Madrid, Ed. Envío, 2000.

SINGER, P. **Economia Socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Globalização e Desemprego**. São Paulo: Ed.Contexto, 1999.

_____. **Uma Utopia militante**. São Paulo: Ed. Vozes, 1998.

_____. **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

SOARES, Ana Cristina Nassif. **Mulheres chefes de família: Narrativa e percurso ideológico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

SOARES, J. A. e BAVA, S.C. **Os Desafios da gestão municipal democrática**. SP: Cortez, 1998.

SORJ, Bila. "Trabalho Remunerado e Trabalho Não-Remunerado". In: OLIVEIRA, Suely de; RECAMÁN, Marisol & VENTURI, Gustavo. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004a, pp. 107-119.

_____. *Trabalho e Responsabilidades Familiares: Um Estudo Sobre o Brasil: Relatório Final* (contratado pela OIT). Rio de Janeiro. UFRJ, jan. 2004b.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *O trabalho como linguagem; o gênero do trabalho*. In COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs). *Uma questão de gênero*. RJ: Rosa dos Tempos, 1992.

SOUZA, P.R. **Emprego, Salário e pobreza**. SP: HUCITEC, 1980.

SUE, Roger. **La richesse des hommes: vers l'économie quaternaire**. Paris: Odile Jacob, 1997

TEIXEIRA, F.L.C. *Tecnologia, organizações e produtividade: a experiência brasileira recente*. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/teixeira/apostila/ARTIGO%20O&S.doc>> Acessado em: 20/6/2005.

TEMAS CODEPLAN 1: Perfil Sócio-Econômico das Famílias do DF. BsB, 1997.

_____ 2: Políticas Públicas: Exclusão Social. BsB, 1998.

THEODORO, M. **L'Intervention étatique sur L'Informel au Brésil**. Tese de doutorado. Paris, Université Paris I, Panthéon,-Sorbone, 1999, mimeo.

THEODORO, M.L.; NUNES, C.G.F. **Atividades Informais no Distrito Federal – Três estudos de caso**. Brasília, UnB/GDF, 2000, mimeo.

_____. *As características do mercado de trabalho e as origens da Informalidade no Brasil*. In: RAMALHO, J.P.; ARROCHELLAS, M.H. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

TOSTA, Tânia Ludmila. **A diferença entre ter e não ter: o emprego e a identidade do desempregado**. Dissertação de Mestrado. UnB, Departamento de Sociologia, ICS, Brasília, 1999.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, Vozes, 1994.

UNICEF; NEVES, Maria da Graça Ribeiro dos; COSTA, D.M. **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Unicef, 1991.

VASCONCELLOS, E.J.G. **Trabalhadores informais: o sentido de sua escolha de trabalho**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. RJ: Ed. Record, 1997.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia**. 6ª ed. Ed Atlas, 2004.

YANNOULAS, S.C. **Dossie: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília:CFEMEA/FIG-CIDA, 2002.

WAIZBORT, Leopoldo, 2000. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Ed. 34.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. v. 2. Brasília: UnB, 1999.

APÊNDICE A - QUADRO DE REFERÊNCIA DA TESE – MODELO DE COMPREENSÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Assim sendo, a metodologia de abordagem da tese em questão – a de que está em formação o perfil de uma mulher empreendedora solidária – pautou-se na compreensão do fenômeno a partir dos seus próprios dados e das referências fornecidas pela população estudada, tendo por base de análise as relações estabelecidas entre a estrutura e os atores sociais e o desenvolvimento de papéis sociais. Tal princípio sustenta-se inicialmente em uma abordagem de pesquisa qualitativa e fenomenológica¹³², que permite localizar tanto a esfera de atuação e entendimento do mundo dos sujeitos pesquisados, quanto do próprio pesquisador.

Neste primeiro momento da pesquisa, que é o de identificar, de forma descritiva e contextualizada, a realidade vivida, elaborada significativamente pelos indivíduos que compõem a questão-chave desta investigação, tem-se como referência a noção de que a realidade dos sujeitos investigados não é um dado objetivo, passível de explicações pautadas apenas em relações de causa e efeito¹³³.

¹³² A noção de mundo vivido e experienciado são desenvolvidas nos quadros da pesquisa fenomenológica, cujo método foi desenvolvido por Edmund Husserl (*apud* Cruz, 1996) e trata do estudo de um fenômeno, experienciado conscientemente por sujeitos, sem teorias prévias sobre sua ocorrência e o mais livre possível de pré-conceitos. Ela abarca alguns conceitos que dizem sobre a interpretação do mundo: fenômeno, realidade, consciência, essência, experiência e intersubjetividade. Todos estes conceitos estão ligados à concepção da fenomenologia de ter uma investigação direta e uma descrição dos fenômenos que são experienciados conscientemente e que devem ser vistos livres de preconceitos. Consciência na fenomenologia seria o ato da intencionalidade, "o estar voltado para alguma coisa atentivamente". Mas o estar voltado para alguma coisa não significa que se tenha a verdade relativa sobre um fenômeno, pois este só aparece numa busca rigorosa e atenciosa do investigador, que procura ver além da aparência, que busca a essência do fenômeno, a sua estrutura fundamental.

¹³³ A idéia de causalidade é introduzida nas ciências humanas por Hume, filósofo do século XVIII, quando este aponta a relação causa-e-efeito como importantes para a compreensão da sociedade e seus mecanismos. Este debate estende-se até a Antropologia Social com Stuart Mill, William Rivers e Radcliffe-Brown. A partir da noção de causa-e-efeito, estes autores discutem o empirismo como fonte analítica da realidade: a prática do mundo e os sentidos sobre este são a fonte do conhecimento. É desta forma que a noção de causa-e-efeito justifica a discussão empiricista da primeira metade do século XX: era preciso compreender na realidade social o que era a causa e o efeito de um dado fato. Sob este prisma, Mill introduz a discussão dos problemas da lógica e da causalidade nas ciências da natureza humana. Para Mill, tal ciência não poderia ser exata, pois as causas da conduta humana são apenas aproximadamente conhecidas, e as circunstâncias de cada ato dependem de cada situação posta. Ou seja, não seria possível prescrever todas as relações possíveis de causa-e-efeito, na medida em que estas apresentam-se sob condições variadas. Contudo, era possível pensar em generalizações aproximadas no tocante a causas gerais dos comportamentos. Causas estas suficientes para a formação de uma ciência política e social. A questão da causalidade se remeteria à noção

A pesquisa sociológica, guiada por esta noção de contextualizar e buscar os elementos estruturantes da organização social e das subjetivações mais profundas da realidade desenvolvidas pelos indivíduos, favorece a uma compreensão articulada entre a teoria científica, a estrutura social e as motivações individuais. Quer dizer, a partir de uma dada referência empírica, e da pergunta e /ou problema daí oriundos, traçar uma coordenada entre a produção intelectual elaborada – legitimada pelo campo científico – e um conjunto de interrogações e de hipóteses. Contudo, deve-se esclarecer que não se defende aqui o enclausuramento dos dados empíricos na teoria. A idéia é transcender aos limites da percepção corrente, tendo como ponto de partida um patrimônio acumulado de interpretações provisoriamente validadas, chamada teoria. Este é um procedimento interessante para os pesquisadores da realidade social, na medida em que nos possibilita evitar que as operações de observações e intelecção do real sejam feitas sobre falsos pressupostos¹³⁴.

Em síntese, a abogagem teórica e metodológica que compôs o espaço epistêmico desta pesquisa, espaço no qual se agregam os elementos que explicam a base lógica da investigação, baseou-se no estudo articulado da relação entre Estrutura e Sujeito, Indivíduo e Sociedade, Objetividade e Subjetividade nas relações sociais estabelecidas a partir do mundo do trabalho.

O diálogo metodologicamente integrado com esses autores ancorou a pesquisa no estudo compreensivo de como os atores sociais, no caso as mulheres trabalhadoras,

de lei universal da natureza humana e sua aplicação nas ciências sociais. Para Mill "pode-se dizer que a ciência da natureza humana existe na proporção em que as verdades aproximadas que compõem um conhecimento prático da humanidade podem ser apresentadas como colorários das leis universais da natureza humana sobre as quais se apoiam, daí surgindo os limites adequados dessas verdades aproximadas (...)" (Oliveira, 1988:54) Na verdade, o que Mill adverte é que as ações humanas não podem ser prescritas com a mesma exatidão das leis da física ou química. As leis da natureza humana estão circunscritas, na visão de Mill, a fatores externos à ordem psicológica, portanto circunstanciais. Estas leis só seriam possíveis através da sua mensuração por leis empíricas observáveis. As leis universais da conduta humana seriam apreendidas dedutivamente e as leis empíricas seriam obtidas por meio da indução (experimentalmente ou pela observação). Fugindo de qualquer explicação metafísica sobre a realidade do homem e suas ações, Mill busca entender as leis da mente através de sua operação. "As leis da mente são as leis pelas quais um estado da mente é produzido por outro". As leis da mente seriam, assim, as leis pelas quais um estado da mente (e não do corpo) geraria outro. Sobre a categoria da causalidade, isso se refletiria assim: na relação causa-e-efeito, a causa se remete às leis gerais e o efeito aos comportamentos individuais (particulares, psicológicos). (Cruz, 1998)

¹³⁴ Não se dever perder de vista, o fato de essas matrizes teóricas e/ou paradigmas não constituírem sistemas herméticos de pensamento. Defende-se aqui que a categoria verdade pode funcionar como limite e orientação operatória: ou seja, o que os processos de pesquisas produzem são aproximações cognitivas dos horizontes empíricos de que se ocupam. (Almeida & Pinto, *apud* Cruz, 1999).

localizados em seus espaços específicos, pensam, reagem e se organizam a partir dos problemas postos atualmente pela crise do mundo do trabalho. Desse modo, evitou-se cair no totalitarismo autoritário da organização e no essencialismo da liberdade humana enquanto condição inata e não negociada com outros sujeitos.

As bases lógicas da argumentação e da análise desta tese estão inseridas dentro de um “modelo de compreensão”, elaborado a partir de alguns princípios de epistemologia, tomados de autores com Rüsen (1987), Bruyne (1975), Berger & Luckmann (1975), Marx (1982), Mauss (1981), Bandeira (1999), Ferreira (2002), Diehl & Taim (2004), Gil (2004), Vergara (2005), Cruz (2002) *et alli*.

O modelo de compreensão, ou seja, o quadro de referência científica da tese foi gerado a partir da integração de alguns princípios:

1. **A eficiência do conhecimento gerado em Ciências Sociais** está em dialogar, explicar e analisar a realidade socialmente construída. Santos (1999) lembra-nos que o conhecimento científico começa a partir das indagações ao senso comum¹³⁵ (1a ruptura: epistemológica), procede de forma diferente à sistematização do conhecimento oriundo daquelas indagações (2a ruptura: metodológica), mas deve retornar ao senso comum (3a ruptura: romper com a 1a ruptura) para possibilitar-lhe uma melhor dimensão da sua própria realidade. Seria o que Boaventura (1999) chamou de “**o reencontro da ciência com o senso comum**”. É um modo de democratizar e distribuir à sociedade dos comuns – aqueles que operam a partir do conhecimento acumulado no senso comum e, por isso, mesmo reforçam a comunicação social e as sociabilidades – o conhecimento

¹³⁵ A pesquisa científica tem início no conhecimento vulgar, porém dele se diferencia através de metodologias e princípios que visam legitimá-la enquanto conhecimento científico. "Nunca será demasiado repetirmos que as investigações da ciência partem de crenças e diferenciações originadas no saber vulgar. Mas partem daí para a tentativa de *ultrapassar as limitações* deste saber" (Morais, 1988, 26). Para Cotrim (2002), essas opiniões são reproduzidas "[...] irrefletidamente no cotidiano, algumas dessas noções escondem idéias falsas, parciais ou preconceituosas. Outras podem revelar profunda reflexão sobre a vida – o que chamamos de sabedoria popular". A caracterização do *senso comum* não passa, necessariamente, por critérios de verdade ou falsidade, mas sim pela "falta de **fundamentação** sistemática", ou seja, recebem e emitem opiniões sem saber por quê e o que significam. São processos acrílicos nos quais um indivíduo concebe um conjunto de informações como conhecimentos, sem saber realmente o que significam, e os utiliza na prática cotidiana como se fossem verdadeiros e definitivos, sendo estes últimos apenas "conhecimentos provisórios e parciais" (Cotrim, 2002, p.47). No meio científico, os conhecimentos também podem ser provisórios e parciais, podem dar lugar a novos conhecimentos que surgem ao longo do tempo através de novas pesquisas. A grande diferença é que no meio científico deve haver plena consciência de que uma pesquisa que leva a um novo conhecimento não é definitiva. O *senso comum*, portanto, descarta essa premissa, pois as opiniões obtidas podem ser emitidas como verdadeiras e definitivas.

elaborado pela ciência, de forma a permitir aos “comuns” uma compreensão mais acurada do meio que os cerca¹³⁶.

2. **Pensar a complexidade e a integração do conhecimento humano**¹³⁷: as análises e os estudos em Ciências Sociais não se pautam em polarizações e dicotomias na seleção e uso dos métodos. A investigação científica não pode ser restringida a uma visão meramente tecnológica ou instrumental, e deve-se superar o debate tradicional entre "quantitativo" e "qualitativo", global e local, teoria e prática; deve-se também promover-se o fecundo intercâmbio interdisciplinar. Para dar conta da especificidade da pesquisa em teoria social, faz-se necessária uma leitura plural e integrada da realidade. Elaborar-se um novo objeto de conhecimento a partir do diálogo entre o senso comum e o senso crítico. A

¹³⁶ É esta uma nova relação entre senso comum e senso crítico. Reflete a estrutura científica pós-moderna. Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos (2002) diz que a ciência moderna "construiu-se contra o senso comum", considerando-o "superficial, ilusório e falso" e a ciência pós-moderna vem para reconhecer os valores ("virtualidades") do senso comum que enriquecem a "nossa relação com o mundo", ou seja, o senso comum também produz conhecimento, mesmo que ele seja um "conhecimento mistificado e mistificador". "[...] mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico" (Santos, 2002,33). Santos (2002) justifica a aproximação do conhecimento do senso comum ao conhecimento científico com a descrição de algumas características do próprio senso comum, tais como causa e intenção; prática e pragmática; transparência e evidência; superficialidade e abrangência; espontaneidade; flexibilidade; persuasão (Santos, 2002, 56). O autor afirma que é necessária uma ruptura epistemológica inversa à que ocorrera na ciência moderna, ou seja, em vez de distanciar-se do senso comum para atingir um nível qualitativo para a pesquisa científica, agora é necessário aproximar esse conhecimento o máximo possível do conhecimento do senso comum, pois o "[...] conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum." Afirma ainda que a ciência pós-moderna, ao "**sensocomunicar-se**", não "[...] despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico e instrumental deve traduzir-se em sabedoria de vida" (Santos, 2002, p.57).

¹³⁷ A ciência, ao longo do século XX, passou por um amplo debate sobre os seus princípios básicos de construção. O racionalismo, o determinismo e o mecanicismo foram superados pela incerteza proposta pela própria ciência, dando origem a possíveis rupturas epistemológicas e a busca por "novos" paradigmas. Morin (2002) é um dos pensadores atuais a que propõe-se a apresentar o pensamento complexo da chamada "ciência nova". Em resumo, a complexidade proposta por Edgar Morin se refere a um conjunto de eventos, principalmente aqueles ligados à área científica, que ocorreram no final do século XIX e que foram sendo debatidos, combatidos e assimilados no decorrer do século XX. Pode-se dizer que o que houve na realidade foi um certo tipo de Revolução (Japiassu, 1985; Kuhn, 2001; Epstein, 1988), pois foram quase três séculos de determinismo, de racionalismo, de univocidade, de concepção mecânica de mundo e, principalmente, da certeza de que se transferia ao experimento científico; tudo isso cai por terra com as descobertas da própria ciência (Morin, 1999; 2002). Primeiramente, tem-se a revelação de que existem fenômenos que não se consegue explicar. O próprio ser humano é um deles, o universo também, a vida e a morte, o amor, o ódio (a reaproximação da filosofia e da ciência) (Moles, 1971). Depois, descobre-se que o mundo pode ser um sistema (Von Bertalanffy, 1977), um ecossistema, e que suas partes (fragmentos) não estão nem podem ser vistas e estudadas sem a compreensão e aceitação do todo onde figuram. Claro que não se pode explicar de maneira lógica as relações e inter-relações deste todo e de suas partes e vice-versa. É por isso que se chama pensamento complexo, pois parece não haver uma lógica para estas relações aparentemente sistêmicas, é o que Morin (1999; 2002) denomina a "ordem dentro da desordem" ou a "certeza da incerteza", e é justamente por este motivo que se chama complexidade.

integração de abordagens aqui proposta é um dispositivo de investigação do complexo, por exigência de um conhecimento que está longe de ser "unidimensional", de ser provido de variáveis ou de ser circunscrito apenas à tecnicidade dos procedimentos *standard* (ordenar, descrever, etc.).

3. Eficácia metodológica. Assim, associando uma releitura¹³⁸ da noção de ruptura, construção e verificação do processo de investigação científica, proposto por Bachelar (1998), e a distinção conceitual de Bruyne (1975) sobre **objeto real, objeto percebido e objeto construído**, conduzimos a coleta e análise dos dados sob a seguinte perspectiva:

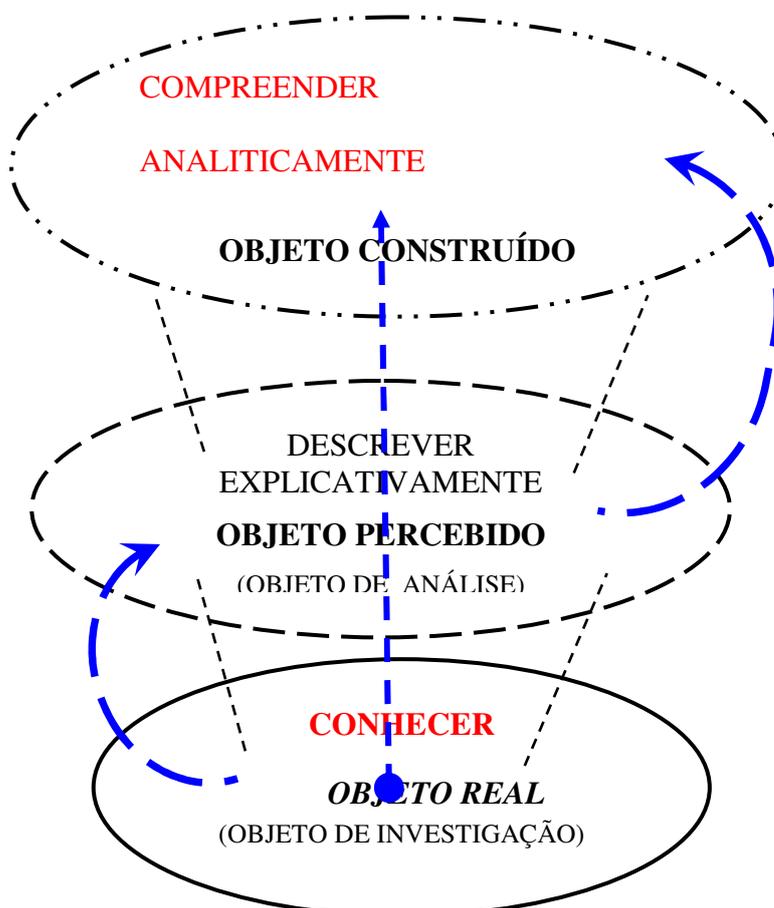
a) ruptura das ideologias sobre a realidade, problematizando o senso comum que cerca o objeto investigado, sem esvaziar sua importância epistemológica, pois este também gera conhecimentos e orienta condutas. Já a construção do objeto de análise

¹³⁸ Ancorar esta noção de "releitura" das etapas da pesquisa social proposta por Bachelar (1998) no debate posto por Boaventura Sousa Santos sobre o paradigma da ciência pós-moderna permite-nos pensar nas possibilidades de produzir conhecimento fora de uma relação de opostos e entre o senso comum e o senso da ciência.

pautou-se na resignificação, aplicação, investigação e categorização do objeto de estudo a partir do eixo teórico escolhido para compreendê-lo. A verificação traz o momento da consolidação da pesquisa, quando é possível checar os resultados obtidos na investigação, averiguar a pertinência das hipóteses levantadas, elaborando assim um objeto científico, construído pelo processo de pesquisa.

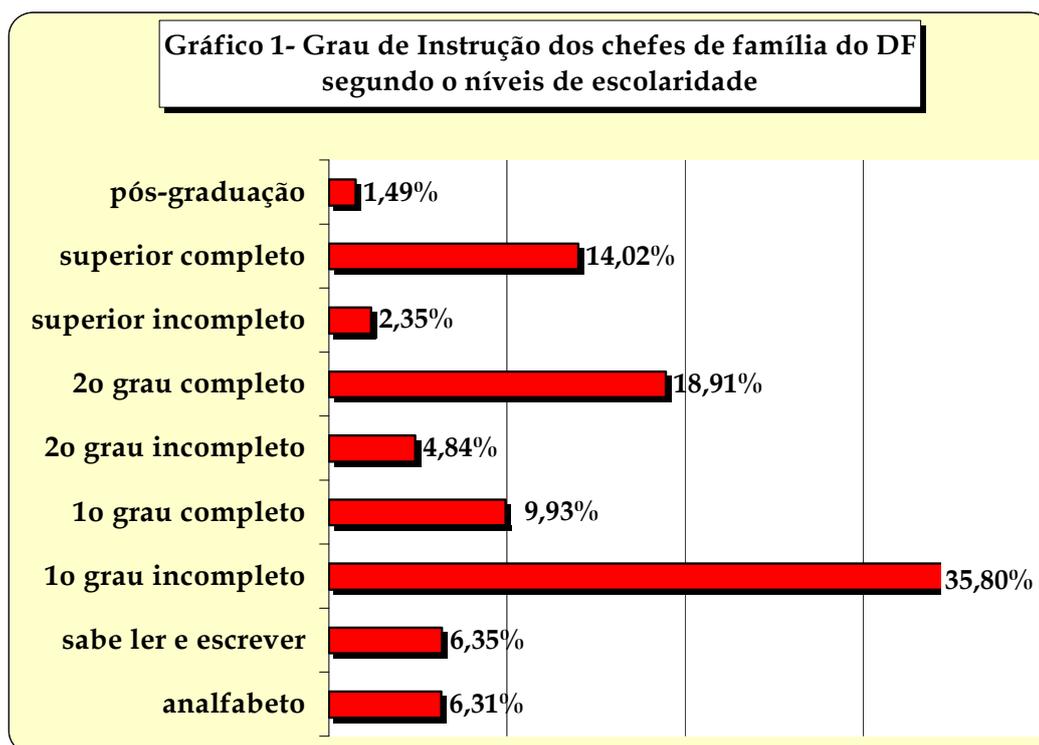
b) o objeto real é o que existe na realidade, é o fenômeno (para lembrarmos de Husserl, 1985) na sua dimensão concreta e inalienável, que independente das leituras da ciência, existe como fato. O objeto percebido é aquele que se constrói a partir dos conceitos e teorias que a formação do pesquisador traz. Ou seja, o “lugar de fala” do pesquisador contextualiza o objeto real em uma outra rede de interpretações, resignificando-o a partir da compreensão teórico-metodológica que o investigador possui. Já o objeto construído é a síntese do real redimensionado, fruto do trabalho científico desenvolvido através da pesquisa, reconstruído conceitualmente e confrontado com a realidade. **No diagrama 1** a seguir, demonstramos os elementos que compõem o processo de pesquisa, em foco um foco tridimensional (objeto identificado, percebido e reelaborado pela pesquisa):

Ruptura, construção e verificação no desenvolvimento da pesquisa social.



APÊNDICE B - Contexto socioespacial de Brasília e de suas Cidades-Satélites¹³⁹

Em Brasília, como em outras regiões metropolitanas, a renda familiar e o grau de instrução denotam em grande parte um padrão locacional, ou seja, observa-se uma estratificação espacial das famílias, conforme suas rendas, com clara hierarquização das localidades urbanas. Alguns dados sobre grau de instrução, renda e desemprego, destacados nos gráfico e tabelas a seguir, são indicadores empíricos desse quadro da pobreza urbana em Brasília, na qual a segregação sócio-espacial e a exclusão são um dos fenômenos sociais que endossam esses indicadores.



Fonte: COCEPLAN/PISEF-DF, Perfil sócio-econômico das famílias do DF, 2004.

Elaboração: Tânia Cruz.

¹³⁹ Nota: o texto que se segue neste apêndice é parte da pesquisa de Mestrado desenvolvida pela mesma autora da tese aqui apresentada e os números que constam neste texto foram devidamente atualizados na Codeplan: CRUZ, Tania Cristina da Silva. *Iniciativas populares de geração de renda: participação popular e empreendimentos solidários em Santa Maria/DF*. Dissertação de Mestrado. UnB, Departamento de Sociologia, ICS, Brasília, 2002.

Os resultados expostos pelo gráfico 1 indicam que entre os chefes de família do DF predominam aqueles que deixaram os estudos com o 1º grau incompleto (35,80%), seguindo-se os que concluíram o 2º grau (18,91%) e o ensino superior (14,02%). Entretanto, na realidade, a análise desses dados revela que o perfil educacional dos chefes de família tende a confirmar, em certa medida, as diferenças na formação escolar da população das Regiões Administrativas – RAs (CODEPLAN, 1997).

Assim, no Lago Sul, Plano Piloto e Lago Norte, encontram-se os contingentes mais expressivos de chefes de família com escolaridade média e superior, ou seja, mais de 80% dos chefes dessas localidades declaram escolaridade entre o 2º grau completo e a pós-graduação. Algumas Ras como Brazlândia, Planaltina, Ceilândia, Samambaia e Recanto das Emas, apresentam um nível escolar mais baixo: a grande maioria dos chefes de família dessas localidades jamais freqüentaram a escola ou ficaram com o 1º grau incompleto. Para termos de exemplificação só em Brazlândia os analfabetos representam 12,98% dessa população. No Recanto da Emas 56,93% dos chefes de família possuem 1º grau incompleto. Esse número do segmento dos que não concluíram o 1º grau, é de 55,02% em Planaltina, 53,51% em Samambaia, 49,50% na Ceilândia e 46,19% em Brazlândia (CODEPLAN, 2004).

Em Brasília, podemos aliar a escolarização da população a renda obtida por esta. Nesses termos, pode-se assinalar que o quadro da renda familiar apurada em Brasília nos últimos três anos, em pesquisa realizada pela CODEPLAN, tem correlação direta com o momento econômico atual: o desempenho global da economia e a situação do mercado de trabalho. Assim, o DF apresentou uma renda bastante elevada, porém distribuída de forma irregular entre as Ras. Como já apontado, a renda familiar denota em grande parte um padrão locacional, que compreende desde a instalação dos equipamentos e serviços coletivos até as condições de manutenção destes bens coletivos. Dessa forma, utilizando-se de uma renda média familiar como parâmetro, pode-se agrupar as RAs do DF em cinco conjuntos de renda, segundo suas particularidades econômicas, destacados na tabela a seguir:

Tabela 1: Distribuição das Famílias do DF por Classe de Renda – codificação da renda mensal de salário mínimo por estratos sociais		
Grupo	Setores Urbanos	Renda média de salário mínimo
1	Brasília, Lago Norte e Lago Sul.	Essas três RAs que compõem o grupo 1 têm padrão de vida bastante elevado, muito acima da média observada no Distrito Federal em termos de rendimento médio, oscilando entre 32,5 SM de Brasília e 65,8 SM do Lago Sul. Neste grupo, 35,1% das famílias têm rendimento acima de 40 SM.
2	Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante e Taguatinga.	Aqui, o rendimento médio das famílias varia entre 16,1 SM de Taguatinga e os 29,05 SM do Cruzeiro. 36,2% das famílias têm rendimento médio entre 10 e 25 Sm.
3	Gama, Sobradinho, Riacho Fundo e Candangolândia.	Compreende as RAs com rendimento médio mensal familiar entre 9 SM do Gama e 11,4 da Candangolândia. O maior percentual das famílias neste grupo (49,8%) têm média de 2 A 10 SM.
4	Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Samambaia e Riacho Fundo I.	Nestas RAs, o rendimento médio mensal situa-se entre 6,1 SM de Planaltina e 7.6 SM de Samambaia e Ceilândia. Este grupo possui 33,7% da população do DF, e a grande maioria das famílias (60,3%) tem

		rendimento médio mensal entre 2 e 10 SM, sendo muito expressivo o percentual daquelas com renda de até 2 SM (20,5%).
5	Paranoá, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião, Varjão, Riacho Fundo II e Vila Estrutural.	Estas RAs compreendem as localidades urbanas com menor rendimento médio do Distrito Federal, oscilando entre 4,6 SM do Paranoá e 5,3 SM de São Sebastião. Aqui, 65,7% das famílias têm renda média mensal de 2 e 10 SM. Este grupo caracteriza-se por concentrar uma predominância de rendas homogeneamente distribuídas em baixos patamares.

Fonte: CODEPLAN, Perfil Sócio-econômico das famílias do DF, 1997/2004. OBS.: o salário mínimo em 97 era de R\$ 112,00 e hoje encontra-se nos R\$ 350,00.

A análise global desses dados permiti-nos apontar que as RAs do Plano Piloto, Lago Sul e Norte, representam o estrato da população onde os 19% da população brasileira vivem com uma renda de 40 a 60 salários mínimos (SM). Essas localidades possuem também as melhores alocações dos equipamentos e serviços coletivos e fazem parte da região “centro” da capital ou pelo representam uma proximidade política, cultural e econômica dessa. RAs como o Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Sobradinho, Candangolândia representam os 24% da população que vivem com uma renda entre 10 e 25 SM. Essas RAs possuem bens coletivos consolidados, tais como: rua asfaltada, esgoto, luz, postos de saúde, centros culturais, etc., mas estão em média a 20 KM do centro urbano de Brasília. As outras RAs representadas por São Sebastião, Planaltina, Gama, Ceilândia, Brazlândia, Paranoá, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia e Santa Maria representam 57% da população brasileira que vivem hoje com uma renda entre 2 e 10 SM. Essa RAs também possuem bens coletivos, mas em condições mais precárias que as outras localidades citadas e em algumas há até a ausência desses bens coletivos, como escolas, postos de saúde e esgoto (CODEPLAN, 2004).

Em Brasília, também há uma representação e expansão da pobreza urbana pelo desemprego. Comparada a outras metrópoles brasileiras (observada a relação de densidade populacional e a PEA - População Economicamente Ativa), ela é a capital que possui mais desempregados no país, como mostra a tabela 2:

Tabela 2 – Taxas de desemprego em seis metrópoles brasileiras 1996-97							
Metrópole	Set./96	Jan./97	Mar./97	Mai/97	Julho/97	Set./97	Nov./97
Brasília	16,5	15,7	18,0	18,2	17,9	18,2	18,5
Belo Horizonte	12,8	11,8	13,3	13,8	13,6	13,7	13,0
Curitiba	13,4	12,1	14,4	14,8	14,5	–	–
Porto Alegre	12,9	12,2	13,5	14,1	14,2	13,1	12,3
Salvador	–	–	20,9	21,9	22,0	21,9	16,6
São Paulo	14,8	13,9	15,0	16,0	15,7	16,3	

Fonte: GDF/PED/DF – 20004; Dieese-Boletim/2003/04.

Em 1997 os desempregados em Brasília eram 156 mil pessoas. Hoje, eles são 210 mil (Correio Braziliense, março, 2006). Contudo, o que chama a nossa atenção para esses dados é que a maioria dos desempregados em Brasília hoje possuem uma baixa escolarização. Entre os que são analfabetos e os que possuem 1º grau incompleto e completo (56,3%) estão a maior margem de desempregados como mostra a tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Perfil dos desempregados segundo o grau de escolaridade no DF – março/04		
Escolaridade	% sobre o total da população	% acumulada
ANALFABETOS	2,7%	2,7%
1º GRAU INCOMPLETO	39,4%	42,1%
1º GRAU COMPLETO	14,2%	56,3%
2º GRAU INCOMPLETO	13,9%	70,2%
2º GRAU COMPLETO	23,3%	93,5%
3º GRAU INCOMPLETO	3,4%	96,9%
3º GRAU COMPLETO	3,1%	100%

Fonte: CODEPLAN/PIDEF-DF, março, 2006.

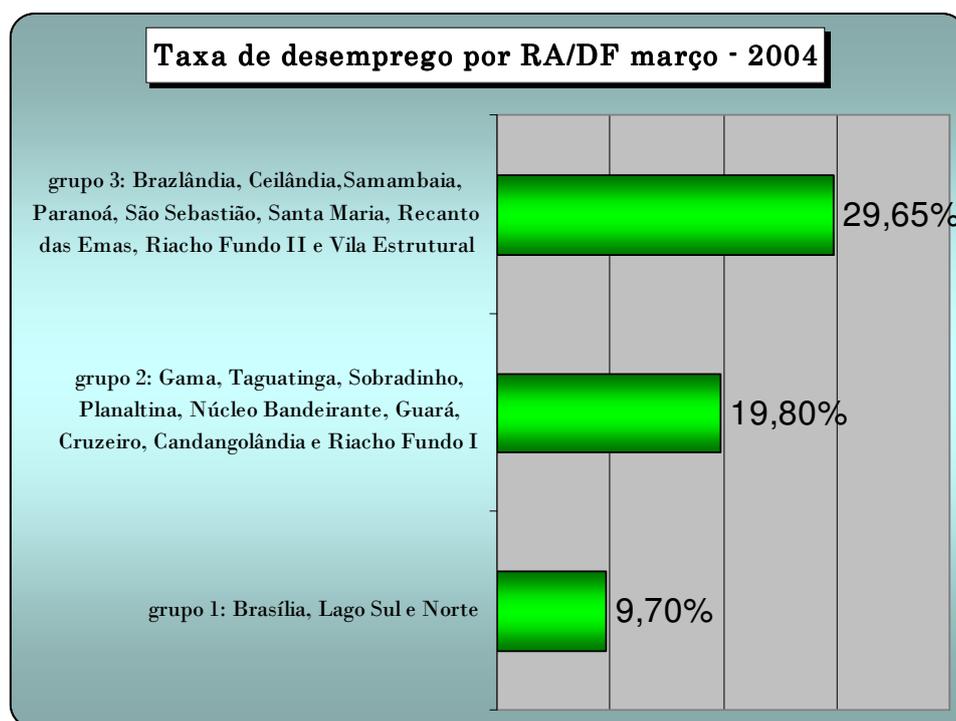
Essa realidade do desemprego em Brasília não foge a regra da exclusão no mundo do trabalho pela má qualificação dos trabalhadores, pela não abertura de novos postos de trabalho, pela precariedade das condições de trabalho ou pelo subemprego. No bojo dessa situação há, ainda, o fato de Brasília ser uma capital terciária e não abrir postos de trabalho em frentes produtivas industriais ou agrárias. São todas faces do processo de globalização da economia, da reestruturação produtiva em escala mundial e dos novos paradigmas de emprego, dos quais exigem um novo perfil do trabalhador que, evidentemente, não se realiza em pessoas que possuem apenas o 1º grau de escolaridade.

Outra representação da pobreza pelo desemprego pode ser lida na diferenciação de grupos de desempregados por Regiões Administrativas (RAs) que a CODEPLAN utiliza para realizar sua pesquisa mensal sobre emprego e desemprego no DF. A PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF) é realizada nas 19 RAs do DF e é aplicada considerando três grupos de regiões administrativas agrupadas:

- a) grupo 1: Brasília, Lago Sul, Lago Norte (grupo de renda mais elevada – média de 60 SM)
- b) grupo 2: Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo I (grupo de renda intermediária – média de 25 SM)

c) grupo 3: Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo II e Vila Estrutural (grupo de renda mais baixa – média de 10 SM)

No gráfico 2, representado a seguir, estabelece-se a porcentagem de desempregados por grupos de RAs. Novamente, há uma espacialização da pobreza, ou seja, o desemprego, como também as baixas taxas de escolarização e renda, estão inseridos em uma lógica de estratificação social por localidades ou RAs no DF.



Fonte: Cruz, 2006. "Qual o seu trabalho mulher?" Mulher Empreendedora no contexto da Economia solidária: sobre gerar vínculos e reconhecimento.

2. A INSERÇÃO DE BRASÍLIA NA LÓGICA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E NO PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL PELO DESEMPREGO

A grosso modo e como já colocado em linhas anteriores, a lógica capitalista está centrada na sustentação da socialização contraditória da força produtiva e das relações de produção e na apropriação privada dos bens trabalhados. Como todo espaço urbano capitalista, Brasília nasce dentro dessa lógica e talvez por isso seja comum ouvirmos que ela é “uma capital jovem com velhos problemas” pois traz em sua estrutura econômica e política a dinâmica para gerar velhos problemas urbanos: a falta de empregos, a violência, o inaccessível a bens de consumo coletivos, a pobreza e segregação social pela qual passa boa parte das populações urbanas. Mas Brasília não deveria em tão pouco tempo de existência (40 anos de fundação) apresentar problemas tão graves para a conjuntura social. Ela surge em moldes planejados, diferente de outras metrópoles brasileiras, na qual o urbanismo moderno, tem, no planejamento do uso do solo e na setorização funcional do espaço urbano, uma de suas maiores características (Barbosa Ferreira, *“Brasília: novos rumos para a periferia”* apud Paviani, 1996).

Brasília é uma cidade metropolitana espacialmente fragmentada, polinucleada, na qual a inércia econômica, política e cultural de suas cidades-satélites, é o aspecto mais preocupante, haja vista que tais cidades representam, em sua maioria, uma função residencial para a população pobre segregada no interior metropolitano. Na verdade, Brasília deixou de ser um ponto de rede urbana articulada, para tornar-se uma área de mercado. A produção e o consumo de massa estão vinculados a uma economia de escalas de emprego, na qual o acúmulo de um exército de reserva para os serviços de baixa tecnicidade e para a construção da cidade são pontos fundamentais nesse processo de segregação social e econômica da população pobre da capital.

A formação do espaço urbano de Brasília está circunscrito na lógica de segregação sócio-espacial capitalista, mas também guarda algumas peculiaridades. A primeira delas é que a implantação do pólo terciário, sede do Poder Central, demarcou a instalação de funções polarizadoras, ligadas à sede

do poder, ao centro de decisão e de gestão e às escalas judiciais superiores. São atividades altamente centralizadas que não se dispersam territorialmente e localizam-se seletivamente: o núcleo central e suas áreas residenciais próximas elitizadas, que abrigam as populações que empenham as funções também especializadas, que concentram a renda, selecionam os usos de bens coletivos e por fim regulam e reprimem a ocupação do solo urbano. Esse é um modelo racionalizado da segregação sócio-espacial, na qual Brasília foi o lugar de um projeto que segundo Barbosa Ferreira apontava

“ [...] a ação de duas forças atuando ao mesmo tempo: uma que polariza e a outra que periferiza. Surge assim, de um lado, o centro com funções estabelecidas e, de outro, a periferia desestruturada e fragmentada territorialmente, abrigando a população e as atividades excluídas do centro” (Barbosa Ferreira, “*Gestão do território e outras territorialidades*” apud Paviani, 1999, 138).

Brasília não evoluiu como uma metrópole convencional em que as atividades, inclusive as terciárias, se espalham no território. As pequenas indústrias, pois não há grandes pólos industriais, vão para a periferia, levando a residência dos trabalhadores e as funções ligadas à reprodução dessa classe social.

As atividades ligadas ao centro, poder estadual e suas decisões, não se desconcentram e não criam novos espaços de trabalho e de decisão política fora do centro. Em Brasília, a gestão do território não criou mecanismos de “descontração”. Assim, a periferia próxima foi satelitizada, vivendo em função do centro, suplementando-o naquelas atividades que a seletividade expulsou. Áreas complementares se implantaram na periferia próxima. Ilustram esse fato, o Guará com sua feira muito procurada e Taguatinga com o subcentro de comércio.

No processo geral da urbanização, a valorização da terra urbana, tendo como agente o mercado imobiliário, periferiza a pobreza. A continuada migração de pobres para as cidades grandes em busca de trabalho não-especializado e de baixa remuneração alimenta esse processo. Em Brasília, a preservação do espaço urbano do centro para as funções especializadas entra em conflito com a ocupação informal, própria das populações pobres, que não

podem pagar o preço da localização regular. É o conflito e o processo próprio das zonas urbanas que segregam sócio-espacialmente sua população pobre.

Os trabalhadores, que vinham atraídos pelo canteiro de obras, formavam vilas junto aos acampamentos provisórios das construtoras. Houve, então, desde o início, pressão por espaços para transferir as vilas. O Estado, dono da terra, criou núcleos urbanos fora do limite do centro (Plano Piloto). Os trabalhadores pobres foram transferidos para esses locais distantes, sem infra-estrutura, sem trabalho, nem funções econômicas definidas.” (Barbosa Ferreira, *apud* Paviani, 1999, 140)

Essa população, que ocupa os espaços urbanos periféricos e pobres, representa os maiores índices de desemprego, aliados ao baixo poder aquisitivo, à dependência do centro do aglomerado (ou de outra cidade para o trabalho), à reduzida taxa de participação da força de trabalho na PEA (população economicamente ativa).

A estruturação socio-espacial e conseqüente segmentação do mercado de trabalho em Brasília, levou à confirmação da tendência à formação de concentrações urbanas periféricas com a ausência de uma dinâmica econômica própria e com uma fragilidade na formação desse espaço econômico, como revela as características locais dessas periferias a seguir:

a) **Funções predominantemente de âmbito local.** Tanto o comércio como os serviços atendem às demandas cotidianas, às necessidades elementares da população local de baixa renda, ligadas à função residencial e não regional.

b) **Atividades com baixa capacidade de dinamização** tendo em vista que essas atividades dependem do poder aquisitivo da população assalariada, do abastecimento de fora, no caso do comércio, do treinamento e dos serviços. Trata-se predominantemente de pequenas empresas, muitas delas informais, que contribuem para a economia local apenas com os baixos salários que pagam pelo reduzido emprego gerado.

c) **Fragilidade dessas atividades que são**, de modo geral, recentes e de caráter informal. Têm a capacidade de proliferar facilmente, mas podem fechar também rapidamente.

d) **Baixo peso na economia**. Esse dado se evidencia pelo baixo consumo de energia; pela pequena área destinada às atividades, pelos poucos empregos gerados; pela organização do tipo familiar; pela incipiência da produção; por pequena divisão de trabalho; pela baixa qualificação exigida, inclusive dos empresários, e baixa rentabilidade do trabalho. (Barbosa Ferreira, *apud* Paviani, 1999)

Com essas características observamos que as cidades-satélites representam espaços sociais pouco dinamizados economicamente, e que acabam por potencializar uma fragilidade maior frente à desregulamentação das relações de trabalho hoje à medida que dependem das políticas de trabalho desencadeadas pela região nuclear. Ainda sobre as características dessas regiões periféricas, estas possuem desenvolvimento urbano diferenciado. Como já assinalado, há regiões de grande e médio porte administrativo e econômico e há regiões de baixíssima expressão econômica e administrativa.

APÊNDICE C – MATRIZ DE INDICADORES

Ex. 1: Registro da categoria Papel Reprodutivo Feminino:

Categoria em análise: Papel Reprodutivo Feminino			
Eixo da análise		Componentes da categoria	Contingente empírico (frequência significativa dos elementos observáveis)
Grau de importância	Frequência da citação		
<i>Muito Importante</i> 1* (MI)	Citação Frequente 1* (50/50) (CF)	A. Procriação	A = MI/ CF (49/50: 49 citações de um universo de 50 entrevistadas)
<i>Importante</i> ½ *(I)	Citação Moderada(25/50) 1 ^{1/2} *(CM)	B. Cuidado com os filhos	B = MI/ CF (50/50)
<i>Regular</i> 1 ^{1/2} * (R)		C. Cuidado com os anciãos	C = MI/CM (38/50)
<i>Sem Valor</i> (SV)	Sem Citação (SC)	D. Tarefas domésticas	D = R/CM (45/50)
		E. Equilibrar os conflitos domésticos	E = R/CM (50/50)

Desenvolvimento:

1. O Indicador (I) “Papel Reprodutivo Feminino(PRF)” por possuir 5 elementos de composição será identificado pelo seguinte intervalo de variação de frequência:

$$I (PRF) = \geq 0 \text{ e } \leq 5$$

2. A soma dos componentes da categoria Gestão Democrática nos dará o indicador (I) Papel Reprodutivo Feminino (PRF):

$$\frac{A + B + C + D + E}{50} = 5.00 \text{ (Indicador Máximo da categoria PRF)}$$

3. Assim, a soma dos elementos da categoria Gestão Democrática gerou o seguinte indicador:

$$PRF = \frac{49 + 50 + 38 + 45 + 50}{50} = 4.64$$

$$I (PRF) = 4.64$$

4. O valor I (PRF) = 4.68 é o valor absoluto do universo pesquisado. Vamos calcular agora o valor relativo desse indicador para o universo consultado:

4.1 – Valor Relativo do Indicador (I) Papel Reprodutivo Feminino (PRF):

$$I(\text{PRF}) = (nA+nB+nC+nD+nE/50) = 4.64 \text{ (valor absoluto)}$$

$$I(\text{PRF}) * 100/05 = 92,8\%:$$

4.1.1 - Cálculo:

$$5 * \text{_____} 100\% \text{ (do universo pesquisado)}$$

$$4.64 \text{ _____} X.$$

$$X = 92,8\% \{ I(\text{PRF}) \text{ Relativo} = 92,8\% \text{ (PRF} = \geq 0 \text{ e } \leq 5) \}$$

- $I(\text{PRF})$ Relativo = 92,8% (O indicador Papel Reprodutivo é representativo para 92,8% do universo de trabalhadoras pesquisadas).

Ex. 2: Registro da categoria Papel Produtivo Feminino:

Categoria em análise: Papel Produtivo Feminino			
Eixo da análise		Componentes da categoria	Contingente empírico (frequência significativa dos elementos observáveis)
Grau de importância	Frequência da citação		
Muito Importante 1* (MI)	Citação Frequente 1* (50/50) (CF)	A. Baixos salários (de 1 a 2 SM).	A = MI/ CF (41/50) – Em sua maioria, o grupo de entrevistadas possui renda familiar de até 2 SM.
Importante 1/2 *(I)	Citação Moderada(25/50) 1 1/2*(CM)	B. Provedora e chefe de família	B = MI/ CF (38/50) – A responsabilidade total sobre o sustento familiar é uma responsabilidade unilateral para 38 mulheres da pesquisa.
Regular 1 1/2* (R)		C. Emprego da força de trabalho na esfera informal	C = I/CM (48/50) – Do grupo investigado, somente 2 mulheres possuem vínculo formal.
Sem Valor (SV)	Sem Citação (SC)	D. Concilia trabalho doméstico e trabalho remunerado.	D = MI/CF (50/50) – São todas elas, mulheres que trabalham na produção e na reprodução social.

Desenvolvimento:

1. O Indicador (I) “Papel Produtivo Feminino (PPF)” por possuir 4 elementos de composição será identificado pelo seguinte intervalo de variação de frequência:

$$I(GD) = \geq 0 \text{ e } \leq 4$$

2. A soma dos componentes da categoria Papel Produtivo Feminino nos dará o indicador (I) Papel Produtivo Feminino (PPF):

$$\frac{A + B + C + D}{50} = 4.00 \text{ (Indicador Máximo da categoria PPF)}$$

3. Assim, a soma dos elementos da categoria Gestão Democrática gerou o seguinte indicador:

$$GD = \frac{41 + 38 + 48 + 50}{50} = 3.54$$

$$I(GD) = 3.54$$

4. O valor $I(PPF) = 3.54$ é o valor absoluto do universo pesquisado. Vamos calcular agora o valor relativo desse indicador para o universo consultado:

4.2 – Valor Relativo do Indicador (I) Papel Produtivo Feminino (PPF):

$$I(PPF) = (nA+nB+nC+nD/50) = 3.54 \text{ (valor absoluto)}$$

$$I(PPF) * 100/04 = 89\%:$$

4.1.1 - Cálculo:

$$4 * \underline{\hspace{2cm}} 100\% \text{ (do universo pesquisado)}$$

$$3.54 \underline{\hspace{2cm}} X.$$

$$X = 89\% \{I(PPF) \text{ Relativo} = 89\% (PPF = \geq 0 \text{ e } \leq 4)\}$$

- $I(PPF) \text{ Relativo} = 89\%$ (O indicador Gestão Democrática é representativo para 89% do universo de trabalhadoras pesquisadas).

Ex. 3: Registro da categoria Gestão Democrática:

Categoria em análise: Gestão Democrática			
Eixo da análise		Componentes da categoria	Contingente empírico (frequência significativa dos elementos observáveis)
Grau de importância	Frequência da citação		
Muito Importante 1* (MI)	Citação Frequente 1* (50/50) (CF)	A. Participação igual na produção e nas decisões;	A = MI/ CF (25/50): 25 citações de um universo de 50 entrevistadas.
Importante 1/2 *(I)	Citação Moderada(25/50) 1 ^{1/2} *(CM)	B. Divisão rotativa das atividades e funções;	B = MI/ CM (20/50)
Regular 1 ^{1/2} * (R)		C. Decisões tomadas em conjunto;	C = MI/CF (25/50)
Sem Valor (SV)	Sem Citação (SC)	D. Eleições para cargos diretivos;	D = R/CM (16/50)
		E. Fiscalização feita por órgãos independentes.	E = R/CM (18/50)

Desenvolvimento:

1. O Indicador (I) “Gestão Democrática (GD)” por possuir 5 elementos de composição será identificado pelo seguinte intervalo de variação de frequência:

$$I (GD) = \geq 0 \text{ e } \leq 5$$

2. A soma dos componentes da categoria Gestão Democrática nos dará o indicador (I) Gestão Democrática (GD):

$$\frac{A + B + C + D + E}{50} = 5.00 \text{ (Indicador Máximo da categoria GD)}$$

3. Assim, a soma dos elementos da categoria Gestão Democrática gerou o seguinte indicador:

$$GD = \frac{25 + 20 + 25 + 16 + 18}{50} = 2.08$$

$$I (GD) = 2.08$$

4. O valor $I(GD) = 2.08$ é o valor absoluto do universo pesquisado. Vamos calcular agora o valor relativo desse indicador para o universo consultado:

4.3 – Valor Relativo do Indicador (I) Gestão Democrática (GD):

$$I(GD) = (nA+nB+nC+nD+nE/50) = 2.08 \text{ (valor absoluto)}$$

$$I(GD) * 100/50 = 41,6\%:$$

4.1.1 - Cálculo:

$$5 * \underline{\hspace{2cm}} 100\% \text{ (do universo pesquisado)}$$

$$2.08 \underline{\hspace{2cm}} X.$$

$$X = 41,6\% \{ I(GD) \text{ Relativo} = 41,6\% (GD = \geq 0 \text{ e } \leq 5) \}$$

- $I(GD) \text{ Relativo} = 41,6\%$ (O indicador Gestão Democrática é representativo para 41,6% do universo de trabalhadoras pesquisadas).

APÊNDICE D - MODELO QUESTIONÁRIO

I

exto da

economia solidária: sobre gerar vínculos e reconhecimento.

INSTRUÇÕES GERAIS:

- a) A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO REPRESENTA UMA DAS ETAPAS DA PESQUISA “TRABALHO, GÊNERO E IDENTIDADE A MULHER EMPREENDEDORA NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA”
- b) VOCÊ DEVE IDENTIFICAR NOME E TELEFONE DO ENTREVISTADO NA CAPA DO QUESTIONÁRIO (parte inferior), PARA CONTROLE DA APLICABILIDADE DO QUESTIONÁRIO.
- c) ESTE QUESTIONÁRIO DEVE SER APLICADO NAS(OS) ASSOCIADAS(OS) DA **COOPERATIVA 100 DIMENSÃO –RIACHO FUNDO**

2.1 SEXO: () FEMININO () MASCULINO

3. ESTADO DE NASCIMENTO: () DF () OUTRO: _____ 3.1 CIDADE:

3.2 SE NÃO NASCEU EM BRASÍLIA, HÁ QUANTO TEMPO MORA AQUI:

4. NÍVEL DE INSTRUÇÃO:

1	SABE LER E/OU ESCREVER/FAZER CONTAS
2	1º GRAU INCOMPLETO
3	1º GRAU COMPLETO
4	2º GRAU INCOMPLETO
4	2º GRAU COMPLETO
5	SUPERIOR INCOMPLETO
6	SUPERIOR COMPLETO
7	OUTROS:

4.1 POR QUE PAROU DE ESTUDAR?: _____

5. Principal profissão do entrevistada(o):

1	Pedreiro	9	Secretária	
2	Motorista	10	Costureira	
3	Doméstica/Diarista	11	Mecânico	
4	Professora	12	Pintor	
5	Balconista	13	Vigilante/Guardete	
6	Vendedor	14	Operadora de Caixa	
7	Artesã	15	Tecelã	
8	Recicladora	16	Outros:	

6. Você desempenha alguma atividade fora da cooperativa? [SE SIM, RESPONDA ÀS QUESTÕES 6.1, 6.2 e 6.2.1]

1	Sim
2	Não

6.1 SE SIM, qual?

1	Doméstica/diarista	6	Funcionário público	
2	Comerciante	7	Servente	
3	Autônomo	8	Secretária	
4	Comerciário	9	OUTROS	
5	Costureira			

6.2. Trabalha no Riacho Fundo?

1	Sim
2	Não

6.2.1 SE NÃO, ONDE VOCÊ TRABALHA? _____.

6.3 Qual é o seu lazer? _____.

7. Estava desempregado quando ingressou na cooperativa/grupo?

1	Sim
2	Não

7.1 Sua condição até ingressar neste grupo era:

- desempregada por não ter estudo
- autônoma(o) por não encontrar emprego
- autônoma(o) por opção
- sem trabalhar, procurando emprego
- sem trabalhar fora de casa , por opção
- sem trabalhar, por opção
- aposentada(o) sem trabalhar ou procurar trabalho
- aposentada(o) procurando trabalho

8. Renda familiar.

1	Até 2 SM
2	De 2 até 4 SM
3	De 4 até 6 SM
4	De 6 até 8 SM
5	De 8 até 10 SM
6	Mais de 10 SM
7	OUTROS:

Qual é sua contribuição no orçamento doméstico:

- a. Arco com todas as despesas
- b. Arco com a maior parte das despesas
- c. Divido igualmente as despesas
- d. Contribuo com uma parte menor das despesas
- e. Não contribuo nas despesas ou só eventualmente

9. Você associou-se ao grupo por meio de:

1	Amigos
2	Vizinho
3	Colega de trabalho
4	Informou-se sobre a existência do grupo – iniciativa pessoal
5	Sebrae
6	OCDF
7	Igreja/Assembléia
8	outros:

10. Você sabe o que é uma cooperativa?

1	Sim
2	Não

11. O que você observa dentro da cooperativa que favorece ao desenvolvimento econômico e social da sua comunidade?

	SIM	NÃO
A participação voluntária dos associados		
A criação de ocupação e renda para as pessoas da comunidade		
Proporciona a união dos trabalhadores		
A cooperativa é uma forma de auxiliar o governo em suas políticas sociais		
OUTROS:		

12. Opinião do entrevistado sobre o que o governo deveria fazer a respeito para acelerar a criação de novos empregos.

1	Estimular a criação de microempresa
2	Estimular a construção civil
3	Liberar áreas comerciais
4	Ampliar estímulo à cooperativa/associações
6	OUTRO:

13. Informe, segundo a escala de prioridades abaixo, qual a opinião do entrevistado a respeito do que o governo deve fazer para melhorar as condições de vida do cidadão do Riacho Fundo:

1. não é importante
2. pouco importante
3. importante
4. muito importante

1	Programas educativos acessíveis
2	Ampliar programas de saúde
3	Gerar empregos
4	Moradia
5	Promoção de eventos
6	Segurança
7	Distribuir alimentos

14. O entrevistado conhece algum movimento popular que proporcione a união dos moradores do Riacho Fundo?

1	Sim	
2	Não	

14.1 SE SIM, QUAL?

1	Associação comunitária
2	Associação de moradores
3	Cooperativismo
4	Administração Regional
5	Igreja/Assembléia

6	OUTROS:
7	Não sabe

15. Você participa de algum MOVIMENTO COMUNITÁRIO? (Se SIM, passe para as questões 15.1 e 15.1.1 ; Se NÃO passe para a questão 15.2)

1	Sim
2	Não

15.1 SE SIM, QUAL É O MOVIMENTO:

15.1.1 SE SIM, a razão para tal participação é:

1	Auxílio à comunidade
2	É importante para unir a comunidade
3	Ganhar lote
4	Ganhar emprego/ ter uma renda
5	Trabalhar junto com o governo
OUTRA:	

15.2 SE NÃO, A JUSTIFICATIVA É:

1	Falta oportunidade
2	Falta informação
3	Falta tempo
4	Não conhece
5	Não é importante
6	Não gosta de política
7	Não posso fazer nada
8	Não tem interesse
9	Outros

16. Você associou-se a este grupo por que:

		SIM	NÃO
1	Complementação da renda		
2	Poder trabalhar junto com outros trabalhadores em condições iguais		
3	Proteger-se do desemprego		
4	Por acreditar na realização deste trabalho		
5	Desejo de não possuir patrão		
6	Horário flexível		
7	Experiência na área		
8	Não encontrou trabalho		

17. Você acredita no trabalho realizado pelo seu grupo?

1	Sim
2	Não

SE NÃO, Por quê?

18. Em seu grupo:

		SIM	NÃO
1	Há organização e ele vai progredir		
2	Todos acreditam neste trabalho		
3	Existe apoio do governo		
4	Existe apoio da comunidade		
5	Existe motivação para esta forma de trabalho (trabalho cooperado)		
6	Existe plano de desenvolvimento do investimento		
7	Existe plano para pagar os fornecedores		
8	Existe plano para comprar e manter um estoque dos produtos necessários à cooperativa		
9	Existem metas para pagar as linhas de créditos conseguidas		
10	Existem metas para pagar os direitos dos associados		
11	Existem metas para baixar o custo do transporte		
12	Falta capital de giro		

19. Você acredita na permanência e expansão deste trabalho?

1	Sim
2	Não

20. O que é mais importante no seu grupo?

1	Trabalhar em equipe
2	Formar uma identidade de grupo (trabalhadores)
3	Reunir-se com os colegas
4	Garantir uma renda e/ou complementação
5	Ganhar estabilidade no mercado de trabalho
6	OUTROS:

21. Até o momento, o sucesso do grupo está:

1	No trabalho em grupo
2	No trabalho individual
3	Na ajuda do GDF
4	Na obtenção de recursos junto à comunidade
5	No apoio da Igreja
5	OUTROS:

22. Para você sua associação é um grupo:

		SIM	NÃO	NÃO SABE
1	Organizado			
2	Unido			
3	Com objetivos bem definidos			

23. Você participa integralmente das atividades do grupo (reuniões, manutenção das instalações, melhoria de projetos...)?

1	Sim
2	Não

23.1 SE NÃO, POR QUE:

1	Falta de tempo
---	----------------

2	Não se sente seguro no trabalho realizado pelo grupo
3	Não entende ainda como funciona o grupo
4	Precisa de mais tempo para se adaptar ao novo ritmo de trabalho
5	OUTROS:

24. Você recebeu educação cooperativista?

1	Sim
2	Não

24.1 SE SIM, FOI:

1	Satisfatório
2	Regular
3	Insuficiente

24.1.1 DADO POR:

1	Cooperativa
2	Outro órgão:

25. Você participa das assembléias da cooperativa? (SE RESPONDER “NÃO PARTICIPO” VÁ PARA A QUESTÃO 31.2)

1	Em todas
2	Em muitas
3	Em poucas
4	Não participa

25.1 Importância atribuída a essas participações:

1	Grande
2	Razoável
3	Nenhuma

25.2 SE RESPONDEU: NÃO PARTICIPA, justifique:

1	Não acha importante
2	Não é comunicado pela diretoria
3	Não há assembléias
4	OUTROS:

26. Você avalia a sua participação na cooperativa em:

1	Boa
2	Regular
3	Ruim

27. Você acha que sua cooperativa deve melhorar:

		SIM	NÃO
1	Organizar reuniões periódicas		
2	Diversificar as atividades		
3	Organizar cursos profissionalizantes		
4	Organizar cursos sobre educação cooperativa		
5	Garantir emprego para os associados		
6	Mais cooperação entre os cooperados		
7	Estabelecer parceria com outras cooperativas		
8	Ampliar a participação dos cooperados		
9	Organizar projetos que favoreçam a sustentação e a eficiência do empreendimento		

28. Como você vê a **sua** participação no tocante a mobilização, produção, reuniões periódicas do grupo?

() ÓTIMA () BOA () REGULAR () RUIM

29. Você participa dos mutirões (limpeza, construção e ampliação das instalações do grupo) da cooperativa?

() SIM () NÃO

29.1 SE NÃO, POR QUÊ?

30. Você conhece todos os associados?

() SIM () NÃO

30.1 SE NÃO, POR QUÊ?

31. Você colabora na gestão/administração do grupo?

() SIM () NÃO

31.1 SE NÃO, Por quê?

31.2 SE SIM, DE QUE FORMA?

- () com sugestões de melhoria
 () buscando parcerias
 () participando de todas as instâncias de debate do grupo
 () OUTROS:

32. O grupo é dono do terreno da cooperativa?

() SIM () NÃO () NÃO SEI

32.1 SE NÃO, Indique o dono:

33. O grupo é dono dos materiais e insumos necessários à produção?

() SIM () NÃO () NÃO SEI

33.1 SE NÃO, Indique quem fornece: _____

34. Você se vê como dona da sua própria força de trabalho?

() SIM () NÃO

34.1 SE NÃO, POR QUÊ?

35. Você participa do controle dos negócios da cooperativa?

() SIM () NÃO

35.1 SE NÃO, POR QUÊ?

36. Você acha que a cooperativa tem uma gestão democrática?

() SIM () NÃO

36.1 SE NÃO, POR QUÊ?

37. Você se considera dono e usuário da cooperativa?

() SIM () NÃO

37.1 SE NÃO, POR QUÊ?

38. Como você vê sua participação e controle das atividades do grupo:

() ótima () boa () regular () ruim () Não me interessa

39. **Sobre você:** "Eu sou dono e empregado da cooperativa"

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo

40. **Sobre a cooperativa:**

A) São formadas por grupos de pessoas que se unem para realizar algo em grupo e que individualmente não seriam capazes de realizar.

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo

B) Tem por finalidade prestar algum serviço necessário ou muito conveniente para aqueles que compõem a cooperativa.

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo

C) Baseiam-se numa atitude de colaboração pessoal, considerando-se os associados agrupados para a solução de seus problemas.

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo

D) Atuam pelo desejo de auferir uma renda própria, de ter seu próprio negócio, de controlar sua própria renda e não pelo desejo do lucro.

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo

41. Você é sempre informada(o) sobre o andamento [planos, objetivos, projetos, balanços, contabilidade...] da cooperativa?

() SIM () NÃO

42. “O sucesso do grupo depende do seu esforço pessoal”

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo

43. Há integração e bom relacionamento no grupo?

() SIM () NÃO

43.1 SE NÃO, POR QUÊ?

44. O grupo conseguiu atingir [alguma] independência financeira?

() SIM () NÃO () NÃO SEI

44.1 SE NÃO, POR QUÊ?

45. “Os resultados da cooperativa dependem da eficiência econômica do conjunto, ou seja, da empresa cooperativa e do associado cooperativado”.

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo

46. “Em regra, as cooperativas nascem por uma iniciativa denominada “debaixo para cima” onde um grupo de pessoas, no desejo de satisfazer uma necessidade, procura estruturar a cooperação na base do livre ingresso”.

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo

47. O exercício da autonomia na cooperativa compreende:

A) Autonomia dos sócios para determinar os seus objetivos comuns, e os da cooperativa, conforme as necessidades de cada um (PLANEJAMENTO).

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo () **Sem Opinião**

B) Autonomia dos sócios para redigir e alterar os Estatutos de acordo com a lei, fixando os objetivos e política da sociedade (OBJETIVOS).

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo () SO

C) Autonomia para eleger seus dirigentes que deverão administrar o grupo, outorgando-lhes poderes para tal (DELEGAÇÃO DE PODERES).

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo () SO

D) A democracia não se restringia apenas á organização interna da sociedade cooperativa, ao princípio “um homem, um voto”, e de todos votarem e de serem votados; mas amplia-se na medida que engloba outros aspectos: indiscriminação religiosa, política e racial.

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo () SO

E) A eficiência de uma cooperativa se mede pela melhoria de vida de seu quadro social e não pelo número de tijolos que empilhou num armazém.

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo () SO

F) É possível que fatores sociais e econômicos provoquem a falta de interesse dos associados (baixo rendimento, pouca disposição de introduzir inovações)

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo

G) As estruturas de poder dentro da cooperativa impedem que se crie uma organização democrática.

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo

H) Há carência de um mínimo de educação cooperativa.

() concordo () concordo parcialmente () discordo parcialmente () discordo

48. O grupo tem responsabilidade social [atua na comunidade, com trabalhos comunitários]?

() SIM () NÃO

49. O grupo sempre busca processos de capacitação e reciclagem?

() SIM () NÃO

BLOCO II – GÊNERO E TRABALHO

50. Você considera seus afazeres de dona de casa um trabalho?

() SIM () NÃO

50.1 Por quê?

51. Como você caracteriza seu **trabalho de dona de casa**:

A. Você acha importante manter suas obrigações domésticas () SIM () NÃO.

B. Seu companheiro acha acharia importante () SIM () NÃO.

C. Seus filhos colaboram com as atividades domésticas () SIM () NÃO.

D. Você acha que deveria ser remunerada para fazer o trabalho de casa? () SIM () NÃO.

E. Trabalhar fora atrapalha sua vida familiar e doméstica [de casa]? () SIM () NÃO.

F. Se tivesse condições, colocaria alguém para trabalhar na sua casa? () SIM () NÃO.

F.1 Por quê?

52. Se você pudesse e/ou tivesse condições financeiras, cuidaria só da casa e dos filhos?

() SIM () NÃO

52.1 Por quê?

53 Quantas horas de trabalho você tem por dia?

- 4h por dia
 6h por dia
 8h por dia
 12h por dia
 mais de 12h por dia

54. "A mulher hoje possui condições de igualdade com os homens para trabalhar fora de casa".
 concordo concordo parcialmente discordo parcialmente discordo SO

55. Você acha que o trabalho deste grupo é importante para a valorização da sua participação na sociedade?

SIM NÃO
 55.1 Por quê?

56. Os associados possuem autonomia para fazer sugestões e críticas:
 sempre quase sempre às vezes nunca.

56.1 Você faz? SIM NÃO

57. Os associados tomam decisões em conjunto.
 concordo concordo parcialmente discordo parcialmente discordo

58 Os associados participam das reuniões, assembléias, etc.
 concordo concordo parcialmente discordo parcialmente discordo

59. Qual a sua motivação para participar deste grupo?

60. Há uma divisão eqüitativa dos excedentes e benefícios da cooperativa?
 sempre quase sempre às vezes nunca.

61. Há mudanças de pessoas nos cargos diretivos e de coordenação?
 sempre quase sempre às vezes nunca.

62. Há cursos de capacitação e reciclagem no grupo?
 sempre quase sempre às vezes nunca.

63. O trabalho feito pela cooperativa gera uma renda estável para você?

SIM NÃO
 67.1 Por quê?

64. Você está satisfeita com a atuação do grupo?

() SIM () NÃO

64.1 Por quê?

65. Para você, quais são as prioridades do grupo?

66. Que tipo de serviço o grupo pode prestar à comunidade?

67. Você sente motivada a trabalhar neste grupo?

() SIM () NÃO

67.1 Por quê?

68. Qual a importância de trabalhar para você?

69. Qual a importância sua família?

70. Com quantos anos começou a trabalhar? (_____)

71. Você acha que a mulher e o homem devem trabalhar o mesmo número de horas?

() SIM () NÃO

71.1 Por quê?

72. Quantas horas seu companheiro trabalha por dia?

- () 4h por dia
- () 6h por dia
- () 8h por dia
- () 12h por dia
- () mais de 12h por dia

73. Seu companheiro te ajuda no serviço de casa?

() SIM () NÃO

73.1 Por quê?

74. As decisões na sua casa são tomadas em conjunto? () SIM () NÃO

74.1 Por quê?

75. Você se sente mais importante e respeitada por estar trabalhando em associação com outras mulheres?

() SIM () NÃO

75.1 Por quê?

76. Trabalhar neste grupo, ou seja, associar-se a outras mulheres, melhorou sua vida?

() SIM () NÃO

76.1 Por quê?

77. Como é a organização da sua casa? [quem faz o quê?]

78. Quais as três coisas que você considera mais importante na sua vida?

1a

2a

3a

79. Qual seu maior sonho?

80. "Cuidar da casa não é trabalho. Trabalho é aquilo que se faz pra ter um salário".
 concordo concordo parcialmente discordo parcialmente discordo

81. Como você caracteriza o trabalho doméstico?:
 Importante, mas não é valorizado pela sociedade.
 Necessário e reconhecido como importante pela sociedade.
 Um trabalho que ninguém quer fazer, mas delegaram para as mulheres fazê-lo.

82. Você se sente uma mulher submissa na sua casa?
 SIM NÃO
 Por quê?

83. Você se sente uma pessoa submissa aqui no seu grupo de trabalho?
 SIM NÃO
 Por quê?

84. O trabalho doméstico deve ser atribuído somente às mulheres?
 SIM NÃO
 Por quê?

85. O que é ser mãe?

86. O que é ser trabalhadora?

86.1 o que é ser mulher?

87. Você sente que aqui no seu grupo de trabalho, vocês mulheres se tornam iguais?
 SIM NÃO
 Por quê?

88. Que imagem você acha que as pessoas tem do seu trabalho?

89. Você passou a ter maior respeito por si mesma, depois que ingressou aqui?

()SIM ()NÃO
Por quê?

90. Você acha que o trabalho da mulher é tão reconhecido quanto o trabalho do homem?

()SIM ()NÃO
Por quê?

91. Você acha que a mulher tem hoje mais condições de também colocar para as outras pessoas suas ações e pensamentos?

()SIM ()NÃO
Por quê?

92. Se pudesse ter emprego e carteira assinada, você sairia daqui?

()SIM ()NÃO
Por quê?

93. Você se sente capaz de **mudar/melhorar** sua vida?

()SIM ()NÃO
Por quê?

94. Quem é a liderança do grupo?

95. Você acha que a mulher pode ser líder?

95.1 () SIM () NÃO
Por quê?

96. Você se sente uma pessoa capaz de empreender? Ou seja, capaz de agir e tomar por decisões conta própria?

96.1 () SIM () NÃO
Por quê?

97. Você se sente capaz de questionar [na sua casa, no seu trabalho, na comunidade, na igreja...] a relação entre homens e mulheres?

97.1 () SIM () NÃO
Por quê?

98. Seus filhos e/ou filhas vão ter o mesmo tipo de vida que você?

98.1 () SIM () NÃO
Por quê?

99. Você se considera uma pessoa ativa dentro do grupo?

99.1 () SIM () NÃO
Por quê?

100. Você se considera uma pessoa ativa dentro da nossa sociedade?

APENDIC E – ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME ENTREVISTADOR:
LOCAL:
DATA/HORAS:
NOME DA ENTREVISTADA(O):

1. Qual seu nome? Renda familiar/ idade/ estado civil/ número de filhos/ sexo/escolaridade/ nasceu aqui ou veio de fora?/tem profissão? Qual nome do grupo?

2. Há quanto tempo está neste grupo?

3. Como vc se envolveu com este grupo? Como veio parar aqui? (estava desempregado;. Foi uma chance de ganhar um dinheiro...) Participa de outros grupos? Conhece e participa de movimentos sociais na comunidade?
4. Qual a história da formação deste grupo? Tem participação da igreja/assembléia? Do sebrae? Etc.. Das próprias moradoras do lugar.?
5. Como vc caracterizaria o grupo que hoje existe aqui? As pessoas, o trabalho do grupo. Há integração e bom relacionamento no grupo? O grupo conseguiu atingir [alguma] independência financeira? O grupo tem responsabilidade social [atua na comunidade, com trabalhos comunitários]? O grupo sempre busca processos de capacitação e recapacitação?
6. O grupo possui uma gestão democrática? Você se considera dono e usuário da cooperativa? Os associados possuem autonomia para fazer sugestões e críticas? Os associados tomam decisões em conjunto? Há relação de poder dentro do grupo? Dominação? Vc se sente mandado por alguém ou vc manda nelas?
7. O trabalho de vcs é absorvido pela comunidade daqui ou é de outro lugar? Você está satisfeito com a atuação do grupo? Para você, quais são as prioridades do grupo? Que tipo de serviço o grupo pode prestar à comunidade?
8. Como vcs organizam o trabalho de vcs? Você acredita no trabalho realizado pelo seu grupo? Acredita na permanência e expansão deste trabalho? O que é mais importante no seu grupo? Em que o grupo deve melhorar?
9. Vcs trabalham interagindo com outros grupos? Outras cooperativas? Quem faz parcerias com vcs?
10. vcs tem apoio do gdf, ongs, do comércio local?
11. Como é a sua participação e a participação das outras associadas/cooperadas nas reuniões, assembléias, etc? Vc participa da gestão e organização do grupo? Ajuda a pensar projetos? Sabe das finanças do grupo?
12. Vc vê alguma dificuldade na gestão/organização do grupo?
13. como vc vê sua participação no grupo? Se sente atuante? Vc se sente dono e empregado neste grupo? Se sente dona do seu próprio nariz [força de trabalho]
14. Vc conhece todas as associadas/os?
15. Estando aqui no grupo como vc se sente?
16. Estar aqui faz seu trabalho ser valorizado?
17. vc desempenha algum outro trabalho fora do grupo?
18. Vc vê distinção no trabalho feito pela mulher e pelo homem aqui na cooperativa e na sociedade? Trabalhar em casa tem o mesmo valor de trabalhar na rua?
19. vc sustenta sua casa ou apenas ajuda no orçamento?
20. quem faz o quê na sua casa? Existe divisão do trabalho doméstico?
21. Trabalhar fora atrapalha cuidar da casa, filhos, marido..?
22. você considera os afazeres da sua esposa /companheira um trabalho?
23. Como você caracteriza o **trabalho de dona de casa**? Vc acha importante manter a mulher as obrigações domésticas?
24. você acha que a mulher deveria ser remunerada para fazer o trabalho de casa?
25. se tivesse condições, colocaria alguém para trabalhar na sua casa?
26. se você pudesse e/ou tivesse condições financeiras, convenceria sua esposa a cuidar só da casa e dos filhos?
27. quantas horas de trabalho você tem por dia?
28. vc acha que mulher hoje possui condições de igualdade com os homens para trabalhar fora de casa?
29. você acha que o trabalho deste grupo é importante para a valorização da participação da mulher na sociedade?

30. qual a sua motivação para participar deste grupo?
31. qual a importância de trabalhar para você?
32. qual a importância sua família?
33. com quantos anos começou a trabalhar?
34. você acha que a mulher e o homem devem trabalhar o mesmo número de horas? Quantas horas seu companheiro trabalha por dia?
35. Vc ajuda sua companheira no serviço de casa?
36. na sua casa as decisões na sua casa são tomadas em conjunto?
37. trabalhar neste grupo, ou seja, associar-se a outras mulheres, melhorou sua vida?
38. como é a organização da sua casa? [quem faz o quê?]
39. quais as três coisas que você considera mais importante na sua vida?
40. qual seu maior sonho?
41. “cuidar da casa não é trabalho. Trabalho é aquilo que se faz pra ter um salário”.
42. como você caracteriza o trabalho doméstico?
43. o trabalho doméstico deve ser atribuído somente às mulheres?
44. o que é ser mãe? E pai?
45. o que é ser trabalhadora? E trabalhador?
46. o que é ser mulher? E homem?
47. você sente que aqui no seu grupo de trabalho, homens e mulheres se tornam iguais?
48. você acha que o trabalho da mulher é tão reconhecido quanto o trabalho do homem?
49. você acha que a mulher tem hoje mais condições de também colocar para as outras pessoas suas ações e pensamentos?
50. se pudesse ter emprego e carteira assinada, você sairia daqui?
51. você se sente capaz de **mudar/melhorar** sua vida?
52. há lideranças do grupo? Quem são? A mulher pode ser líder?
53. você se sente uma pessoa capaz de empreender? Ou seja, capaz de agir e tomar por decisões conta própria?
54. você se sente capaz de questionar [na sua casa, no seu trabalho, na comunidade, na igreja...] A relação entre homens e mulheres?
55. seus filhos e/ou filhas vão ter o mesmo tipo de vida que você?
56. você se considera uma pessoa ativa dentro do grupo?
57. você se considera uma pessoa ativa dentro da nossa sociedade?

Apêndice F - Roteiro da dinâmica sobre “evocação de palavras”

INDIQUE SEIS PALAVRAS PARA:

- a. TRABALHO DE DONA DE CASA,
- b. TRABALHO FORA DE CASA,
- c. FAMÍLIA,
- d. MARIDO, COMPANHEIRO, EX-MARIDO, AJUNTADO...
- e. AUTO-ESTIMA:
- f. AUTONOMIA (INDEPENDÊNCIA)
- g. SER MULHER É:
- h. SER HOMEM É:
- i. EU SOU:
- j. COISAS DIFÍCEIS
- k. COISAS FÁCEIS
- l. SONHO
- m. REALIDADE

Apêndice G – Roteiro para a dinâmica de “grupo focal”:

CONTINUEM AS SEGUINTE FRASES:

A. A **mulher** foi feita para...

B. O **homem** foi feito para...

C. **Dona-de-casa** é uma pessoa...

D. Trabalhar **fora de casa** é...

E. Meu **trabalho** aqui no **grupo** é....

F. Quando penso em mim, lembro que **gosto de...**

G. Meu papel na **minha família** é...

H. Minhas **atividades diárias** são...

I. Trabalhar neste **grupo** é...

J. As pessoas **acham que meu trabalho aqui**, neste grupo, **é...**

K. Para ser **respeitada** hoje é preciso...

APÊNDICE H - Matriz de conteúdos e núcleos centrais da representação social dos papéis da mulher trabalhadora:

As representações sociais criam realidades e senso comum e não apenas designam uma classe geral de conhecimentos e crenças como indicava Dürkheim para as representações coletivas (Moscovici, 1994). As representações sociais são princípios geradores de tomadas de posição, ligadas às inserções dos indivíduos em relações sociais específicas – metassistemas de comunicação – e que organizam os processos simbólicos que intervêm nas relações sociais. Em Abric (1994), as representações sociais são a re-apresentação de algo por algum sujeito a partir de um núcleo central no qual estaria organizada a representação social. Quer dizer, a organização de uma representação apresenta uma modalidade particular, específica: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas, ainda, toda a representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação sua significação. Assim, Abric apresenta a sua teoria do núcleo central, em que as representações seriam compostas de um ou mais elementos, mais estáveis, correntes, consensuais e historicamente definidos. Haveria também os elementos periféricos, menos estáveis e mais permeáveis ao contexto imediato e, por isso, mesmo seriam eles que permitiriam as variações ou modulações individuais da representação social.

A seguir, apresentamos modelo de organização e compreensão das categorias trabalhadas nessa discussão sobre conteúdos das representações sociais sobre o papel da mulher trabalhadora. Neste procedimento de análise dos conteúdos proferidos acerca das questões colocadas para as mulheres pesquisadas, agregamos as idéias mais citadas e inferimos seu principal significado:

1. Ex.: *Ser mulher é...**Ser mulher é...*

Ser tudo (48)
Ser responsável (50)
Cuidar dos filhos (49)
Cuidar da casa (47)
Trabalhar (46)
Manter a união (49)

Idéia (núcleo) central:

Ser mulher é ser produtora de vínculos.

Elemento periférico: "Se gostar" (36)

Distribuição da PEA masculina e feminina por escolaridade										
Brasil										
Anos de Estudo	1970		1976		1980		1983		1985	
	Homens	Mulheres								
Sem instrução e menos de 1 ano	37,8	29	26,6	23,4	26,8	19,1	21,1	18,1	20,1	16,4
1 a 4 anos	43,3	40,1	45,6	40	44,8	38,6	42,8	38,3	41,1	36,1
5 a 8 anos	10,3	13,3	17,4	19,1	15,3	17,7	20,3	19,7	21,7	21,2
9 anos e mais	8,4	17,5	10,4	17,5	13,1	24,5	15,6	23,7	16,9	25,9
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Milhões	23,3	6,1	28,2	11,4	31,7	12	34,1	16,8	36,6	18,5
FONTE: FIBGE										
1970 Censo Demográfico Tab. 22										
1976 Rosemberg et alii 1982 Tab 7										
1980 Tabulações avançadas do censo demográfico Tab. 5.4										
1983 PNAD Tab. 3.2/ 1985 Tab. 3.2										
Anos de estudo	1993		1995		1997		1998		2002	
	Homens	Mulheres								
Sem instrução e menos de 1 ano	17,0	14,4	16,3	13,2	14,9	11,8	14,1	10,6	11,4	8,5
1 a 3 anos	20,0	17,4	19,0	16,5	17,9	14,8	17,3	14,1	14,1	11,1
4 a 7 anos	34,1	32,0	34,1	31,9	33,7	30,3	32,8	29,6	30,8	26,7
8 a 10 anos	12,7	13,0	13,4	13,6	14,5	15,3	15,3	16,1	16,9	16,7
11 a 14 anos	11,6	16,9	12,2	18,1	14	20,5	14,9	21,7	20,5	27,9
15 anos ou mais	4,5	6,0	4,8	6,5	5,2	7,4	5,3	7,5	5,8	8,6
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Milhões	42,9	28,0	44,2	30,0	44,8	30,4	45,6	31,3	49,5	36,5
FONTE: FIBGE/PNADs - Microdados										

Ensino Superior- Ingressos pelo vestibular por sexo segundo as áreas de conhecimento																				
Brasil 1995 - 2002																				
Ingressos																				
Área de Conhecimento	1.995				1.998				2.000				2.001				2.002			
	Total	Feminino	Masculino	parcela feminina (%)	Total	Feminino	Masculino	parcela feminina (%)	Total	Feminino	Masculino	parcela feminina (%)	Total	Feminino	Masculino	parcela feminina (%)	Total	Feminino	Masculino	parcela feminina (%)
Brasil	510.377	279.060	231.317	54,7	651.353	358.737	292.616	55,1	829.706	466.541	363.165	56,2	944.157	523.717	420.440	55,5	1.095.686	611.332	484.354	55,8
Educação	35.945	32.201	3.744	89,6	47.663	43.432	4.231	91,1	192.725	147.013	45.712	76,3	192.980	145.550	47.430	75,4	232.102	176.199	55.903	75,9
Humanidades e artes	53.348	36.664	16.684	68,7	62.812	44.368	18.444	70,6	27.028	17.202	9.826	63,6	31.186	19.833	11.353	63,6	36.268	22.808	13.460	62,9
Ciências sociais, negócios e direito	217.738	110.088	107.650	50,6	282.271	142.101	140.170	50,3	336.230	168.831	167.399	50,2	397.716	201.900	195.816	50,8	462.565	234.970	227.595	50,8
Ciências, matemática e computação	78.882	37.479	41.403	47,5	94.737	42.545	52.192	44,9	77.400	27.040	50.360	34,9	93.544	32.791	60.753	35,1	103.873	35.111	68.762	33,8
Engenharia, produção e construção	47.488	13.223	34.265	27,8	53.853	13.923	39.930	25,9	62.248	16.498	45.750	26,5	70.886	18.522	52.364	26,1	78.393	20.217	58.176	25,8
Agricultura e veterinária	10.500	3.882	6.618	37,0	13.551	5.640	7.911	41,6	16.098	6.373	9.725	39,6	17.845	7.252	10.593	40,6	19.529	7.752	11.777	39,7
Saúde e bem estar social	58.673	40.182	18.491	68,5	85.010	58.536	26.474	68,9	94.756	67.878	26.878	71,6	109.445	77.895	31.550	71,2	131.468	94.070	37.398	71,6
Serviços	3.938	2.819	1.119	71,6	11.057	8.025	3.032	72,6	23.221	15.706	7.515	67,6	29.814	19.777	10.037	66,3	30.570	19.920	10.650	65,2

Fonte: MEC/INEP/SEEC - Censos do ensino superior - (Tabulações especiais)

Distribuição dos ocupados por sexo e faixas de rendimento																
Brasil																
Classes de rendimento mensal	1976*		1981		1985		1990		1993		1995		1998		2002	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres												
Até 1 s.m	28,5	46,6	24,7	42,3	23,1	41	19,9	33,3	25,5	35,7	19,0	28,2	18,4	25,8	24,4	32,2
De 1 a 2 s.m	27,6	21,1	26,9	23,2	24,4	20,4	20,3	20,8	22,3	18,9	21,0	19,7	20,7	21	27,0	25,6
De 2 a 5 s.m	21	10,1	26,7	15,2	25,5	15,5	29,3	21,9	25,1	14,3	28,1	18,5	29,7	21,3	26,1	16,7
Mais de 5 s.m	12,4	4,1	12,9	5	16,6	7,4	22,8	12,5	15	6,4	20,3	10,1	19,6	11	13,0	7,6
Sem rendimento	10,4	17,9	0,4	13,9	10,3	15,5	7	11	10,9	23,8	10,3	22,7	10	19,9	8,1	17,0
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Milhões	27,7	11,3	31,3	14,2	36,7	18,5	40,0	22,1	40,5	25,9	41,9	27,8	42,3	27,6	45869765	32298409

FONTE : FIBGE/PNADs 1976 (tab. 26); 1981 (tab. 3.7); 1985/90 (tabs 3.5/3.11); 1993/95/98 (tab. 4.27); 2002 - microdados

* refere-se à PEA, demais anos, ocupados

ANEXO - 4

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações (2002)

Títulos: 5192 - 05 Catador de material reciclável - Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa).

Catadores de material reciclável

1. Descrição sumária

Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.

2. Formação e experiência

O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros.

3. Condições gerais de exercício

O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.

4. Código internacional CIUO 88:

9161 - Recolectores de basura
5192

5. Atividades:

A - COLETAR MATERIAL RECICLÁVEL E REAPROVEITÁVEL

Puxar carroça, carrinho
Conduzir carroça de tração animal
Conduzir veículo (perua, caminhão)
Estabelecer roteiro de coleta
Pedir material nas residências
Procurar material nas caçambas de rua
Verificar pontos de coleta
Coletar material nas residências
Coletar material junto às comunidades
Coletar material nos pontos de coleta
Coletar material nos estabelecimentos comerciais
Coletar material nos condomínios
Coletar material em empresas (indústrias)
Carregar carrinho, carroça, caminhão, perua
Percorrer os pontos de coleta
Procurar novos pontos de coleta

B - DAR ENTRADA NO MATERIAL

Conferir a balança
Descarregar caminhão, perua, carrinho, carroça
Conferir material
Pesar material reciclável separado
Contar vasilhames retornáveis
Colocar material na caçamba
Pesar caminhão
Pesar o lixo não reciclável

C - SEPARAR MATERIAL COLETADO

Triar material reciclável e não reciclável
Triar material reciclável por tipo (papel, vidro, ferroso, não-ferroso, plástico)
Triar material por qualidade (papel branco, papel arquivo, plástico mole, material fino não ferroso)
Colocar material não reciclável em contêineres, latões, sacos etc
Anotar material separado
Separar doações
Encaminhar o lixo para o transbordo

D - PREPARAR O MATERIAL PARA EXPEDIÇÃO

Prensar o alumínio
Prensar o plástico
Amarrar os fardos
Tirar grampos de papel
Tirar espiral de caderno
Tirar rótulos das embalagens plásticas
Ensacar material (alumínio, plásticos)

E - REALIZAR MANUTENÇÃO DO AMBIENTE E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

Fabricar carrinhos, carroça
Pintar carrinho, carroça

Fazer manutenção do carrinho, carroça
 Varrer o chão das instalações da cooperativa
 Lavar banheiros das instalações da cooperativa
 Lavar quintal da cooperativa
 Trocar pneu de carrinho
 Limpar o carrinho, carroça
 Arrumar material nas caçambas
 Recolher material do chão
 Limpar pátio da cooperativa (galpão)
 Limpar a prensa
 Limpar a balança
 Retirar água de recipientes
 Tratar animais
 Realizar manutenção de veículos

F - DIVULGAR O TRABALHO DE RECICLAGEM

Conversar com a população de porta em porta
 Prestar informações sobre coleta seletiva e materiais recicláveis
 Divulgar o trabalho da cooperativa
 Entregar folhetos
 Divulgar eventos
 Orientar sobre preservação do meio ambiente

G - ADMINISTRAR O TRABALHO

Vender material
 Comprar material
 Negociar preços
 Coordenar o trabalho dos cooperados
 Controlar gastos
 Prestar contas
 Definir escalas
 Fazer lista de material
 Participar de reuniões administrativas
 Participar de reuniões para tomada de decisões (assembléias geral, ordinária e extraordinárias)
 Participar de comissões, comitês
 Organizar assembléias gerais com cooperados
 Organizar cursos de capacitação para cooperados e familiares
 Promover ajuda aos cooperados mais necessitados
 Organizar eventos sociais da cooperativa
 Estabelecer parcerias com empresas, órgãos governamentais, Ong
 Organizar campanhas de esclarecimento
 Contratar serviços de calibração de balanças

H - TRABALHAR COM SEGURANÇA

Vestir equipamento de proteção individual
 Vacinar-se
 Realizar exames de saúde periódicos
 Desinfetar ferimentos
 Vestir faixa de sinalização cintilante (Colete)
 Vestir proteção contra chuva, sol (Capas, bonés, sapatos, etc.)
 Vestir uniforme da cooperativa

5192

Z - DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Demonstrar prudência
 Demonstrar paciência
 Organizar-se (associações, cooperativas)
 Valorizar-se como profissional
 Demonstrar espírito de prosperidade
 Demonstrar educação
 Demonstrar eficiência
 Demonstrar agilidade (esperteza)
 Demonstrar sinceridade
 Demonstrar honestidade
 Auto-organizar-se
 Demonstrar criatividade
 Demonstrar perseverança
 Demonstrar jogo de cintura
 Demonstrar capacidade de atenção constante
 Demonstrar habilidade de puxar carroça
 Proteger-se contra a violência na rua

5192

Recursos de Trabalho:

Alicate; Carrinho/carroça; Colete; Corda; Faca/facão; Lona; Luva; Machado; Marreta; Martelo
 Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Embu